UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARCELO AUGUSTO MONTEIRO DE CARVALHO

NILO PEÇANHA E O SISTEMA FEDERAL DE ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES (1909 a 1930)

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARCELO AUGUSTO MONTEIRO DE CARVALHO

NILO PEÇANHA E O SISTEMA FEDERAL DE ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES (1909 a 1930)

Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Benedicto Heloiz Nascimento

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Carvalho, Marcelo Augusto Monteiro de

C331n Nilo Peçanha e o sistema federal de Escolas de
Aprendizes Artífices (1909 a 1930) / Marcelo Augusto
Monteiro de Carvalho ; orientador Benedicto Heloiz
Nascimento. - São Paulo, 2017.

304 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Ensino Profissional e Técnico. 2. Ensino (História). 3. Nilo Peçanha. 4. Escolas de Aprendizes Artífices. I. Nascimento, Benedicto Heloiz, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família (Claudia e Ingrid), pela paciência e encorajamento.

Também aos Márcios que passaram na minha vida: pai e saudoso irmão (ambos *in memorian*).

À Adélia Monteiro de Carvalho, mãe querida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Benedicto Heloiz Nascimento, cujo brilho intelectual e orientação segura resultaram neste trabalho, além do privilégio de uma amizade mais duradoura que os prazos da academia.

Ao meu sobrinho Fabrício Giordanelli, talentoso estatístico e atuário, cuja ajuda nos cálculos de econometria abrilhantaram esta pesquisa.

Aos colegas do Instituto Federal Fluminense e do N.E.E.D de Campos dos Goytacazes-RJ: Hélio Gomes, Luiz de Pinedo e Roberto Moraes. Também a Leonardo de Vasconcellos do *Centro de Memória Fotográfica de Campos* e ao bibliófilo Wellington Paes. Enfim, a todos estes campistas pela simpática acolhida e valiosa ajuda obtida na cidade natal de Nilo Peçanha.

Aos meus queridos colegas do IFSP-DHU, pela parceria e constante apoio no ambiente de trabalho sempre que precisei.

EPÍGRAFE

"A mais funesta consequência da idealização moralista é embotar a sensibilidade aos fatos históricos concretos, substituindo-a pela gnose ingênua de cunho dualista, em que o choque real das forças econômicas é ocultado pelo combate místico entre a luz e a treva, o Bem e o Mal."

Álvaro Vieira Pinto

RESUMO

O objetivo deste trabalho é a discussão sobre a dinâmica política e alguns dos fatores econômicos julgados relevantes e que juntos contribuíram na decisão do Governo da União em criar um sistema federal de escolas profissionais, as Escolas de Aprendizes Artífices (E.A.As), durante o curto mandato presidencial (1909/1910) do líder fluminense Nilo Procópio Peçanha, sob o comando do Ministério da Agricultura. A referida escola instituída por este presidente foi parte concreta de um projeto político alternativo ao do liberalismo predominante do eixo São Paulo-Minas durante a Primeira República brasileira. As EAAs foram iniciadas por uma liderança representativa de uma fração da oligarquia brasileira cujo projeto político-administrativo além de ter surgido num polo econômico secundário do país, representava também o desejo daquele grupo político de tornar o papel da União mais protagonista frente ao atraso econômico e alguns dos problemas sociais do país, apesar de compartilhar dos mesmos valores e fazer uso das mesmas estratégias da República oligárquica e da sua cultura clientelística. De certa forma, não eram adeptos de um federalismo irrestrito e, sentindo-se prejudicados pelo predomínio dos interesses políticos e econômicos da oligarquia paulista e dos seus associados de momento, propuseram um Estado federal mais intervencionista inclusive no campo da Educação, esfera até então de domínio quase que exclusivo dos Estados. Verificaremos o percurso inicial das Escolas de Aprendizes de Artífices até a década de 1930, incluindo a finalização deste sistema federal de ensino com a inclusão da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. Também destacaremos as transformações institucionais que as EAAs experimentaram ao longo deste tempo, tal como o "Serviço da Remodelação" chefiado pelo engenheiro João Lüderitz, o qual se propôs a modernizar a instituição. Analisaremos algumas das suas dificuldades políticas, administrativas e econômicas no contexto da sociedade brasileira da Primeira República, além de discutir determinadas características enquanto instituição que propunha o ensino profissional para as classes populares e, finalmente, se houve algum legado para a educação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Profissional. Nilo Peçanha. Escola de Aprendizes Artífices. Primeira República. República Oligárquica. Escola Normal Wenceslau Braz. João Lüderitz. "Serviço de Remodelação".

SUMMARY

The objective of this work is the discussion about the political dynamics and some of the economic factors judged relevant and that together contributed in the decision of the Government of the Union to create a federal system of professional schools, the Apprentices Craftsmen Schools (EAAs), during the short Presidential term (1909/1910) of the leader from Nilo Procópio Peçanha, under the command of the Ministry of Agriculture. The said school instituted by this president was a concrete part of a political project alternative to that of the predominant liberalism of the São Paulo-Minas axis during the First Brazilian Republic. The EAAs was initiated by a representative leadership of a fraction of the Brazilian oligarchy whose political-administrative project, besides having emerged in a secondary economic pole of the country, also represented the political group's desire to make the Union's role more protagonist in the face of economic and some of the country's social problems, despite sharing the same values and making use of the same strategies of the oligarchic Republic and its clientelistic culture. In a sense, they were not adept at unrestricted federalism and, feeling prejudiced by the predominance of the political and economic interests of the São Paulo oligarchy and its associates at the time, proposed a more interventionist federal state, including in the field of Education. States. We will review the initial course of the Apprentices Craftsmen Schools until the 1930s, including the completion of this federal education system with the inclusion of the Wenceslau Braz Normal School of Arts and Crafts. We will also highlight the institutional transformations that the EAAs have experienced over the years, such as the "Remodeling Service" led by the engineer João Lüderitz, who proposed to modernize the institution. We will analyze some of its political, administrative and economic difficulties in the context of the Brazilian society of the First Republic, besides discussing certain characteristics as an institution that proposes professional education for the popular classes and, finally, if there was any legacy for Brazilian education.

KEYWORDS: Professional Education. Nilo Peçanha. Apprentices Craftsmen Schools. First Republic. Oligarchic Republic. Wenceslau Braz Normal School. João Lüderitz. "Remodeling Service"

SUMÁRIO	Página

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

T	TCTA	DE	ADD	ET/TA	TIID	ACT	SIGI	AC
•	ASLA	I)H.	AKK	H, V I A	IUK	A > H	, SICTL	A >

LISTA	DE ADREVIATURAS E SIGLAS
1	Introdução18
1.1	Uma economia periférica em vias de industrialização19
1.2	O mundo do trabalho para os "desafortunados"29
2	A trama republicana no contexto da criação da rede federal das EAAs47
2.1	As correntes político-ideológicas e o ensino profissionalizante nas as décadas republicanas63
primeir	as uccauas republicanas
2.1.1	Liberais e Positivistas65
2.1.2	Agraristas (João Pinheiro e Alberto Torres)77
2.1.3	Católicos, Maçons e Anticlericais86
3	O "mestiço do morro do coco" chamado Nilo Peçanha e a construção de
um idea	l civilizador republicano104
3.1	A política educacional nilista no Rio de Janeiro que antecedeu as EAAs
federais	
4	A criação da rede federal de Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs)149
4.1	Os primeiros desafios administrativos, políticos e econômicos das EAAs
(1909-19	918)165
4.2	O ensino de ofícios nas oficinas das EAAs antes da Consolidação dos
Disposit	ivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices (1926)188
4.3	A primeira tentativa reformista após a Grande Guerra de 1914-1918202
4.4	A conclusão da rede federal de ensino profissional com a transferência
para a U	União da Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás216
5	A atuação do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico nas
EAAs so	ob a coordenação do engenheiro João Lüderitz231

5.1 O Serviço de Remodelação e a sua busca por uma reforma modernizadora
e padronizadora dos métodos de ensino nas EAAs241
A Revolução de 1930: continuidade ou transformação radical nas EAAs
visando os novos rumos da política e da economia nacional?255
7 Conclusão: O ideal republicano em tornar as EAAs centros irradiadores
de profissionalismo entre os trabalhadores nacionais e inventar uma cidadania
submissa ao trabalho264
$\mathbf{AP\hat{E}NDICE}\ \mathbf{A}$ - Instrumentos conceituais para nossa perspectiva histórica sobre as
Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs)
APÊNDICE B – Estátua do Presidente Nilo Peçanha em frente à Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ; abaixo, sua cronologia resumida273
ANEXO A – Artigo da Revista <i>O Malho</i> criticando o candidato à Presidência da República Nilo Peçanha (1921)
ANEXO B – Anexos nº 1 ao 3 do relatório do Diretor da Escola Profissional de Petrópolis-RJ. Matrículas e frequência escolar dos alunos das oficinas de correeiroseleiro, carpinteiro-marceneiro e alfaiate
ANEXO C – Anexos nº 4 e 5 do Relatório do Diretor da Escola Profissional de Petrópolis-RJ com as matrículas e frequência escolar dos alunos das oficinas de sapateiro e funileiro
ANEXO D – Anexo n.6 do relatório do Diretor da Escola Profissional de Petrópolis-RJ contendo os nomes do quadro de funcionários da escola
ANEXO E – Periódico O Tempo (16/11/1907 - Campos-RJ)
ANEXO F – Imagens de Nilo Peçanha. Destaque para a 2ª foto acima à direita: Nilo Peçanha como Grão-Mestre da Maçonaria
ANEXO G - Visita do Presidente Nilo Peçanha à EAA do Espírito Santo acompanhado pelo Governador daquele Estado; Imagem de oficina de serralheria-mecânica da EAA do Paraná com alunos aprendizes em aula
ANEXO H – Charge cobrando uma postura anticlerical por parte da República (primeiro cartum abaixo); Sátira ao bacharelismo dominante no sistema de ensino republicano, apesar das tentativas de reformas (segundo cartum)
ANEXO I- Desenho da fachada do Instituto Parobé-RS e, abaixo, foto do Parque da Redenção em Porto Alegre-RS com o mesmo Instituto Parobé ao fundo282
ANEXO J – "Jornal do Aprendiz" produzido pela EAA de São Paulo em 1911 (raro exemplar localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo)283

BIBLIOGRAFIA291
ANEXO Q – Respectivamente (cima para baixo): Desenho do projeto da Remodelação da EAA-RN (fachada); Sede do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) na capital federal
ANEXO P- Respectivamente (cima para baixo): Desenho do projeto de remodelação da EAA-BA (fachada); Desenho do projeto de remodelação da EAA-PB (fachada)289
ANEXO O – EAA do Estado do Piauí em dois momentos (1914) 288
ANEXO N – Respectivamente, as EAAs de Pernambuco e de Minas Gerais287
ANEXO M – Respectivamente (cima para baixo), EAA do Rio de Janeiro e de Pernambuco com alunos e corpo docente
ANEXO L – De cima para baixo: EAA de MG após as reformas da <i>Remodelação</i> (1925); EAA do RJ antes e depois da reforma da <i>Remodelação</i> (1925) 285
EAA do PI; Alunos da EAA do PR em forma respondendo a chamada; Turma de formandos da EAA da BA
ANEXO K – Respectivamente (de cima para baixo): Banda de música dos alunos da

Figura 1: Gráfico - expansão da rede ferroviária (1890 a 1945)21
Figura 2: Gráfico - Potência instalada-MW (1890 a 1945)22
Figura 3: Gráfico - Indicadores do crescimento industrial (1901 a 1930)24
Figura 4: Gráfico - Percentual de operários relacionado com o percentual de estabelecimentos* por ramo da produção industrial – 1907
Figura 5: Cândido Rondon chefiando a Comissão de Construção das Linhas Telegráficas no interior do Brasil (1908)
Figura 6: Gráfico: Participação das dotações orçamentárias das EAAs no orçamento do MAIC (1910 a 1930)
Figura 7: Gráfico: Despesa Orçamentária do Ensino Público do Estado de São Paulo (1910 a 1930)
Figura 8: Charge retratando Alberto Torres, Alfredo Backer e Nilo Peçanha80
Figura 9: Trecho de biografia publicada em 1934 de Alberto Torres81
Figura 10: Charge satirizando a oficialização do ensino agrícola do Governo de João Pinheiro para as crianças mineiras (1907)
Figura 11: Charge sobre a ação do Governo Republicano em despejar frades estrangeiros e sequestrar o imóvel e os bens onde ficava o Convento de Santo Antônio (1911)88
Figura 12: Charges satirizando a impotência do anticlericalismo republicano frente à influência do catolicismo nas cerimônias oficiais e na educação (1908)90
Figura 13: Cúpula católica na capital federal em 191693
Figura 14: Nilo Peçanha, jovem deputado constituinte (1891)105
Figura 15: Nilo Peçanha em sua residência110
Figura 16: Versos ridicularizando Nilo Peçanha em razão das suas características étnicas (1910)

Figura 17: Versos (em destaque) criticando em forma satírica o anticlericalismo do
Governo de Nilo Peçanha112
Figura 18: Reportagem sobre líder político de Vassouras-RJ115
Figura 19: Reportagem biográfica sobre Nilo Peçanha por ocasião da sua posse como Presidente da República em 1909
Figura 20: Charge a respeito da renegociação do contrato de fornecimento da energia elétrica para a capital federal realizado por Nilo
Figura 21: Visita do Presidente Nilo Peçanha ao lançamento da pedra fundamental da Escola Profissional da Cia. de Fiação e Tecidos Confiança Industrial (1909)121
Figura 22: Grupo de operários mirins aguardam a chegada do Presidente Nilo à Confiança Industrial (1910)
Figura 23: Liceu de Artes e Ofícios de Campos-RJ em obras (1891)129
Figura 24: Sátira sobre o lema do governo federal de Nilo Peçanha (1909)148
Figura 25: Porcentagens de operários e indústrias por Estado brasileiro (1907)155
Figura 26: Charge sobre as realizações do governo federal sob o comando de Nilo Peçanha
Figura 27: Gráfico Importações de Máquinas e PIB per capita164
Figura 28: Ensino industrial: Relação Matrículas e Conclusões de Curso (1907 a 1938)
Figura 29: EAA de São Paulo na Av. São João esquina com Rua Appa (1923)174
Figura 30: Cabeçalho do "Jornal do Aprendiz" da EAA de São Paulo (1911)181
Figura 31: Crítica à política educacional do Governo que direcionava mais recursos para o ensino superior ("bacharelismo")
Figura 32: Exposição de trabalhos da EAA de São Paulo (1916)187
Figura 33: Alunos da EAA da Bahia participando de uma atividade cívica na cidade de Salvador (1929)
Figura 34: Locomotiva construída na EAA de São Paulo (1915)189

Figura 35: Oficinas de Sapataria das EAAs (1911-1927)193
Figura 36: Oficinas de Alfaiataria das EAAs (1911-1927)193
Figura 37: Oficinas de Marcenaria e Carpintaria das EAAs (1911-1927)194
Figura 38: Oficinas de Funilaria das EAAs (1911-1927) 195
Figura 39: Oficinas de Mecânica das EAAs (1911-1927) 196
Figura 40: Oficinas de Eletricidade das EAAs (1911-1927)196
Figura 41: Oficinas de Tornearia as EAAs (1911-1927) 197
Figura 42: Oficinas de Encadernação das EAAs (1911-1927)
Figura 43: Oficinas de Tipografia das EAAs (1911-1927)198
Figura 44: Oficinas de serralheria e fundição das EAAs (1911-1927)198
Figura 45: Matrículas totais dos Cursos Diurnos das EAAs (1910 a 1942)209
Figura 46: Matrículas totais dos Cursos Noturnos das EAAs (1910 a 1942)211
Figura 47: Matrículas por ano (Diurno e Noturno)212
Figura 48: Totais das Matrículas nos Cursos Diurnos das EAAs, por Estado da Federação (1910 a 1942)
Figura 49: Totais das Matrículas nos Cursos Noturnos das EAAs, por Estado da Federação (1910 a 1942)
Figura 50: Comparação dos Totais de Matrículas por Estado da Federação: Diurno e Noturno (1910 a 1942)
Figura 51: Inauguração da Escola Wenceslau Braz. Presentes o próprio Presidente Wenceslau Braz, o Prefeito do D.F. Amaro Cavalcânti e o Cardeal Arcoverde (09/11/1918)
Figura 52: Escola Normal Wenceslau Braz como modelo de educação feminina222
Figura 53: Solenidade de entrega de diplomas na Escola Wenceslau Braz (1927)226
Figura 54: Participação percentual das EAAs no orçamento do MAIC (1909 a 1930) e MES (1931 a 1940)

Figura 55: Participação percentual das EAAs no orçamento da União239	
Figura 56: Sala de aula da EAA de Campos-RJ (1922)	
Figura 57: Comparando os Orçamentos da União e dos Ministérios (MAIC e MES)259	
Figura 58: Recursos orçamentários da União às Escolas de Aprendizes Artífices	
(Deflacionado)262	

Tabela - 1: Crescimento da população urbana de algumas capitais em comparação com
o total nacional (1872 a 1940)44
Tabela - 2: Inscritos e frequência no Liceu de Artes e Ofícios de Campos128
Tabela - 3: Datas das inaugurações das EAAs e o número de alunos matriculados154
Tabela - 4: Quadro Geral das Oficinas das EAAs por Estado (1911-1927)191
Tabela – 5: Matrículas e Diplomações da Escola Wenceslau Braz (1919-1937)229
Tabela – 6: Oficinas das EAAs segundo a terminologia do Serviço de Remodelação do
Ensino Profissional Técnico (depois oficializado pela Consolidação dos Dispositivos
<i>Concernentes às EAAs</i> de 1926) 249

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE –	Associação	Brasileira	de	Educa	cão

AEB - Anuário Estatístico do Brasil

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CNI – Confederação Nacional da Indústria

DF – Distrito Federal

EAAs – Escolas de Aprendizes Artífices (toda a rede federal)

EAA – Escola de Aprendizes Artífices (referindo-se a uma das escolas)

FGV – Fundação Getúlio Vergas

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MES – Ministério da Educação e Saúde

MW-Megawatt

OESP - Jornal "O Estado de São Paulo"

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRP – Partido Republicano Paulista

PRF – Partido Republicano Fluminense

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PRC – Partido Republicano Conservador

PRRJ – Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro

PIB – Produto Interno Bruto

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

USP – Universidade de São Paulo.

1. Introdução

Não há como dissociar a história da educação brasileira no século XX do seu regime republicano e do seu sistema de governo adotados logo após o fim do Império em novembro de 1889. Velhos e novos grupos políticos foram acomodados na república federativa e presidencialista dos *Estados Unidos do Brasil*, tendo representados no seu início tanto os interesses da burguesia cafeeira através dos Partidos Republicanos dos estados do Sudeste assim como as oligarquias dos estados de economia decadente ou frágil por meio da instituição de um Congresso bicameral, sendo o Senado a garantia de certa parcela de poder na União para as oligarquias menores.

Neste contexto histórico do início da nossa República a definição do parágrafo sobre a educação na Carta de 1891 foi marcada pelo conflito político-ideológico entre positivistas, liberais e católicos ressentidos que tentavam fazer valer suas concepções educacionais para o conjunto da população da jovem república em construção.

A atuação de positivistas como Benjamin Constant¹ somada a tradição bacharelesca das classes mandatárias marcaram nossa legistação escolar que definiu a educação primária, a alfabetização e a educação profissional na escola pública daquele período.

Pela primeira constituição republicana a União ficava incumbida do ensino superior no País e da instrução primária e secundária no Distrito Federal, enquanto os Estados seriam também os responsáveis em oferecer instrução primária gratuita e laica em seus territórios além de total liberdade para permitir escolas de todos os tipos e graus debaixo da sua autoridade sem interferência do poder federal.² Destaque para a gratuidade do ensino primário e total separação das confissões religiosas do sistema público de escolas.

A concepção de educação das classes dirigentes oligárquicas revelou-se ao mesmo tempo reformadora, dada a influência do positivismo no processo de secularização do ensino público e, por outro lado conservadora, mantendo a descentralização do sistema

¹ Militar responsável pelo Ministério da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos, órgão criado em 19/04/1890, mas logo extinto em 30/10/1891.

² Art. 20 - § 11º legislar sobre: e) ensino primário, secundário, superior e profissional, que será em todos os graus, podendo o ensino secundário, superior e profissional ser ministrado por indivíduos ou associações, subvencionados ou não pelo Estado (Constituição do Estado de São Paulo – 07/1891) e Artigos 5, 35 e 72 § 6º da Constituição Federal de 1891.

educacional público onde as responsabilidades dos entes federativos da República não previa uma atuação mais contundente para difundir e tornar obrigatória a instrução básica, como também não estava claro nos orçamentos governamentais a origem e a quantidade de recursos para implementar uma política educacional mais efetiva para o país e suas regiões, caso houvesse.

Antes de aprofundarmos os contextos econômico, social e político da chamada Primeira República brasileira no que tange ao ensino profissional, faremos uma breve análise da estrutura econômica prevalecente no período e seus efeitos sobre a sociedade e o regime republicano do início do século XX, principalmente as prováveis repercussões para a questão educacional no seu ramo profissionalizante.

1.1 Uma economia periférica em vias de industrialização

A maioria dos estudiosos da economia do início do Regime republicano brasileiro destaca o predomínio da ortodoxia econômica da época, inspirada no modelo do liberalismo britânico, que pregava aos países agroexportadores e dependentes de manufaturados como o Brasil, a redução das emissões de papel-moeda e a restrição do crédito interno, aliado com uma busca incessante do equilíbrio orçamentário a fim de manter o câmbio em níveis aceitáveis e valorizada nossa posição externa frente aos principais países centrais capitalistas.

O porquê desta obsessão em garantir a relação mil-réis/libra esterlina em níveis considerados aceitáveis para a época pode ser explicado pela dependência do capital estrangeiro que o país tinha. Investimentos de empresas e grupos financeiros ingleses principalmente e, logo em seguida, estadunidenses, franceses e alemães eram comuns.

Instalavam no país suas representações comerciais ou filiais concentrando esforços em investimentos de infraestrutura para a cafeicultura do centro-sul do país, bem como uma gama de serviços financeiros como seguros, créditos bancários, etc. Também havia empréstimos concedidos ao Estado, seja novamente para obras de infraestrutura da nossa economia exportadora ou simplesmente para manter a nação com capacidade

renovada de assumir novos créditos nos momentos de crise deste sistema de trocas de capitais entre o centro e a periferia do mundo capitalista de então.³

Esta orientação ortodoxa da economia, em linhas gerais, prevaleceu e teve efeitos duradouros sobre as políticas pública do período, porém temos que tomar o cuidado de relativizar⁴ essa ortodoxia econômica para melhor analisá-la, pois do contrário, fica incompreensível algumas das preocupações e mesmo intervenções do Estado brasileiro da Velha República no que nos interessa, isto é, nos modos como interviu na instrução pública de nível básico, principalmente o ramo do ensino profissional.

O advento da República, e o seu inicial e barulhento nacionalismo industrialista que culminou na crise do *Encilhamento*⁵, se caracterizou economicamente pela pouca margem de manobra que nossa economia e suas políticas econômicas teriam. Mesmo os mais lúcidos reformadores econômicos reivindicavam uma autonomia dentro de um sistema no qual nosso país estava na periferia e sujeito aos interesses do centro dominante onde os principais credores externos viam nossa oligarquia cafeeira como sócia minoritária nos destinos econômicos da nação.

A indústria brasileira do final do século XIX e início do XX era um retrato do estado de subdesenvolvimento e dependência econômica dos países centrais. Baixíssimo desenvolvimento tecnológico autóctone e quase totalmente concentrada no sudeste do país onde estava a economia de exportação do café, da qual dependia fortemente neste seu período inicial. Só a partir da década de 1930 este quadro econômico do nosso setor industrial iria mudar substancialmente.⁶

³ FRITSH, W. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930 in ABREU, M. de P. (org.) A Ordem do Progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier/Campus, 1990 (p. 31-72).

-

⁴ "Ironicamente, entretanto, quando o prestígio da política deflacionária atingia o auge e criaram-se os mecanismos institucionais para a sua consolidação, a evolução da crise do setor cafeeiro começaria a pôr em questão a sua sensatez política" WINSTON, Fritsch Aspectos da Política Econômica no Brasil, 1906-1914 *in* NEUHAUS, Paulo (coord.) *Economia brasileira. Uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980 (p.268).

⁵ Reforma monetária introduzida pelo Ministro da Fazenda Rui Barbosa, atendendo as demandas por expansão da oferta monetária daquele período de transição do Império para regime republicano. Esta política econômica levou ao crescimento acelerado dos meios de pagamentos, que, conjugado com a débil legislação societária e ausência de fiscalização do início da República, gerou grande especulação no mercado de capitais na capital da república. VILELA, A. O desenvolvimento do Brasil pré-1945 *in* FERREIRA, P. et al. *Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2013.

⁶ "pode-se dizer que a revolução industrial brasileira, em seu início, dependeu fortemente da expansão do setor exportador. Essa relação direta de dependência do setor industrial com a agricultura de exportação foi sendo gradualmente reduzida, à medida que a própria demanda do setor industrial estimulava investimentos dentro dele." VILELA, A. op. cit. p. 113.

O fato do país ter se tornado no maior produtor mundial das *commodities* café e, durante curto tempo, borracha bem como um dos principais destinos dos imigrantes e capitais europeus até pouco antes do início da Primeira Grande Guerra Mundial, isso tudo não bastou para catapultar o país no rumo do desenvolvimento sustentado⁷ e tampouco propiciar uma maior diversificação da sua estrutura produtiva.

Ao lado da monocultura do café, principal fator de acumulação de capitais, a indústria surge e se expande pouco a pouco, de forma pontual e geograficamente concentrada em algumas regiões do país, sempre como parte subsidiária do complexo cafeeiro do final do período imperial até praticamente todo o período da Primeira República.

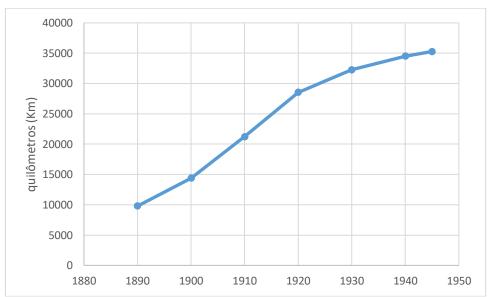


Figura – 1: Gráfico - expansão da rede ferroviária (1890 a 1945)

Fonte: VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira,* 1889-1945. Rio de Janeiro: IPES, 1973 (pp. 393 e 378 - dados do CNAE).

O Gráfico acima (figura-1), ilustra alguns aspectos da expansão da atividade econômica que estava ocorrendo no período histórico republicano em que houve grande crescimento da cafeicultura brasileira.

nacional. NASCIMENTO, B.H. do. Intervencionismo & Desenvolvimento: o Papel da Ação do Estado no Processo de Desenvolvimento Econômico das Nações Pobres. São Paulo: IEB/USP, 2004.

⁷ Oueremos aqui deixar claro o que significa para nós o conceito de desenvolvimento, já que este perpassará

o restante do nosso trabalho: "Desenvolvimento" deve ser entendido com um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos de países subdesenvolvidos, como o Brasil, e entre estas transformações essenciais está a capacidade de criar tecnologias que permitam poupar e aumentar ganhos de produtividade da mão de obra, que implica em evolução de aspectos institucionais do país, possibilitando acúmulo de capitais e sua equilibrada distribuição entre as classes e grupos de interesse da sociedade

A expansão da malha ferroviária mais que triplicou durante a Primeira República pois este meio de transporte era utilizado para o carregamento fretado do café para exportação e, secundariamente, para outros produtos agrícolas além de passageiros. A economia se dinamizou ao longo das estradas de ferro que ligavam as áreas agrícolas às regiões urbanas e possibilitou um incremento das atividades comerciais além de maior acumulação de capitais com a redução de custos e aumento da produtividade mesmo para uma economia dependente de exportações como era a nossa.

No meio urbano esta dinamização da economia também se manifestou em termos de uma maior demanda pela energia elétrica que se tornara economicamente viável para as mais diversas aplicações e serviços urbanos após a Segunda Revolução Industrial de meados do século XIX. O fenômeno da difusão da eletricidade principalmente nos países mais industrializados rapidamente chegou ao Brasil já que duas de suas principais características, a flexibilidade e a transmissibilidade⁸ desta forma de energia eram extremamente adequadas a um país de dimensões territoriais e potencial hidrelétrico como o nosso (vide gráfico abaixo).

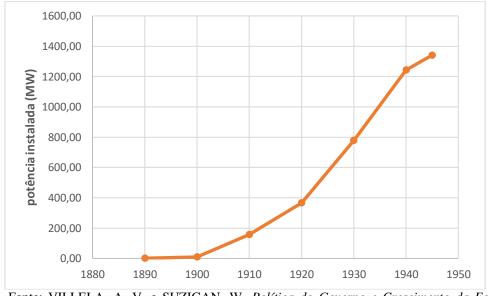


Figura – 2: Gráfico - Potência instalada-MW (1890 a 1945)

Fonte: VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945.* Rio de Janeiro: IPES, 1973 (pp. 393 e 378 - dados do CNAE).

⁸ **Transmissível** devido a possibilidade do transporte da energia a grandes distâncias com relativa baixas perdas e **flexível** por ser facilmente conversível em formas diferentes de energia como luz, calor ou força motriz.

Porém, devemos lembrar que os insumos que predominaram em nossas primeiras indústrias foram principalmente o carvão vegetal localmente produzido e o carvão mineral importado. A conversão da maior parte do futuro parque industrial nacional ao uso da energia elétrica só se consolidaria posteriormente a partir da década de 1930, principalmente em razão da maior preocupação do Estado com o fomento e organização deste setor fundamental à expansão da indústria nacional.

Antigos recenseamentos da atividade industrial neste período inicial da República¹⁰, especificamente 1907, 1920 e 1929, apesar das suas conhecidas limitações e interpretações controversas que geraram entre os pesquisadores, são úteis para nos informar certas características e tendências do início do processo da industrialização brasileira, mas de forma agregada em seus números e resultados. Tal agregação de dados sobre a indústria e sua mão de obra impossibilita em muitos casos a diferenciação dos tipos de unidades produtivas (ex. fábricas, manufaturas, pequenas oficinas, artesanato, etc.) e o estabelecimento do número efetivo de operários empregados, nível de mecanização e outras informações relevantes para podermos relacioná-las com a demanda, caso houvesse, por mão de obra qualificada que o sistema escolar do período pudesse contribuir no sentido de atender a necessidade do mercado de trabalho voltado para o setor secundário principalmente.

Entretanto, podemos afirmar que a informação agregada e incompleta destes censos iniciais apesar de dificultar uma análise e o estudo da nascente indústria nacional, de certa forma nos revela certas concepções que nossos principais agentes econômicos e dirigentes políticos da oligarquia republicana tinham sobre o que seria a educação voltada para a formação de profissionais nos casos em que implementaram este tipo de política pública educacional.

_

⁹ MAGALHÃES, Gildo. Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000 (p.44-45)

O Anuário Estatístico do Brasil (AEB), Ano 1 (1908-1912) foi publicado entre 1916 e 1927 (edição bilíngue port./francês). Apesar das suas limitações, é o único AEB que apresenta estatísticas relativas ao sistema de ensino da Primeira República, cobrindo os anos de 1907 a 1912. HASENBALG, C. Estatísticas do Século XX: Educação *in* Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

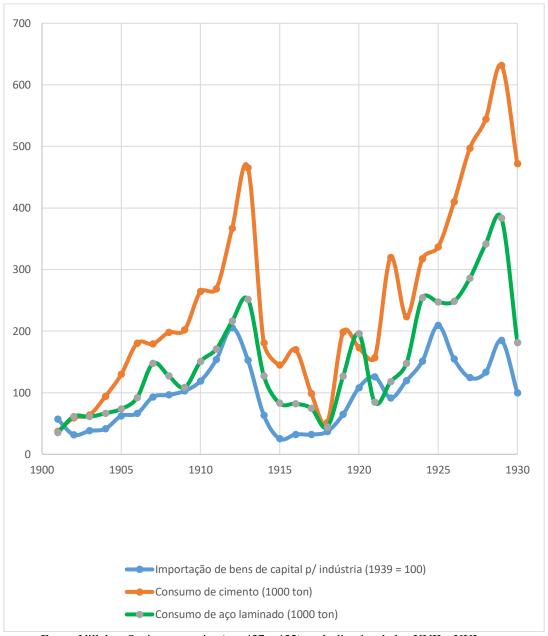


Figura – 3: Gráfico - Indicadores do crescimento industrial (1901 a 1930)

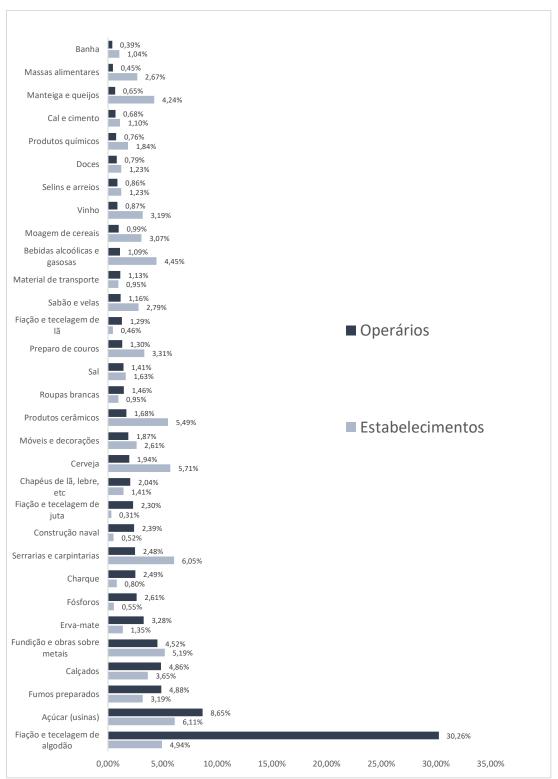
Fonte: Villela e Suzigan, op. cit., (pp. 437 e 432), apêndice 1, tabelas XVII e XXI.

O gráfico acima (figura 3), é outro exemplo de como estes dados agregados dos antigos censos e inquéritos anteriores a criação do IBGE, possibilitam nos mostrar um quadro geral do crescimento da economia brasileira no período por nós estudado a fim de podermos relacioná-lo com algumas importantes transformações sociais que ocorriam, como por exemplo algumas características do nosso crescimento industrial e sua provável demanda por mais trabalhadores qualificados nas áreas que mais careciam de pessoal com conhecimento técnicos.

Comparando três diferentes indicadores que vão do início do século XX ao ano de 1930, notamos uma correlação impressionante entre os números de produtos tão diferentes, porém fundamentais para qualquer tipo de expansão industrial no mundo. A variável "importação de bens de capital" influencia as outras duas variáveis – consumo de aço e consumo de cimento – de tal forma que podemos também deduzir que conforme mais máquinas e equipamentos industriais desembarcavam nos portos brasileiros e iam se somar ao capital fixo das empresas, maior era a necessidade dos insumos "aço laminado" e "cimento" tanto para manter a produção manufatureira em expansão como para servir a outras atividades produtivas que estavam ligadas direta e indiretamente a atividade industrial, como por exemplo o ramo da construção civil para a edificação de novas plantas industriais, armazenagem da produção agrícola e construção de casas para a população urbana em franca expansão neste momento.

Voltando novamente ao tema dos inquéritos e primeiros censos brasileiros do início do século XX, era também uma certa limitação conceitual sobre a nossa realidade econômica, principalmente do desordenado processo de industrialização que se iniciava. A não classificação das diferentes unidades produtivas do ramo industrial – fábricas, manufaturas, oficinas artesanais – quando se referia ao termo "indústria", bem como o desconhecimento de certos aspectos históricos de acumulação de capital físico e humano numa dada região, impediam os gestores da época de compreender a razão da diversificação e/ou concentração das atividades produtivas (indústria, agricultura e serviços) em algumas áreas e não em outras. Essa realidade também determinaria a demanda ou não por mão de obra especializada independentemente das ações ou intenções do Governo ou de entidades privadas.

Figura – 4: Gráfico - Percentual de operários relacionado com o percentual de estabelecimentos* por ramo da produção industrial - 1907



Fonte: IBGE – Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988, 2ªed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (p.381- adaptado para gráfico).

*Nota: Foram considerados somente os ramos produtivos de 32 estabelecimentos ou mais (1% do total de 3.258 estabelecimentos do inquérito) participando da atividade industrial daquele levantamento.

O gráfico **acima**, adaptado a partir de dados do Inquérito Industrial de 1907, nos mostra que as mais diferentes categorias de indústrias — bens de consumo não-duráveis e duráveis, alimentícia, insumos, etc. — eram agregados como "produção industrial". Também notamos que o grande setor responsável pelo emprego de elevado contingente operário sem sombra de dúvida é o setor têxtil, vindo em seguida usinas de açúcar, manufaturas que trabalhavam com fumo (tabaco) e a indústria de calçados. Em sumo, era um complexo industrial que na maior parte produzia mercadorias de baixo valor agregado e pouca incorporação de tecnologia, porém responsável por empregar uma parcela significativa da mão de obra urbana nas regiões onde a indústria local passava a fazer parte da paisagem e do cotidiano daquela população que mesclava migrantes nacionais e imigrantes estrangeiros.

Além das concepções equivocadas sobre a realidade social e econômica brasileira da parte da maioria das suas classes dirigentes, o regime escravocrata que se estendeu até quase o fim do século XIX em muito dificultou o surgimento de um ambiente econômico (e educacional) de valorização do trabalho e de inovação das suas forças produtivas, impedindo a massificação dos conhecimentos técnicos que beneficiaria a economia e sociedade como um todo, apesar da retórica sobre os benefícios do progresso e da modernização que pregavam lideranças políticas e agentes econômicos, fenômeno este que continuaria ainda no início do regime republicano brasileiro. 11

O federalismo da nossa primeira república favoreceu economicamente os estados de economia mais condizente com o modelo agroexportador praticado pelo país, como no caso de São Paulo no qual a maior parte das suas receitas vinha da exportação de café, além da possibilidade dos entes federativos contraírem autonomamente empréstimos externos.

Não era de se espantar que na maioria dos estados da federação as receitas estaduais para manutenção de suas máquinas públicas vindas da exportação de outros produtos primários eram muito mais limitadas e precárias do que nos grandes produtores de café. Desta forma, suas oligarquias viam-se impedidas de maiores investimentos

¹¹ "Nações onde o valor do conhecimento transmitiu-se ao conjunto da sociedade formaram culturas de valorização do trabalho e da inovação, ao contrário daquelas de tradição escravista, que se apoiaram francamente na separação entre trabalho e conhecimento." ABRAMOVAY, R. (org. et. ali) *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Ed. UNESP/EDUSP, 2001 (p.173).

públicos nas áreas que desejassem, entre elas a Educação nos seus vários ramos, especialmente se não tinham a convicção da importância deste tipo de política pública.

Predominava nas classes dirigentes que estavam no comando dos Estados menos importantes da União uma certa acomodação ou incapacidade de superar os limites impostos às suas receitas estaduais para a manutenção de suas máquinas públicas, situação advinda da ausência itens de exportação com demanda no mercado externo com o mesmo peso que o café.

Neste contexto as oligarquias estaduais menores viam-se impedidas de maiores investimentos públicos nas áreas que desejavam a fim de poder fortalecer sua posição dentro do sistema político da Primeira República. Com isso agravava-se a situação do ensino público gratuito voltado para as classes populares enquanto política pública importante para os administradores estaduais.

No plano da União, a fragilidade e a descentralização administrativa e fiscalizatória do Estado brasileiro tornava muito difícil qualquer tipo de articulação entre as diversas instituições do sistema de ensino (públicas e privadas), impedindo logo de partida qualquer tentativa mais séria por parte do Executivo federal em organizar a educação nacional como um todo, ainda mais o ramo de um ensino profissional que visasse atender as reais demandas das classes populares e dos novos empregadores bem como um mercado de trabalho em formação.

Passando para o plano mais geral da formação do nosso mercado de trabalho, mesmo nas regiões mais prósperas como o Estado de São Paulo e a sua Capital, a elucidativa pesquisa de Maria Lúcia Lamounier¹² mostra-nos que ao findar do Império brasileiro numa atividade tão inovadora para a época como a construção de estradas de ferro, os problemas em relação à contratação de mão de obra esbarravam não na carência de braços trabalhadores disponíveis, mas em dificuldades para recrutar e manter os operários no ambiente de trabalho organizado dentro de parâmetros capitalistas modernos. A instabilidade e irregularidade da mão de obra nacional **e** dos imigrantes recém-chegados era motivo para reclamação tanto dos empresários do ramo ferroviário, como dos proprietários de terras. Assim criavam-se relações trabalhistas de disseminação

¹² Lamounier, Maria Lúcia. *Ferrovias e Mercado de Trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: Ed. EDUSP, 2012.

de novos hábitos de trabalho sob moldes mais racionais e, paradoxalmente, mantinhamse práticas tradicionais de coerção sobre estes trabalhadores nacionais e imigrantes.

Já no início do século XX, São Paulo e Rio de Janeiro são as duas regiões metropolitanas com o maior número de fábricas e de operários do país. Os níveis de remuneração da mão de obra não qualificada destas cidades eram provavelmente similares, porém em São Paulo o diferencial se localizava no menor custo do fator trabalho, especificamente no menor valor absoluto da remuneração da mão de obra qualificada da indústria, com um salário industrial médio inferior ao do Distrito Federal da época.¹³

Assim, em termos de mercado de trabalho urbano e atividade industrial, a vantagem paulista logo se destacará após a 1ª Grande Guerra Mundial. A oferta de trabalho neste Estado será marcada por sua elasticidade devido ao grande número de trabalhadores de origem imigrante disponíveis, fato esse que se tornou um importante diferencial em termos de investimentos e aberturas de novas empresas industriais deixando as demais regiões do país com atividade industrial inferior, quando comparadas a velocidade e abertura de novas empresas que se verificava em São Paulo.

É dentro dessa realidade econômica mais geral e da formação do nosso mercado de trabalho urbano alcançada ainda na Primeira República, que buscaremos a seguir analisar o momento político e ideológico do período histórico em questão e algumas das características socioeconômicas que condicionavam o Estado brasileiro e seus principais dirigentes no contexto da criação do sistema público federal das chamadas Escolas de Aprendizes Artífices a partir de 1909.

1.2 O mundo do trabalho para os "desafortunados".

As transformações que o Brasil experimentava nas primeiras décadas pós-Abolição e Proclamação da República, foi posteriormente visto como uma "modernização conservadora". Pois o "novo" – mercado mundial, novas tecnologias e dinamismo urbano – era incorporado sem que o "antigo" – oligarquias tradicionais,

_

¹³ VERSIANI, F. R. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. *Revista de Economia Política*, Vol. 13, Nº 4(52), out./dez. 1993 (p.77-96).

mentalidade conservadora, interesses econômicos estrangeiros — fosse deslocado ou neutralizado. O medo dos possíveis efeitos sociais do progresso econômico fazia com que nossas elites deixassem numa espécie de reserva aquilo que elas estavam acostumadas, i.e., o tradicional e o arcaico ficavam ao lado esperando para no devido tempo serem novamente utilizados para impedirem as transformações entendidas como indesejáveis.

Muitas das políticas públicas dos primeiros dirigentes republicanos foram marcadas pelo fenômeno acima descrito, fato esse que se repetiu quando surgiu uma proposta de educação visando a formação profissional de uma parcela da população pobre nacional.

As novas profissões que acompanhavam o desenvolvimento das forças produtivas, especialmente aquelas do mundo operário fabril, ainda conviviam com uma quantidade maior de formas de sobrevivência da população pobre das cidades cuja precariedade saltava aos olhos. Se havia progresso num país como o Brasil daquele período, ao nosso ver servia mais para a sociedade modernizar e padronizar seus hábitos de consumo em conformidade com o centro capitalista, ao mesmo tempo que uma visão de mundo arcaica e conservadora predominava na maioria da população impedindo a produção de um conhecimento crítico que a ajudasse a romper com o seu crônico subdesenvolvimento socioeconômico.

Desde o início do período republicano, inexistia qualquer tipo de estratégia mais efetiva por parte das classes dirigentes brasileiras em termos de qualificar a mão de obra nacional com o claro objetivo de atender a um mercado de trabalho que demandava trabalhadores mais técnicos conforme a divisão do trabalho se tornava mais complexa e a economia mais se integrava ao centro capitalista europeu. Ideias ortodoxas de autoregulação de um mundo do trabalho recém-saído do regime escravocrata e incrementado por levas de imigrantes estrangeiros, isso somado a massa de trabalhadores nacionais espalhados pelo imenso território do país, tornava muito difícil uma preparação deste conjunto para as novas relações capitalistas que passavam a predominar a partir do centrosul cafeeiro.

O complexo cafeeiro em seus desdobramentos mercantil, bancário e industrial, influenciava desde a política local dos municípios mais importantes, até as sucessões presidenciais que decidiam o comando da Federação. Em que se pese o fator econômico dos interesses ligados a cafeicultura, aquilo que se entendia por "política pública" passava

pelo crivo de uma sociedade tradicional ainda majoritariamente rural, patriarcal e hierárquica.

Neste ambiente inicial republicano, cabe bem a análise feita abaixo:

"No Brasil, terra da oportunidade, inteiramente livre e à espera de desenvolvimento, o problema "não consistia em redistribuir a riqueza, mas em cria-la". Quanto à desigualdade intensificada pela industrialização, elas [elites] a julgavam decorrente da desigualdade natural da humanidade. Tinham amealhado as suas fortunas à custa de uma diligência e inspiração heróica e não se sentiam na obrigação de devolver nenhuma parte dela, a não ser por uma questão de caridade, que sempre assumia a forma de auto comemoração". 14

Desta forma qualquer pretensão de se generalizar o ensino profissional – assim como o ensino básico – voltado às classes populares, não bastavam argumentos econômicos e morais que mostrassem as vantagens a médio e longo prazo daquele tipo de medida, pois aquela sociedade comandada pela oligarquia tinha a sua própria concepção do que seria "moderno" para o país, fato bem observado na análise de José Murilo de Carvalho:

"Havia ainda o vasto mundo rural que se mantinha silencioso, submetido ao poder dos grandes proprietários de terra, inclusive nas áreas de agricultura de exportação [...] era o reino dos coronéis que dominavam os partidos republicanos estaduais e davam sustentação ao governo federal e estabilidade à república oligárquica. Este mundo, assim como essa república, da qual estavam excluídos 95% dos cidadãos, nada tinham de moderno. Era um mundo de analfabetismo, de trabalho semi-servil, de ausências de direitos, de paternalismo." 15

No mundo urbano em geral, especialmente nas cidades maiores da jovem República brasileira, havia o crescimento de uma população cada vez mais complexa e diferenciada socialmente, deixando à mostra as grandes disparidades socioeconômicas e suas inevitáveis contradições, pois os mais ricos e remediados habitantes dos palacetes e das casas de alvenaria conviviam próximos aos habitantes dos cortiços, casebres e de todos os tipos de habitações precárias que abrigavam as classes populares. Estas eram

¹⁴ CARDOSO, F.H. (et al.) *O Brasil Republicano*, Vol. VIII, Estrutura de poder e economia (1889-1930), 8^a ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.308-09).

¹⁵ CARVALHO, J.M. de *Pontos e Bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998 (p.116)

compostas pelos trabalhadores assalariados do setor de serviços urbanos e da indústria em expansão (principalmente de bens não-duráveis) e, em maior número, os trabalhadores precarizados, os que viviam de biscates, outros como negociantes ambulantes, carroceiros, carpinteiros, etc., tão bem descritos pelo olhar aguçado do cronista João do Rio no início do século XX, conforme o trecho abaixo:

"O Rio tem também as suas pequenas profissões exóticas, produto da miséria ligada às fábricas importantes, aos adelos, ao baixo comércio; o Rio como todas as grandes cidades, esmiúça no próprio monturo a vida dos desgraçados. [...] Todos esses pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier: nada se perde na natureza. A polícia não os prende, e, na boêmia das ruas, os desgraçados são ainda explorados pelos adelos, pelos ferro-velhos, pelos proprietários das fábricas..." 16

Ao descrever esta exótica divisão social do trabalho do Rio de Janeiro do início do XX, João do Rio nos revela uma constelação de ocupações que fazia parte da vida urbana e, apesar de desprezada pelo sistema de valores da época, estava perfeitamente integrada ao cotidiano dos habitantes das capitais como o Rio de Janeiro e São Paulo.

"Decerto não conheces os trapeiros sabidos, os apanha-rótulos, os selistas, os caçadores, as ledoras de *buena dicha*. Se não fosse o nosso horror, a Diretoria de Higiene e as blagues das revistas de ano, nem os ratoeiros seriam conhecidos.

- Mas, senhor Deus! É uma infinidade, uma infinidade de profissões sem academia! Até parece que não estamos no Rio de Janeiro...
- Coitados! Andam todos na dolorosa academia da miséria, e, vê tu, até nisso há vocações! Os trapeiros, por exemplo, dividem-se em duas especialidades a dos trapos limpos e a de todos os trapos. Ainda há os cursos suplementares dos apanhadores de papéis, de cavacos e de chumbo. [...] são um mundo de velhos desiludidos, de mulheres gastas, de garotos e de crianças, filhos de família, que saem, por ordem dos pais, com um saco às costas, para cavar a vida nas horas de limpeza das ruas.

De todas essas pequenas profissões, a mais rara e a mais parisiense é a de caçadores, que forma o sindicato das goteiras e dos jardins. São os apanhadores de gatos para matar e levar aos *restaurants*, já sem pele, onde passam por coelho."¹⁷

-

¹⁶ Do Rio, João. *A alma encantadora das ruas: Crônicas*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Martin Claret, 2013 (p.44)

¹⁷ Ibid., , (p.45).

Também Lima Barreto escreve crítica mordaz sobre o desordenado crescimento urbano do Rio de Janeiro do seu tempo e a extrema desigualdade social que imperava na capital da República em plena *Belle Époque*, situação agravada pelo tipo de regime político que ainda não possuía um olhar social ou um planejamento econômico que integrasse as classes populares, pelo contrário, a satisfação dos interesses oligárquicos era o seu principal objetivo.

"A Bruzundanga, como o Brasil, é um país essencialmente agrícola; e, como o Brasil, pode-se dizer que não tem agricultura. O regime de propriedade agrícola lá, regime de latifúndios com toques feudais, faz que o trabalhador agrícola seja um pária, quase sempre errante de fazenda em fazenda, donde é expulso por dá cá aquela palha, sem garantias de espécie alguma — situação mais agravada ainda pela sua ignorância, pela natureza das culturas, pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietários. [...] Todos os salários têm subido na Bruzundanga, menos os dos trabalhadores agrícolas. A parte povoada e cultivada do país tem já uma razoável população e talvez suficiente para as suas necessidades, mas, à vista do pouco lucro que os trabalhadores agrícolas tiram do seu suor, em breve deixam-se cair em marasmo, em desânimo, ou vêm a morrer de miséria nas cidades, onde se sentem mais garantidos contra o arbítrio dos fazendeiros e seus prepostos. Como os grandes agricultores e seus parentes são políticos, e deputados, e senadores, e ministros, logo que sentem o êxodo dos naturais, começam a berrar que há falta de braços." (grifo nosso)¹⁸

Em nome da estabilidade econômica e do pacto interoligárquico que garantisse o *status quo* das tradicionais classes dirigentes, foi mantida uma agenda econômica voltada para a priorização da cafeicultura de exportação e garantidora da nossa posição externa junto aos credores internacionais. Paradoxalmente, a indústria doméstica e a população operária cresciam continuamente influenciadas pelo complexo cafeeiro e obtendo certo apoio não planejado dos dirigentes políticos¹⁹, tanto por causa das receitas que gerava para o sustento da máquina burocrática e dos governos locais, como uma rentável alternativa de negócios aos investidores que queriam diversificar suas receitas.

¹⁸BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. 2ªed., Ed. Brasiliense, São Paulo: 1961 (p.97-98).

¹⁹ "para assegurar a reprodução do capital ao nível nacional, o governo é levado a adotar uma política econômica que favorece, até certo ponto, a indústria. Mas os efeitos industrializantes da política econômica federal são limitados pelos interesses dominantes da grande burguesia cafeeira e do capital estrangeiro". SILVA, Sérgio *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 5ª ed., São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1981 (p.107).

No já clássico estudo de Richard Graham²⁰, ele aponta a importância dos novos hábitos de consumo trazidos pelos britânicos à tradicional sociedade do Brasil Império, além da ideologia liberal que pregava os benefícios e a chegada da modernidade para todos os povos que adotassem os valores do capitalismo britânico.

O autor nos mostra que o processo histórico de modernização do consumo no capitalismo que se instalou no Brasil do século XIX, independentemente do atraso econômico e da falta de autonomia da nossa economia periférica, houveram melhoramentos materiais como a construção de portos, estradas de ferro além do surgimento de novas demandas econômicas e sociais de setores da população por uma transformação modernizadora da sociedade nacional cujo modelo estava situado na Europa, principalmente a Grã-Bretanha.

Assim, logo após a Proclamação da República, alguns de seus líderes da primeira geração como Rui Barbosa, Floriano Peixoto e, entre eles, Nilo Peçanha, durante o Governo Provisório defenderam um projeto alternativo de modernização com viés industrializante em contraposição as vitoriosas teses liberais que prevaleciam desde a época do Império. Já era discutido, ainda no regime monárquico, tendo como expoente maior a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)²¹, teses protecionistas que possivelmente inspiraram alguns dos jovens republicanos e empresários daquele período. Quando da discussão das tarifas sobre a importação de manufaturados na década de 1870, a SAIN já afirmava:

> "Deixe-se o Brasil descravizar-se (sic) a doutrinas, que não podem ser aplicáveis senão a países avançados em poder comercial, doutrinas muitas vezes sustentadas por interesse especulativo. A leitura das recentes obras inglesas e francesas sobre esta matéria oferecem para o Brasil mais interesse científico do que prático: não e na atual Inglaterra, que encontram-se os melhores exemplos para o sistema comercial do Brasil; é na antiga Inglaterra ou na história da indústria inglesa desde o seu princípio, que se descobre a marcha, que o Brasil deve trilhar, antes

²⁰ GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

republica/SOCIEDADE%20AUXILIADORA%20DA%20IND%C3%9ASTRIA%20NACIONAL.pdf>. Acesso em 25 abr. 2015.

²¹ "Entidade fundada em 19 de outubro de 1827, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império. Em 1904 fundiu-se com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, dando origem ao Centro Industrial do Brasil (CIB). Idealizada por Inácio Álvares Pinto de Almeida, a sociedade propunha, de acordo com seus estatutos, "promover, por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e a prosperidade da indústria no Império do Brasil". (texto adaptado). Disponível http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-

de entregar-se aos rigores da teoria e pôr o seu futuro a mercê de experiências."²²

A defesa que a SAIN faz das barreiras alfandegárias ao produto estrangeiro não tiveram êxito naquele momento, mas suas teses influenciaram além de defensores da indústria nacional e também a republicanos históricos que lutarão pela produção agrícola nacional contra a concorrência desleal de similares agrícolas estrangeiros. Um bom exemplo de como essas ideias buscavam atrair mais simpatizantes para a causa protecionista e, possivelmente reverberaram no início da República, pode ser resumida no trecho abaixo do escrito da SAIN:

"Infelizmente, porém em vez de se estudar o Brasil como nação nova, vê-se a comissão [...] encarregada de rever o projeto das tarifas manifestar-se em oposição ao sistema protecionista, e declarar-se liberal contra todos os princípios do sentimento nacional. A Comissão caiu na falha de amarrar o Brasil aos rigores de uma teoria que o arrasta infalivelmente ao abismo." ²³

O tom dramático da SAIN ao descrever a vitória dos princípios liberais na questão das tarifas alfandegárias é complementado com diversas citações ao modelo de política econômica praticada pelos Estados Unidos da América da segunda metade do século XIX, como o exemplo mais irrefutável do sucesso do "sistema protecionista" e exemplo a ser seguido pelas demais repúblicas americanas.²⁴

A influência deste debate proposto pela SAIN teve poucos resultados (ou nenhum) em termos de planejamento do Estado brasileiro visando algum desenvolvimento da produção nacional de bens industrializados frente a completa dependência de manufaturados importados, principalmente de bens de consumo duráveis, artigos de luxo e maquinário.

-

²² Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *Sobre o Estado da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typ.de G. Leuzinger & Filhos, 1877 (p.8-9)

²³ Ibid., (p.9)

²⁴ "Comparando a indústria do Estados Unidos com a do seu vizinho, o Canadá, se pode colecionar fatos que provam os efeitos das duas escolas na própria América. Quebec e Montreal são duas grandes cidades do Canadá; mas Chicago, dos Estados Unidos lhe é superior, e bem assim cerca de cem cidades de um e de outro lado do rio, e dos lagos, onde o clima e o solo são iguais. É que nas primeiras a Inglaterra tolhe todo o desenvolvimento industrial ou comercial, como em outros tempos tolhia o dos Estados Unidos." Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, op. cit. (p.7-8).

As teses centrais do pensamento protecionista que germinaram no final do século XIX e tiveram alguma influência sobre uma parcela importante que nós chamamos de geração republicana de 1870²⁵, de certa forma estará presente explícita ou veladamente em alguns dos principais debates a respeito dos rumos que a economia da Primeira República tomou nas suas décadas iniciais, bem como o tipo de Estado que predominará na relação com o mercado e a sociedade civil, inclusive suas raras iniciativas para promover certo desenvolvimento nacional autônomo que envolviam o campo da educação, como a instrução pública e o ensino profissional.

Para estes republicanos históricos influenciados tanto pelas teses de modernização contidas nas promessas do liberalismo, como pelo ideário positivista e anticlericalista e de defesa do produção nacional, sempre a ideia de um Estado forte foi visto como essencial para garantir, por exemplo, a segurança nacional, a estabilidade da moeda, a imposição da uniformidade de pesos e mediadas confiáveis em todo o país e, o mais difícil, a proteção do produtor nacional e, consequentemente, dos trabalhadores locais frente as pressões da concorrência avassaladora dos países ricos e das ilegalidades econômicas de aproveitadores locais e estrangeiros.

Um exemplo de que como parte da nossa elite política republicana assimilou aquelas teses protecionistas pode ser demonstrada pelo comunicado oficial do governador do Estado do Rio de Janeiro à Assembleia Legislativa no parágrafo sobre "Direitos de Alfandega", no momento em que Nilo Peçanha assume a direção daquele Estado que passava por um grave período de crise econômica e passa a tomar medidas administrativas a fim de recuperar a frágil economia fluminense. Sobre esse assunto, Nilo proclamava ao Legislativo do seu Estado os seguintes princípios econômicos e administrativos que norteariam a sua presidência estadual:

"Tudo provém da miséria econômica. Ao lado de outros defeitos, devemos registrar como causas determinantes deste estado de coisas o excesso de impostos, a elevação dos fretes de transporte e **a falta de defesa aduaneira.** [...]

Que entrem no país com tarifas moderadas como convém, ou livre de direitos, se quiserem, todos os artigos que não constituem ou não possam constituir a base de nossa riqueza e ter-se-á estabelecido o

²⁵ Delimitamos esta geração a um grupo de lideranças políticas estaduais que julgamos relevantes para os destinos do sistema político federativo republicano e a sua política econômica seguida naqueles primeiros anos do regime: os irmãos Alberto e Campos Sales, Alberto Torres, João Pinheiro, Júlio de Castilhos, Nilo Peçanha entre outros.

regime de uma boa e sábia permuta; mas quando se tiver de proteger alguns gêneros que podem e devem ser produzidos aqui, quando se tiver de criar a riqueza agrícola, origem principal de todas as outras, quando se houver de levantar **as indústrias**, a começar por aquelas que estão filiadas aos recursos naturais do solo **ou que já se desenvolveram a sombra das garantias oficiais**, quando se houver de pedir à propriedade territorial a matéria-prima das fábricas ou o alimento comum da população, que essa proteção seja firme, eficaz e decisiva. [...]

É pela política protecionista, inteligentemente executada, que havemos de chegar a riqueza; é pelo concurso das prosperidades parciais que havemos de atingir a prosperidade geral; é pelo robustecimento das rendas do contribuinte que havemos de alcançar a solidez das finanças. A questão se resume em produzir, em tornar remuneradores o capital e o trabalho, em garantir para as colheitas os mercados internos."²⁶ (grifo nosso).

Veremos mais adiante que alguns dos elementos da chamada "geração de 1870"²⁷ assimilaram as teses protecionistas de forma a adaptá-las as características de uma economia essencialmente agrícola e subdesenvolvida como a nossa. Nomes como Alberto Torres, João Pinheiro, Afonso Pena e o próprio Nilo Peçanha, tinham uma visão realista e uma ação pragmática sobre a forma de como aplicar algumas medidas protecionistas para favorecer tanto a agricultura – principalmente – e a indústria em seus estados, pois todos eles vivenciaram as dificuldades políticas e as limitações da administração pública enquanto chefes executivos em seus respectivos estados.

Além de defenderem os ideais de progresso e modernização do país como um todo, líderes políticos como Alberto Torres, João Pinheiro e Nilo Peçanha viam com grande indignação²⁸ a baixa produtividade da agropecuária nacional e o seu resultado pior que era a importação de alguns gêneros alimentícios, algo absurdo para um país de economia essencialmente agrícola e com recursos naturais abundantes, porém "intocados".

²⁶ Estado do Rio de Janeiro. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 01/08/1904 pelo Presidente do Estado Dr. Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Typ.do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C. (p.16-17).

²⁷ Côrte, Andréa T. da (org.) *Reedição de Política, Economia e Finanças, Campanha Presidencial (1921-1922) Conferências.* 2ª ed. Niterói: Imprensa Oficial, 2010 (p.15).

²⁸ Em discurso voltado para os eleitores paulistas durante a campanha da Reação Republicana de 1921-1922, Nilo Peçanha quase no final da sua carreira política ainda expressava esse inconformismo com o fato de o Brasil importar alimentos e matérias-primas que poderiam facilmente ser produzidas aqui e aliviar nossa balança de pagamentos: "Mas tomai os números do nosso comércio externo, e haveis de ver que ainda importamos cerca de 200 mil contos de substâncias alimentícias; tomais esses números e haveis de ver, em detalhe, que, país produtor de algodão, o Brasil ainda importa, anualmente, do estrangeiro, 90 mil contos desse artigo manufaturado;" Côrte, Andréa T. da (org.) op.cit. (p.151)

Todavia devemos lembrar que o grupo político cujo projeto prevaleceu na Primeira República foi o liberal federalista, defendido principalmente pela maioria das oligarquias rurais e grandes comerciantes urbanos sediados principalmente no estado de São Paulo. Para estes era sem sentido um Estado que regulasse o mercado ou empregasse as forças socioeconômicas do país para promover algum tipo de desenvolvimento quando o mais indicado seria que a vida econômica fosse regulada por si própria e pelos esforços privados num ambiente moderno de mercado.

Sobre o papel do Estado e a ação dos governos, por exemplo na "questão social" da época, é elucidativo a fala do Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho do Governo Campos Sales, onde percebe-se o forte viés liberal que predominava na classe dirigente republicana paulista:

"Imprevidência, o amor à ociosidade e a dissipação são vícios que só podem ser curados pelos males e sofrimentos que eles acarretam. Procurar afastar esses sofrimentos é perpetuar aqueles vícios e destruir o único agente natural e eficaz de regeneração. Seria contra os princípios de justiça proteger os ineptos, os imprevidentes, os ociosos, com o sacrifício moral e material daqueles que lutam, que se esforçam e que vencem com elementos próprios da energia individual."²⁹

A crítica feita ao liberalismo internacionalista³⁰ teorizado por Adam Smith, visto como prejudicial aos interesses dos produtores nacionais, ainda permanecia restrita a uma pequena parcela da oligarquia republicana. Além disso, tal crítica não ultrapassava a realidade do nosso capitalismo dependente e predatório e uma tradição político-social insensível a qualquer forma de incorporação do povo comum na vida e nos destinos do seu próprio país, pois este povo não se enquadraria nos padrões europeus que moldavam a prática e o pensamento dos republicanos e a das classes mais abastadas.³¹

²⁹ Joaquim Murtinho apud GRAHAM, R., 1973 (p.254).

[&]quot;Adam Smith trata da economia individual e da economia da humanidade. [...] Ele se esqueceu completamente do que o título de seu livro, *A riqueza das nações*, prometia tratar sem considerar os diferentes estados de poder, constituições, carências e culturas das diversas nações, o seu livro é um mero tratado sobre a questão: como ficariam as economias dos indivíduos e da humanidade se a raça humana não fosse separada por nações, mas unida por uma lei geral e por um nível igual de cultura da mente?" LIST, Friedrich – Esboço de economia política americana *in* HAMILTON, A. LIST, F., CAREY, H.C. *Carta da Economia Nacional contra o Livre Comércio*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2009 (p.89).

³¹ "De uma sociedade em que a escravidão impedira o desenvolvimento de forte tradição artesanal e facilitara a criação de vasto setor proletário. A fragmentação social tinha como contrapartida política a alienação quase completa da população em relação ao sistema político. Que não lhe abria espaços."

Ainda assim, subsistia em lideranças políticas e em parcelas da população da capital federal a expectativa de que o jovem regime republicano ainda defenderia os interesses maiores da economia nacional e o seu desenvolvimento, com o Estado materializando isso por meio da defesa da produção nacional, expansão do crédito e fortalecimento do mercado interno.

Mesmo após o fracasso econômico desse modelo representado pelo *Encilhamento* e a demissão do seu idealizador (Rui Barbosa), parte do legado industrial deixado por aquela política econômica continuou a existir e a se expandiu a sombra do complexo cafeeiro. Importadores e fazendeiros aos poucos percebiam oportunidades de lucro e diversificação dos seus negócios capitalistas, já que conheciam muitas das demandas do mercado interno e possibilidades de preencher lacunas de novos empreendimentos que não interessava aos grupos industriais estrangeiros.

Também neste contexto a população estrangeira que chegava ao país inicialmente contratada para engrossar o trabalho na cafeicultura, em razão das recorrentes crises da agricultura de exportação, boa parte desses imigrantes passou a deslocar-se para os principais centros urbanos principalmente do centro-sul. Italianos, alemães e outros grupos atraídos pelo mercado de trabalho em formação e as novas oportunidades de negócios, muitos desses trabalhadores estrangeiros contribuíram decisivamente para a diversificação dos serviços urbanos, além de renovarem com o seu conhecimento e técnicas muitas das profissões existentes pois muitos deles também foram artesãos, padeiros, sapateiros, pedreiros, pequenos comerciantes e profissionais liberais nas suas cidades e vilarejos natais antes de arriscarem a sua sorte como mão de obra nos cafezais e em outras lavouras do nosso país.

Nesse ambiente político e econômico, especificamente do ano de 1903, temos registrado o pensamento de Nilo Peçanha em discurso que proferiu durante reunião de articulação política na capital federal em apoio ao senador gaúcho Pinheiro Machado³²,

CARVALHO, J. M. de *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2011 (p.138).

³² **José Gomes Pinheiro Machado** nasceu em Cruz Alta (RS) no dia 8 de maio de 1851. Foi senador pelo Rio Grande do Sul em 1897, 1906 e 1915, para mais três mandatos de nove anos cada. Foi vice-presidente do Senado entre 1902 e 1905 e 1912 e 1915. Durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), a proeminência política de Pinheiro Machado acentuou-se cada vez mais entre os republicanos. Já durante o governo de Nilo Peçanha (1909-1910), seu amigo e colaborador, seu prestígio político atingiu o auge. Seu apoio e articulações políticas foram fundamentais para a eleição, em março de 1910, do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Considerado o grande eleitor da República, o árbitro da política brasileira, tornouse um dos líderes do Partido Republicano Conservador (PRC), fundado em novembro daquele ano pelos

com a presença também de Rui Barbosa. Neste documento o governador do Estado do Rio de Janeiro e futuro Vice-Presidente da República Nilo Peçanha, pede o apoio de Pinheiro Machado a um programa que, entre outras coisas, promovesse uma reforma eleitoral e a defesa de uma política protecionista mais condizente com um país como o nosso "que ainda não teve meios de explorar as suas notáveis condições de riqueza". Pinheiro Machado, por sua vez, responde também em discurso aos presentes concordando com Nilo e acrescentando que "não há país algum que possa enfrentar as nações que o rodeiam se não zelar pela fortuna interna, cuidando de sua proteção, isto é, beneficiando-a, cercando-a de cuidados e proteção". 33

Ainda, provavelmente no mesmo evento, temos mais detalhes do conteúdo do discurso de Nilo Peçanha que não foi registrado no documento citado anteriormente (Jornal *A Notícia*), mas que o *Jornal do Comércio* nos mostra revelando as ideias nacionalistas e de protecionismo econômico para os produtores e trabalhadores nacionais visando a independência econômica do país e o fortalecimento do próprio regime republicano mediante o apoio popular:

"[...] seria preciso também que deste banquete surgisse também a preocupação com a defesa da nossa produção agrícola e industrial a sombra de um regime inteligente de proteção.

Leiam a nossa legislação aduaneira e dir-se-á que o livre câmbio é um princípio de direito internacional, como se nós não fôssemos o que desgraçadamente somos — **colônia do mundo!**

Não é só o protecionismo a política de um país novo que não explorou, como o nosso, as suas condições de riqueza, é ainda ele a política dos mais velhos, como o palpitante exemplo da Alemanha, ainda em [18]79 levantando muralhas a produção similar estrangeira, da Áustria-Hungria em [18]83 com a sobrecarga de impostos de importação, com a Itália em [18]84 em um aspecto francamente proibitivo; com os Estados Unidos com uma política de todos os dias; com Portugal, o velho e querido Portugal, buscando no regime protecionista o alento para o seu tesouro e a restauração do fortuna privada./ A República que herdou do Império um grande território, e que, sem violências, nem usurpações ditou-lhe as fronteiras, precisa iniciar uma política comercial enérgica para que **emancipemos o trabalho e a**

representantes das elites dos estados descontentes com a chamada "política do café com leite". Em 1915, Pinheiro Machado foi eleito pela última vez senador pelo Rio Grande do Sul e no dia 8 de setembro, o senador gaúcho morreu assassinado no Rio de Janeiro (texto adaptado). Disponível em < http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO,%20Pinheiro.pdf> Acesso em 07/05/2015.

³³ A Notícia de 23/04/1903. Disponível em <

 $http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotecaRuiBarbosa\&pasta=\&pesq=Nilo\%20Pecanha>Acesso\ em\ 07/05/2015.$

produção./[...] É preciso que a política enteada com as aspirações do bem público com as necessidades gerais, de modo a **tornar o atual regime radicalmente amado do povo brasileiro."** (grifo nosso)³⁴

Veremos que Nilo Peçanha mesmo sendo um republicano histórico daquela fração da oligarquia mais influenciada pelas ideias protecionistas, quando na presidência do seu Estado (RJ) e, pouco depois do país, buscou praticar um modelo administrativo que mesclava estímulo e protagonismo do Governo nas atividades produtivas, principalmente na agricultura, com uma racionalização e maior eficiência da máquina pública³⁵. Percebemos que no final do seu discurso acima reproduzido, o republicano Nilo Peçanha tinha a preocupação de tornar o regime republicano mais significativo e "simpático" à maioria da população e, portanto, um regime mais popular e defensável já que promoveria o bem comum e o progresso econômico de toda a sociedade brasileira.

Porém, ao mesmo tempo, Nilo também foi um fervoroso simpatizante e adepto do modelo econômico de controle dos gastos públicos praticado durante a presidência de Campos Sales e do seu ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, fato esse que o aproximou daquele Presidente apoiando-o no Congresso Nacional quando do estabelecimento do projeto político de estabilização do regime republicano proposto por Campos Sales, a chamada "Política dos Governadores", que marcou as relações políticas e o jogo de alianças no decorrer Primeira República.

Apesar de adepto e admirador da política econômica contencionista e antiinflacionária de Joaquim Murtinho, Nilo Peçanha não era um liberal ortodoxo ou adepto das teorias de H. Spencer³⁶, tão em voga nos meios letrados na segunda metade do século XIX, pois no caso brasileiro admitia o intervencionismo estatal principalmente como promotor do desenvolvimento econômico através dos incentivos à diversificação

³⁴ Discurso de Nilo Peçanha registrado pelo *Jornal do Commercio* – sem data – provavelmente a mesma notícia sobre o banquete de apoio político oferecido ao Senador Pinheiro Machado. Disponível em http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotecaRuiBarbosa&pasta=&pesq=Nilo%20Pecanha> Acesso em 07/05/2015.

³⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *A República na Velha Província*, Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

³⁶ **Herbert Spencer**, (27/04/1820; 08/12/1903) Sociólogo e filósofo inglês, um dos primeiros defensores da teoria da evolução, que conseguiu uma síntese influente do conhecimento, defendendo a primazia do indivíduo sobre a sociedade e da ciência sobre a religião. Ele é mais lembrado por sua doutrina do darwinismo social, segundo a qual os princípios da evolução, incluindo a seleção natural, se aplicam às sociedades humanas, classes sociais e indivíduos, bem como para as espécies biológicas (texto adaptado e traduzido). Disponível em: http://global.britannica.com/biography/Herbert-Spencer Acesso em 29/04/2015.

da economia visando o emprego útil dos grupos sociais mais pobres, os quais de outra forma estariam ociosos e propensos a desordem social, principalmente nas cidades.

Provavelmente antecipando algumas das futuras medidas que o regime varguista proporia após 1930, líderes políticos como Nilo Peçanha, João Pinheiro e Júlio de Castilhos adotaram alguns dos princípios da chamada "economia nacional" em seus estados de origem, assim fugindo do receituário do liberalismo econômico ou do pragmatismo conservador que predominou no restante do país durante a Primeira República. Destes líderes republicanos talvez Nilo Peçanha, inspirado em parte pelas ideias Alberto Tôrres³⁸, foi o que talvez experimentou em escala nacional um relativo sucesso pois teve a oportunidade de implementar em seu curto mandato como presidente da República interino alguns dos princípios que defendia, deixando uma marca em termos de novas e importantes instituições que passaram a compor o Estado brasileiro e, de certa forma, gerou uma nova perspectiva sobre a produção nacional, principalmente a agricultura, e sobre a necessidade de formação profissional do trabalhador nacional.

No plano geral da constituição político-ideológica da República e do predomínio das oligarquias regionais, prevaleceu o federalismo do republicano paulista Alberto Sales inspirado nas teses liberais acrescidas do evolucionismo social de H. Spencer³⁹. Todavia, conforme o regime republicano adentrava o século XX, os excessos do seu regionalismo e disputas interoligárquicas se mostravam nocivos ao desenvolvimento de um mercado nacional integrado que fosse capaz de proporcionar oportunidades de investimentos e de geração de trabalho formal para a população de baixa renda na maior parte do país. Impostos locais, tarifas interestaduais abusivas e a ausência de objetivos de longo prazo para o país por parte do Governo da União, somente garantiam a crescente concentração de renda e créditos para os setores ligados à cafeicultura de exportação.

³⁷ "A Economia Nacional ensina por que meios uma dada nação, na sua situação particular, pode direcionar e regular a economia de indivíduos e restringir a economia da humanidade, seja para prevenir restrições e poderes estrangeiros, ou para aumentar a produtividade interna — ou, em outras palavras, como criar, na falta de um estado legítimo que abranja todo o globo terrestre, um mundo em si próprio, a fim de crescer em poder e riqueza para se uma das mais poderosas, ricas e perfeitas nações da terra, sem restringir a economia da humanidade mais do que permite o bem-estar do povo" HAMILTON, A. op. cit. (p.91).

³⁸ **Alberto Tôrres** foi deputado federal, Governador do Estado do Rio de Janeiro (1898 a 1900) e, posteriormente, nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal por Campos Sales. Líder do movimento ruralista (ou agrarista) o qual defendia uma reintegração da sociedade nacional sobre bases agrárias (algo considerado genuinamente nacional), e ativa resistência político-econômica frente a exploração capitalista exercida por suas empresas estrangeiras que na sua visão somente saqueavam a riqueza do país e não ofereciam uma contrapartida a economia nacional. LUZ, Nícia V. *A luta pela industrialização do Brasil:* 1808 a 1930. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 (p.99-100).

³⁹ VITA, Luís W. *Alberto Sales: Ideólogo da República*. São Paulo: Cia Ed. Nacional/Edusp, 1965.

Este regionalismo dissolvente⁴⁰ criou uma república onde os interesses nacionais permaneciam secundários, num quadro de riqueza das principais oligarquias do país submissas ao mundo capitalista central, enquanto aceitava a miséria da população nacional pobre, mantida num obscurantismo subserviente que era, ao mesmo tempo, marcado por convulsões sociais duramente reprimidas pelo Estado brasileiro.

Apesar destes problemas sociais, a população em algumas capitais brasileiras crescia e estava diretamente ligado ao aumento do número de operários que passam ocupar as vagas de trabalho na indústria e nas pequenas oficinas destas cidades, além do fluxo migratório e imigratório que dinamizava o conjunto demográfico do país naquele período histórico. No caso de São Paulo, vale lembrar que o censo de 1920 já indicava como mão de obra estrangeira cerca de 44% dos trabalhadores operários nas fábricas e oficinas desta cidade.

Esse incremento populacional, principalmente de algumas das capitais e cidades do país, além de agravar o problema de não absorção de grande número de pessoas pelo incipiente mercado de trabalho, jogava uma massa de desempregados nos centros urbanos mais dinâmicos que sobrevivia de ocupações mal definidas e de baixíssima remuneração conforme dito anteriormente e que, por uma questão de sobrevivência, faziam esta população miserável da época também transitar na esfera da ilegalidade e do comportamento marginal, assim entendidos pela sociedade da época.⁴¹

⁴⁰ NASCIMENTO, Benedicto H. *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945.* São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP/IEB, 2002 (p.41).

⁴¹ "Esta população poderia ser comparada às classes perigosas ou potencialmente perigosas de que se falava na primeira metade do século XX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, [...]. Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, nas ruas centrais da cidade velha, tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez, jogo. Em 1890, estas contravenções eram responsáveis por 60% das prisões de pessoas recolhidas à Casa de Detenção." CARVALHO, J.M de, op. cit. 2011 (p.18).

Tabela – 1: Crescimento da população urbana de algumas capitais em comparação com o total nacional (1872 a 1940)

Data	1872	1890	1900	1920	1940
Salvador	129.109	174.412	205.813	283.422	290.443
São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033	1.326.261
Rio de Janeiro	274.972	522.651	811.443	1.157.873	1.764.141
Porto Alegre	43.998	52.421	73.674	179.263	272.232
Belo Horizonte	•••		13.472	55.563	211.377
Brasil	9.930.478	14.333.915	17.438.434	30.636.605	41.236.315

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920 e 1940 (população presente).

Como também observou Nicolau Sevcenko⁴², as primeiras décadas republicanas foram marcadas pela violência política e social no campo e nas cidades, a qual era experimentada principalmente pela população nacional marginalizada. Esta se deparava com um regime republicano oligárquico que lhes negava a expansão da cidadania política e um capitalismo dependente impeditivo da sua plena inserção numa economia que muito lentamente e de forma segregadora ia se modernizando.

A chegada de grandes contingentes de imigrantes estrangeiros financiados principalmente pelos interesses da burguesia cafeeira, veio a agravar o desequilíbrio estrutural entre a já existente população economicamente ativa e a demanda por empregos formais na indústria e serviços. Este contínuo excesso de mão de obra no período analisado, enquanto no meio rural do centro-sul manteve comprimido os já baixos salários da mão de obra campesina, também através do êxodo rural "apenas transferia a pobreza das áreas rurais para a cidade, sobrecarregando a força de trabalho da capital, particularmente o setor terciário, com trabalhadores ocupando empregos temporários e instáveis ligados a tarefas informais." 43

-

⁴² "Aos pobres em geral, nessa sociedade, não se atribuiu a identidade jurídica de cidadãos, inerentes à República. Na prática, era reservado a eles um tratamento similar ao aplicado aos antigos escravos, controlados pelo terror, ameaças, humilhações e espancamentos, com o Estado assumindo as funções de gerente e de feitor." SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina: mentes insanas e corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 (p.116)

⁴³ PINTO, Maria Inez M.B. *Cotidiano e sobrevivência: A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1919.* São Paulo: Edusp/Fapesp, 1994 (p.47).

Ainda segundo a pesquisa de Maria Inez Pinto⁴⁴, um diferencial da massa de imigrantes que completava principalmente as populações urbanas do centro-sul do país tinha a ver com seu modelo de solidariedade familiar e étnica o que lhes possibilitava formar redes de apoio para os recém-chegados nos centros urbanos, formar pequenos empreendimentos a partir de modestas poupanças ou a possibilidade de exercer onde se fixavam algum ofício que aprendiam com os patrícios ou que já dominavam desde a pátria-mãe.

Mas ainda assim, mesmo para os imigrantes pobres e assalariados, a expansão industrial que ocorria numa cidade como São Paulo não era garantia de absorção de tamanha população pobre que lutava para conseguir algum emprego com salário fixo. As vagas na indústria eram poucas⁴⁵ quando comparadas com a população economicamente ativa que não parava de crescer, e a situação econômica do país e dos seus setores (agricultura, indústria e serviços) era instável e sempre sujeito a crises conjunturais que faziam empresas fecharem as suas portas da noite para o dia, despejando nas ruas levas de novos desempregados.

Finalmente para completar o quadro do possível mundo do trabalho dos "desfortunados" do começo do século XX, vale a pena destacar a não-integração plena na sociedade e na economia daquela parcela ex-escrava da população pobre nas suas primeiras gerações pós-Abolição, pois na sociedade hierarquizada e predominantemente rural da Primeira República o "moderno" ainda continha fortes permanências do passado escravocrata e autoritário do regime anterior.

Em pesquisa de Marcia L.P. Araújo⁴⁶ sobre a educação de crianças afrodescendentes no sistema escola paulista da Primeira República, a autora constatou a partir de depoimentos orais de pessoas negras que vivenciaram o processo de escolarização naquele período histórico os seguintes obstáculos experimentados por essa parcela da população:

⁴⁴ Id., PINTO (1994).

⁴⁵ "A estrutura industrial que se desenvolveu em São Paulo neste período, embora estivesse em crescimento o número de estabelecimentos com maquinaria relativamente complexa, quantitativa e qualitativamente, caracterizava-se pela pequena empresa, de base técnica artesanal, com capital fixo mínimo, pequena escala de produção e baixa rentabilidade, apresentando reduzida capacidade de manter um nível de empregos permanentes" PINTO, op. cit., 1994 (p.68).

⁴⁶ ARAÚJO, Márcia L.P. *A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940).* Tese de Doutorado, Faculdade de Educação-USP, São Paulo, 2013.

"[...] negação ao direito à matrícula, restrição a vestimentas vistas como inadequadas, falta de responsáveis para efetuar a matrícula, manifestações de racismo vivenciadas dentro da escola, dificuldades inerentes à pobreza, ingresso precoce no mercado de trabalho, entre outros problemas."⁴⁷

Enquanto os menores pobres estavam sujeitos a sua não integração no sistema escolar oficial público da época devido a falta de vagas para o ingresso, até diversos outros problemas de caráter cultural, social e/ou econômico, o jovem e o adulto nacional das classes populares fosse ele negro, mestiço ou de outras etnias, experimentava uma dificultosa absorção no mercado de trabalho formal – indústria e serviços – já ocupado geralmente por imigrantes com escolaridade ou experiência profissional um pouco melhor, aos nativos restava geralmente as ocupações mais baixas e mal remuneradas disponíveis no mercado de trabalho.

A população migrante nacional que deixava o meio rural, composta por o exescravos, mestiços, caboclos, caipiras, etc, concorria em desvantagem nos centros urbanos com as levas de novos imigrantes estrangeiros. Apesar da pobreza em comum, os imigrantes saiam na frente pela sobrevivência por já estarem habituados à disciplina do trabalho sob o capitalismo moderno europeu ou também porque já possuíam alguma qualificação mínima para certas ocupações profissionais artesanais ou manufatureiras.

Porém mesmo esta vantagem era relativa e muitas vezes nenhum trabalhador pobre, não importava sua origem, estava protegido do endêmico desemprego estrutural⁴⁸ que atingia toda a economia. Essa instabilidade da indústria local e dos negócios em geral jogava a todos na mesma precariedade econômica e, portanto, vulnerabilidade ante uma existência de extrema pobreza.

⁴⁷ Id., 2013 (p.39).

⁴⁸ "Os entraves estruturais da economia à acomodação do homem pobre no processo produtivo, o rápido crescimento demográfico de uma população pobre desempregada, trazida pela corrente imigratória, e a frequência das flutuações cíclicas de suas atividades, geravam o crescimento vegetativo de uma massa desenraizada, vivendo numa situação ambígua de participação-exclusão, cujas possibilidades de se integrar nas profissões lucrativas estáveis eram reduzidíssimas, estando condenada ao semi-emprego crônico." PINTO, op. cit., 1994 (p.113).

2. A trama republicana no contexto da criação da rede federal das EAAs.

A implantação do regime republicano se insere no processo histórico mais amplo de transformação da sociedade brasileira majoritariamente rural do século XIX, para outra mais urbana e capaz de produzir mercadorias numa escala industrial moderna. Desta forma, no centro economicamente mais dinâmico do país passou a haver uma clivagem social mais capitalista, deixando para trás aquela organização social escravista e fundiária.

Esta nova orientação moderna da sociedade brasileira, dependia da capacidade financeira dos seus agentes econômicos e das novas possibilidades de posse dos meios de produção, agora mais diversificados e em escala muito maior em razão da chamada Segunda Revolução Industrial que alcançara países da periferia do capitalismo mundial como o nosso.

Neste ambiente em rápida transformação social a velha aristocracia rural e os seus valores e símbolos de poder político e prestígio tiveram que ceder lugar às oligarquias regionais da República, as quais, por sua vez, traziam em si o ranço elitista dos dominantes do passado, porém mais aberta às inovações políticas e econômicas desde que estas não os desfavorecesse na nova ordem política e social que se instalava no país pós Abolição e Proclamação da República. As novas oligarquias dominantes lutavam por manter antigos privilégios e, se possível, ampliá-los no novo regime político.

Novamente faremos uso da genialidade literária e profundo senso crítico do escritor Lima Barreto sobre a sociedade brasileira nas décadas iniciais da Primeira República, pois foi justamente nesse ambiente cultural que se deu a sistematização do ensino federal de ofícios no país. Usaremos um trecho considerável de uma de suas obras (Os Bruzundangas), para ilustrarmos mais vividamente como as oligarquias dominantes e outros grupos sociais a ela alinhados ideologicamente viam a educação e a sua utilidade como um eficiente mecanismo de ascensão social:

"Já vos falei na **nobreza doutoral** desse país; é lógico, portanto, que vos fale do ensino que é ministrado nas suas escolas, donde se origina essa nobreza. Há diversas espécies de escolas mantidas pelo governo geral, pelos governos provinciais e por particulares. Estas últimas são chamadas livres e as outras oficiais, mas todas elas são equiparadas entre si e os seus diplomas se equivalem. Os meninos ou rapazes, que se destinam a elas, não tem medo absolutamente das dificuldades que o

curso de qualquer delas possa apresentar. Do que eles têm medo, é dos exames preliminares. De forma que os filhos dos poderosos fazem os pais desdobrar bancas de exames, por em certas mesas pessoas suas, conseguindo aprovar os pequenos em aritmética sem que ao menos sabiam somar frações, outros em francês sem que possam traduzir o mais fácil autor. Com tais manobras, conseguem sair-se da alhada e lá vão, cinco ou seis anos depois, ocupar gordas sinecuras com a sua importância de "doutor". [...] / O ensino superior fascina a todos na Bruzundanga. Os seus títulos, como sabeis, dão tanto privilégios, tantas regalias, que pobres e ricos correm para ele. Mas só são três espécies que suscitam esse entusiasmo: o de médico, o de advogado e o de engenheiro. / Houve quem pensasse em torna-los mais caros, a fim de evitar a pletora de doutores. Seria um erro, pois daria o monopólio aos ricos e afastaria as verdadeiras vocações. De resto, é sabido que os lentes das escolas daquele país são todos relacionados, tem negócios com os potentados financeiros e industriais do país e quase nunca lhes reprovam os filhos.",49

O trecho acima permite-nos analisar com mais profundidade o contexto sóciocultural no qual tomou forma o sistema de ensino de ofícios naquele início de século XX,
ao ser criada aquela instituição de ensino profissional. Tanto esta instituição como os seus
agentes operadores expressarão a contraditória realidade de um país e suas organizações
públicas que, por um lado, admira e propagandeia os valores meritocráticos do
capitalismo do mundo desenvolvido, porém, de outro, possuía uma *práxis* e mecanismos
de distinção social típicos de uma sociedade patrimonialista e quase estamental.

Não é de se admirar que nas tentativas de transformação e modernização da educação popular pela oligarquia republicana⁵⁰ daquele período, quase sempre o ensino de ofícios no senso comum daquela elite e das classes médias, vinha impregnado de uma concepção assistencialista e de prevenção contra as chamadas "classes perigosas"⁵¹ que passaram a inchar as principais cidades da República.

⁴⁹ BARRETO, Lima, op. cit., (p.73-74).

⁵⁰ Tomo aqui de empréstimo a sucinta, porém útil para os nossos objetivos, definição do termo *Oligarquia* pelo professor Pedro C. D. Fonseca: "Entendo por oligarquia uma situação de poder em que são estabelecidas regras e normas, legais ou por tradição, que permitam a um mesmo grupo dirigente perpetuarse no poder, ou só abri-lo a outros grupos com seu expresso consentimento" FONSECA, Pedro C.D, *Vargas: o Capitalismo em construção: 1906-1954.* 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 2014 (p.154).

⁵¹ Aqui pode-se entender simplesmente como uma expressão que designa um grupo social formado à margem da sociedade civil, isto é, um grupo que havia abertamente optado por uma estratégia de sobrevivência que o colocava à margem da lei. Porém, para um pesquisador como S. Chalhoub o conceito de classes perigosas traz em si um forte componente ideológico que norteia a percepção das classes dominantes, em outras palavras, a concepção de que seriam perigosas por serem pobres, por desafiarem as políticas de controle social no meio urbano e também por serem consideradas propagadoras de doenças. Mas isso não nega que de fato houvesse nesta população desassistida e moradora dos principais centros urbanos da época altos índices de violência doméstica e criminalidade. Sobre esta perspectiva de Chalhoub: "Em suma, a hipótese que se quer lançar aqui é a de que a existência da ociosidade e do crime tem uma utilidade óbvia quando interpretada do ponto de vista da racionalidade do sistema: ela justifica os

Neste ambiente pregava-se o ensino profissional para os jovens pobres oriundos dos extratos mais baixos da sociedade. Pretendia-se obter sua inserção o mais cedo possível no mundo do trabalho pois as elites republicanas acreditavam que isso seria uma espécie de antídoto contra o potencial de criminalidade e vadiagem desta população marginalizada e, secundariamente, garantir um suprimento de futuros profissionais mais disciplinados para a indústria e o setor de serviços que se expandia nos centros urbanos mais dinâmicos.

Vale lembrar que tradicionalmente o ensino de ofícios teve entre nossa população e suas classes dirigentes uma reputação menor por se tratar de um tipo de educação voltada para os elementos mais pobres e desprezados da pirâmide social brasileira, enquanto que para os filhos da elite a ênfase foi o conhecimento intelectual dissociado dos problemas práticos da vida cotidiana.⁵²

Após a promulgação da Constituição Republicana de 1891, a instabilidade política do regime continuava em razão da disputa política das duas principais tendências políticas do início do regime republicano⁵³. No capítulo sobre a educação⁵⁴, ainda persistia em linhas gerais fortes traços de uma sociedade estratificada em grupos sociais onde aqueles dominantes não abriam mão de seu status e privilégios sociais, mantendo também a seu serviço as instituições públicas da Educação que eram conservadoras na sua essência.

As falas dos primeiros dirigentes do Executivo federal da República, em suas mensagens presidenciais apresentadas ao Congresso Nacional, muito podem nos elucidar sobre como as frações mais importantes das classes dominantes brasileiras e seus dirigentes políticos viam a questão da educação pública e, para o nosso objeto de análise, a importância (ou não) do ensino de ofícios para a população pobre do país.

mecanismos de controle e sujeição dos grupos sociais mais pobres. / Mais do que isto, já que ideologicamente quase se equivalem os conceitos de pobreza, ociosidade e criminalidade - são todos atributos das chamadas "classes perigosas" CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 2012. (p.80)

⁵² Sobre este tema, discorreram com clareza e profundidade Celso Suckow da Fonseca em seu 1º volume de História do Ensino Industrial no Brasil, Rio de Janeiro: SENAI, 1986; e Luiz Antônio Cunha nos capítulos iniciais (I e II) da sua obra O ensino de ofícios artesanais e manufaturados no Brasil escravocrata. 2ªed. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2005.

⁵³ Estes conflitos políticos do início do Brasil republicano, principalmente entre os anos de 1892 a 1904, tinha de um lado os que advogavam um governo republicano forte, centralista, intervencionista e que promovesse o progresso econômico do país ("progressivismo social"), do qual faziam parte os chamados "jacobinos", positivistas, intelectuais da capital federal e setores do Exército. Do outro lado, estavam os defensores de um republicanismo civil e liberal, ligados principalmente aos republicanos históricos de São Paulo, os quais defendiam um modelo político mais excludente em termos de participação política popular, federalismo, ênfase no desenvolvimento da agricultura (principalmente a cafeicultura) e ortodoxia na política financeira que estava sob responsabilidade do Executivo federal.

⁵⁴ Os artigos 35 e 72 da referida constituição de 1891, disciplinavam o direito à educação.

A seguir analisaremos nas falas dos chefes do executivo federal algumas das concepções (ou ausência delas) sobre a educação profissional (ou de ofícios) dos governantes da Primeira República, revelando em parte a percepção que as classes dirigentes republicanas tinham sobre este ramo de ensino voltado para a população mais pobre.

Começamos⁵⁵ com a mensagem do Marechal Floriano Peixoto (presidência de 23/11/1891 a 15/11/1894), vice-presidente do também Marechal Manuel Deodoro da Fonseca que havia renunciado em 23 de novembro de 1891, poucos meses após a vigência da primeira constituição republicana. Floriano Peixoto na sua mensagem claramente apresenta aos congressistas e a nação o tema do ensino profissional:

"1892 - Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Vice-Presidente da República, Marechal Floriano Vieira Peixoto na abertura da 2a sessão ordinária da 1a legislatura: O Governo tem-se desvelado em difundir a educação popular e a instrução pública, e aguarda da vossa sabedoria a necessária cooperação para a efetividade desse grande empenho. O desenvolvimento da indústria acentua a necessidade de prover com a máxima brevidade, e eficazmente, ao ensino profissional, tão descurado entre nós. O Instituto para esse fim ultimamente criado, pelo Decreto nº 722, de 30 de janeiro, não poderá iniciar sua importante função sem que concedais ao Governo os recursos necessários, afim de ser instalado convenientemente. [...]

1893 - Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Vice-Presidente da República, Marechal Floriano Vieira Peixoto, na abertura da 3a sessão ordinária da 1ª legislatura: O Instituto Profissional, criado pelo Decreto nº 722, de 30 de janeiro de 1892, **tão necessário ao desenvolvimento da indústria**, ainda não foi instalado por falta dos precisos recursos orçamentários (grifos nosso)". ⁵⁶

Nota-se que o Governo de Floriano Peixoto, já em 1892, expressava a clara intenção de executar seu projeto de ensino profissional através da criação de um "Instituto de Educação Profissional", que se localizaria na capital federal. Entretanto, a materialização desse projeto dependia de aprovação do Congresso Nacional em disponibilizar recursos do orçamento da União para tal intento. O Instituto de Educação

-

⁵⁵ Lembramos que a constituição foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891, após o Governo Provisório que havia proclamado a República em 15/11/1889, e nela estabeleceu-se a eleição indireta de Deodoro da Fonseca para presidente e de Floriano Peixoto como seu vice, começando assim o primeiro governo constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil.

⁵⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *A EDUCAÇÃO nas mensagens presidenciais (1890 1986)* Vol.1, Brasília: INEP, 1987 (p.17 e 20).

Profissional, proposto no Decreto nº 722 de 30 de janeiro de 1892⁵⁷, tinha a intenção de centralizar numa única instituição o recolhimento de menores de 14 anos em situação de vulnerabilidade social e encaminhar aqueles "que se achem em condições de ter o aprendizado profissional" O referido Instituto receberia os internos da Casa São José e do Asilo de Meninos Desvalidos e funcionaria sob a responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em prédio localizado no bairro de Vila Isabel do Distrito Federal. Em 1893, novamente Floriano Peixoto citava a necessidade do início de funcionamento do Instituto Profissional "tão necessário ao desenvolvimento da indústria", mas criticava a não autorização de crédito por parte do Congresso Nacional para a instalação desta instituição corretiva e de ensino de ofícios.

Floriano Peixoto associava a educação profissional ao crescimento econômico e industrial da nação, mas revela também no conteúdo do Decreto nº 722 que o público-alvo deste tipo de educação continuavam sendo preferencialmente os menores de idade pobres, desvalidos, em situação de mendicidade, abandono e "ociosos". Caberia ao Estado recolhê-los e discipliná-los para se tornarem úteis ao novo modelo econômico moderno que o país reclamava.

Ao final do seu tumultuado governo e no seguinte, o país ainda experimentava as consequências negativas da crise econômica do "Encilhamento", tais como forte inflação, deterioração das contas públicas e das contas externas.

No governo seguinte, do civil e paulista Prudente de Morais (presidência de 15/11/1894 a 15/11/1898), em outra mensagem dirigida ao Congresso Nacional em 1897⁵⁹, o Presidente paulista sequer menciona outros ramos da educação pública que não fossem o ensino superior e os cursos secundários de acesso a ele. Parece que a

⁵⁷ Decreto nº 722, de 30 de Janeiro de 1892 - Providencia sobre a criação do Instituto de Educação Profissional e dá outras providencias: Art. 1º Fica derrogado o disposto no § 1º do art. 1º do decreto n. 9274 de 6 de setembro de 1884, interdita assim ao Asilo de Mendicidade a admissão de menores de 14 anos, os quais, quando encontrados em abandono ou na ociosidade, serão recolhidos, por ordem da autoridade competente, ao estabelecimento de Assistência á Infância Desvalida, ainda que em secção especial, até serem reclamados, precedendo autorização do funcionário público a cuja disposição tiverem estado./ Art. 2º Ficam fundidos em um só estabelecimento a Casa de S. José e o Asilo de Meninos Desvalidos, sob este último nome, e direção do pessoal da primeira, funcionando no edifício do Asilo em Villa Isabel./ Parágrafo único. Nesta conformidade serão alterados os respectivos regulamentos, convertendo-se também em um só os patrimônios dos dois atuais asilos de menores./ Art. 3º O pessoal administrativo e docente necessário e parte das oficinas do atual Asilo de Meninos Desvalidos, constituirão o núcleo de um novo instituto de educação profissional a cargo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por competir-lhe a instrução pública, e que passará a funcionar no palácio da Quinta da Boa Vista.[...] Capital Federal, 30 de janeiro de 1892, 4º da Republica. Floriano Peixoto. Coleção de Leis do Brasil - 1892, Página 22 Vol. 1 pt II. em Acesso em: 30/04/2015.

⁵⁸ Id, INEP, 1987 (p.17 e 20).

⁵⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, op. cit. (p.26)

preocupação exclusiva deste grupo republicano no poder era principalmente a melhoria do acesso aos cursos superiores e a qualidade destes, ou seja, o governo federal estava voltado para o ensino das classes dirigentes da República, pois desta forma estaria cumprindo ao pé da letra a constituição republicana na qual constava que aos Estados e municípios deveria ser a responsabilidade do ensino básico.

O governo do republicano histórico e também paulista Campos Sales (15/11/1898 a 15/11/1902), novamente segue os princípios federalistas da Constituição em relação as responsabilidades dos entes federativos ao não citar questões ligadas à educação básica

Em sua mensagem ao Congresso⁶⁰, cita a promulgação de um código para os institutos oficiais de ensino superior e secundário cuja implementação beneficiaria especificamente os cursos de Direito, Escola de Minas, Faculdades de Medicina e a Escola Politécnica, ou seja, aquilo que em termos de educação mais despertava a atenção e a demandas da parcela mais influente e com poder aquisitivo da sociedade brasileira do início do século XX.

Campos Sales é geralmente lembrado por ter sido um governo marcado por uma dura política de estabilização econômica, condição imposta no acordo feito com banqueiros ingleses – "funding loan" – em 1898, mas que garantirá as bases da relativa estabilidade econômica para os governos seguintes, além de estabelecer a chamada "política dos governadores" que acomodará em boa medida os interesses do Executivo federal a partir de alianças com as oligarquias regionais mais poderosas, dando o ritmo das alianças políticas dos governos seguintes.

A presidência de outro paulista, Rodrigues Alves (15/11/1902 a 15/11/1906), segue basicamente a mesma concepção no que se refere a educação nacional⁶¹, apesar de citar a "instrução pública em todas as suas diferentes fases". Novamente o objeto de atenção deste governo oligárquico é, ainda, o ensino superior e a qualidade dos cursos secundários vistos como via de acesso para aquele.

Afonso Pena (presidência de 15/11/1906 a 14/06/1909)⁶², leva a efeito uma nova orientação do Executivo federal no que dizia respeito a política educacional do país. Nas

⁶⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, op. cit. (p.29).

⁶¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, op. cit. (p.35).

⁶² **Afonso Augusto Moreira Pena** nasceu em Santa Bárbara (MG), no dia 30 de novembro de 1847. Teve certa oposição ao positivismo derivava de seu arraigado catolicismo e de suas simpatias pela instituição monárquica. Muito embora não tenha participado da maçonaria, integrou uma sociedade secreta estudantil chamada Burschenschaft, ou Bucha, como era conhecida Faculdade de Direito de SP. Tornou-se conselheiro de Estado ainda na Monarquia, no ano de 1888. A defesa da taxação de produtos estrangeiros importados como forma de subsidiar a produção genuinamente nacional expressou seu compromisso com as teses protecionistas. O abandono das teses do laissez-faire em sua trajetória pública, se deu a partir das

mensagens ao Congresso Nacional em 1906 e 1907⁶³, o presidente mineiro Afonso Pena reitera a intenção do seu governo em apoiar as iniciativas dos poderes locais interessados em criar instituições voltadas ao ensino profissional para propiciar o desenvolvimento industrial em suas regiões com uma maior oferta de mão de obra qualificada. Assim declarava seu governo sobre uma educação voltada para o progresso da economia:

"Manifesto inaugural do Presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena (1906): A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional, muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis. [...]. É preciso, pois, proporcionar à nossa mocidade meios de se aparelhar para exercer com inteligência e proveito a nobre profissão que tão profícua influência tem no mundo moderno. / A reunião, na Capital da República, de um Congresso de Instrução, em que ilustres e competentes cidadãos têm discutido as questões mais elevadas e práticas do ensino, é fato animador e que demonstra quanto a opinião se preocupa com este interessante objeto. A manifestação de opiniões autorizadas na indicação de reformas proveitosas, é de inestimável valor para guiar o poder público."64

Diferentemente dos governos anteriores em matéria de políticas públicas voltadas a Educação, o governo Afonso Pena insiste numa relação entre o oferecimento de ensino técnico e profissional e o progresso econômico da nação. Cita inclusive o olhar do seu governo para os debates e conclusões que haviam sido produzidas num Congresso de Instrução na cidade do Rio de Janeiro em 1906 e, em mensagem no ano seguinte, chama novamente o Legislativo federal a apoiar medidas que incentivassem efetivamente o ensino profissional e técnico, conforme registrado abaixo:

٠

primeiras experiências em cargos executivos de maior monta, ou seja, a partir da década de 1880. Já no regime republicano, teve uma trajetória política de sucesso em seu Estado natal e, em 1906, foi eleito Presidente da República. Entre suas inúmeras realizações à frente do governo destacaram-se um forte investimento na infraestrutura do país. Pena foi também o criador de uma nova pasta, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, o qual só veio a funcionar efetivamente após sua morte. Tal pasta reunia os interesses de outros setores agrícolas que não os do café. No que tange à política econômica, sua maior contribuição foi a viabilização do Convênio de Taubaté, primeira política de proteção ao café instituída no Brasil, através da participação do governo federal como avalista do empréstimo financeiro que tornou possível efetivá-lo. Destaque-se que, entre os presidentes da Primeira República, Afonso Pena estava entre os mais comprometidos com o desenvolvimento industrial do país, muito embora não deixasse de lado os interesses agrários, então predominantes. Morreu no dia 14 de junho de 1909 no palácio do Catete. Seu mandato foi concluído pelo vice-presidente Nilo Peçanha (texto adaptado). em: Disponível http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira- republica/PENA,%20Afonso.pdf> Acesso em: 26/04/2015.

⁶³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, op. cit. (p.37 a 39).

⁶⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, op. cit. (p.37).

"Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Afonso Augusto Moreira Pena, na abertura da 2ª sessão da 6ª legislatura (1907): Dentre esses problemas, um dos mais importantes é, sem dúvida, o da instrução pública, que nos últimos anos, forçoso é dizê-lo, tem vivido num regime de vacilações e incertezas, cujas deploráveis consequências avultam e se acentuam cada dia. Normalizar esse ramo do serviço público é uma necessidade que se impõe; e eu espero e confio que para isto não poupareis esforços, discutindo e votando uma reforma séria e capaz de satisfazer as exigências do ensino moderno. Devemos cuidar com especial atenção do ensino profissional e técnico, tão necessário ao progresso da lavoura, do comércio, indústrias e artes."

Em 1908, Afonso Pena novamente chama o Congresso na capital federal a agilizar e aprovar sua pretendida reforma da Instrução Pública, segundo ele, fundamental para a modernização de um país que pretendia fazer parte do grupo das chamadas nações civilizadas.⁶⁶

Sabemos que efetivamente Afonso Pena fez aprovar no Congresso Nacional, em 1906, a Proposição 195⁶⁷ que autorizava o Presidente da República a destinar recursos financeiros do orçamento da União para a implantação de escolas federais profissionais nos Estados. Seu governo deu o primeiro passo disponibilizando o aporte de recursos financeiros para este projeto educacional, porém não avançou no Congresso Nacional até que, após a sua morte, o seu sucessor, o fluminense Nilo Peçanha, assumisse interinamente a presidência da República em 1909.

Os tempos para a economia e o ensino profissional eram outros⁶⁸, o país colhia alguns resultados positivos da política ortodoxa de estabilização econômica executada a partir do governo de Campos Sales, fato este que havia permitido o recebimento de

⁶⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, op. cit. (p.39).

⁶⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, op. cit. (p.54).

⁶⁷ "A proposição 195, de 1906, da Câmara dos Deputados, deve ser saudada como um marco na história do ensino industrial no Brasil, uma vez que representa, na República, o primeiro documento oficial habilitando, com recursos financeiros, o poder público a iniciar, entre nós, as escolas profissionais de âmbito federal./ É verdade que não autorizava o Presidente da República a instalar as escolas, mas a entender-se com os governos dos Estados no sentido de serem elas instaladas. A intromissão do poder federal no ensino elementar dos Estados – e o profissional estava situado naquele grau – era considerado inconstitucional e os legisladores não poderiam indicar outra solução senão aquela do entendimento com as administrações estaduais". FONSECA, C. S. *História do Ensino Industrial no Brasil* (vol. I ao V), Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986 (p.158).

⁶⁸ "As expressões do Manifesto do Presidente Afonso Pena; a inclusão de verba do Ministério da Justiça, por parte da Câmara, para o ano de 1907, com a finalidade de permitir um entendimento com os Estados no sentido de serem instituídos escolas profissionais; o gesto da Comissão de Finanças do Senado, aumentando de 100:000\$000 para 500:000\$000 aquela dotação; as ideias do Congresso de Instrução, reunido no Rio de Janeiro, expunha ao país, eram indícios de uma tendência geral sobre o que deveria ser feito no campo do ensino de oficios." FONSECA, op. cit. (p.160).

recursos financeiros externos do "funding loan" de 1898. Também ajudaram no início do século XX o saldo positivo resultante das exportações de borracha, a melhora dos preços do café e a volta dos investimentos externos os quais contribuíram para a valorização do câmbio, induzindo o governo brasileiro a adotar o Padrão Ouro⁶⁹ a partir de 1906, até a sua desestabilização com o início da Primeira Grande Guerra (1914-1918).

Possivelmente sem estas condições econômicas mais estáveis, o Presidente Afonso Pena (e seu sucessor) não teriam obtido da Câmara Federal a inclusão de verba destinada ao ensino de ofícios, inicialmente sob responsabilidade do Ministério da Justiça, para permitir o futuro entendimento com os Estados da União a fim de serem instituídas as escolas de ensino de ofícios de nível básico.

A partir deste ponto, antes de nos aprofundarmos nos fatores mais relevantes para a institucionalização do ensino de ofícios de nível federal, levada a cabo na presidência do sucessor de Afonso Pena (Nilo Peçanha), analisaremos a atuação e o funcionamento de alguns dos principais agentes políticos e instituições no contexto e na conjuntura político-social da Primeira República brasileira. Ou seja, qual era a percepção dos agentes e forças políticas de suas possibilidades de intervenção na cena política e, mais especificamente, de impor uma determinada política pública como a educação profissional para todo o país?

Concordamos com a análise de João Tristan Vargas quando afirma que o Estado brasileiro e suas principais instituições durante a Primeira República eram caracterizados por um tipo de "privatização da esfera pública" pelos principais grupos oligárquicos⁷⁰ e que, portanto, qualquer tentativa na direção de direitos sociais mais amplos e/ou defesa de direitos civis da maioria da população isso implicaria numa "desprivatização" do Estado republicano controlado por aquelas minorias dominantes, significando também um combate a estas mesmas oligarquias encasteladas no poder e detentoras de privilégios.

O regime republicano federalista e presidencialista imposto a partir de 1889, em linhas gerais, durou até a Revolução de 1930 e, apesar do crescimento urbano, expansão e diversificação da indústria e do setor de serviços, ainda predominava uma sociedade de

-

⁶⁹ A opção pelo padrão ouro foi para as autoridades econômicas do Governo o coroamento de uma política econômica que inseria o Brasil no rol das nações ditas "civilizadas" e de gestão econômica "responsável" aos olhos dos principais credores e investidores externos. Apesar desta inserção da nossa moeda nas regras do padrão ouro internacional ser responsabilizada pela tese de Celso Furtado pela "tendência ao desequilíbrio externo", apesar de que na época houve uma forte demanda de diversos agentes econômicos pela estabilização do câmbio (interrupção da alta) e para isso foi necessário o país se submeter ao sistema que vigorava entre as principais economias capitalistas do mundo.

⁷⁰ VARGAS, João T. *O trabalho na ordem liberal: O movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas: Unicamp/CMU-Publicações, 2004.

base agrária, de poucos recursos tecnológicos, além de uma realidade sócio-econômica de pouquíssima mobilidade social na maior parte do país.

Como dito anteriormente, os grandes proprietários de terras e seus parceiros urbanos no ramo do grande comércio importador e/ou exportador, tinham seus privilégios e poderes assegurados por uma complexa rede de instituições jurídicas, assim como pela tradição compartilhada pelo senso comum da maior parte da população simples do país. Nas instituições sociais e órgãos governamentais da "república", em geral (ai incluso escolas e a educação como um todo) predominava uma atitude de caráter defensivo que assegurava a durabilidade de velhos conceitos, hábitos, comportamentos e costumes arcaicos que tornavam difícil a maior parcela da população nacional ultrapassar o seu atraso secular.

No ambiente social descrito acima, o embate político republicano se agudizava principalmente nos períodos de escolha do novo chefe do executivo federal, quando as principais frações das oligarquias republicanas mediam sua capacidade de articulação para reunir em torno de si aliados capazes de agregar maior peso político em suas chapas eleitorais.

A vitória da chapa presidencial encabeçada por Afonso Pena (MG), tendo como vice Nilo Peçanha (RJ), significou um golpe na hegemonia do PRP sobre o país. Sobre este tema, concordamos com a análise de Cláudia Viscardi⁷¹ de que não se pode atribuir a candidatura e a eleição de Afonso Pena principalmente com a prévia aceitação dos termos do Convênio de Taubaté pelos mineiros do PRM.

A partir do Governo Afonso Pena, mineiros, fluminenses e gaúchos, entre outras oligarquias que buscavam espaço, numa aliança frágil também sob a liderança do senador Pinheiro Machado, superaram por breve tempo a hegemonia política da oligarquia paulista no plano nacional, porém os cafeicultores paulistas ainda obtiveram do governo federal a fiança pelos empréstimos externos das operações de valorização do café, para o financiamento da armazenagem para vendas futuras daquele produto.

De fato, a contragosto o PRP perdia a chefia do Executivo federal, porém mantinha sob sua influência as políticas monetária e cambial, além do aval da União para empréstimos que fossem voltados para proteger os interesses da cafeicultura de exportação e seus negócios relacionados.

⁷¹ VISCARDI, Cláudia M.R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do "café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. (Capítulo 2).

O Convênio de Taubaté de 1906 oficializava uma política de defesa das rendas do café que beneficiava principalmente os cafeicultores paulistas, entretanto, em termos políticos, permitiu a ascensão da oligarquia mineira apoiada principalmente pelo Rio Grande do Sul, sendo este controlador do Senado na figura do líder gaúcho Pinheiro Machado, permitindo ao Executivo uma política menos ortodoxa e mais intervencionista sob a presidência do mineiro Afonso Pena do que foi sob as chefias anteriores dos paulistas Campos Sales e Rodrigues Alves.

O Governo federal decidiu em 1907 por apoiar formalmente o Convênio de Taubaté a despeito das resistências de outras frações oligárquicas. Conforme nos esclarece W. Fristsch⁷² tal medida foi tomada a fim de garantir a estabilidade macroeconômica do país, pois naquele período uma breve crise financeira internacional impossibilitou o financiamento privado dos estoques de café (e a sua futura venda) por um período mais longo do que o estimado pelo mercado. Desta forma, tal situação esgotaria rapidamente as reservas da recém-criada Caixa de Conversão, o que levaria ao colapso de preços do café no mercado, afetando de forma avassaladora toda a economia nacional que dependia das rendas da cafeicultura.

A contrapartida desta intervenção governamental no mercado em favor dos interesses da cafeicultura, foi a adoção de uma série de medidas não ortodoxas na condução dos negócios do Estado republicano brasileiro. A princípio de forma menos contundente por Afonso Pena, mas logo a seguir de maneira mais incisiva e num período mais curto pelo seu sucessor Nilo Peçanha.

Com isso sustentamos que, principalmente, no curto período de 1906 a 1910, foi possível a minoritários setores oligárquicos mais comprometidos com um projeto de diversificação da agricultura e modernização da economia nacional, iniciar com relativo apoio do Legislativo federal algumas políticas públicas que indicavam um projeto alternativo de modelo econômico para o país, além da cafeicultura de exportação. Tudo isso embasado por uma visão mais próxima da ciência moderna e uma racionalidade positiva, aplicada à realidade econômica e social da República brasileira.

A proposta de criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1906, e sua posterior execução sob a presidência de Nilo Peçanha em 1909, coroava as iniciativas dos grupos ruralistas presentes na Sociedade Nacional de Agricultura

⁷² FRITSH, W. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de P. et al. *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 (p.38-9)

(S.N.A.)⁷³ que defendiam uma regeneração da agricultura nacional em crise por meio de uma racionalização dos métodos, do uso intensivo das ciências e do oferecimento do ensino agrícola ao homem brasileiro habitante do campo.

Afonso Pena ao justificar a lei nº 1606, de 29/12/1906, que criava a nova pasta, associava esta iniciativa a uma necessidade de modernização do papel da União em relação à atividade agrícola e a classe dos produtores do campo. Justificava o presidente: "[...]Sendo o Brasil um país agrícola, por excelência, é do maior alcance a criação de um centro administrativo, que cuide especialmente desse magno assunto e o impulsione por meio de órgãos competentes, como acontece na maior parte das nações modernas". Afonso Pena e seus apoiadores políticos acabaram por apoiar os interesses da cafeicultura, principalmente a paulista, mas não abriram mão de buscar dali em diante dos recursos e o suporte do Estado federal para os interesses das oligarquias rurais dos outros estados. Retoricamente usando como exemplo o modelo administrativo dos Estados desenvolvidos europeus para justificar o surgimento deste novo aparelho burocrático destinado exclusivamente para a atividade agrícola em geral.

Há um mês antes de falecer, Afonso Pena cita novamente na sua mensagem presidencial a importância daquela inciativa da criação do Ministério da Agricultura, alegando que o órgão:

"[...]não deve ser um mero aparelho burocrático, composto simplesmente de seções e outras divisões administrativas, mas sim um conjunto de órgãos que tenham a seu cargo serviços especiais destinados a promover o adiantamento da indústria agrícola, nas suas variadas faces. Antes de estabelecer em uma direção central a movimentação desses serviços, cumpre que sejam eles criados e instalados. Assim procederam, entre outros países, os Estados Unidos da América do Norte." ⁷⁵

⁷⁴ PENNA, Affonso Augusto M. *Mensagem apresentada na Abertura ao Congresso Nacional*, Rio de Janeiro: Rep. dos Estados Unidos do Brasil, 1907 (p.48). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential Acesso em 16/03/2014.

⁷³ "A **S.N.A** criada em 1897 no Rio de Janeiro, era composta por membros das elites regionais (Bahia, Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro, etc.) e dos setores cafeeiros exportadores que vislumbravam a possibilidade de redirecionar seus capitais diante da instabilidade da economia do café." BHERING, M.J.; MAIO, M.C. Ciência, Positivismo e Agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Primeira República. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, Vol.27, №46, jul./dez. 2011 (p. 689-709).

 $^{^{75}}$ Id., 1909, (p.56-57). Disponível em: <.http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential.> Acesso em 16/03/2014.

A ideia inicial era fazer funcionar um aparelho burocrático composto por especialistas em conhecimentos que possibilitassem o desenvolvimento da agricultura, porém sob uma perspectiva de policultura, ou seja, uma organização a serviço das outras culturas agrícolas que até então não tinham a mesma atenção que o governo da União dispensava a monocultura do café. Novamente o presidente na sua justificativa apela para o exemplo estadunidense que era visto com admiração pela maioria da elite republicana.

Entretanto, na mesma mensagem presidencial, A. Pena admite que apesar da lei aprovada a respeito do novo ministério, o mesmo ainda continuava somente nas intenções e no papel devido ao receio presidencial de instalar um novo órgão num quadro de "decréscimo de rendas" e se conforma em manter no Ministério da Viação as iniciativas da União em prol da agricultura nacional. ⁷⁶ Caberia ao seu substituto, o fluminense Nilo Peçanha, em atender aos pedidos da fração oligárquica de linha mais "agrarista" e dos outros estados menores ao fazer implementar o novo ministério e, superando as expectativas dos mais conservadores, aumentar o leque de atuação deste novo órgão federal de acordo com suas convicções agraristas e nacionalistas. ⁷⁷

A criação e o funcionamento do MAIC, no momento em que o Estado brasileiro assume políticas oficiais de valorização do café, é um indicativo de que entre os três maiores estados cafeicultores da época (SP, MG e RJ), haviam frações das suas oligarquias pressionando para que também fossem contempladas por uma ação mais concreta do Estado em apoio as suas atividades agrícolas que não eram exclusivamente ligadas a cafeicultura. Para isso utilizavam o discurso cientificista e de modernização da sociedade nacional, especialmente no campo e nos grupos sociais mais vulneráveis dos caóticos centros urbanos e expansão.⁷⁸

7.

⁷⁶ Ibid., (p.57). Disponível em: <.http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential> Acesso em 16/03/2014.

^{77 &}quot;Pondo em execução o decreto legislativo que criou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, **obedeceu o Governo ao dever que lhe assistia de corresponder** às exigências da situação econômica do país e **as insistentes reclamações da lavoura**, expressas pelos órgãos mais autorizados da sua representação na própria classe e no seio do Congresso." (grifo nosso). PEÇANHA, Nilo. *Mensagem apresentada na Abertura ao Congresso Nacional*, Rio de Janeiro: Rep. dos Estados Unidos do Brasil, 1910 (p.48). Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential> Acesso em 16/03/2014.

⁷⁸ "Quanto à opção pela diversificação agrícola, como forma de atenuar-se a dependência fiscal dos três estados em relação ao café, o Rio de Janeiro foi o estado que mais levou adiante esta alternativa, através de seus presidentes de estado e dos próprios agricultores, via Sociedade Nacional de Agricultura. O projeto de diversificação agrícola veiculado pelas elites fluminenses confluiu na criação do Ministério da Agricultura, exatamente no período em que Nilo Peçanha assumia a presidência da Nação. Segundo os dados disponíveis, em torno da criação do Ministério, articularam-se os setores que se opuseram à realização do convênio de Taubaté, tentando formar um eixo alternativo de poder à hegemonia cafeicultora, apostando, justamente, na diversificação da agricultura como forma de pôr fim a tal hegemonia." VISCARDI, Cláudia M.R., op.cit. (p.146).

Ao entrar em funcionamento a partir de 1909, o MAIC significou uma retomada do ideário positivista que esteve presente na formação da chamada "geração de 1870" e em muitos dos participantes do movimento de proclamação da República. Ideário este que acreditava na evolução da sociedade brasileira e no papel da ciência como chave para o seu progresso. Institutos e órgãos públicos vinculadas a este ministério, como o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (S.P.I.L.T.N.)⁷⁹, Jardim Botânico, Museu Nacional e as EAAs, entre outros, tinham em comum a construção de uma ordem republicana que se legitimaria pela atuação dos seus agentes portadores da ideia de progresso, com base numa racionalidade positiva do saber científico.

Abaixo o registro fotográfico e algumas notas sobre a atuação da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas⁸⁰ no interior brasileiro nomeia entre os seus membros o então major Cândido Rondon e destaca a coragem e o desprendimento dos homens envolvidos naquela missão de levar os avanços da civilização moderna para as fronteiras mais distante do país. Mais tarde em 1918, em razão do seu trabalho nesta Comissão, o militar e positivista Cândido Rondon foi chamado a integrar a liderança do futuro Serviço de Proteção aos Índios (S.PI.)⁸¹, buscando contatar as populações indígenas do interior do país, porém de forma pacífica e gradativa visando integrá-las à sociedade nacional⁸².

⁷⁹ Instituição criada pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Tinha por tarefa a pacificação e proteção dos grupos indígenas, bem como o estabelecimento de núcleos de colonização com base na mão de obra sertaneja. A atuação do positivista, então major Cândido Mariano da Silva Rondon à frente da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Matogrosso ao Amazonas (1907-1915), o levou a formulação de propostas para que o governo federal assumisse a tarefa de evitar o extermínio dos povos indígenas e instituir uma ação de assistência e proteção a essa população. MILANEZ, Felipe (org.) *Memórias Sertanistas: Cem anos de indigenismo no Brasil.* São Paulo: Edições SESC, 2015 (p.40-1)

⁸⁰ Foi o grupo de trabalho chefiado pelo então major Cândido Rondon que se encarregou da construção de uma linha telegráfica que ia do estado do Mato Grosso ao Amazonas a partir de 1907. Nesta obra Rondon adotou a célebre regra "Morrer, se necessário, matar, nunca", pois a linha telegráfica cruzava territórios de várias tribos e os indígenas os defendiam atacando os trabalhadores deste projeto. MILANEZ, Felipe, op.cit. (p.40).

⁸¹ O SPI foi desmembrado do SPILTN pelo decreto Lei n°3.454 de 06/01/1918. Este órgão seguindo uma orientação positivista no trato com os silvícolas, prestava uma assistência leiga e buscava impedir a catequese católica daquelas populações além de adotar uma perspectiva de transitoriedade do estado cultural dos indígenas visando civilizá-los progressivamente para transforma-los em futuros trabalhadores nacionais.

⁸² Cândido Rondon foi aluno de Benjamin Constant, por intermédio de quem foi transformada sua visão de mundo, fazendo-o também um convicto positivista: "Creio nas leis da sociologia, fundada por Auguste Comte, e por isso na incorporação do proletariado e das nações consideradas sem civilização à sociedade moderna – para que possam todos usufruir dos benefícios da ciência, da arte, da indústria." Apud MILANEZ, Felipe, op.cit. (p.44).

Figura – 5: Cândido Rondon chefiando a Comissão de Construção das Linhas Telegráficas no interior do Brasil.



Fonte: Revista *O Malho*, Ano VII, n° 294, 02/05/1908.

A promoção do progresso do país pela aplicabilidade das conquistas científicas da modernidade no meio rural brasileiro, fica evidente pelas várias agências e institutos vinculados ao MAIC e, objeto da nossa pesquisa, a criação das EAAs e sua subordinação justamente a este importante ministério possuidor de clara influência positivista via SNA⁸³ e pelos discursos de seus primeiros ministros.

⁸³ Não confundir a SNA, criada em 1897 por parte da elite agrária, com a SAIN (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional), fundada em 1828 e dedicada principalmente ao aperfeiçoamento técnico da agricultura nacional e que, posteriormente, vai advogar teses protecionistas que incluirão também as manufaturas do país(vide nota de rodapé n°82).

Alguns trabalhos⁸⁴ sobre a temática do funcionamento inicial do MAIC e a influência da SNA nele, nos confirmam que nestas instituições os positivistas e outras correntes cientificistas buscavam difundir suas ideias científicas e propostas pedagógicas aplicadas ao homem do campo e a atividade agrícola⁸⁵, para que ali se desenvolvesse todo o potencial econômico e civilizatório que eles acreditavam estar adormecidos. Esta influência positivista, anticlerical e científicista, pode muito ter tido seu peso e influenciado o Governo Peçanha no momento de instituir as EAAs pois não por acaso também estavam subordinadas ao mesmo Ministério da Agricultura.

João Pinheiro, presidente de Minas Gerais, e Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro, cada um a seu modo, buscaram superar as dificuldades econômicas que afligiam suas contas públicas por conta da crise da cafeicultura em seus Estados. O caminho seguido foi tentar substituir a cafeicultura como principal fonte de receitas de suas respectivas máquinas públicas⁸⁶, ou seja, ir além do que propunha o Convênio de Taubaté proposto e posto em funcionamento pela oligarquia paulista.

Contudo, em termos de participação política principalmente no meio rural, e de formas diferentes, nos centros urbanos, os laços de dependência pessoal entre a população pobre e livre e os grandes proprietários e outros grupos econômica e politicamente dominantes, tais relações políticas conforme os governos se sucediam naquele início de regime republicano, as distorções no funcionamento do sistema político-partidário somente se agravavam afetando negativamente cada vez mais a percepção que a população em geral tinha sobre qualquer tipo de cidadania, até a finalidade e objetivos reais do Estado republicano para suas vidas objetivas. Como bem avaliou José Murilo de Carvalho ao se referir ao cidadão comum habitante da capital federal: "A atitude popular perante o poder ainda oscila entre indiferença, o pragmatismo fisiológico e a reação violenta." 87

Antigas estruturas sociais de características mais comunitárias e sua solidariedade popular existente não foram consideradas ou simplesmente ignoradas pelo modelo contratual e formal do liberalismo das classes dirigentes republicanas. Estas acreditavam

-

⁸⁴ BHERING, M.J.; MAIO, M.C. Op. cit. e MENDONÇA, S.R. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no brasil (1909-1945) *História econômica & História de empresas*. Vol. 16 no 1 (2013), (p.73-100).

⁸⁵ BHERING, M.J.; MAIO, M.C. Op. cit. (p.709).

⁸⁶ "São Paulo apresentou uma tendência de ampliação da dependência dos cofres públicos em relação ao café. Minas Gerais, apresentou uma tendência de estabilização dos níveis de dependência em vigor. O Rio de Janeiro apresentou redução desses níveis. De certa forma, esses patamares se vinculavam aos graus de diversificação de cada economia." VISCARDI, Cláudia M.R., op.cit. (p.139).

⁸⁷ Cf. CARVALHO, J. M. de, 2011 (p.164).

ser portadoras de uma modernidade a ser imposta sobre as classes populares, todavia tratava-se na maioria dos casos de uma modernidade transplantada e ignorante da complexidade da realidade nacional.

A República oligárquica, principalmente após os acordos políticos propostos por Campos Sales (a chamada "política dos governadores"), se rendeu a certo pragmatismo político no qual o domínio oligárquico local/regional participava do poder central da nação, visando garantir o mínimo de estabilidade política do regime mantendo os poderes estaduais e as facções oligárquicas mais poderosas no comando do país. Porém, mantinha uma relação entre o cidadão comum e o homem do povo com o Estado brasileiro que mesclava paternalismo e repressão. Novamente, como bem sintetizou o estudioso da Primeira República, J.M. de Carvalho, o regime "não gerava a cidadania, no máximo criava a *estadania*, a incorporação ao sistema político pelo envolvimento na malha crescente da burocracia estatal. Deturpava-se, ao mesmo tempo, a boa modernidade e a boa tradição."

Não obstante a realidade clientelista da política nacional deste sistema republicano pré-1930, acreditamos na importância de estudarmos uma instituição de ensino profissional federal criada durante a vigência daquele regime por uma de suas frações oligárquicas minoritárias que por breve período esteve à frente do Governo federal. Tudo isso pode muito nos dizer acerca dos projetos políticos e econômicos alternativos os quais não tiveram tempo e força suficiente para se mostrarem viáveis ao sistema de poder organizado e em funcionamento naquela fase histórica da nossa República.

2.1 As correntes político-ideológicas influenciadoras do ensino profissionalizante no início da República.

A função de preparo do homem para o trabalho não estava presente na escola brasileira desde o seu passado colonial. O que havia em termos escolares era a formação de uma pequena parcela da população mais abastada para as atividades intelectuais ou, simplesmente, para lhe conferir status naquela sociedade hierarquizada.

Também não podemos nos esquecer que nos tempos do Império um grande contingente da mão de obra urbana, como a do "Distrito Neutro" do Rio de Janeiro e em

-

⁸⁸ Cf. CARVALHO, J. M. de, 1998 (p.126-7)

outras capitais maiores do país, as atividades artesanais e os demais diversos serviços urbanos – carpintaria, serralheria, impressão, barbearia, comércio ambulante, etc. – além das mais diversas ocupações especializadas ou semi-especializadas, há registros e evidências de serem realizadas por escravos domésticos ou pretos alforriados.

O trabalho mais braçal da agricultura e o manual do artesanato e dos transportes, geralmente ficou a cargo dos escravos e homens livres sem propriedades e, após a libertação dos escravos, estas atividades continuaram sendo exercidas por trabalhadores livres sem qualquer intervenção de uma escolarização formal.

A construção de toda a infraestrutura para o escoamento do café exportado, o aparecimento das primeiras indústrias relacionadas direta ou indiretamente ao complexo cafeeiro e a chegada de milhares de imigrantes europeus, principalmente a partir da 2ª metade do século XIX, tudo isso facilitou o ingresso de uma nova mentalidade em relação ao conceito de trabalho além do contato de empresários e trabalhadores nacionais com as novas técnicas importadas, vindas com os operários e trabalhadores estrangeiros mais especializados contratados para a construção de ferroviais e das primeiras unidades industriais de maior porte.

No entanto, a mão de obra das ferrovias e indústrias existentes antes da Primeira Guerra, na sua maioria, exercia funções manuais ou não qualificadas, as quais independiam de qualquer formação mais sistemática baseada na escolarização formal e conhecimentos técnicos mais elaborados.

Estas ferrovias e indústria nascente aparentemente dependiam de reduzido número de técnicos e operários qualificados para fazê-las funcionar e, após sua instalação, poucos trabalhadores nacionais foram sendo formados no próprio ambiente de trabalho para serem mestres ou especialistas. A regra parece ter sido de que a mão de obra mais qualificada era composta geralmente por imigrantes estrangeiros que em média tinham uma formação escolar básica melhor que os nacionais ou certo conhecimento profissional já que muitos vinham de regiões onde já havia uma tradição artesanal ou manufatureira.

Esse quadro geral de predomínio da formação de trabalhadores qualificados no próprio ambiente de trabalho foi aos poucos se modificando, seja pela expansão da diversificação da economia – principalmente nos centros urbanos -, ou pela difusão de novas correntes político-ideológicas as quais, de formas diferentes, vão propor como solução ou suavização dos problemas sociais relacionados às "classes perigosas", novas iniciativas de enquadramento e adestramento desta população excluída da ordem social moderna que se pretendia fazer valer na República que se firmava.

No início da República, surgiam instituições de ensino profissional e corretivas, mantidas por entidades particulares com o apoio ou não do Estado, além de outras diretamente sustentadas por recursos públicos. Em comum buscavam inserir a população jovem e pobre numa pretensa ordem social republicana através do ensino artesanal, industrial e agrícola, mas que, paradoxalmente, encontrava resistência daquela mesma sociedade que ainda via na escola um espaço por excelência de classificação social e de formação intelectual mais geral e bacharelesca.

2.1.1 Liberais e Positivistas

Ainda neste ambiente político e social, o positivismo – na sua forma mais difusa e não-ortodoxa o qual se popularizou entre as camadas dirigentes brasileiras – ainda era lembrado pelos símbolos nacionais definidos na Constituição republicana de 1891, porém, de fato, houve um declínio sensível da sua influência ideológica a partir dos presidentes civis e eram os valores do liberalismo e o sistema político federalista que passaram a predominar no cenário político.

O federalismo dos liberais, defendido principalmente no PRP, predominou apesar da contribuição original e modernizadora do positivismo desde os anos finais do Império. Fazendo um contraponto ao republicanismo federalista, militares e alguns grupos civis mais nacionalistas eram simpáticos a ideia de um Estado forte e centralizado o suficiente para impor uma agenda modernizadora sobre a sociedade nacional.

O pesquisador Demerval Saviani destaca⁸⁹ que logo após a Abolição as discussões e projetos previam o aproveitamento do ex-escravo, ingênuos e nacionais pobres do campo para a agricultura. Tais projetos praticamente desapareceram a medida que os imigrantes se integravam produtivamente às fazendas de café e a cafeicultura se firmava como principal atividade econômica da nascente república.

Estes projetos debatidos no final do Império convergiram na proposta do estabelecimento de um "sistema nacional de ensino", o qual seria uma...

⁸⁹ SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil.* 4ª ed., Campinas: Autores Associados, 2013 (p.164).

"[...]forma de organização prática da educação, constituindo-se numa ampla rede de escolas abrangendo todo o território da nação e articuladas entre si segundo normas comuns e com objetivos também comuns. A sua implantação requeria, pois, preliminarmente, determinadas condições materiais dependentes de significativo investimento financeiro." 90

Consequentemente, estas ideias e o projeto que pretendia unificar o ensino do país acabou esbarrando no predomínio do modelo republicano liberal e federativo, contrário ao centralismo estatal e ao protagonismo do Estado em questões relacionadas ao desenvolvimento do país e suas regiões. Além da questão da orientação política e administrativa assumida pelo novo regime, outro fator impeditivo relevante era a mentalidade pedagógica conservadora que articulava uma concepção geral do que seria o cidadão brasileiro e o seu mundo. Esta concepção refletia as principais percepções filosóficas e educativas das forças sociais majoritárias que detinham o comando da República.

O gráfico abaixo (figura 6) nos mostra os recursos destinados às Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), no Orçamento do Ministério responsável por este ramo de ensino até 1930, que é o objeto do nosso estudo. Veremos que estas escolas foram instaladas em cada capital de estado da época e tinham a função de ministrar o ensino profissionalizante no nível primário especialmente voltados para crianças e jovens das classes baixas. Os números do quadro são um indício de que, apesar da retórica, o pouco de investimento que havia na educação pública profissionalizante estava relacionado a tradicional prioridade das classes dirigentes do país com o ensino superior e o secundário, sendo estes destinados principalmente aos membros da oligarquia e setores das classes médias mais abastadas, que viam a educação mais como um meio de legitimar seu status social e/ou oficializar seu lugar de destaque no Estado brasileiro do que uma instituição preparatória para a aquisição de conhecimentos necessários a fim de se integrar economicamente naquela sociedade do início do século XX.

⁹⁰ Ibid., (p.166).

Conto de réis ■ Orçamento do MAIC ■ Recursos orçamentários EAAs

Figura 6: Gráfico: Participação das dotações orçamentárias das EAAs no orçamento do MAIC (1910 a 1930)

Fonte: IBGE – *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*, 2ªed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (p.620) e FONSECA, C. S. da. *História do ensino industrial no Brasil.* 5 vols. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. (dotações orçamentárias adaptadas na forma de gráfico). ***Nota**: O deflator implícito do PIB, foi extraído de *Estatísticas do Século XX, IBGE*. O **ano base** é **1940**⁹¹.

Apesar do enfoque elitista da educação nacional da época, só o fato de existir a partir de 1910 um ramo federal de ensino primário com alguns poucos cursos profissionalizantes, já era um início esperançoso em termos de ensino público destinado às classes populares geralmente desassistidas durante toda a Primeira República.

⁹¹ O deflator implícito do PIB é uma medida indireta de inflação a partir de informações provenientes das Contas Nacionais, pois não resulta de coleta sistemática dos preços de uma cesta de bens, como um índice tradicional. Resulta da variação do valor nominal do PIB, entre dois períodos, descontada a variação real do PIB.

No mundo prático, apesar das diversas correntes político-ideológicas concorrendo para influenciar o *establishment* republicano, era o conservadorismo oligárquico, situacionista e avesso às reformas liberalizantes (maior participação popular nas decisões políticas, por exemplo), que de fato predominava no ambiente político e nas políticas públicas, quando estas eram postas a funcionar.

Não por acaso uma das principais referências teóricas do republicanismo nacional e, em especial do Partido Republicano Paulista, eram as teses de Herbert Spencer, o qual entendia o reformismo social e a ampliação das funções sociais do Estado como uma clara interferência para pior no processo natural de competição e de aprimoramento da sociedade humana, sem falar no desperdício de valiosos recursos públicos.

O tipo de liberalismo que predominará na política e nos assuntos de Estado da nossa Primeira República, era o oposto ao liberalismo social ou formas de socialismo cristão que surgiram na Europa Ocidental no século XIX. Praticamente toda a oligarquia republicana compartilhava uma concepção elitista de governo, e essa mentalidade ocorria inclusive entre os que criticavam as fraudes eleitorais, pois não reivindicavam a extensão do direito de voto a grupos da população que estavam excluídos, mas sim o respeito à vontade da minoria votante expressa nas urnas, ou seja, a não ingerência externa e corrupta nos resultados das eleições. 92

A educação brasileira no contexto deste mundo político tradicional, para o educador Anísio Teixeira, a transformação do ensino seria dificílima pois, nas suas palavras, "como a escola se fez, muito mais que de preparação, um processo de validação pelo qual nos assegurávamos de um título legal de educado, com todas as vantagens daí decorrentes, a simulação se tornou não somente possível, mas até frutuosa." 93

Além do ambiente político-cultural conservador da velha ordem, a chamada "modernização" do país pregado tanto pelos liberais e os remanescentes positivistas, não contribuiu para uma intervenção massiva e de alcance nacional da União na educação básica. Conforme concluiu Demerval Saviani, ocorreu uma tensão entre, de um lado, a mentalidade cientificista de inspiração positivista que defendia a "desoficialização" do ensino e a abolição dos privilégios acadêmicos e, de outro, o afastamento do Estado

⁹² LYNCH, C.E.C. O *Establishment* Republicano: Notas sobre suas ideologias políticas (1889-1930) in: CÔRTE, Andréa T. de *Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no Cenário da Federação*. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2010 (p.113).

⁹³ TEIXEIRA, A. *Educação no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1976 (p.41).

central da política educacional, pois este não poderia interferir no desenvolvimento natural da sociedade brasileira.⁹⁴

Pensando neste contexto ideológico, fica mais evidente o porquê da ausência de dispositivos legais na primeira Constituição republicana que obrigassem, por exemplo, a União em assumir efetivamente o ensino básico nacionalmente ou, pelo menos, bancar uma campanha massiva de alfabetização de jovens e adultos como uma prioridade nacional, um assunto de Estado; além de prover os meios financeiros para realizar tais projetos.

A instrução popular e pública acompanhou o princípio federativo do regime oligárquico e, desta forma, o governo da União ficou isento de qualquer obrigatoriedade quanto ao custeio e implementação de qualquer tipo de meta educacional em escala nacional. No limite, por influência positivista, o ensino religioso foi excluído das escolas públicas que deveriam ser laicas como a República. Todavia, tal fato não impediu em praticamente toda a Primeira República a Igreja católica assumir uma fatia importante da educação secundária não oficial e, posteriormente, tentar politicamente voltar a ser uma voz influente nas políticas públicas e decisões governamentais que julgasse do seu interesse enquanto instituição religiosa.

Havia uma lacuna deixada pela ação do governo central oligárquico no campo da instrução pública, principalmente nos ramos do ensino básico e profissionalizante até antes de 1909. Esta ausência do Estado na educação profissionalizante, em especial nos centros urbanos com maior número de estabelecimentos fabris e oficinas, passou a ser objeto de críticas da parte de partidos e dirigentes sindicais de vertente socialista no início do século passado os quais reivindicavam o oferecimento pelo Estado nacional um número maior de vagas destinadas a instrução popular além de apoiar a criação de bibliotecas populares e escolas destinadas aos filhos dos operários. Também grupos anarquistas de vários segmentos, em especial o sindical, faziam uma crítica à precária educação existente (dita "burguesa"), além de realizarem algumas experiências educativo-pedagógicas próprias por meio de escolas autônomas e autogeridas que foram objeto de denúncia, perseguição e extintas pelos órgãos de segurança da República. 95

⁹⁴ "A referida tensão balizou o pensamento pedagógico e a política educacional ao longo da Primeira República [...] No plano federal o regime republicano expressou essa tensão na política educacional oscilando entre a centralização (oficialização) e a descentralização (desoficialização)." SAVIANI, D., op. cit. (p.169).

-

⁹⁵ SAVIANI, D., op. cit. (p.182-3)

Ainda contrastando liberais republicanos e positivistas-cientificistas, nestes últimos havia o princípio de incorporação do proletariado à sociedade moderna, para tanto a ciência e a razão recomendariam o aproveitamento de trabalhadores nacionais, sobretudo a população de ex-escravos e seus descendentes, em clara oposição aos incentivos governamentais e gastos públicos destinados à importação de trabalhadores estrangeiros imigrantes. Para os cientificistas defensores dessa ideia, isso seria mais coerente com um regime republicano de política governamental planejada nos moldes científicos que buscasse o inevitável progresso civilizatório. 96

Neste sentido, entendiam que a integração da sociedade brasileira à moderna civilização, necessariamente passaria por uma imperiosa ação do Estado para extinguir as permanências do mundo atrasado legado pelo antigo Império e a sua sócia menor, a Igreja Católica.

Naturalmente o bom emprego do trabalhador nacional passaria por sua inserção no mundo escolar, em especial a instrução básica concomitante ao ensino profissional, sendo a ação do governo republicano fundamental em adequar as instituições escolares mantidas e geridas para essa vocação nacional.

No trabalho da professora Ana Maria C.I. da Costa⁹⁷, ao abordar a expansão do ensino primário no Estado de São Paulo durante a Primeira República, onde predominava inconteste o P.R.P., com sua visão liberal idealizada, também a educação era vista como de fundamental importância para completar a institucionalização da ordem republicana no país. A criação, ampliação e manutenção do ensino básico público em São Paulo, esta conquista social teria sido possibilitada pela difusão dos valores políticos formais do republicanismo paulista.

Porém, contraditoriamente, não alterou a estrutura do sistema educacional brasileiro neste Estado, mas produziu na prática um dualismo no nosso sistema escolar – educação básica e profissional para os pobres; educação secundária e acadêmica para os privilegiados socialmente – algo perfeitamente adequado a velha ordem patrimonialista das tradicionais classes dirigentes brasileiras.

⁹⁷ COSTA, Ana Maria C.I. da *A Escola na República Velha: Expansão do Ensino Primário em São Paulo.* São Paulo: EDEC, 1983.

⁹⁶ "Os cientificistas seguidores de Comte em sua lei dos três estados, ou inspirados por Spencer na passagem do homogêneo ao heterogêneo, estavam imbuídos de uma filosofia do progresso." OLIVEIRA, Lúcia L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

Assim, por exemplo, a criação dos Grupos Escolares⁹⁸ durante a Presidência de Estado de Bernardino de Campos em São Paulo e Cesário Motta como Secretário do Interior responsável pela Instrução Primária, iam na direção de adequar o sistema de ensino herdado do século XIX às novas exigências de uma sociedade agrária em transição para a modernidade capitalista.

Mas a principal contradição que permanecia naquele sistema educacional republicano se tornava cada vez mais evidente através da coexistência de dois padrões escolares: o primeiro atendia as demandas socioculturais de uma ordem oligárquica e patrimonialista, seletiva e restrita às elites e seus filhos; enquanto o outro era voltado para a população pobre de uma sociedade em transição para a modernidade capitalista.

As elites paulistas tinham nos grupos escolares⁹⁹ o carro chefe da sua intenção em modernizar a educação paulista e tentar cumprir o seu dever constitucional de alfabetizar e educar a população infantil do Estado. Porém, mesmo levando-se em conta o crescimento das matrículas já no período de 1908-1923, a taxa de crescimento anual da população do Estado e, concomitante da sua população em idade escolar, foi bem maior que o número de novas vagas abertas na rede pública estatual. Deste modo, apesar do esforço dos republicanos paulistas em aumentar o número de vagas do ensino básico do Estado, e com isso melhorar os índices de alfabetização da sua população, tal empenho na prática se mostrou insuficiente diante da gigantesca necessidade de novas vagas para o ensino básico público.

Em São Paulo, sob o comando do P.R.P., mesmo tendo um considerável aumento das matrículas de crianças em idade escolar, ainda assim mais da metade da sua população infantil ficou fora dos bancos escolares, contribuindo assim para a persistência dos altos índices de analfabetismo no Estado mais rico da União.

-

⁹⁸ Decreto Estadual (SP) nº 248 de 26/07/1894.

⁹⁹ De início estas escolas possuíam uma estrutura administrativo-docente própria, gradação do ensino e primário de 8 anos ("preliminar" de 4 anos e "complementar" de mais 4).

■ conto de réis (deflacionado)

Figura – 7: Gráfico: Despesa Orçamentária do Ensino Público do Estado de São Paulo (1910 a 1930)

Fonte: RODRIGUES, João L. *Um Retrospecto: Alguns Subsídios para a História Pragmática do Ensino Público em São Paulo*. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930 (p.441-442).

Nota: Deflator implícito do PIB, extraído de Estatísticas do Século XX, IBGE. O ano base é 1940.

No gráfico **acima**, observemos o nível da despesa do orçamento do estado paulista com a instrução básica verificada entre os anos de 1910 a 1930.

Alberto Sales, ideólogo paulista do PRP, via sentido na instituição escolar desde que ela fosse pensada num processo maior de modernização da sociedade brasileira, para escapar da ignorância e obscurantismo legados pelo regime monárquico ao país. Para tanto a educação faria parte do conjunto de instrumentos institucionais e medidas legais que inserissem plenamente a população nacional no regime republicano.

A fala do deputado Tarquínio de Souza na Câmara dos deputados em 1874, ainda durante o Império, resume bem o tipo de mentalidade sobre a educação popular reinante em boa parte da aristocracia daquele regime, e contra a qual o liberal-spenceriano Alberto Sales se insurgia:

"Instruir para quê? Por acaso a alfabetização, por exemplo, é um bem em si? Se ela traz certas vantagens, propicia também oportunidades para delitos que sem ela não se verificariam [...] A ignorância não é um mal[...]. Mal, rigorosamente falando, é apenas a ignorância da religião..." 100

¹⁰⁰ Tarquínio de Souza, apud VITA, L. W. op. cit., (p.140).

De forma completamente diferente, para Alberto Sales, o aparelho escolar que a República e o PRP deveriam implantar e servir de modelo para a sociedade brasileira, constituiria uma parte da estrutura política maior do país devendo acompanhar as transformações deste e ter, como princípios, a liberdade de ensino, a supressão de interferências da Igreja, a liberdade de pensamento e, quanto ao papel do Estado:

"[...]limitando-se o Estado a traçar simplesmente as linhas gerais de sua constituição, a definir e caracterizar as diferentes ordens ou categorias de instituições de ensino, a regular as suas mútuas relações, a estabelecer, em relação aos diplomas, as garantias necessárias à vida e ao interesse, tanto do indivíduo, como da própria sociedade, mas concedendo-lhe inteira liberdade e independência no exercício de suas funções [...] tudo, enfim, que afeta direta ou indiretamente o ensino em si, deve ficar a cargo exclusivo das congregações, dos grupos de professores ou das associações particulares, que para esse fim se organizarem ou se constituírem com a autorização do Estado." ¹⁰¹

Para o liberalismo evolucionista de A. Sales, a instituição escolar participa da obra maior de modernização republicana do país, mas sempre construindo uma política educacional que respeitasse a liberdade dos agentes responsáveis por ela (particulares, munícipios, governos estaduais) e as "características psicológicas da raça" e da sua evolução histórica, para que os vários níveis da instrução escolar pudesse se desenvolver naturalmente como um todo orgânico, ou seja, "o fim da educação consiste na disciplina do espírito e na criação de hábitos mentais que, transmitindo-se por herança, de geração em geração, venham a formar com o tempo uma constituição mental média, base psicológica indispensável da consciência nacional". ¹⁰²

Mas até que ponto o importante ideólogo do PRP influenciou os dirigentes paulistas republicanos do mesmo partido sobre os temas da instrução pública e do ensino profissional? E a forma da sua execução como política pública no estado de São Paulo? Para tentarmos compreender as possíveis respostas a estas questões, compensa transcrevermos abaixo trechos das falas do Presidente do Estado de São Paulo, Manoel Joaquim de Albuquerque Lins¹⁰³, para termos uma melhor perspectiva da prática governamental da elite liberal paulista que comandava este Estado:

¹⁰¹ Alberto Sales, apud VITA, L. W. op. cit., (p.148-9)

¹⁰² Alberto Sales, apud VITA, L. W. op. cit., (p.145).

¹⁰³ Governador deste Estado entre 01/05/1908 a 01/05/1912, portanto no período em que, no plano federal, o Presidente Nilo Peçanha criava as Escolas de Aprendizes Artífices.

"Apesar da solicitude sempre dispensada à instrução pelos poderes públicos do Estado, a disseminação do ensino, principalmente do primário, não corresponde ainda as nossas necessidades e aspirações. Dependendo entre nós este serviço de verbas anualmente consignadas no orçamento, e ficando, por isso, sujeito as contingências da renda ordinária, o ensino público não só não está bem garantido em sua estabilidade, como não pôde ter o desenvolvimento exigido pelo aumento da nossa população e correspondente ao grau de nosso adiantamento. Melhor é o sistema adaptado em muitos outros países em que são destinadas à instrução pública, verbas extraordinárias fornecidas por tributos especiais. [...]. Para que fique completo o nosso sistema escolar, faltam-nos cursos profissionais, em que os alunos se habilitem para o trabalho em suas diferentes formas e cursos noturnos, para os adultos; os que existem, nesse gênero, a maior parte de iniciativa particular, são insuficientes. Além disso, penso que seria também conveniente que, na escola normal, nas escolas complementares e nos grupos escolares, se ensinassem noções elementares de agricultura. Continuam a funcionar, com o maior proveito para o ensino, os grupos escolares, cujo número se eleva atualmente a 96, inclusive os desdobrados, e as escolas reunidas."104

O gestor paulista admite a insuficiência de recursos orçamentários para dar conta da necessidade de ampliação da rede pública do ensino primário (e a inserção do ensino profissional), em razão do aumento da população estadual que necessitava da escolarização formal oferecida pelo Governo. Mas também se vangloria do funcionamento e da ampliação do "carro-chefe" da educação republicana paulista, os grupos escolares. Mas vemos abaixo que a razão econômica alegada pelo governador não se sustenta quando os números da educação básica e o investimento público são confrontados e comparados com períodos e regiões diferentes.

Em artigo esclarecedor¹⁰⁵ sobre os níveis de investimento na educação básica que a classe dirigente paulista se dispôs a realizar em seu Estado logo nos primeiros anos da República, o pesquisador e professor Renato P. Colistete analisando algumas novas séries de despesas e matrículas e a sua combinação com indicadores que medem os investimentos públicos na educação primária de São Paulo entre 1880 e 1920, e comparando-os com o nível de crescimento das receitas públicas do então Estado mais rico da União, demonstra que o esforço fiscal que havia sido despendido no início do

¹⁰⁴ Fala do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo de S. Paulo em 14 de julho de 1909 *in*: EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: Período Republicano 1889-1920* (Vol II) São Paulo: Secção de Obras d'OESP, 1927 (p.293-4)

¹⁰⁵ COLISTETE, Renato P. Contando o Atraso Educacional: Despesas e Matrículas na Educação Primária de São Paulo, 1880-1920. *Department of Economics, FEA-USP Working Paper*, n°2016-14.

período republicano estava aquém do que havia sido feito durante a última década do Império ali mesmo. O esforço fiscal deste Estado na educação primária estava abaixo da sua real capacidade econômica, pois competia com investimentos direcionados para subsidiar a vinda de imigrantes e outros como os voltados a Força Pública, ou seja, era mais uma questão de escolha de políticas públicas do que mera restrição orçamentária. O acesso à educação primária de crianças em idade escolar continuava altamente limitada e desigual apesar de São Paulo liderar o país em termos de investimentos no ensino público ao final de 30 anos de República.

Com relação ao ensino profissional voltado para a população do seu Estado, o governador paulista Albuquerque Lins expõe para qual tipo de público-alvo e quais eram os objetivos principais desta modalidade de educação:

"O "Instituto Disciplinar", estabelecido no Tatuapé, caminho da Penha, nesta Capital, continua a prestar os bons serviços a que é destinado, isto é, incutir hábitos de trabalho e educar, fornecendo instrução literária, profissional e industrial, especialmente agrícola, a menores vadios, vagabundos, abandonados e viciosos. Com as obras de aumento feitas no estabelecimento e a construção da casa à parte para o Diretor, a lotação, que era de 47 lugares, ascendeu a 100, e tem sido ocupado 89 lugares, em média mensal. Os meninos aprendem a trabalhar e lhes é ministrado ensino intelectual, em escola, manifestando todos grande aproveitamento. Esse Instituto, porém, só recebe menores da Capital. Nas localidades do interior há, porém, idênticas necessidades e seria de toda a conveniência a criação de mais alguns estabelecimentos similares. Pendente de última discussão no Senado existe um projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, autorizando o poder executivo a criar no interior do Estado, mais quatro institutos idênticos ao do Tatuapé. 106 (grifo nosso)."

Nota-se que para o Governador paulista, está claro que o ensino profissional é preferencialmente destinado aos menores infratores da época, tanto da Capital como para as cidades do interior onde quer que estejam. Predomina uma visão correcional e assistencialista para os jovens excluídos, tendo no ensino de profissões uma espécie de panaceia que integrará estes menores à ordem social republicana e moderna.

Para completar este tema, em outro lugar do mesmo discurso, ao falar das necessidades da segurança pública e da ordem social, o Governador Albuquerque Lins reitera alguns dos princípios norteadores da sua visão (e de boa parte de homens da elite

-

¹⁰⁶ EGAS, Eugenio, op. cit. (p.299).

de sua geração) sobre a importância do ensino profissional e a quem se destina preferencialmente:

"O sistema repressivo e preventivo do Estado se vai desenvolvendo, e, assim, entende o Governo que é necessário completa-lo cada vez mais, autorizando-se agora a criação de Institutos Industriais destinados a recolher, afeiçoar a vida moral pelo trabalho, pela escola e por um regime disciplinar, os menores de 21 anos, que ainda não são criminosos, e que ainda não são mesmo viciosos, mas que, não dispondo da proteção paternal, ou de auxilio tutelar, constituem os moralmente abandonados, os candidatos ao delito ou, pelo menos, os incapazes do trabalho e da virtude, destinados a pejarem uma sociedade, na qual serão elementos inúteis, quando não forem prejudiciais. A ação previdente, eficaz e oportuna dos poderes públicos pode e deve amparar esses menores, logo que sejam abandonados, encaminha-los para a sociedade, sadios e úteis. Essa obra sendo mais do que de assistência e menos do que de repressão, sendo, por assim dizer, de prevenção tutelar, pode ser confiada a particulares ou associações, **reservando-se** ao Estado a fiscalização e os auxílios diretos e indiretos. Os menores assim internados mediante processo administrativo, bem simples, adquirirão uma profissão, hábitos de trabalho, feição moral e pequeno pecúlio. Ao terminarem a menoridade, não encontrarão os interessados dificuldade de colocação fora, porque os institutos profissionais não terão criminosos, nem viciosos. Estes continuarão a ter o seu abrigo no Instituto Disciplinar."107

Cabe aqui destacar que os governantes republicanos paulistas dividem a população jovem desamparada e excluída em dois grupos: o primeiro composto dos menores que "ainda não são criminosos, e que ainda não são mesmo viciosos", por não contarem com a "proteção paternal ou auxílio tutelar"; e, de outro, os menores de idade em idêntica situação social e familiar, porém, já considerados "criminosos" e corrompidos. Para os primeiros, a instituição destinada serão os futuros "Institutos Industriais" e, para os que já ingressaram na criminalidade, o "Instituto Disciplinar" no Tatuapé e os de algumas cidades do interior paulista. Mas para ambos os grupos potencialmente perigosos socialmente, o ensino profissional é a solução "preventiva" encontrada pelo Estado para que a jovem população pobre se integre de forma "útil" na ordem social econômica da República.

Desta forma, no Estado mais ideologicamente liberal e materialmente rico da República brasileira, a concepção educacional de aquisição de conhecimentos e talentos quando voltada para a população pobre estava desvinculada de propósitos utilitários e/ou

_

¹⁰⁷ EGAS, Eugenio, op. cit. (p.300).

necessidades econômicas e muito mais direcionada para finalidades corretivas e assistencialistas. Na outra ponta o sistema educacional da minoria privilegiada tinha fins honoríficos e bacharelescos, como dito anteriormente, confirmatórios da sua posição social e *status*, fato esse que disseminava¹⁰⁸ uma ideia de educação estranha às reais necessidades do país, a qual ultrapassará em muito o período histórico por nós analisado.

Por fim, para compreendermos a influência e importância do liberalismo, principalmente paulista, sobre os rumos que o ramo do ensino profissional terá na educação pública empreendida na República em seu início, devemos nos lembrar que a ideologia liberal compartilhada pela maioria esmagadora dos republicanos do país valorizava muito mais o sentido de "liberdade" do que os princípios de democracia ou, menos ainda, "igualdade social". Isso também se aplicava à Educação como política pública do Estado republicano brasileiro, porquanto tal como já acontecia em relação a participação popular no sistema político, acreditava-se que a qualidade e o adequado funcionamento da coisa pública na esfera educacional só poderia estar assegurado pela elitização e circunscrição da participação do povo, através do seu direcionamento em ramos do ensino básicos especificamente voltados em função da sua falta de ilustração e berço familiar adequado. 109

2.1.2 Agraristas (João Pinheiro e Alberto Torres)

Nesta seção do capítulo vamos destacar dois nomes que para muitos pesquisadores¹¹⁰ são classificados como porta-vozes do pensamento ruralista ou agrarista do início do século XX, Alberto Torres e João Pinheiro. Ambos defendiam a atividade agrícola como a principal para a economia brasileira, além de um intervencionismo estatal que privilegiasse as forças produtivas nacionais e promovesse a autonomia do país diante das pressões externas e internas que visavam manter o país permanentemente dependente das nações mais adiantadas e ricas.

¹⁰⁸ "Com o progresso do espírito democrático [...] o povo resolveu ingressar, não na escola "prática", que a priori se lhe destinou, mas na "acadêmica", com tanta maior razão, quanto se pretende que seja esta a escola de formação da "elite" e o povo não vê razão de ele também não se fazer "elite", e por tão simples processo, quanto o de estudar somente com a cabeça e não com as mãos e aprender latim e não a trabalhar inteligentemente." TEIXEIRA, Anísio, op. cit. (p.72).

¹⁰⁹ CÖRTE, Andréa T. de, op. cit. (p.113).

Podemos citar a título de exemplo as pesquisadoras Andréa Telo da Côrte, Angela de Castro Gomes, Nícia Vilela Luz, Helena Bomeny, Sívia Oliveira Campos de Pinho, entre outros historiadores.

Estes líderes políticos e no caso especifico de Alberto Torres, desenvolveram suas teses de defesa da "indústria" nacional num contexto de início do século XX no qual a velha ideia do protecionismo exclusivamente industrial foi substituída por outra que englobasse além das atividades manufatureiras também os interesses da pecuária e da pequena lavoura nacional. O objetivo passou a ser maior pois englobaria um leque maior de setores da economia em defesa da produção nacional, visando o equilíbrio da balança de pagamentos e atendendo certos interesses regionais como os dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 111

Muitas das suas ideias, apesar das propostas protecionistas e de maior importância da atividade econômica rural – lembramos que no período destes líderes republicanos o termo "indústria" englobava desde atividades artesanais até outras atividades produtivas realizadas inclusive no meio rural – indicavam antes do tempo uma direção política mais nacionalista para as nossas elites liberais, bem como um certo pensamento econômico que promovesse o desenvolvimento nacional o qual, posteriormente, será esposado por muitas lideranças políticas principalmente no pós Revolução de 1930, defendendo uma industrialização acelerada e incentivada por um Estado intervencionista em busca de um capitalismo mais autônomo para o Brasil.

Mas ambos, João Pinheiro e Alberto Torres¹¹², eram homens do seu tempo e, como tal, tinham forte influência da lógica positivista¹¹³ além de pensarem em soluções alternativas para os problemas econômicos e sociais dos seus estados de origem assim como para o país em que viviam. O Brasil de seu tempo experimentava pouco menos de duas décadas da implantação do regime republicano, em busca da superação do seu passado arcaico que o mantinha social e economicamente vulnerável, num contexto mundial no qual poderosas forças internacionais e capitalistas estavam em expansão, inclusive militarmente.

Alberto Torres que governou o estado do Rio de Janeiro (1898-1900), foi sem dúvida foi um dos políticos que mais influenciaram em termos ideológicos e

-

¹¹¹ Nícia V. Luz em seu clássico trabalho ao caracterizar o tipo de protecionismo que passa a ser invocado no início do século XX (não somente o industrial mas este associado com a pequena lavoura e a pecuária). Para isso mostra dados da importação de gêneros alimentícios similares aos da produção nacional no final do século XIX e o quanto estes itens oneravam a balança comercial brasileira dando argumentos aos que defendiam a produção nacional. LUZ, Nícia V. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930.* 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975 (p.78 e nota 27).

¹¹² Sobre Alberto Torres, vide nota de rodapé n°33.

¹¹³ Para comprovar esta influência positivista é só analisarmos a importância que ambos dão em seus discursos e escritos à educação, ao aperfeiçoamento técnico dos trabalhadores e sua inclusão social como fatores essenciais para o desenvolvimento e modernização do país.

administrativos a Nilo Peçanha. Apesar das suas premissas conservadoras em termos de defesa intransigente de uma economia agrária composta por pequenos produtores praticantes de uma agricultura diversificada e racionalizada, via na fixação do homem no campo um remédio contra a influência estrangeira e imperialista que era mais atuante nos centros urbanos contra os interesses nacionais.

Via com muita crítica as medidas econômicas governamentais que beneficiassem as indústrias em geral, tendo com única ressalva alguma proteção e incentivos as chamadas "indústrias naturais", isto é, aquelas que transformassem unicamente os produtos do país em oposição as indústrias "artificiais", conforme terminologia da época.

"Em regra, todas as medidas de proteção às indústrias particulares importam privilégios para a classe favorecida, e, dentro desta, para os exploradores mais fortes."114 Sua justificativa para isso se baseava no fato de que os preciosos recursos arrecadados pelo governante comprometido em resolver os reais problemas nacionais deveriam ser canalizados para a defesa e aproveitamento dos nossos recursos naturais e no emprego do trabalhador nacional pobre, o qual estava abandonado a sua própria sorte.

Seu nacionalismo não implicava em repulsa a toda e qualquer ideia ou inovação vinda do exterior. Isso fica mais evidente quando analisamos suas críticas e propostas para a instrução pública voltada especialmente para a população pobre do seu Estado e a do país: "Nunca tivemos um serviço de propaganda e de estímulo, para a aplicação de atividades. Organizamos, pelo contrário, uma instrução pública que é um sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo". 115 Para ele deveríamos superar a velha cultura escolar que valorizava o bacharelismo e a formação meramente literária, e tal como os povos desenvolvidos, sem deixarmos de ser brasileiros, apoiar uma educação mais prática, assim como "ser gratuito o ensino primário, bem como o ensino profissional no campo". 116

Para Alberto Torres o racionalismo e o nacionalismo também se revelam no papel de extrema responsabilidade que atribui ao Estado brasileiro, pois: "Deixar o ensino sem uma direção nacional é sujeitar o pensamento brasileiro a ser dividido entre as muitas correntes de ideias importadas do exterior, ideias na sua generalidade nocivas ao nosso país". 117

¹¹⁶ Id., 1932 (p.341).

¹¹⁴ GENTIL, Alcides. As ideias de Alberto Torres. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932 (p.149).

¹¹⁵ Id., 1932 (p.340).

¹¹⁷ GENTIL, Alcides, op. cit. (p.342).

Contra o ensino patrocinado por entidades religiosas e grupos estrangeiros, sua fala era mais contundente: "O favor da instrução concedida pelas seitas religiosas a parte do povo, por elas privilegiada, salienta o estado de aviltamento geral da população [...] No nosso país a educação estrangeira só é contrastada pela educação clerical" A atuação de grupos religiosos e não nacionais na educação da elite e de parte da população era visto por Torres como uma perigosa abdicação da República do seu papel de fomentador da nacionalidade das futuras classes dirigentes e de integração do povo comum nos destinos do país.

Ficava claro que Alberto Torres tinha uma proposta anticlerical e anti-alienante para a elite nacional do seu tempo, a qual ele endereçava tais propostas que foram de certa forma planejadas durante o seu curto mandato como governador do Rio de Janeiro. Defendeu como a mudança da mentalidade dos seus pares, o reconhecimento e valorização das suas origens históricas como povo, crítica aos modelos e soluções importados do exterior como inadequados à complexa realidade do meio brasileiro, pois no seu entender isso possibilitaria um novo rumo ao país e retomada dos genuínos ideais republicanos.

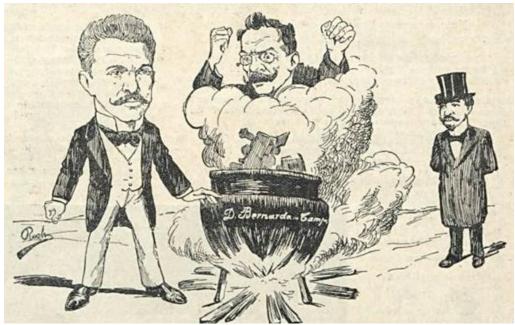


Figura - 8: Charge retratando Alberto Torres, Alfredo Backer e Nilo Peçanha

Fonte: Revista *O Malho*, Ano VII, nº 292, 18/04/1908.

Nota: Em sátira de 1908, vê-se caricaturados os seguintes líderes políticos do Estado do Rio de Janeiro — da esquerda para a direita: **Alberto Torres**, Alfredo Backer e Nilo Peçanha.

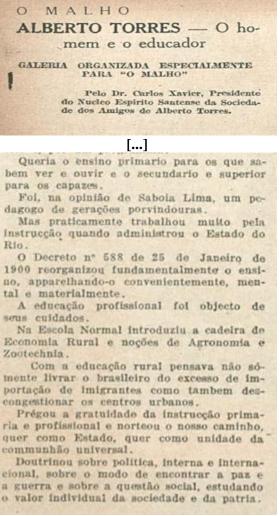
-

¹¹⁸ GENTIL, Alcides, op. cit. (p.343).

Alberto Torres como dirigente político e intelectual orgânico, foi inovador em seu tempo ao romper com o colonialismo cultural que predominava entre a elite brasileira ao propor uma nova consciência nacional em contraposição às teses conservadoras predominantes desde a época do Império e as ideias deterministas europeias que atribuíam nosso atraso a questão racial ou geográfica.

No trecho abaixo de uma biografia de Alberto Torres publicada em periódico, o autor resume alguns dos princípios do ruralismo defendido por Torres identificando-o não somente como pensador político, mas também um educador com grande influência em muitas das teses político-ideológicas defendidas no ambiente autoritário-nacionalista que iria predominar durante a década de 1930-40, não por acaso no tempo em que foi escrito este artigo biográfico (1934).

Figura – 9: Trecho de biografia publicada em 1934 de Alberto Torres



Fonte: Revista O Malho, Ano XXXIII, nº 58, 12/07/1934.

São destacados pelo biógrafo no pensamento de Alberto Torres sua atuação em favor da instrução pública, em especial a gratuidade e universalização do ensino profissional e agrícola, com o objetivo de "livrar o brasileiro do excesso de importação de imigrantes como também descongestionar os centros urbanos".

Sobre o tema da imigração estrangeira, Torres desacreditava das teorias raciais que viam a solução dos problemas brasileiros pelo branqueamento da sua população com a chegada dos brancos europeus. Defendia a diversidade da população nacional, fato esse que produziria uma civilização peculiar e adaptada aos trópicos. Em contraposição às teses racistas ou de defesa do branqueamento da população, via no domínio econômico de grupos e nações estrangeiras nosso mal maior além do fato de termos uma classe dirigente de tradição educacional bacharelesca e pouco prática, alienada e carente de uma consciência nacional capaz de liderar o país para o rol das nações desenvolvidas. Também, por conta dessa ausência valores nacionais e incapacidade de encontrar soluções brasileiras para os nossos problemas, Alberto Torres criticava a insensibilidade e descaso das autoridades e homens de governo para com a população nacional enquanto que ao mesmo tempo incentivavam inclusive materialmente a vinda e o estabelecimento de imigrantes estrangeiros em detrimento dos trabalhadores nacionais.

Poucos anos depois, quando assumirá o Executivo estadual, Nilo Peçanha vai adotar muitas das principais teses do seu antecessor Alberto Torres, entre elas a priorização do aproveitamento do trabalhador nacional em lugar de gastarem-se recursos para a atração do imigrante estrangeiro, pois:

"...cumpre acentuar que o Brasil é um país despovoado e um país onde o trabalho é difícil, onde o salário é barato, onde falta o pão, onde é ridículo o mercado de gêneros, não pode abrigar a esperança de atrair e fixar o imigrante. De outro modo **o ideal da civilização brasileira estaria nas aldeias sertanejas**." (grifo nosso). ¹¹⁹

Através da divulgação das suas ideias agraristas e dos seus escritos, Alberto Torres foi uma influência determinante sobre o dirigente político e homem de ação que foi Nilo Peçanha. Não só na visão que tinham da agricultura como atividade fundamental para o desenvolvimento do país, ao ponto de Nilo ter efetivado a criação do Ministério da Agricultura e tentado contrapor os interesses dos Estados menores à fração oligárquica hegemônica de SP e MG, mas também na convicção de que ao criar, fiscalizar e custear

¹¹⁹ PEÇANHA, Nilo. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa 01/08/1904 pelo Pres. Do Estado Dr, Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1904 (p.18).

escolas para a instrução primária somada ao ensino profissional e agrícola o Governo daria uma contribuição decisiva em "civilizar" as populações pobres e fazer delas possíveis promotoras de um Estado republicano próspero e forte.

Outro expoente agrarista, porém, com algumas concepções que o diferenciavam do fluminense Alberto Torres, foi o mineiro João Pinheiro¹²⁰. Também tinha na atividade agrícola o principal motor para a superação do atraso do país, porém não abria mão do incentivo e proteção à indústria nacional, independentemente se esta utilizava matéria prima nacional ou não.

"A questão industrial é importante, não resta dúvida, e eu sou partidário decidido da proteção do Estado à indústria enquanto esta não se acha bastante forte para lutar com vantagens com as indústrias estrangeiras melhor aparelhadas [...] A questão da agricultura é ainda o fato capital. Isto não quer dizer que eu penso que a indústria manufatureira não deva ser protegida; ao contrário, sou um protecionista convencido. Simplesmente penso que, dando-se ao trabalho nacional um apoio decidido, tratando-se da reorganização econômica do país, a proteção maior, o cuidado que mais exige a nossa atenção deve ser para a agricultura." (grifo nosso).

Para o tipo de pensamento econômico que predominava em seu tempo, João Pinheiro tinha posições bem lúcidas e adiantadas sobre o debate em torno da questão industrial e do seu incentivo ou não, bem como sobre a incorporação do trabalhador nacional à ordem republicana preparando-o para o moderno mercado de trabalho por meio de uma educação voltada às necessidades práticas que a produção do país exigia naqueles novos tempos:

_

¹²⁰ **João Pinheiro da Silva** nasceu na cidade do Serro (MG), em 1860. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (1887), além de empresário também se dedicou ao jornalismo, magistério e a política mineira. Em Ouro Preto foi um dos organizadores do primeiro partido republicano mineiro. Em 1890, foi nomeado pelo governo provisório da República secretário pelo estado de MG. Foi vice-governador no governo de Cesário Alvim, e também deputado federal na primeira Assembléia Constituinte Republicana. Em 1903, presidiu o primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de MG. Em 1904, foi eleito senador por MG, cargo que exerceu por pouco tempo, pois em 1906, tornou-se presidente de Minas Gerais. Em seu governo dedicou-se a modernizar a administração pública mineira para tentar tirar o Estado de sua estagnação econômica promovendo uma diversificação maior da sua economia, incentivos à indústria, bem como se empenhar em manter a difícil união do PRM. Deu início à reforma do ensino primário e promoveu o ensino técnico agrícola e industrial, criou a Escola Normal de Belo Horizonte e fundou o Instituto Histórico e Geográfico de MG. Faleceu na capital Belo Horizonte, em outubro de 1908, sem conseguir completar o seu mandato de governador, frustrando as forças políticas que pretendiam lançá-lo como candidato à presidência da República após o mandado de Afonso Pena (texto adaptado). Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=48> 12/06/2015.

¹²¹ Apud GOMES, Angela de C. (org.) *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005 (p.13).

- "- Vossa Excelência pensa, como muita gente, que a proteção deve ser dada às indústrias naturais.
- Não. Isto é um erro que corre e que se firma, que muitos espalham por interesse e a maior parte aceita por irreflexão. Não há indústrias artificiais. O que faz a indústria não é a matéria-prima, é a mão de obra, é o trabalho do operário." (grifo nosso).

Como vimos, além de ser um protecionista lúcido João Pinheiro tinha claro para si que o aproveitamento do trabalhador nacional demandaria investimento e intervenção de um Estado promotor do desenvolvimento econômico e social. Provavelmente por influência do positivismo, via no não aproveitamento do trabalhador pobre desocupado ou sem acesso a meios de produção próprios um potencial de desordem social e atraso econômico. Daí suas propostas enquanto dirigente político priorizarem não só a reorganização e o aproveitamento do trabalhador brasileiro, mas também adaptar a educação nacional aos objetivos de melhora da produtividade do homem no campo, da modernização das práticas agrícolas e da mentalidade dos agricultores, e da valorização do magistério e a adequação das instituições escolares aos novos tempos que o país vivia.

'O problema agrícola abrange, para mim, duas questões essenciais: a fixação do trabalhador ao solo, começando pelo trabalhador nacional e a educação profissional do agricultor. [...] / Quanto ao meu programa na questão agrícola-industrial, você o conhece já: proteção à indústria, principalmente a agrícola, educação técnico-profissional pela escola primária e pela fazenda-modelo; constituição do operário rural, educação agrícola do lavrador; proteção à grande propriedade de testar." 123

Na charge satírica **abaixo** (figura 10) o celebrado líder do Partido Republicano Mineiro e alguns dos seus auxiliares diretos rebatem um a um os questionamentos de um "candidato" criança que reluta em estudar no propagandeado ensino agrícola ministrado nas fazendas-modelo e promovido pelo Governo mineiro da época:

.

¹²² Apud Ibid. (p.14).

[&]quot;grande propriedade de testar" – João Pinheiro pode estar se referindo a fazendas de experimentação de novas técnicas agrícolas . Apud GOMES, Angela de C. (org.) op. cit. (p.17 e 22).

Figura – 10: Charge satirizando a oficialização do ensino agrícola do Governo de João Pinheiro para as crianças mineiras (1907)



Fonte: Revista O Malho, Ano VI, nº 248, 15/06/1907.

Em nível estadual João Pinheiro incrementava uma série de reformas que marcaram o seu Estado natal e tiveram certa publicidade no cenário nacional. Os princípios de inclusão social através da educação profissional das classes pobres e um programa de modernização da máquina pública mineira segundo princípios científicos e progressistas, ilustram algumas das demandas por mudanças que, por razões que discutiremos logo adiante, não foram aprofundadas pelos demais dirigentes republicanos que antecedem a Revolução de 1930, contribuindo para o esgotamento daquele sistema político e econômico bem antes da grande crise mundial de 1929.

João Pinheiro e outros tiveram no positivismo uma ideologia capaz de certa crítica e propostas de reformas aceitáveis para uma boa parcela das classes dominantes, especialmente daquela fração desejosa de aprofundar a modernização da sociedade e da economia do país em termos de novas soluções para a complexidade de um país multirracial e com território de dimensões continentais, soltando-se das amarras do pensamento liberal e do conservadorismo e suas elites os quais eram incapazes de oferecer soluções para o aproveitamento e inclusão da maioria da população do país que permanecia analfabeta e praticando uma economia de subsistência no campo quando não era explorada pelos coronéis em suas regiões.

2.1.3 Católicos, Maçons e Anticlericais

A influência da instituição católica no plano da política educacional, em especial do ensino profissional, durante o Governo da Primeira República, deve ser analisada primeiramente no contexto sócio-político do impacto que esta instituição sentiu em razão do seu afastamento de praticamente todos os serviços públicos ¹²⁴ do que necessariamente com alguma ação pontual na área que é o objeto da nossa pesquisa.

A pressão de grupos liberais, cientificistas, positivistas, enfim, anticlericais das mais variadas tendências (espíritas, maçons, protestantes, etc.), vinha ocorrendo desde as décadas finais do regime imperial principalmente no que dizia respeito ao fim da lei que definia o catolicismo como a religião oficial do Estado imperial brasileiro e a possibilidade de um Estado laico reaver bens móveis e imóveis acumulados pelos religiosos em razão dessa união.

Consequentemente a Igreja no Brasil (e na Europa) reagiu a essa onda secular e anticlerical de forma a tentar manter seu espaço no aparelho do Estado e, no limite, garantir sua própria sobrevivência conforme o movimento laico se expandia e a ideia de uma república totalmente secular tomava corpo entre parcela da classe dominante do país. 125

¹²⁵ [Ao longo do século XIX] "A Igreja se articulou para desqualificar as novas propostas de sociedade que se apresentava e para montar trincheiras firmes de defesa, encastelando-se numa postura ultraconservadora, antiliberal e contrarrevolucionária: o catolicismo ultramontano." ROSA, Lílian R. de O. *A Santa Sé e o Estado Brasileiro: Estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial: 2015 (p.59).

_

Na prática, desde meados do século XIX, o padroado enquanto instituição do Império brasileiro, já perdera o monopólio legal sobre diversos domínios da vida social do país, como por exemplo, a instalação de igrejas e escolas protestantes, casamento civil, etc.

Mesmo com o avanço do clima de contestação anticlerical sobre a Igreja no Brasil e na América Latina, precisamos tomar certa precaução quando analisamos o grau da influência e o alcance social que as correntes ideológicas cientificistas, as seitas protestantes, o espiritismo e instituições como a maçonaria, tiveram entre a população e suas classes dirigentes naquele período histórico.

Para nos inteirarmos sobre este assunto, cabe aqui transcrevermos um trecho de um artigo do pesquisador Fábio Carvalho Leite¹²⁶ sobre a relação entre o Estado republicano e a Igreja e o peso que o laicismo teve durante a consolidação da nossa Primeira República:

"A proclamação da República no Brasil teve um caráter mais desconstitutivo do que rigorosamente propositivo. Sabia-se, a partir daquele ato, que a monarquia deixava de vigorar no país, mas o que viria a ser constituído em seu lugar era, em diversos pontos, ainda indefinido. [...] a República se afirmava, naquele momento, como uma incógnita, e sua configuração, seu alcance e seu sentido deveriam ser delimitados por dois movimentos-chave: o processo constituinte e os teste da realidade pelo qual a Constituição passaria." 127

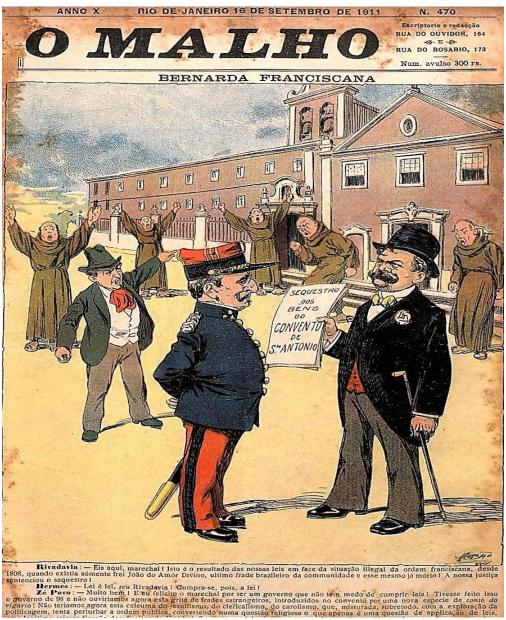
A ação anticlerical do Estado republicano deve ser relativizada pois ainda naquele período o peso da religião católica entre a população em geral e entre as elites era considerável, o que nos faz supor que a pressão anticlerical partiu muito mais de grupos e organizações da sociedade civil minoritários, mas com relativa influência no aparelho de Estado e voz em órgãos da imprensa, mesmo que muitos de seus dirigentes tenham se assumido anticlericais convictos.

-

¹²⁶ LEITE, Fábio Carvalho. O laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil *in Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 31(1): p.32-60, 2011.

¹²⁷ Ibid., p.38.

Figura – 11: Charge sobre a ação do Governo Republicano em despejar frades estrangeiros e sequestrar o imóvel e os bens onde ficava o Convento de Santo Antônio (1911)¹²⁸



Fonte: Revista *O Malho*, Ano X, no 470, 16/09/1911.

Para um melhor entendimento da charge da capa da revista **acima** transcrevemos nesta nota os dizeres dos personagens: "RIVADÁVIA: Eis aqui, marechal! Isto é o resultado das nossas leis em face da situação ilegal da ordem franciscana, desde 1808, quando existia somente frei João do Amor Divino, último frade brasileiro da comunidade e esse mesmo já morto! A nossa justiça sentenciou o sequestro! / HERMES: Lei é lei, *seu* Rivadávia! Cumpra-se, pois, a lei! / ZÉ POVO: Muito bem! E eu felicito o marechal por ter um governo que não tem medo de cumprir leis! Tivesse feito isso o governo de 1898 e não ouviríamos agora esta grita de frades estrangeiros, introduzidos no convento por uma nova espécie de *conto do vigário*! Não teríamos agora esta celeuma do jesuitismo, do clericalismo, do carolismo, que, misturada, sobretudo, com a exploração da politicagem, tenta perturbar a ordem pública, convertendo numa questão religiosa o que apenas é uma questão de aplicação de leis, uma legítima aplicação dos direitos de Estado! Cumpra-se a lei, seja contra quem for, e, afinal, tudo e todos entrarão nos eixos!... " *O Malho*, Rio de Janeiro: [s.n.] Ano X, nº 470, 16/09/1911 (p.1).

Um exemplo deste relativo anticlericalismo, o qual ficava restrito a setores e grupos laicos organizados da sociedade civil e que, consequentemente, não tinha tanta influência entre a população comum, foi o caso da ação governamental de sequestro do imóvel e dos bens onde ficava o Convento de Santo Antônio, localizado na capital federal, no dia 4 de setembro de 1911. Retratado na capa da revista *O Malho* (figura-11), durante a vigência da presidência de Hermes da Fonseca. Neste caso a tentativa de aplicação da Constituição federal, onde um Procurador da República e o Diretor do Patrimônio Nacional tentaram despejar os frades estrangeiros e sequestrar o Convento seus bens para o Estado após a morte do último religioso com cidadania brasileira daquela ordem. A ação judicial foi frustrada, pois os religiosos conseguiram mobilizar parte da população carioca a qual cercou o convento para impedir o despejo dos frades e a tomada do prédio pelo Estado. O Procurador tentou, mais tarde, recorrer ao Supremo, que lhe negou por unanimidade e impediu a ação de tomada do imóvel e dos bens do convento. Até hoje o convento de Santo Antônio que se localiza no Largo da Carioca está sob a guarda da ordem religiosa católica "Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil".

Segundo Sérgio Miceli¹²⁹, no início da República a Igreja Católica brasileira voltou sua atenção principalmente para o ensino secundário em praticamente quase todos os Estados da federação, obtendo para isso facilidades fiscais e apoio material para a instalação de diversas escolas confessionais, especialmente de ordens religiosas estrangeiras, voltadas principalmente para um público seleto, isto é, os filhos e apadrinhados das oligarquias regionais que lá eram matriculados.

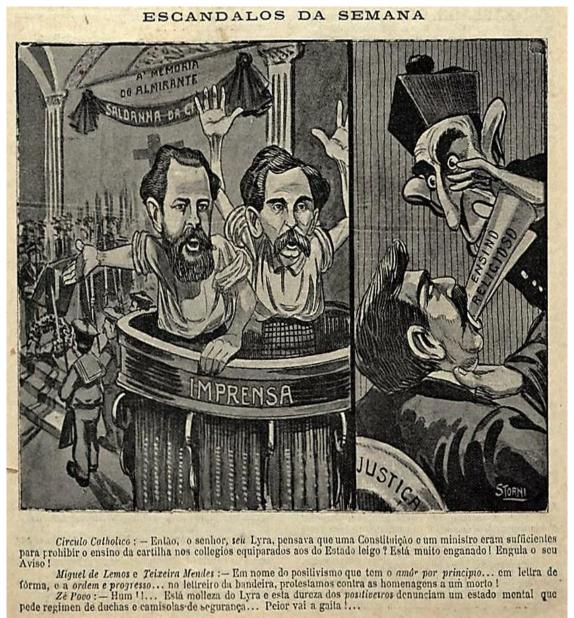
O aumento de instituições escolares confessionais e a crescente vinda de clérigos estrangeiros para compor os quadros da Igreja, além da crescente mobilização de uma militância católica leiga, segundo vários estudiosos, fizeram a Igreja daquele período contrabalançar¹³⁰ a sua perda de influência política no Estado frente às pressões de grupos anticlericais, como por exemplo os positivistas.

.

¹²⁹ MICELI, Sérgio. A elite eclesiástica brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988 (p.23).

^{130 &}quot;[...] outra prioridade de peso consistiu na abertura de escolas e colégios diocesanos (femininos e masculinos). Afora o fato de favorecerem a reaproximação ou mesmo a colaboração mais estreita com as elites locais, o funcionamento desses estabelecimentos de ensino proporcionava uma fonte segura de renda para a manutenção do pessoal e das obras diocesanas." Ibid., (p.6).

Figura – 12: Charges satirizando a impotência do anticlericalismo republicano frente à influência do catolicismo nas cerimônias oficiais e na educação.



Fonte: Revista *O Malho*, Ano VII, nº 293, 25/04/1908.

A charge acima datada de 1908, justamente satiriza essa impotência do movimento anticlerical ali representado pela dupla Teixeira Mendes e Miguel Lemos, líderes do positivismo no país, e o pelo Ministro da Justiça Lyra que não conseguem impedir a ação do clero católico em promover com o apoio do governo republicano honrarias fúnebres a um famoso oficial militar falecido e na imposição da proibição do ensino religioso também nas escolas particulares e confessionais, conforme interpretavam a Constituição republicana de 1891 os grupos anticlericais.

Outro fato relevante foi o de a Igreja e os bispos locais passaram por um processo de padronização doutrinária e ideológica sob o comando direto da Santa Sé, fato que se revelou algo mais eficaz no decorrer do Regime republicano tanto na sua oposição em relação as ideologias anticlericais que se difundiam nos centros urbanos, como contra as manifestações populares de religiosidade católica que se manifestavam de forma messiânica e/ou mística sem qualquer vínculo mais formal com a hierarquia da Igreja.

Podemos supor, fazendo uma analogia, que a atuação e a presença da instituição católica nas primeiras décadas republicanas foi muito mais uma espécie de "recuo estratégico" do que de total derrota frente as forças seculares da sociedade da época, pois sua reorganização institucional e relativo afastamento do Estado brasileiro lhe proporcionou um aperfeiçoamento e expansão nacional enquanto instituição religiosa, além de ter diversificado suas fontes de financiamento e ampliado seu leque de apoios políticos e alianças com as oligarquias regionais, fosse por meio dos serviços escolares do ensino fundamental e secundários prestados, ou os diversos tipos de assistência social que as paróquias e dioceses podiam servir onde geralmente inexistia uma atuação efetiva do Estado brasileiro.

O desinteresse católico pelo ensino profissional, apesar das iniciativas das escolas Salesianas cujo fundador¹³¹ tinha como prioridade o ensino profissional destinado aos pobres, segundo Luiz Antônio Cunha¹³² estas também cederam a pressão das famílias da oligarquia e demais classes abastadas as quais desejavam um ensino secundário de qualidade e elitizado para os seus filhos e apadrinhados.

Porém isso não significou que muitos dos membros da instituição católica não tivessem certa desconfiança ou até mesmo críticas contundentes ao ensino profissional público, laico e gratuito que o governo da União iria criar com a fundação das Escolas de Aprendizes Artífices a partir de 1909. Em um dos poucos documentos que temos sobre a visão de um importante membro da Igreja, especificamente a ordem Salesiana, a respeito do que era oferecido pelo em termos de ensino profissional uma década depois da

¹³¹ Padre João Melquior Bosco (1815-1888): Fundador da Congregação dos Padres Salesianos e criador do método de ensino "Sistema Preventivo de Formação" o qual era aplicado nas escolas da sua Ordem e que priorizava a aprendizagem de ofícios especialmente para os jovens pobres. Disponível em: http://www.franciscanos.org.br/?p=10061>. Acesso em: 23/07/2015.

¹³² CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2ª ed., São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2005. (p.55)

fundação da EAA de Mato Grosso, segundo a professora e pesquisadora da história da EAA do antigo estado de Mato Grosso, Nádia Kunze:

"D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo de Prusíade Salesiano e Presidente do Estado entre os anos de 1918 e 1922, chegou a ponderar que o ensino profissional que o governo da União mantinha no Estado deixava a desejar e por isso havia a necessidade da interferência estatal. 'Continuam funcionando, nesta Capital, os seguintes estabelecimentos, que mantêm oficinas para o ensino profissional, cuja matrícula regula por uns 160 alunos: Escola de Aprendizes Artífices, Escola Profissional Municipal e Liceu Salesiano "São Gonçalo" [...]. Neste particular, em Mato Grosso nada há feito, ou, antes, retrogou. Houve em Cuiabá, como sabeis, um Arsenal de Guerra, com uma companhia de menores aprendizes, militarmente disciplinados, que dali saíram transformados em centenas de artistas e cidadãos de merecimento. De há muito que aquele curso profissional foi extinto pelo Governo da República, substituído hoje pela Escola de Aprendizes Artífices, que, entretanto, pela sua mesma organização, está longe de oferecer ao Estado idênticas nem semelhantes vantagens."133

Tais críticas dirigidas às EAA do Mato Grosso pelo seu Governador e Bispo salesiano licenciado, para a pesquisadora estariam relacionadas ao fato deste chefe político e líder religioso católico ter sido também ex-diretor do Liceu Salesiano de Artes e Ofícios da mesma capital, onde havia orientação religiosa católica aos seus alunos aprendizes, enquanto que na EAA federal tratava-se de uma escola laica que não preparava a "alma" dos seus alunos, consequência de uma escola fundada por uma república de valores anticlericais.

Desta forma fica evidente que os esforços católicos para o aumento da sua influência nas políticas de Estado e manutenção do *status quo* da sua instituição na sociedade brasileira passavam pelo oferecimento do serviço educacional, principalmente o secundário, e das obras sociais para as quais na maioria das vezes os governos locais não tinham recursos, quadros e a técnica necessários para o atendimento de todas as demandas, que iam das classes privilegiadas às mais pobres, além de aliar-se aos setores políticos mais conservadores para combater a crescente influência das ideologias anarquista e socialista entre a população trabalhadora das grandes cidades.

¹³³ Apud KUNZE, Nádia C. *A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941).* Cuibá: CEFETMT, 2006 (p.169)

Para o que nos interessa, vale lembrar dois aspectos da atuação da Igreja Católica que de forma direta e indireta afetaram os rumos da educação nacional. O primeiro deles tem a ver com a liderança e atuação do arcebispo Dom Sebastião Leme em efetivar a orientação vinda da cúpula romana de "recatolizar" o país especialmente nas principais capitais do país e nos ambientes acadêmicos onde os movimentos anticlericais eram mais divulgados e ganhavam novos adeptos. Para isso o arcebispo lançou a famosa Carta Pastoral de 1916¹³⁵ na qual identificava na apatia do clero brasileiro, sua desorganização e na sua contaminação pelo mundanismo como fatores do seu enfraquecimento e sua perda de influência na sociedade, assim como o crescimento da heresia e indiferença da população em relação à religião católica oficial.

Na foto abaixo, a reportagem destaca a cúpula católica da capital federal no momento em que Dom Sebastião Leme se preparava para assumir o bispado de Olinda onde, pouco depois, lançava a Carta Pastoral de 1916 na qual conclamava o clero católico brasileiro e os seus fiéis laicos a contra-atacarem os movimentos anticlericais e heréticos e recuperar a influência do catolicismo na sociedade e entre as autoridades republicanas.



Figura – 13: Cúpula católica na capital federal em 1916.

Fonte: Revista *O Malho*, Ano XII, nº 728, 01/08/1916.

¹³⁴ "Restaurar todas as coisas em Cristo", segundo expressão utilizada pelo Papa Leão XIII (1810-1903), para recuperar a perda de influência da Igreja na sociedade moderna ocidental.

¹³⁵ RODRIGUES, Cândido M. e PAULA, Christiane J. de (orgs.) *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuibá: Ed. UFMT, 2012.

Para combater a perda da influência católica no regime republicano D. Sebastião Leme propôs, seguindo as orientações do Vaticano, uma progressiva e cautelosa aproximação do comando da Igreja católica com as lideranças republicanas buscando o apoio de políticos considerados "bons católicos" e manter uma intensa troca cultural entre o clero regular com intelectuais e militantes fiéis laicos, capazes de garantir quadros de apoio dentro do Estado brasileiro em todos os níveis. Também levantaram no período persistentemente a bandeira da volta da instrução religiosa nas escolas públicas, além do combate às escolas laicas e de outras confissões religiosas, além da cooperação com as autoridades republicanas na luta contra as ideologias materialistas e revolucionárias.

O segundo fator que de alguma forma atuou junto a reforma empreendida pela Igreja em seus quadros, conforme dito acima, foi a vigilância e ação estratégica na esfera política federal e junto às oligarquias regionais em vigiar e tentar conter a influência dos militantes anticlericais, especialmente maçons e positivistas, cujos membros ainda tinham certa influência junto à cúpula governamental. Sobre este assunto podemos transcrever trecho da pesquisa de Lílian Rodrigues de Oliveira Rosa sobre as relações entre a Santa Sé e o Estado republicano brasileiro, especialmente no que diz respeito a sua opinião sobre o Presidente implementador das EAAs que de certa forma teve sua carreira política vigiada e acompanhada, devido à influência da maçonaria entre os republicanos:

"[A Santa Sé] Mantinha, por meio da Nunciatura, seu conhecimento atualizado sobre os políticos maçons, como no caso da ascensão de Nilo Peçanha a Grão Mestre, fato que gerou apreensão na Secretaria de Estado, afinal, o ex-presidente era, entre 1917 e 1918, o ministro das relações exteriores." 136

Obviamente, tendo em vista a execução de uma política de recuperação do poder temporal da Igreja no Brasil, o combate as ideias e correntes político-ideológicas anticlericais de tendências liberais e positivistas era fundamental para a retomada da sua influência e espaço nos órgãos governamentais brasileiros e, nesse intuito, a educação pública não ficaria de fora.

governo republicano. ROSA, Lílian R. de O., op. cit. (p.116).

¹³⁶ Ainda sobre este assunto, a pesquisadora encontrou documentos e evidências de que a alta cúpula da Igreja acompanhava a atuação dos políticos maçons por meio de relatórios detalhados sobre a atuação da sociedade secreta nos altos escalões republicanos, fazendo assim uma triagem sobre quais políticos seriam potenciais aliados e desta forma estabelecer a melhor estratégia política para retomar sua influência no

Mas com dissemos na entrada deste segmento sobre a influência do catolicismo na educação pública, precisamos relativizar a importância do movimento laico sobre as instituições nacionais, pois a reação católica contra a laicização do país que culmina com sua crescente influência no final dos anos 1920, pode ter significado muito mais um rearranjo desta milenar instituição que ao fazer seu balanço no fim da Primeira República mais ganhou do que perdeu, pois:

"o que se verifica é que, na prática, a República brasileira conheceu apenas um modelo de laicidade. É verdade que houve debates sobre o tema, e de uma forma que talvez não tenha se repetido ao longo da história do país, mas o que se impôs na realidade foi um modelo de cooperação e proximidade entre Estado e religião, com o previsível destaque à religião majoritária." ¹³⁷

Em recente tese de doutorado¹³⁸ do historiador Fausto H. G. Nogueira, é destacada a atuação da Igreja Católica frente aos grupos anticlericais e outras entidades religiosas. A ação católica apresentou um caráter não só defensivo, mas também de ataque e críticas severas por meio da imprensa. Do outro lado, buscando fortalecer sua posição, livres pensadores maçons, espíritas, liberais, socialistas entre outros, se aproximaram em razão das posições comuns como a laicidade do Estado e a oposição à influência daquela religião majoritária no aparelho do Estado republicano.¹³⁹

O ajuntamento entre tão diferentes sujeitos sociais, livres-pensadores e anticlericais (inclusive espiritualistas), só pode ser explicada pela força ainda presente do catolicismo na sociedade brasileira e a necessidade de lhe fazer oposição, caso pretendessem influenciar numa linha mais racional e científica as políticas da República, em especial na área da instrução pública.

¹³⁷ LEITE, Fábio Carvalho. op. cit., (p.51).

NOGUEIRA, Fausto H. G. Os espíritos assombram a Metrópole: Sociabilidades espiritualistas (Espírita e Esotérica) em São Paulo na Primeira República. São Paulo: 2016. (p.371). Tese (Doutorado) – FFLCH-USP.

¹³⁹ "Em nosso entendimento surgiram aproximações entre as várias sociedades de ideias espiritualistas e os grupos anticlericais, principalmente quanto às questões da laicidade do Estado e do anticlericalismo. Nesse relacionamento, sempre conflituoso, eram rejeitadas quaisquer associações que as doutrinas espiritualistas possuíssem com religiões constituídas; dessa maneira, purificado o espiritismo e a teosofia desse "defeito", o diálogo era mais aberto, reconhecendo suas lutas contra o predomínio da Igreja na sociedade." Ibid., (p.282).

Um exemplo deste compartilhamento ideológico¹⁴⁰ anticlerical entre um órgão da imprensa escrita de confissão espírita e o conhecido político fluminense e maçom Nilo Peçanha, ficam expostas no editorial abaixo transcrito quando Nilo Peçanha assume a presidência da república após a morte de Afonso Pena em 1909:

"A Igreja e o Estado: A imprensa começa a aplaudir o Dr. Nilo Peçanha pela maneira louvável com que encara a situação do Brasil perante a igreja romana. Diz a Gazeta de Notícias: "O Dr. Nilo Peçanha tem suprimido umas tantas praxes religiosas que, de fato, se coadunavam mal com as prescrições terminantes da nossa Constituição. O seu primeiro ato não mandando fazer funerais católicos ao Dr. Afonso Pena foi talvez o de maior coragem, porque facilmente se prestava a uma exploração sentimental. A exploração não se fez." / Continue o ilustre Presidente a expurgar os costumes governamentais dos parasitas e terá os aplausos do povo brasileiro." 141

O periódico de confissão espírita elogia a ação governamental do Presidente em razão da sua intolerância para com a intromissão da Igreja católica em assunto julgado como de Estado¹⁴². Nilo faz valer a laicidade do Estado brasileiro em não patrocinar o ritual religioso católico por ocasião do falecimento de Afonso Pena e faz as honras devidas ao antigo chefe de governo morto de acordo com o cerimonial estabelecido em lei. Anos depois, Nilo Peçanha sofreria as consequências desta decisão política-ideológica por parte das lideranças católicas ressentidas e preocupadas com a influência dos grupos maçons e positivistas no Governo brasileiro.

Desde antes do período da Independência brasileira, as lojas maçônicas foram consideradas locais de difusão de ideias laicistas e científicas europeias além de investirem em obras assistenciais e apoiarem a instrução pública da população em geral, por meio de bolsas de estudos, construção de bibliotecas e defesa do ensino laico para homens e mulheres em contraposição àquilo que eles entendiam como o fanatismo

¹⁴⁰ "ocorriam encontros entre os ideários racionais e laicos de diferentes grupos sociais, em torno de uma ação anticlerical ou de defesa contra os ataques da Igreja, e em ações sociais, construindo o que Furet denomina de uma "comunhão ideológica", a partir da qual eram tecidas redes de sociabilidade entre essas sociedades e ideias." Cf. NOGUEIRA, Fausto H. G, 2016 (p.288).

¹⁴¹ O Clarim: Órgão de Propaganda Espírita, Científico, Filosófico e Noticioso. Matão-SP: 01/10/1909, Ano 5, (quinzenal) N° 4, p.3.

¹⁴² "As questões de ordem social, política e administrativa, suscitadas neste período, tiveram as soluções da Constituição; [...] inclusive a que assinalou formalmente a abstenção do Estado na iniciativa de cerimônias religiosas, assegurada embora a liberdade de todos os cultos." Cf. PEÇANHA, N., 2010 (p.9).

católico que mantinha a maioria da população nas "trevas da ignorância e da superstição."¹⁴³

A Maçonaria como corrente ideológica também esteve presente na atuação de alguns de seus destacados membros dentro dos partidos republicanos em vários Estados da União 144. Geralmente sua preocupação com a educação popular tinha o objetivo de proteger o trabalhador simples do fanatismo religioso como também da influência das ideologias "exóticas" (em especial o anarco-sindicalismo). O movimento maçônico destacava-se por uma postura anticlerical e certo otimismo pedagógico, pois acreditava combater a ignorância, o misticismo religioso e a desordem social causada pelo radicalismo político ao oferecer a razão e a luz do conhecimento ao homem do povo, o trabalhador comum.

Destacamos aqui que a inclusão deste aspecto na formação e vivência cultural e ideológica de parte da oligarquia republicana não serve para um mero exercício de curiosidade intelectual. Precisamos dimensionar e tentar verificar o peso aproximado deste importante elemento na *práxis* política do período, isto é, a militância e a prática maçônica, e se esse elemento ideológico de alguma maneira interferiu nas decisões de política pública tomadas pelas lideranças políticas a ele associadas.

Em pesquisa¹⁴⁵ que é referência sobre o tema da maçonaria na sociedade brasileira, Alexandre M. Barata primeiramente destaca que a maçonaria jamais constituiu-se como uma instituição homogênea, pelo contrário, foi marcada por contradições internas e algumas diferenças ideológicas que a dividiam constantemente. Porém alguns elementos em comum entre as várias tendências do movimento maçônico, faziam os vários ramos da sociedade secreta convergirem sobre alguns posicionamentos políticos e ações sociais. Um desses componentes em comum era o exercício de uma sociabilidade baseada na defesa da liberdade individual e do racionalismo (liberalismo),

Nacional de História da ANPUH. S/Ano (p.13).

¹⁴³"Na propaganda anticlerical o projeto de laicização da sociedade passava pelo necessário desmantelamento da Igreja Católica vista como uma instituição incoerente, imoral e propagadora de formas de dominação que mantinham os homens no conformismo, na ignorância e na miséria, calando anseios de rebeldia, liberação e progresso." SILVA, Eliane Moura. "Maçonaria, Anticlericalismo e Livre Pensamento no Brasil (1901-1909)." Apresentação na Mesa Redonda "Maçonaria e Cidadania do XIX". *Simpósio*

¹⁴⁴ Vale lembrar que a presença desta organização não é insignificante quando lembramos que dos 12 presidentes da Primeira República, oito eram reconhecidos como maçons conforme vários testemunhos históricos (Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Salles, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Delfim Moreira, Washington Luís).

¹⁴⁵ BARATA, Alexandre M. *Luzes e sombras: A ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Memória Unicamp, 1999.

porém acompanhada de elementos rituais de uma tradição hierárquica a qual daria ao movimento certa estabilidade social e uma legitimidade da sua autoridade.

Ainda segundo Barata, o movimento maçônico no Brasil experimentou as pressões políticas e sociais de um ambiente majoritariamente católico e, por conta disso, houve no seu interior intenso debate sobre qual e como seria preferencialmente sua atuação na sociedade brasileira. Correntes maçônicas de origem francesa recusavam-se a ver na filantropia como a única linha de ação, daí uma de defesa mais explícita e política da liberdade individual, do racionalismo e de outros princípios caros da "modernidade".

Após a proclamação da República, entre 1890 a 1920, houve a federalização da maçonaria no país, aumento expressivo no número de lojas além da nacionalização do movimento, a ponto de o pesquisador identificar "no Rio de janeiro, excluindo a capital do país a atividade maçônica se concentrava nas cidades de Niterói e Campos, que possuíam em média, cinco lojas funcionando por decênio, entre 1870 e 1910".

Mesmo com o inegável aumento da influência do positivismo comteano, o qual tinha na compreensão científica da realidade sua viga mestra, ainda assim a maçonaria e suas lojas se mantiveram como espaços em todo o país¹⁴⁷ de ilustração da elite política, ou seja, um local de sociabilidade e centros de difusão de um consenso intelectual e moral, especialmente no período estudado, não só de temas intrínsecos à organização maçônica, mas também grandes temas que agitavam a política nacional como a campanha de abolição da escravidão, a ideia e os projetos de República, entre outros.

O projeto republicano foi visto por muitos maçons ilustres e convertidos ao republicanismo como Saldanha Marinho, a "possibilidade de conquistar instituições políticas mais representativas e garantir as liberdades individuais, sobretudo a liberdade de pensamento"¹⁴⁸ no país. Mas não eram somente princípios de igualdade jurídica e representatividade do regime a Republicano que inspiraram as lojas maçônicas, estas intensificaram a criação de escolas leigas, aulas noturnas para adultos e bibliotecas

_

¹⁴⁶ Não por acaso Nilo Peçanha teve nas lojas maçônicas da sua terra natal, durante sua juventude, um ambiente para aprender e exercitar a prática política numa sociedade que em geral era marcadamente elitista e conservadora, qualidades políticas que provavelmente desenvolveu ainda mais na vida acadêmica. Ibid., (p.81).

¹⁴⁷ Alexandre Barata não menospreza a crescente influência das outras correntes anticlericais e cientificistas sobre a classe dirigente do país, mas lembra de "Levar em consideração o inegável crescimento organizacional maçônico e o seu papel na formação de uma expressiva parcela da elite política do período." BARATA, A.M. op.cit. (p.116).

¹⁴⁸ BARATA, A.M. op.cit. (p.132).

populares não somente direcionadas para os seus membros e familiares, mas também para as classes desprovidas.

Isso ia na contramão das ações católicas que priorizaram criar na grande maioria dos casos uma robusta rede de escolas confessionais, com o apoio das oligarquias e governos estaduais, para prestar serviços educacionais às elites. A estratégia maçônica foi disseminar "as luzes" principalmente ofertando escolas leigas – muitas delas improvisadas nos prédios das próprias lojas ou em outros locais – voltadas para a população mais pobre e trabalhadora, ao ponto de em algumas de suas orientações aos seus membros e líderes locais estes suprissem a ausência de escolas do poder público nas suas localidades, a fim de prestar tal serviço ao cidadão comum¹⁴⁹.

Em São Paulo, segundo estudo de Carmem S.V. de Moraes, a atuação de republicanos históricos e maçons se misturava quando o tema era a divulgação e materialização de valores do liberalismo político e a luta pela laicização através de uma ação pedagógica necessária para a "emancipação da consciência" do povo pois "só através da educação era possível transformar o indivíduo em cidadão produtivo e consciente de seus direitos e deveres cívicos, capaz – portanto – de exercer a liberdade propiciada pela cidadania" ¹⁵¹.

Outro pesquisador da maçonaria no Brasil, Michel Silva, chama a nossa atenção para o fato de o pertencimento a uma loja maçônica implicava também em estabelecer laços políticos os quais poderiam ser muito úteis para os propósitos da organização secreta e seus membros no sentido de obter-se maior influência política no contexto da política regional e, se possível, na esfera maior da alta política nacional. 152

Essa possibilidade de constituição de redes clientelares no sentido de se reforçarem laços sociais e políticos, ainda segundo Michel Silva, foi amplamente

^{149 &}quot;percebe-se que a educação era um dos meios da Maçonaria divulgar as suas ideias e influenciar a formação de pessoas. A educação ocupava um lugar central na mudança política que se pretendia articular, para os maçons era preciso formar cidadãos esclarecidos, levar a "luz do conhecimento" para a população analfabeta, e, assim, combater o obscurantismo, a ignorância, que eram representadas pela situação política do império, com a excessiva centralização defendida pela Igreja católica." SILVA, Michel (org.) Maconaria no Brasil: história, política e sociabilidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2015 (p.118)

¹⁵⁰ MORAES, C.S.V. de A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a confirmação da cidadania in SOUZA, Cynthia P. de (org.) História da educação popular, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras Editora, 1998 (p.9).

¹⁵¹ Ibid., (p.10).

^{152 &}quot;A construção de redes clientelares via Maçonaria era utilizada com uma estratégia para o fortalecimento desse novo grupo social que ambicionava maior influência política no contexto provincial e nacional". SILVA, Michel (org.), op.cit., (p.104).

utilizada no processo de fundação, proselitismo e fortalecimento do próprio Partido Republicano Paulista já que a conhecida Convenção de Itú (18/04/1873) se desenrolou na propriedade de Carlos de Vasconcellos de Almeida Prado e sob a presidência de Jorge Tibiriça, ambos maçons. ¹⁵³

Acreditamos que este fenômeno não ficou limitado ao estado de São Paulo e ao PRP, pois as novas elites econômicas e recentes atores políticos mais ambiciosos – do final do século XIX – poderiam ter suas demandas de reconhecimento social e maior acesso aos cargos administrativos e de maior importância política mais facilmente atendidos na medida em que se apoiavam nos laços de uma irmandade maçônica capaz de fornecer-lhes suficiente *status* social e político.

A pesquisadora Carmem Sylvia nos lembra que mesmo no estado de São Paulo, pouco antes da imigração estrangeria subsidiada pelo Governo para atender a atividade cafeicultora, uma fração da classe dominante deste Estado foi muito interessada na formação e no desenvolvimento profissional dos trabalhadores nacionais libertos e livres. Isso ocorreu por ocasião de empreendimentos nos quais se juntavam Lojas maçônicas para fundar e/ou apoiar associações mantenedoras de escolas e institutos educacionais, como por exemplo, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular (1873). Alguns anos depois fundou-se o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (1895), mantido por esta sociedade propagadora e que no seu início se assemelhava a muitas das escolas maçônicas na sua proposta de civilizar o homem comum através de cursos diurnos e noturnos que difundissem a instrução básica, as profissões e conhecimentos técnicos úteis para o ambiente urbano, assim como noções técnicas para a atividade agrícola. O Liceu teve amplo apoio material e financeiro tanto de maçons do estado como do governo republicano de Bernardino de Campos.

Contudo torna-se importante notar, levando em consideração os objetivos da nossa pesquisa, que a atuação dos maçons paulistas acontecia num ambiente em que havia um republicanismo mais enraizado entre a sua elite e seus intelectuais, além de um partido republicano mais coeso, o qual não abria mão dos princípios formais do liberalismo e, desta forma, como bem notado por Michel Silva¹⁵⁴, via a ação do Estado limitada mesmo

-

¹⁵³ SILVA, Michel (org.), op.cit., (p.135).

¹⁵⁴ "Para os intelectuais paulistas, na sua maioria de filiação republicana e liberal, o Estado, seria um mero auxiliar nesta empreitada. A persistência das empresas criadas pela força da iniciativa privada tornava essencial iniciativas associativas que, ao difundir as luzes e semear as "sublimes verdades da religião e da

quando se tratava de difundir as luzes da civilização para as classes menos favorecidas da fortuna.

Veremos que no caso dos anticlericais, cientificistas e maçons inseridos numa oligarquia de segunda grandeza como a do Rio de Janeiro, especialmente a do interior fluminense, a atuação de vanguarda da maçonaria e de seus membros na missão de difundir a razão e a ciência passava por uma atuação mais incisiva do Estado republicano, caso quisessem vencer o atraso e o obscurantismo que na sua opinião impediam o pleno desenvolvimento das potencialidades do povo brasileiro e da capacidade de liderança de suas classes dirigentes, principalmente quando o assunto era fazer um país de dimensões continentais aproveitar de forma competente e justa as suas riquezas naturais.

Na conclusão desta parte do nosso trabalho, citamos o interessante registro histórico de um periódico maçônico do Rio de Janeiro, que em número especial de homenagem ao ex-presidente Nilo Peçanha entre outros assuntos, ao fazer um resumo biográfico do líder político fluminense, chama a nossa atenção para a oposição radical do episcopado católico brasileiro à chapa presidencial de Nilo Peçanha (RJ) e seu companheiro J.J. Seabra (BA), na chamada Reação Republicana de 1921, em disputa com a candidatura do mineiro Arthur Bernardes, imposta pela situação e com o apoio das duas oligarquias mais poderosas, Minas e São Paulo. Vemos abaixo que ainda na década final da Primeira República, o embate político-ideológico entre as instituições católica e a maçonaria permanecia bem vivo:

"Tinha Nilo razão quanto aos motivos que levaram a recusar a reeleição maçônica, pois o episcopado brasileiro, em pronunciamento público, condenou a sua candidatura: "O senhor Nilo Peçanha é o grão-mestre da maçonaria, é maçom integral, anticatólico, portanto. Aplaudir a candidatura de Nilo Peçanha é prestigiar conscientemente a política sectária de opressão ao catolicismo, de que, é um dos representantes máximos no Brasil o candidato dissidente. **O católico** – **leigo ou sacerdote** – **que trabalhar pela candidatura Nilo Peçanha é um traidor das próprias crenças.** Votar em Nilo Peçanha é, para o católico, sobrepor, aos sagrados interesses do catolicismo, subalternos interesses pessoais. É cerrar os ouvidos à voz maternal da Igreja para abri-los ao clamor suspeito das paixões partidárias, que não devem cegar, até esse ponto, os crentes sinceros, que colocam, acima de tudo, a sua fé". / Embora Nilo Peçanha nunca tenha demonstrado atos de hostilidade à Igreja, sendo pelo contrário católico e anti-divorcista,

moral, formariam 'operários inteligentes'; morigerados, amigos do trabalho e, como infalível corolário de tais premissas, melhores produtores e de mais fácil direção." SILVA, Michel (org.), op.cit., (p.162).

sofreu esse ataque por parte dos bispos que se engajaram na luta bernardista."¹⁵⁵ (grifo nosso).

O autor do artigo destaca neste registro sobre a campanha da Reação Republicana de 1921 que, quando a instituição católica se viu ameaçada pela possibilidade de vitória da chapa presidencial de um membro ativo da instituição maçônica, esta não teve dúvidas em assumir publicamente sua oposição ao projeto nilista para o governo federal e defender aquele candidato que, no seu julgamento, era pela Igreja reconhecido como um "bom católico", capaz portanto de não interferir nos interesses maiores da religião católica no país.

Em editorial publicano pela mesma revista "O Malho" de 12/11/1942, no qual a publicação assume a candidatura de Arthur Bernardes em oposição a de Nilo Peçanha durante a campanha presidencial de 1921-22, também chamada de "Reação Republicana", novamente são levantadas pesadas críticas contra Nilo pelo fato de ser ele membro ativo da maçonaria brasileira. No documento 156 o autor destaca que Nilo Peçanha é o "chefe da maçonaria brasileira" e a sua campanha atentava contra os valores e a honra do povo mineiro. Ao final faz uma advertência ao candidato fluminense da oposição onde novamente destaca sua filiação maçônica em oposição ao povo mineiro assumidamente "cristão," o qual já havia anteriormente elegido Arthur Bernardes como governador de Minas Gerais: "Podem o **Sr. Nilo e sua maçonaria** ficar certos de que Minas [...], em cujo povo honrado e trabalhador a fé no cristianismo criou reservas incalculáveis de energia, consagrará, na escolha do futuro chefe da Nação, o mesmo estadista que ela consagrou na direção do seu atual governo." 157

Após a derrota da dissidência republicana encabeçada por Nilo Peçanha nas eleição de 1921, as boas relações entre o clero católico nos estados e as oligarquias locais, ao mesmo tempo que permitiu algum compartilhamento de interesses políticos em nível nacional entre o contestado governo de Arthur Bernardes e o Bispado brasileiro, também parece ter encorajado as lideranças católicas nacionais em tentar junto ao Executivo federal daquela presidência (1922 a 1926) iniciar a revisão dos dispositivos constitucionais que oficializavam a separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro,

¹⁵⁵ A Ordem Maçônica. Rio de Janeiro: Ano III, janeiro a março de 1976, Nº13 (p.5). – Acervo biblioteca de Wellington Paes (Campos-RJ).

¹⁵⁶ O editorial da revista com o seu conteúdo original está no **Anexo A**, ao final da tese.

¹⁵⁷ O Malho, Rio de Janeiro: [s.n.] Ano XX, n.1000, 12/11/1921.

propondo "emendas católicas" como a que indicava o retorno do ensino religioso católico na rede pública de ensino, entre outras. Porém, o projeto de recatolização submetido ao Congresso Nacional em 1925 aprovou somente 7 de 76 emendas, frustrando as expectativas da cúpula católica brasileira, não obstante o reconhecimento da oficialização de relações diplomáticas entre o Governo nacional e a Santa Sé. Os religiosos católicos reconheciam que apesar dos seus avanços políticos, ainda a influência de positivistas e liberais era forte no legislativo federal e em algumas oligarquias estaduais. ¹⁵⁸

Enfim, a despeito da pressão laicistas de positivistas, liberais e todas as correntes anticlericais, a instituição católica tinha muitos dos seus valores e símbolos enraizados culturalmente em todas as classes sociais brasileiras, tornando quase impossível extinguir a sua influência direta ou indireta tanto nas políticas públicas de Estado como nos serviços públicos ofertados a população nacional. No caso da criação das EAAs, aparentemente a indiferença ou pouco interesse da instituição católica neste ramo de ensino poderia indicar que seu foco maior estava em outros serviços e espaços públicos que ela julgava mais de acordo com a retomada da sua importância na sociedade brasileira.

-

¹⁵⁸ "Em 23 de outurbro de 1925, o Secretário de Estado foi informado pelo Núncio da rejeição, por poucos votos, das emendas religiosas à Constituição de 1891 que, para a Igreja, mantinha o espírito "eminentemente positivista". A correspondência elogiava o trabalho de D. Leme e justificava a não aprovação das emendas pelo Congresso em decorrência da oposição liderada por Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, considerado um positivista arraigado, que teria chegado a ameaçar com represálias o governo de Bernardes." Cf. ROSA, Lílian R. de O., 2015, (p.187).

3. O "mestiço do morro do coco" chamado Nilo Peçanha e a construção de um ideal civilizador republicano.

Conforme explicado no final deste trabalho (**Apêndice A**) a respeito dos pressupostos teóricos que nos orientaram, convém fazermos uma análise crítica sobre as escolhas dos sujeitos políticos daquele período histórico a fim de ajudar a esclarecer as opções e as expectativas de poder que estes tinham diante de si, para assim melhor compreendermos seus projetos político-sociais e algumas das suas tomadas de decisão no âmbito da máquina pública republicana que em breve momento tiveram a sua disposição.

Para isso uma perspectiva teórica renovada da história política¹⁵⁹ sobre as decisões, arranjos e convicções político-ideológicas de alguns dos principais agentes políticos daquele momento histórico, é fundamental para podermos explicar sua importância em certas políticas públicas as quais deixaram marcas no Estado brasileiro e que são o objeto da nossa análise aqui. Nos referimos especificamente ao grupo Nilista e ao seu chefe político Nilo Peçanha, o qual durante décadas protagonizou a cena política do Estado do Rio de Janeiro e alcançou certa relevância nacional entre 1903 a 1921.

Não foi mero acidente histórico o fato de o político fluminense Nilo Peçanha se destacar no cenário nacional. Medidas político-administrativas quando governador do seu estado natal e a forma como aproveitou os dividendos do relativo sucesso dessa administração, fizeram o político Nilo Peçanha criar uma máquina político-partidária com o intuito de projetá-lo em escala nacional, concretizando as ambições políticas de uma fração minoritária da oligarquia localizada num estado de segunda grandeza frente o domínio das oligarquias mais poderosas, representantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Ainda quando jovem deputado federal pelo Rio de Janeiro em 1893, na sua atuação legislativa Nilo Peçanha já revelava entre outras coisas seu grande interesse pela área da educação profissional ao propor um projeto de Lei que previa o auxílio financeiro de 150 contos de réis para a reconstrução do Liceu de Artes de Ofícios sob responsabilidade da Sociedade Propagadora das Belas Artes, localizado na capital federal, e que havia sido destruído por um incêndio e antes já era subvencionado pelo Governo

¹⁵⁹ RÉMOND, R. (org.) Por uma História Política. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV., 2003.

federal. Sua justificativa para a defesa deste projeto na Câmara já revelava muito das suas futuras prioridades quando assumisse cargos executivos de maior importância:

"Considerando os enormes e elevados benefícios que aufere toda a Nação da existência de uma instituição da natureza do Liceu de Artes e Ofícios, [...]/ Considerando que, entregue exclusivamente aos donativos particulares, será muito retardada a restituição de **tão perene fonte de educação e de instrução ao povo.**" (grifo nosso).

A maioria das biografias de Nilo o identifica como um dos republicanos históricos que, na qualidade de deputado constituinte, participou dos debates e elaboração da Constituição de 1891. Como líder político naquele período inicial¹⁶¹ do regime republicano brasileiro, apesar de algumas propostas reformadoras e de um projeto político-econômico não estritamente liberal, Nilo Peçanha não ficou imune ao contexto político partidário do período marcado pelo mandonismo local e coronelista e demais arranjos oligárquicos ao concretizar, anos depois, sua própria máquina político-partidária para manter-se no poder em seu estado e angariar projeção nacional.¹⁶²



Figura – 14: Nilo Peçanha, jovem deputado constituinte (1891)

Fonte: Acervo FGV/CPDOC: classificação RBC foto 015. **Nota**: Retrato de Nilo Peçanha, data 1891, p&b; 10,5 x 16,5 cm.

¹⁶⁰ PEÇANHA, Nilo. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1988 (p.279-280).

¹⁶¹ Com apenas 24 anos já era deputado federal pelo Estado do RJ quando, junto a outros republicanos históricos, assinou a primeira Constituição do regime republicano.

¹⁶² "Nilo desenvolveu uma política de cooptação das lideranças estaduais, a fim de construir uma máquina política sólida e que garantisse sua permanência no poder. Empenhou-se também na promoção da sua administração ao nível nacional, visando, muito provavelmente, credenciar-se para uma futura eleição presidencial." CÔRTE, Andréa T. da. *Política, Economia e Finanças: Nilo Peçanha.* 2ª ed., Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2010 (p.26).

O jovem político Nilo Peçanha foi para o campo político da oposição durante a presidência do paulista Prudente de Moraes. Discordava do conservadorismo agrário e dos liberais paulistas pois via no regime republicano a possibilidade de se criar no país uma dinâmica social nova capaz de alterar as bases da formação social do trabalhador nacional ajudando-o a ingressar no mundo moderno, superando a herança negativa do trabalho servil e reabilitando-o através de medidas governamentais amparadas no conhecimento científico.

Alguns dos seus biógrafos destacam a intensa oposição que este político republicano experimentou no início de sua carreira, em especial das antigas oligarquias rurais decadentes do interior fluminense, que viam com repulsa a ascensão de uma nova classe média e dos seus porta-vozes juntos com o regime republicano. Nilo, a exemplo de outros políticos do seu estado, originou-se socialmente de estratos da classe média rural fluminense, especialmente das cidades maiores da região. Jovem trabalhou com o pai e irmãos em empresa familiar e, para fazer frente ao preconceito e barreiras sociais de sua época ingressou na Maçonaria, onde possivelmente poderia ter algum destaque frente a uma estrutura sociocultural conservadora, além de opor-se ao *establishment* regional com relativa proteção, já que por vezes muitos dos "coronéis" nestas regiões eram violentos com os seus contestadores. ¹⁶³

O ingresso no movimento maçônico existente na região de Campos nos ajuda a compreender o seu engajamento no movimento abolicionista¹⁶⁴ antes mesmo do que o republicano naquela região, percurso semelhante ao de muitas outras lideranças políticas fluminenses, logo depois de formar-se bacharel em Direito pela Faculdade de Recife (PE). Ali teve contato com as principais correntes político-ideológicas da sua época que marcaram a chamada "geração de 1870", do qual ele também fazia parte e iam desde as concepções cientificistas e anticlericais até as concepções ortodoxas cristãs. Nilo aproximou-se do anticlericalismo e das correntes mais críticas ao liberalismo ortodoxo sem, no entanto, professar um antiliberalismo radical.

_

¹⁶³ Em introdução biográfica, Celso Peçanha descendente e biógrafo de Nilo, destaca também a questão do preconceito racial como um dos fatores de seu ingresso ainda jovem à Maçonaria, a fim de garantir relativa aceitação na conservadora sociedade de Campos-RJ. PEÇANHA, Nilo, op. cit., (p.28).

¹⁶⁴ A expansão agrícola em outros estados e a baixa dos preços, fizeram a produção açucareira do norte fluminense e suas usinas entrarem em decadência. Fora isso, o movimento abolicionista na região de Campos avançava com fugas em massa das fazendas e conflitos entre abolicionistas e autoridades locais, alguns marcados pela violência.

A questão servil sempre esteve presente na atuação política de Nilo e se radicalizou quando ele, secretário do Congresso Agrícola de Campos e Francisco Portela (presidente), redigiram na ata deste encontro a oficialização da libertação dos escravos e ingênuos (18/03/1888) na região de Campos. Um mês depois, novamente Nilo Peçanha e Francisco Portela fundavam o primeiro clube republicano de Campos (29/06/1888), sendo Nilo seu presidente. Influenciado pelas ideias de outros republicanos históricos como o positivista Benjamin Constant, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, o republicanismo em Campos sob a liderança de Nilo experimentou forte oposição das lideranças monarquistas locais. 165

Segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira¹⁶⁶, o partido republicano surgiu tardiamente no estado do Rio de Janeiro, e somente em 1892 os antigos adversários políticos – monarquistas conservadores e republicanos abolicionistas – costuraram um acordo para manter um partido republicano coeso e capaz de impedir disputas intraoligárquicas a fim de representar com mais peso o Rio de Janeiro no cenário nacional, o Partido Republicano Fluminense (PRF). Porém, a partir da crise econômica causada pela queda das receitas do estado com a baixa dos preços do café exportado e a crise política intensificada a partir da presidência do Estado exercida por Alberto Torres (1898-1900), o PRF sofre um racha com a saída deste governador e seus apoiadores que, na sequência, funda em julho de 1899 o Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro (PRRJ), que junto a outros grupos políticos formaram uma frente anti-PRF. Esse novo partido abriu a oportunidade para uma nova geração de políticos republicanos fluminenses mais jovens e comprometidos com a renovação da política do Estado, entre eles o próprio Alberto Torres e Nilo Peçanha¹⁶⁷, cuja liderança propôs novas fórmulas para solucionar a crise econômica do estado, sem no entanto romper com os princípios liberais que predominavam no país.

A partir da cisão do PRF e após a eleição de Campos Sales em 1898, Nilo Peçanha se tornou a principal ponte de ligação entre o governo estadual de Alberto Torres e o Executivo federal, aproximando-se assim do pensamento e da ação político-

¹⁶⁵ PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*, 3ª ed. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1989.

¹⁶⁶ FERREIRA, Marieta de M. "A Velha Província Fluminense: Crises e Alternativas." *In* CÔRTE, Andréa T. da (org.) *Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no cenário da Federação*. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2010 (p.19-37).

¹⁶⁷ FERREIRA, Marieta de M. (coord.) *A República na Velha Província: Oligarquias e Crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989 (p.97-100).

administrativa de Torres no plano estadual¹⁶⁸ e, no plano federal, apoiando no Congresso a chamada "Política dos Governadores" implementada por Campos Sales para estabilizar o regime republicano e defendendo as medidas ortodoxas da política econômica do Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho.

Para situarmos adequadamente as propostas político-ideológicas de Nilo Peçanha e a sua atuação política, vamos tentar aprofundar o debate acerca da sua inserção na sociedade da época partindo da sua origem socioeconômica em termos de classe social e suas características étnicas de origem familiar que provavelmente o fizeram enfrentar algumas barreiras culturais e os preconceitos postos por uma sociedade recém saída do regime escravocrata e, influenciada por ideologias racistas europeias, tinha baixa expectativa sobre a capacidade de trabalho do liberto e da mão de obra nacional em geral.

Se antes da proclamação da República o escravo preto ou mestiço eram vistos como mão de obra compulsória e súditos inferiores, depois desse evento passam a ser encarados como um problema social já que teoricamente teriam os mesmos direitos de cidadania dos brancos, porém em razão das diferenças raciais "tão significativas" (Nina Rodrigues), passam a ser representados como uma raça degenerada inata – argumento reforçado por teorias raciais e ideologias importadas da Europa da segunda metade do XIX – mas que por meio da mestiçagem culturalmente aceita pelo grosso da população, sua assimilação através do branqueamento das nossas "raças inferiores", tornaria possível para as elites um horizonte racial otimista face ao predomínio do mestiço na sociedade brasileira. Assim, esta marca definidora da identidade nacional em um país multirracial, isto é, a mestiçagem, com o tempo seria superada na opinião de intelectuais do período como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, preocupados com a inserção do país no mundo civilizado e moderno. 169

¹⁶⁸ "Alberto Torres formulou um programa de combate a crise que incluía iniciativas inovadoras e de caráter estrutural, como a difusão da pequena propriedade, o aproveitamento do trabalhador nacional e a diversificação agrícola. Procurou, também, concretizar o binômio contenção de gastos públicos-ampliação da receita deslocando a base tributária do estado do imposto de exportação para o imposto territorial. Seu programa, ainda que aprovado peja ALERJ, esbarrou, contudo, na resistência surda dos grandes proprietários e não foi adiante. Retomado por Quintino Bocaiúva, despido das propostas mais radicais, só seria efetivamente implementado na gestão de Nilo Peçanha, ainda mais esvaziado de seu conteúdo original." Ibid., (p.101).

¹⁶⁹ "O negro era então representado como um indivíduo que, através de suas ações, distanciava-se dos padrões de comportamento da jovem República, o que se explicava perfeitamente a partir da delimitação de seu passado ou através da verificação de suas características raciais". SCHWARCZ, L. M. Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos no final do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1987 (p.225).

A aparência de Nilo Peçanha em decorrência da sua possível afrodescendência assim como a de vários outros membros da elite oligárquica, são na maioria das vezes omitidas ou negadas na maioria das biografias ou relatos acerca destas figuras públicas do início da nossa república. Fontes secundárias e alguns testemunhos de época, sejam apoiadores ou adversários, eventualmente ajudam o historiador contemporâneo a incorporar no seu trabalho este fator adicional para ajudar na compreensão de algumas das decisões e resistências que perpassaram o projeto político destes sujeitos históricos. No caso da explicitação sobre as origens mestiças ou características afrodescendentes de alguns destes homens públicos, a pesquisadora Lília M. Schwarcz muito nos esclarece sobre o porquê deste silêncio compartilhado pela sociedade da brasileira após a Abolição e mesmo muito tempo depois, pois: "Preconceitos implícitos e arraigados permanecem então intocados (se não na forma no conteúdo), mas agora - [pós abolição] - não mais enquanto questões e sim como pressupostos inquestionáveis e por isso mesmo nem ao menos nomeados."170 Isto é, "inquestionáveis" pois baseados em supostas premissas científicas de natureza racista e eurocêntricas as quais exerciam grande influência na virada do século XIX e XX sobre as elites latino-americanas, notadamente as do Brasil, Argentina, entre outras.

Nilo Peçanha carregava o estigma de ser um "moreno escuro" (mulato)¹⁷¹, segundo a perspectiva da elite brasileira da época. Mesmo um biógrafo seu cujo trabalho sobre sua vida tem conteúdo claramente apologético, a respeito deste assunto polêmico para a época relatou em sua obra o seguinte:

"Aceitá-lo como esposo custou a Anita, sua mulher, um rompimento definitivo com a família [...] Nilo foi, por todos esses fatos, um homem do povo, partidário das mudanças, afeto à contestação, inconformado com o *stablishment* – que contemporizava com a pobreza e com a ideia de um estado a serviço exclusivo da elite econômica e social." ¹⁷²

¹⁷¹ "Nele viam o mulato, pela sua tez bastante morena, estranho à casta que até então empalmava os negócios do Estado..." PEÇANHA, Celso. op. cit., (p.29)

¹⁷² PEÇANHA, Nilo, op. cit., (p.33)

¹⁷⁰ Ibid., (p.256).



Figura – 15: Nilo Peçanha em sua residência

Fonte: SANTIAGO, Sindulfo. Nilo Peçanha: Uma época política. Niterói: Livraria e Edit. Sete 1962 (p. 80). Acervo Biblioteca Wellington Paes.

Sendo filho de um padeiro (Sebastião de Sousa Peçanha) da cidade de Campos, e de uma mãe negra (Joaquina Anália de Sá Freire Peçanha), Nilo experimentou de parte da imprensa da época¹⁷³, sátiras preconceituosas e caricaturas que faziam alusão ao ofício da família e as suas características étnicas como afrodescendente, principalmente após se tornar uma figura política famosa ao assumir em 1903 a presidência do Estado do Rio de Janeiro e, mais ainda, em 1909 ao tomar posse como presidente da República após a morte de Afonso Pena antes do final do mandato deste.

> "Mendes Fradique, descrevendo a toponímia do território brasileiro, faz uma clara referência ao Presidente campista, na parte que diz respeito aos rios nacionais: "Há ainda outros rios de grande vulto, entre eles, o Nilo, que tendo suas origens na África, banha os arrozais de Pendotiba e vai desaguar na Praia Grande." Alusão também aos seus posteriores e frustrados planos de, como governador do Estado do Rio,

¹⁷³ Na publicação *O Malho* que circulou entre setembro de 1902 e janeiro de 1954, encontramos artigos e algumas charges elogiosas aos feitos administrativos da gestão de Nilo Peçanha no RJ e quando Presidente da República, e bem poucas matérias críticas. Entretanto, na revista Careta, a qual também utilizou da sátira gráfica e charges políticas, verificamos ataques mais contundentes e críticos ao político Nilo se baseando em suas características étnicas e sua origem social de classe.

fazer plantar grandes arrozais nos charcos de Pendotiba, subúrbio de Niterói. A mesma referência a estes arrozais estará presente numa marcha de Eduardo Souto. Criada para o carnaval de 1923, ela ironizava a condição de campista *papa-goiaba* de Nilo Peçanha, candidato da oposição, à Presidência da República, nas eleições de 1922, vencidas pelo mineiro Artur Bernardes."¹⁷⁴ (grifo nosso)

Também foi apelidado de "moleque presepeiro", numa clara referência a imagem do "negrinho ladino, armador de presepadas" 175 pela qual seus críticos insinuavam sua ascendência africana e por acusações de que estaria implicado em acordos suspeitos com algumas empresas ferroviárias da época. No texto satírico abaixo, vemos que ao tom cáustico em relação ao líder fluminense são adicionados as suas características físicas como os "grossos beiços de mulato" e a "farta carapinha" e a sua origem social popular na afirmação "vou de novo vender pão em Campos!":

Figura – 16: Versos ridicularizando o Presidente Nilo Peçanha em razão de suas características étnicas.

O Presidente e a eleição fluminense Affirma Nilo: "esmago o Estado ingrato, Em rubro sangue a tropa altiva ensope-o: O sonho deixo aos fumadores de opio." Mas grita alguem com voz que o torna chato: "Foi derrotado o vosso candidato !" Ouve e não fala; a commoção entope-o, E, bufando de cólera, Procopio Morde os seus grossos beiços de mulato. Com a inconsciente mão acaricia A farta carapinha luzidia E diz, do choro rebentando os tampos, "Si de Deus não me ajuda o amôr clemente, Em deixando a curul de Presidente Eu vou de novo vender pão em Campos !" VOL-TAIRE

Fonte: Revista Careta, Ano III, n°111,16/07/1910.

1

 ¹⁷⁴ Lustosa, Isabel. *Histórias de presidentes: a República do Catete*. Petrópolis: Vozes/Fund. Casa de Rui Barbosa, 1989 (p.56). Acervo da Biblioteca Wellington Paes (Campus-RJ).
 ¹⁷⁵ Ibid., (p.56)

Conforme vimos acima na revista *Careta*, publicação da mesma época, constatamos claramente que o preconceito racial e de classe era algo corriqueiro entre as elites da época ao se referir a determinados indivíduos ou grupos que de alguma forma fizessem frente a sua hegemonia na sociedade. Os críticos e adversários de Nilo Peçanha não perdiam a chance de lembrar a opinião pública destas características "populares" do líder campista a fim de tornar nulos em termos políticos quaisquer inovações ou efeitos benéficos que pudessem resultar da sua administração no Estado republicano. Em outro texto satírico da mesma publicação, também é lembrado a filiação maçônica de Nilo para acusá-lo de radicalismo e insensibilidade quanto ao destino de um grupo de clérigos católicos os quais buscavam asilo diplomático no Brasil. Em suma, a ideia seria apresentar Nilo como uma espécie de inimigo da fé católica majoritária entre a população brasileira:

Figura – 17: Versos (em destaque) criticando de forma satírica o anticlericalismo do Governo de Nilo Peçanha



Fonte: Revista Careta, Ano III, n°128 12/11/1910.

Nilo Peçanha a exemplo de tantos outros mestiços e afrodescendentes existentes nas oligarquias e estratos médios da população, lentamente conquistou *status* e prestígio político no Brasil pós-abolição a partir de certas brechas que aquela sociedade em vias de se urbanizar permitia. Famílias que possuíam o estigma da antiga servidão (cor da pele, distintivos culturais, ausência de propriedade, ocupações não reconhecidas, etc.), mas que aspiravam a ascensão social, necessariamente buscaram desenvolver qualidades e características que os identificasse com o "mundo branco", não obstante os atributos raciais que as aproximasse dos antigos cativos e pretos.

Segundo o sociólogo Jessé Souza¹⁷⁶, o poder patriarcal do homem branco na nossa coletividade sofreu profundas transformações conforme os valores do chamado mundo "moderno" europeu penetraram e transformaram a formas arcaicas e tradicionais da sociedade brasileira de matriz ibérica. A chegada das novas ideologias, da maquinofatura e dos inovadores métodos científicos fizeram aos poucos o conhecimento, a ciência e a valorização do talento individual, em suma, o "mérito" individual no plano ideal e retórico conviver lado a lado com as permanências do poder aristocrático e suas tradições de mando e seus valores de distinção e exclusão social.

Um exemplo deste fenômeno é bem retratado por Lima Barreto numa crônica publicada em jornal da capital carioca no início do século XX, no qual critica o bacharelismo e a tendência à exclusividade das vagas de trabalho para os privilegiados com diploma de curso superior. Em sua opinião:

"Ainda não há muito, foi anunciado que os comissários de polícia seriam unicamente os bacharéis em direito; na Estrada de Ferro Central, aos poucos, foram extinguindo, nas oficinas, escritórios e demais serviços técnicos, o acesso daqueles que se vinham fazendo pela prática e pela experiência, para dar os lugares aos doutores engenheiros das nossas escolas politécnicas.

A tendência vai se firmando, de constituir-se, entre nós uma espécie de **teocracia doutoral.**

Os costumes, o pouco respeito do povo, estão levando as coisas para isso.

O doutor, se é ignorante, o é; mas, sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco.

As famílias, os pais, querem casar as filhas com os doutores; e, se estes não têm emprego, lá correm à Câmara, ao Senado, às secretarias,

¹⁷⁶ SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. Univ. Brasília, 2001 (p.320).

pedindo, e põem em jogo a influência dos parentes e aderentes." (grifo nosso). 177

Vê-se, por este testemunho literário da época, que a transformação dos papéis sociais do mestiço e do estigmatizado como ex-escravo, até então tolerados e tratados com certa ambiguidade pela elite republicana e seus porta-vozes – vistos como uma população degenerada e potencialmente perigosa, porém, ao mesmo tempo, como a "solução" original do país para a questão do negro já que estes seriam extintos com o gradativo branqueamento de toda população – tais papéis sociais poderiam excepcionalmente ser revertidos no Brasil republicano do início do século passado desde que os pretendentes afrodescendentes fossem considerados possuidores de valores culturais e de uma *práxis* que os tornassem dignos da modernidade civilizatória que chegava ao país, além de suas testemunhas no ambiente nacional. ¹⁷⁸

Para tanto, a posse de um diploma de bacharel, a ocultação dos antecedentes familiares que os identificasse com uma ascendência escrava e/ou uma origem africana, a aparência mais "embranquecida" e certa "brancura cultural" eram condições básicas tanto para ascender socialmente como manter o novo *status* social.

Na reportagem abaixo, extraída da revista "O Malho" editada na capital da República no início do século, podemos ver um caso típico de um chefe político da cidade de Vassouras-RJ, cujo retrato poucas dúvidas deixam a respeito de suas características étnicas. O que vai de encontro ao nosso raciocínio a respeito do papel e características valorizadas pela elite da época quando se tratava de seus membros notadamente mestiços. Observemos:

¹⁷⁷ BARRETO, Lima. *Vida urbana*. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000161.pdf Acesso em 09/08/2015.

¹⁷⁸ "Assim, ser considerado "branco" era ser considerado útil ao esforço de modernização do país, daí a possibilidade de se "embranquecer", fechada em outros sistemas com outras características. / "Branco" era (e continua sendo) antes um indicador da existência de uma série de atributos morais e culturais do que a cor de uma pele. "Embranquecer" significa, em um sociedade que se "europeizava", compartilhar os valores dominantes dessa cultura, ser um "suporte" dela." SOUZA, Jessé, op.cit., (p.322).

A CIDADE DE VASSOURAS Vassouras está a 3 horas desta capital, e da estação da estrada de ferro Central vai-se a cidade em 30 minutos, em bonds confortaveis. O clima é tom, e isso tem sido attestado por medicos e pessoas doentes, aqui convalescendo. A cidade é bem calçada, tem um passeio publico, 2 clubs (um dramatico e outro de danças, com bilhares etc.), uma confeitaria, um café bem montado (Café Java Vassourense), um bom hotel, 2 jornaes, banda de musica, optimos passeios e esplendidos predios e chacaras, de aluguel muito modico, e é bem illuminada; tem duas egrejas, sendo a marriz uma das mais ricas do Estado; os edificios do Forum e Municipalidade são importantissimos; a vida é muito barato, o povo é hospitaleiro — Vassouras, emfim, está nas condições de ser preferida pelos veranistas que, se não encontrarem vassouras, emm, esta nas condições de ser preferida pelos veranistas que, se não encontrarem o luxo e distracção de Friburgo e Petropolis, terão todos os confortos num clima esplendido.

O Dr. Henrique Borges Monteiro (cujo retratosahirá com a vista) é o presidente da Municipalidade. Tomou posse em fevereiro, e graças a sua actividade, esta cidade apresenta hoje bellissimo aspecto e impressiona agradavelmente todo o visitante.

Vassouras tem ainda Vassouras tem ainda muito a esperar do illus tre moço, que é tambem seu representante no Congresso Nacional, onde tem feito brilhante figura.

Figura – 18: Reportagem sobre líder político de Vassouras-RJ (1904)

Fonte: Revista *O Malho*, Ano III, nº 101, 20/08/1904.

O autor da reportagem destaca as qualidades da cidade tais como, clima adequado para enfermos, logradouros municipais bem cuidados e certos atrativos e custo de vida mais econômico. Em seguida destaca a competência e a capacidade administrativa do chefe político local, um certo Dr. Henrique Borges Monteiro que "graças a sua atividade, esta cidade apresenta hoje belíssimo aspecto e impressiona agradavelmente todo o visitante". Na sequência a revisa enaltece o jovem líder político lembrando que o mesmo também é representante dos munícipes no Congresso Nacional "onde tem feito brilhante figura". O teor da reportagem deixa claro que para os padrões da elite e o pensamento

dominante da época, aquele jovem chefe político do interior fluminense havia atendido os critérios morais e culturais do Brasil moderno, pois o mesmo já exibia os símbolos da modernidade europeia tão valorizada pela nossa república: o bacharelado ("doutor"), liderança e influência política ("presidente da Municipalidade" e "representante no Congresso Nacional"), capacidade administrativa (atividade que embelezou a cidade) e capacidade oratória ("tem feito brilhante figura" no Congresso Nacional). Em nenhum momento suas características étnicas são citadas apesar do retrato deixar claro isso, pois o mesmo portava incontestavelmente os símbolos e o estilo de vida da sua integração plena ao modelo civilizatório da modernidade de origem europeia.

Nilo Peçanha talvez tenha sido entre os muitos afrodescendentes brasileiros da sua geração aquele que melhor soube utilizar destes elementos tão valorizados pela elite da época para ascender socialmente no mundo branco da oligarquia que vivia na capital federal. A reportagem abaixo, por ocasião da sua posse como Presidente da República após a morte de Afonso Pena, resume sua trajetória político-social apresentando-o "oficialmente" para o público leitor do distrito federal, na sua maioria pertencentes às classes mais abastadas:

Figura – 19: Reportagem biográfica sobre Nilo Peçanha por ocasião da sua posse como Presidente da República em 1909.



Fonte: Revista O Malho, Ano VIII, nº 353, 19/06/1909.

Para os leitores da revista *O Malho* – possivelmente composto na sua maioria por integrantes das classes média e alta do Rio de Janeiro - o político campista seria possuidor dos "requisitos oligárquicos" necessários para assumir tão alto posto da República brasileira: era natural de um Estado importante da Federação, tinha formação acadêmica necessária para os grandes cargos da República (o bacharelado), era um militante republicano histórico, tinha percorrido uma carreira política de sucesso em seu Estado natal (várias vezes deputado federal e senador), havia sido aprovado como administrador competente quando Governador do seu Estado e, finalmente, tinha o apoio e livre trânsito entre importantes lideranças políticas nacionais da República.

Em sua difícil ascensão política, Nilo obteve sucesso em incorporar nas suas administrações os símbolos dominantes da modernidade europeia que eram exigidos aos cidadãos que aspiravam o poder político nacional. Apresentou-se ao eleitorado republicano da capital como um líder "branco" e sintonizado com as novidades da civilização moderna¹⁷⁹, mantendo desta forma o *status* social necessário para fazer decolar a sua carreira política e, após consolidá-la, construir os apoios para um projeto de poder oligárquico alternativo àquele imposto pela aliança entre as oligarquias mineira e paulista.

Quando assume o governo do Rio de Janeiro (final de 1903) Nilo, seguindo os princípios ruralistas de Alberto Torres, todavia adaptados aos novos tempos de crise econômica pela qual o Rio de Janeiro passava, e tendo obtido o controle político de boa parte do legislativo estadual¹⁸⁰, promoveu a diversificação da agricultura fluminense apesar de ainda a cafeicultura ser a principal atividade econômica, além de também diversificar suas fontes de receitas por meio de uma reforma fiscal e contenção de custos com o enxugamento da máquina administrativa do seu Estado.

-

¹⁷⁹ Muitos biógrafos destacam que apesar de sua plena adaptação aos valores da elite brasileira da época, Nilo não negou de todo suas origens populares, já que introduziu no Palácio do Catete o uso do violão, instrumento musical já bem popular daquela época para escândalo dos mais conservadores, além de antecipar práticas de marketing político nas suas campanhas eleitorais quando este tipo de conhecimento nem ainda havia sido desenvolvido nas disputas eleitorais daquele período histórico. Câmara Municipal de Campos dos Goitacazes. *Documentário: Nilo Procópio Peçanha (1867-1924)*. Campos dos Goitacazes: CD-Rom (vídeo), 2015.

¹⁸⁰ Apesar de sua habilidade política no ambiente político-partidário da Primeira República, o líder campista e a sua corrente "nilista" não se tornaram hegemônicos na política fluminense a exemplo do castilhismo no sul do país. Seu grupo sofreu forte oposição política no Estado, inclusive na cidade de Campos a qual deveria ser o seu "curral eleitoral". Câmara Municipal de Campos dos Goitacazes. *Documentário: Nilo Procópio Peçanha (1867-1924)*. Campos dos Goitacazes: CD-Rom (vídeo), 2015.

Sobre este estilo de governo que era ao mesmo tempo promotor de diversificação e desenvolvimento da produção nacional, protecionista e de feroz controle sobre os gastos públicos, para Celso Peçanha, pesquisador e biógrafo de Nilo Peçanha, sua "doutrina econômica" ¹⁸¹ poderia ser resumida nos seguintes pontos: 1 – diminuição dos custos de transporte da produção (fretes); 2 - proteção da produção agrícola e industrial contra a concorrência do similar estrangeiro; 3 - redução de impostos sobre a produção doméstica; 4 – contenção das despesas públicas especialmente com a folha de pagamento do funcionalismo e fiscalização de contratos do Estado com entidades particulares; 5-incentivos à diversificação agrícola e esforço fiscalizatório do Estado contra latifúndios improdutivos (imposto territorial); 6 - ação estatal para a melhora e proteção da cafeicultura fluminense e, finalmente; 7 - investimento do Estado na educação popular, especialmente os ramos primário, profissional e agrícola, além dos cursos normais para formação e capacitação dos professores da rede pública.

Sobre o último dos itens da sua "doutrina econômica", Nilo enquanto governador do seu Estado já havia dado mostras de que via a educação como uma importante política pública de Estado, entendendo que a mesma estava relacionada a problemas sociais, políticos e econômicos que afligiam seu Estado e o país como um todo. No nosso entender, ao que parece, o republicano histórico fluminense e mulato Nilo Peçanha, incorporou certa "ânsia de modernização" que, segundo o sociólogo Jessé Souza passa a ser o novo "fundamento da identidade de grupos e classe sociais e a base do processo de separação e estigmatização dos grupos percebidos como não-participantes" do Brasil moderno e civilizado segundo o modelo europeu¹⁸². Esta nova forma de legitimação daquilo que é civilizado, moderno e adequado ao desenvolvimento da nação é tornada familiar com a introdução pelo regime republicano do lema positivista da bandeira nacional: "ordem e progresso". Em nome desses princípios da modernidade incorporados por republicanos como Nilo Peçanha e tantos outros, surgirá uma espécie de projeto civilizatório alternativo na nossa Primeira República que buscará abarcar setores do proletariado urbano e trabalhadores rurais até então excluídos do Brasil moderno, porém monopolizado pelas elites "brancas" e europeizadas.

-

¹⁸¹ PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira*, 3ª ed., Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989 (p.63).

¹⁸² SOUZA, Jessé. Op. cit. (p.322)

Podemos identificar com exemplo simbólico desta modernização excludente que deixava de fora os "incivilizados" – brancos, mestiços e pretos pobres – a reforma urbanística que embelezou a capital carioca e as medidas sanitárias obrigatórias durante a presidência de Rodrigues Alves. Tais medidas extinguiram a febre amarela no distrito federal, porém com grande custo social e sem a contrapartida de políticas inclusivas para população pobre afetada.

No jogo político da época, o plano nilista de modernização da sociedade envolvia inclusão de setores populares na nova ordem republicana, no limite demandava da parte do grupo nilista acordos clientelistas com outros atores políticos que não fossem exclusivamente as velhas classes dirigentes dominantes, porquanto buscará atrair oligarquias estaduais menores e insatisfeitas com as diretrizes do liberalismo político e econômico das oligarquias dominantes que eram impostas em todo o país.

De certa forma o político fluminense teve a percepção política e sensibilidade social de tornar mais acessível algumas das transformações e benefícios da modernidade para parte da população comum, pois esta geralmente era simplesmente excluída ou tornadas mera expectadora dos confortos e benefícios do progresso quando este chegava ao país. Observemos a charge a seguir:

Figura – 20: Charge a respeito da renegociação do contrato de fornecimento da energia elétrica para a capital federal realizado por Nilo



Fonte: Revista *O Malho*, Ano VIII, n° 376, 27/11/1909.

O chargista retrata o Presidente Nilo como uma espécie de "anjo de luz" capaz de levar energia e iluminação à população da capital federal, usando da sua autoridade presidencial para renegociar os contratos da Cia Light e Power e, desta forma, baratear o custo da energia elétrica e da iluminação pública. Na fala o "Zé Povo", a personagem representativa da população comum do Distrito Federal, tem por ele "eterna e grata admiração" por este ato administrativo e os outros anteriores. Em suma, a civilização moderna e sua "luz" eram levadas aos habitantes comuns da metrópole carioca numa espécie de tentativa de outorga-lhes a cidadania republicana que até então ficava restrita a uma pequena parcela da sociedade brasileira do início do século XX.

Diferentemente de Alberto Torres que divulgou o projeto agrarista (ou ruralista) mais por suas teses escritas as quais foram compartilhadas por parcela considerável da elite fluminense, Nilo era um político mais pragmático e de ação que ao seu modo divulgará o ideário político-cultural dos ruralistas através de ações governamentais que buscavam a modernização da vida econômica e social do homem do campo, regeneração das cidades e universalização da educação pública, especialmente a profissionalizante.

Vale lembrar também que quando presidente da República, Nilo Peçanha não restringiu sua ideia de difusão do ensino profissional a uma atuação exclusiva do Estado, custeada e gerida somente pelo setor público. Vemos em registros jornalísticos e fotográficos durante o exercício da sua presidência do país (1909/1910) que em algumas ocasiões o Presidente aparece prestigiando empresas industriais nacionais que além da atividade produtiva propriamente dita, também implementavam projetos de educação para os seus próprios trabalhadores ou os filhos destes. O primeiro exemplo de uma destas visitas ocorre dois meses após o seu decreto de criação das EAAs quando o Presidente vai pessoalmente para o lançamento da pedra fundamental do que seria a futura escola profissional da Companhia Edificadora em novembro de 1909, uma empresa nacional localizada no Estado do Rio de Janeiro fabricante de equipamentos e vias férreas para o transporte ferroviário. A reportagem da Careta salienta a presença do republicano histórico, o senador Quintino Bocayuva junto a comitiva presidencial, além do dono da empresa o empresário Casimiro Costa e finaliza com a seguinte afirmação: "É de louvar a trilha que segue o Sr. Presidente da República, levando às casas de trabalhos e a todas as iniciativas beneméritas a animação de sua presença valiosa, não desdenhando

envolver-se nessas festas onde os operários fraternizam com os seus patrões compreendendo todos a alta significação da presença do Chefe do Estado."¹⁸³

Figura – 21: Visita do Presidente Nilo Peçanha ao lançamento da pedra fundamental da Escola Profissional da Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial (1909).



Fonte: Revista O Malho, Ano VIII, nº 376, 27/11/1909.

¹⁸³ Careta. Rio de Janeiro: Kosmos, ano III, n.107, 18/06/1910 (p.21)

Pouco mais de seis meses depois (junho de 1910), novamente o Presidente Nilo repetia este tipo de visita só que desta vez indo à uma grande indústria têxtil no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro, a Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial. Ali visitou o complexo industrial, mas também fez questão de conhecer uma escola primária instalada no interior daquela indústria, criada para a alfabetização dos filhos dos operários ali empregados. O que chama a nossa atenção nesta reportagem da *Careta* é a sua conclusão que transcrevemos abaixo:

"[...]o Sr. Cunha Vasco, presidente da companhia, em seu nome e no de quanto trabalham naquela importante empresa e dela vivem, saudando o Sr. Presidente da República, relembrou o passado de S. Ex^a sempre fiel da política de proteção à indústria nacional.

Respondendo, S. Ex^a disse que se, pela sua posição de Chefe de Estado não lhe é lícito dirigir partidos políticos nem manifestar preferências que possam irritar a qualquer parte da nação, todavia não se sente obrigado a abjurar os princípios que defendeu no parlamento, e que **de novo reafirma confiando no desenvolvimento das nossas indústrias** (grifo nosso)."¹⁸⁴

O Presidente quando "lembrado" pelo industrial sobre sua atuação parlamentar no passado em favor do protecionismo econômico à indústria nacional reafirma ao público ali presente que continuava com as mesmas **convicções protecionistas**. Ou seja, a indústria nacional para ele deveria ser prestigiada e protegida como um importante fator não só de crescimento econômico, mas também de transformação social.

Figura – 22: Grupo de operários mirins aguardam a chegada do Presidente Nilo à Cia. Confiança Industrial (1910)



Fonte: Revista O Malho, Ano IX, nº 405, 18/06/1910.

¹⁸⁴ Careta. Rio de Janeiro: Kosmos, ano III, n.107, 18/06/1910 (p.28).

Na fotografia acima relacionada a visita presidencial à Confiança Industrial, sua legenda identifica "grupo de grandes e pequenos operários da Companhia Confiança Industrial" os quais aguardavam a chegada do Presidente Nilo. Não sabemos ao certo o número, mas provavelmente crianças, pré-adolescentes e adolescentes faziam parte do corpo de operários daquela indústria algo que era comum na época e que provavelmente os donos, com o intuito de causar boa impressão a sociedade da época e a um governo federal que primava pela educação profissional, fez questão de mostrar também sua sensibilidade para com a educação dos pobres ao incentivar a alfabetização dos filhos dos operários numa escola no interior da fábrica, conforme relato da mesma reportagem na revista *Careta*.

Entretanto, influenciados por teorias racistas europeias e um liberalismo retórico, persistia a opinião em parte da elite e dos setores médios da população a opinião de que a mestiçagem brasileira era um entrave a modernização do país, isto é, um fator que impedia a expansão da plena cidadania da República a todos os nacionais. Um bom exemplo de como este determinismo racial podia influenciar ou direcionar determinadas políticas públicas ou ter um peso relativo no mundo da economia e na prática das instituições brasileiras, é lembrado no trabalho já citado do brasilianista Thomas Skidmore quando se refere ao peso das teses raciais deterministas entre as nossas elites na hora de apoiar ou implementar certos elementos da modernização do chamado mundo desenvolvido em terras brasileiras:

"O tipo de racismo dogmático expresso por Nina Rodrigues transparecia em pronunciamentos de autoridades importantes, como Joaquim Murtinho, ministro da Indústria, Transportes e Obras Públicas, que, em seu relatório ministerial relativo a 1897, rejeitou qualquer ideia de buscar nos Estados Unidos um modelo de industrialização **'porque não temos as aptidões da sua raça'**". 185 (grifo nosso).

Mas no mundo real surgido da inserção econômica do país na periferia do capitalismo ocidental e que se estruturava socialmente após o fim do trabalho da população preta escravizada, emergiam novas relações culturais que mesclavam vários elementos na hora de graduar seus membros: cor da pele, função dos indivíduos na comunidade, sua religião, identidade corporativa, nível de renda, escolaridade formal,

¹⁸⁵ Cf. SKIDMORE, T., 2012. (p.108).

entre outras, as quais somadas contribuíram para a formulação de um preconceito possível e amplamente praticado na sociedade multirracial como a brasileira do início do século passado, mas que o "mestiço do morro do coco", o campista Nilo Peçanha, soube tirar proveito apesar das limitações sociais e dos obstáculos políticos-culturais tão comuns no Brasil daquele tempo.

Nilo Peçanha e seus apoiadores articularam um projeto político para contrapor-se à hegemonia de São Paulo e Minas Gerais, mas contanto para isso com a desunião entre as mais poderosas oligarquias do país além de uma costura de apoios políticos e coalizão com estados de segunda grandeza para poder competir contra a aliança das oligarquias paulista e mineira. Porém, o projeto "alternativo" de poder – a "Reação Republicana" foi abortado pela derrota eleitoral do líder fluminense e pelas costumeiras perseguições e retaliações políticas que se seguiam para as oligarquias menores que ousavam se insurgir contra a situação dominante na política oficial.

O regime oligárquico federalista vai preponderar no país mesmo sob as constantes crises políticas da década de 1920, como o permanente Estado de Sítio do governo de Arthur Bernardes, a oposição armada tenentista, e o acirramento do conflito político e ideológico com o aumento da influência do anarquismo e do marxismo-leninismo no interior do movimento operário urbano. Podemos especular se caso o projeto nilista de criar um eixo alternativo de poder tivesse tido sucesso com a sua vitória eleitoral na "Reação Republicana" de 1921-22, talvez aquele ex-presidente "mulato de traços marcadamente negros" pudesse ter prolongado o federalismo republicano ao implementar seu projeto de defesa da nossa soberania e de valorização da produção nacional.

3.1 A política educacional no Estado do Rio de Janeiro que antecedeu as EAAs federais

Como vimos anteriormente, Nilo Peçanha compartilhava o projeto político dos agraristas fluminenses que defendiam a vocação agrária do seu Estado e do país, mas sob

¹⁸⁶ Segundo a historiadora Andréa Côrte, a campanha político-eleitoral da chamada "Reação Republicana" de 1921-22 na qual Nilo Peçanha disputou com Arthur Bernardes a presidência do país, dever ser vista no contexto do jogo político daquele período histórico, porém acrescida de uma razoável participação popular (prenúncio do futuro populismo?) e tangenciando questões como a consolidação dos direitos sociais. CÔRTE, Andréa T. da (org.), op. cit. (p.46)

¹⁸⁷ Ibid., (p.47)

moldes científicos, de diversificação da produção e o pleno aproveitamento tanto dos abundantes recursos naturais do território nacional, como do homem brasileiro aqui residente.

Sua orientação maçônica também de certa forma contribuiu para elevar a educação popular como uma das tarefas públicas mais importante que o Estado republicano poderia oferecer ao cidadão comum, especialmente aos desprovidos de recursos. Temos o registro desta convicção de Nilo quando, no ano de 1917, em comunicado para os maçons de todo o país e na posição de Grão-Mestre da maçonaria brasileira, lembra o dever comum dos maçons em apoiar com seus recursos e de todas as formas a educação do povo simples, especialmente dos mais pobres:

"Ensinemo-los pois, criemos escolas, facilitemos aos desprovidos de recursos que frequentem as nossas escolas criadas por outrem, oficiais ou particulares, façamos tudo quanto nos seja possível para que o povo se instrua, porque esse é o nosso dever." ¹⁸⁸

Para tanto a importância da educação voltada para o trabalho e a adequação do educando à sociedade moderna no qual a máquina imperava, seria de fundamental importância para o povo simples superar as marcas deixadas pelo trabalho compulsório e servil e a sua liderança política e empresarial passar a adotar métodos mais racionais e produtivos do que as soluções fáceis e importadas como por exemplo, a ênfase que as oligarquias dominantes davam à imigração estrangeira para a solução dos problemas econômicos da época.

Neste contexto de um regime republicano que hesitava entre o modelo industrialista tentado durante o período da chamada "República da Espada", no qual militares positivistas e simpatizantes do protecionismo ousaram induzir o desenvolvimento econômico do país, e o modelo agroexportador lastreado por créditos internacionais e pelos momentos de alta do café, a questão do ensino profissional havia sido colocada de lado em função das muitas crises políticas e econômicas vividas pelo país entre o fim do Império e o início da República.

A diferença surge no período republicano quando antigos e os raros novos liceus e escolas de educação profissional passam a ser olhados por republicanos de todos os

¹⁸⁸ Grão Oriente do Brasil *Manifesto aos maçons da Federação pelo Sob. Gr. Mest. Gr. Comm. Dr. Nilo Peçanha* – Rio de Janeiro: Typ. Pap. Aquiar, 1917.

matizes como um instrumento apropriado para regenerar e civilizar a população pobre do país, vista em estado de indigência moral e material. Tais instituições tornar-se-iam auxiliares no esforço governamental em transformar aquela massa popular em potenciais construtores da prosperidade e da estabilidade da república brasileira.

Este tipo de mentalidade por parte da maioria das autoridades da época não deve chocar o estudioso atual de forma alguma, pois facilmente encontramos registros da opinião das camadas dirigentes do início da República sobre a população pobre nacional e analfabeta que iam desde sentimentos de repugnância, medo até indulgência pelos que estavam deixados a própria sorte em todo o país.

"No Brasil, infelizmente, está num contraste por demais chocante com a civilização que nos orgulhamos de haver conquistado e aparentamos possuir em algumas cidades e capitais, a massa enorme dos analfabetos, dos compatriotas que quase nada significam para a evolução social e para a existência política do país "(grifo nosso).¹⁸⁹

De fato, para as elites – no exemplo acima a oligarquia mineira – a não inserção dos brasileiros desprovidos na ordem social e econômica do país, era um permanente motivo de preocupação para com a ordem social republicana o qual de fato foi sendo minada conforme o conflito capital/trabalho tornou-se mais intenso e periódico nos principais centros urbanos do país.

Um exemplo da iniciativa de setores das classes dominantes no campo do ensino de ofícios voltados para a população jovem pobre, foi a ação da Sociedade Propagadora de Artes e Ofícios da cidade de Campos dos Goytacazes¹⁹⁰, antes mesmo do regime republicano se iniciar. Em maio de 1885 é fundada uma escola gratuita de desenho artístico e técnico no período noturno daquela cidade¹⁹¹. Um ano depois, 15/03/1886, a

¹⁸⁹ PESSANHA, Luiz. (org.) Annaes do II Congresso Brasileiro de Instrução Primária e Secundária Reunido em Belo Horizonte (28/09 a 04/10/1912). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1913 (p.31).

¹⁹⁰ Carta do Diretor do Liceu de Artes e Ofícios de Campos ao Presidente do Estado do Rio de Janeiro. APERJ, Fundo: Pres. da Província do RJ, 1871-1900, CÓD. REF. BR.RJAPERJ, PP-OP-0456.

¹⁹¹ "O curso noturno de desenho, fundado na cidade de Campos em maio de 1885, sob a denominação *Clovis Arrault*, foi tão animado pelo favor público e apresentou desde logo tão lisonjeiros resultados que, no ano seguinte, seus beneméritos instituidores Clovis Arrault e Antonio José Ferreira Martins Filho, alargando a esfera do ensino, o transformaram em Liceu de artes e oficios." Rio de Janeiro. *Relatório do Diretor da Instrução Pública do RJ – M. Ribeiro de Almeida (15/10/1889)*, (p.17). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro Acesso em 03/08/2015.

referida escola muda o seu nome para Liceu de Artes e Oficios "Bethencourt da Silva"¹⁹², com cursos de desenho linear, arquitetura, desenho de máquinas, de ornamentos e de figuras para o sexo masculino; e cursos de desenho de ornamentos e de figuras para o sexo feminino.

Desde o seu início o Liceu de Campos conviveu com dificuldades financeiras para manter-se funcionando, obrigando-o em alguns períodos a diminuir o número de cursos. Dependia dos poucos recursos intermitentes que vinha do governo da província além de donativos de cidadãos benfeitores e empresas da região e da Câmara Municipal de Campos.

Em carta de março de 1892, já no período republicano, o diretor do Liceu de Campos solicitava ao então presidente do Estado do Rio de Janeiro – Dr. José Thomaz da Porciuncula – verba extra para completar a construção do prédio que seria a sede do referido Liceu de Artes e Ofícios de Campos conforme orçamento previsto naquele ano de 49:891\$154 (quase cinquenta contos de réis). O projeto havia sido iniciado em 24/11/1888, através de verba de 25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis) para a compra do terreno e a construção do prédio, e 6:000\$000 (seis contos de réis) para as despesas do estabelecimento concedida pelo governador da província José Bento de Araújo¹⁹³. Na ocasião tais recursos permitiram ampliar o número de cursos de desenho tanto para meninos como para meninas. Além dos cursos de desenho foram instalados curso de anatomia (para alunos e alunas) e conferências públicas tratando de diferentes assuntos relativos às belas artes e arte aplicada à indústria, uma vez por semana.

Na tabela abaixo temos um resumo do funcionamento da instituição entre os anos de 1885 a 1891, onde aparecem divididos por sexo o número de matrículas e a média da frequência na escola:

¹⁹² Não confundir este Liceu de Campos-RJ com o mais antigo da capital carioca, o *Liceu de Artes e Ofícios* criado por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, cujas atividades se iniciaram em 09 de Janeiro de 1858. Disponível em: http://www.liceudearteseoficios.com.br/pagina-exemplo/> Acesso em 02/06/2015.

^{193 &}quot;Para as obras de construção do edifício destinado ao Liceu de Campos, orçadas em 37:000\$361, nomeou o meu antecessor uma comissão para agenciar donativos e dirigir as mesmas obras sob a fiscalização técnica de um engenheiro das obras públicas; declarando que a província concorreria com a quantia de 22:000\$000, além da de 3:000\$000 que despendeu com a aquisição do necessário terreno, nos termos do *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do RJ na Abertura da 2ª sessão da 27ª Legislatura (15/10/1889) pelo Presidente Conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo* (p.41). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em 03/08/2015

Tabela – 2: Inscritos e frequência no Liceu de Artes e Ofícios de Campos

ANOS	Número de alunos inscritos			Frequência Média	
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1885	139		139	51	
	128	59	187	79	34
1886*					
1887	165	88	253	56	50
1888	181	93	274	62	55
1889	177	136	313	86	80
1890	114	122	236	48	58
1891	112	113	225	43	47

Fonte: Carta do Diretor do Liceu de Artes e Ofícios de Campos ao Presidente do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, Fundo: Pres. da Província do RJ, 1871-1900, CÓD. REF. BR.RJAPERJ, PP-OP-0456.

*Nota: - Somente a partir de 15/03/1886 foram abertos cursos para mulheres na instituição; - Apesar do recebimento de recursos do Governo da Província em 1889, o diretor do liceu relata que, de 1885 a 1891, as verbas obtidas junto ao governo do RJ diminuíram significativamente obrigando a instituição a cortar o número de cursos oferecidos.

O novo prédio possibilitaria que a acomodação de novos cursos que teriam 3 anos de duração, podendo ser atendidos até 500 alunos de ambos os sexos – maiores de 11 anos e já alfabetizados – onde, além dos cursos de desenho, seriam ministradas as disciplinas de geometria, aritmética e francês.

Segundo o documento (carta) do requerimento para efetivação dos recursos completares a fim de concluir as obras do prédio do Liceu de Artes e Ofícios de Campos, constatamos que o mesmo foi deferido pelo Presidente do Rio de Janeiro José Porciuncula em carta resposta de 24/06/1892. A Coletoria das Rendas do Estado em Campos efetivaria o pagamento dos recursos para o término da obra que estava sob responsabilidade do tesoureiro da Sociedade Propagadora de Artes e Ofícios e do Diretor da Instituição Dr. Clóvis Arrault.

Podemos verificar abaixo em foto de 1891, anexada ao documento anteriormente referido, que a construção do Liceu de Campos estava bem adiantada estando a obra em um terreno retangular de 23,20m **x** 49,50m situado no centro de Campos, conforme nos informa o autor. O edifício estava 7m afastado da rua e tinha 31,15m **x** 16m e 15m altura (20m até o topo do telhado), sendo de arquitetura estilo "toscano".

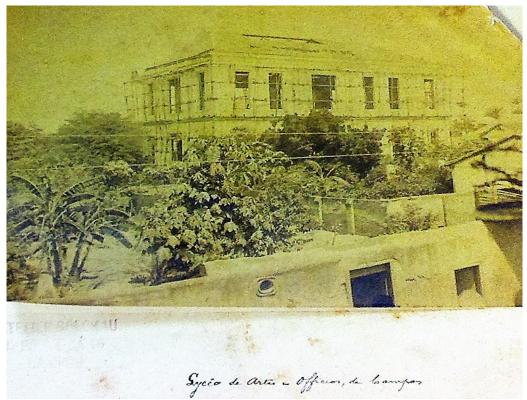


Figura – 23: Liceu de Artes e Ofícios de Campos-RJ em obras (1891)

Fonte: Foto p&b, anexa em Carta do Diretor do Liceu de Artes e Ofícios de Campos ao Presidente do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, Fundo: Pres. da Província do RJ, 1871-1900, CÓD. REF. BR.RJAPERJ, PP-OP-0456.

Pesquisando outros documentos governamentais do período, não sabemos ao certo o que teria acontecido com o Liceu de Artes e Ofícios de Campos após o deferimento do seu pedido de verba suplementar para o término da construção do seu prédio 194. O Almanak Laemmert em sua 68ª ed. para os anos de 1911-1912, ao descrever a cidade de Campos dos Goytacazes e informar sobre as instituições educativas e culturais daquela cidade, a publicação nos relata sobre o funcionamento do Liceu de Campos simultaneamente ao da Escola de Aprendizes e Artífices do governo federal que já estava em atividade naquela mesma cidade:

¹⁹⁴ Segundo informação do serviço de microfilmagem de documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, "no ano de 1893 não se tem notícia de que foi publicada nenhuma mensagem do Presidente do Estado José Thomaz da Porciuncula que governou do Rio de Janeiro no período de 3 de maio de 1892 a 31 de dezembro de 1894, e nem do seu Vice-presidente Manuel Martins Torres que governou durante a sua licença, no período de 12 de junho a 15 de agosto de 1893. Foi apenas localizada uma pequena mensagem de Manuel Martins Torres na ata da sessão solene de instalação da 2ª sessão da 1ª Legislatura em 1º de agosto de 1893. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1893." Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u863/000045.html Acesso em 03/08/2015. Nas mensagens dos presidentes seguintes de Estado do RJ (até 1903), não localizamos qualquer informação oficial sobre o referido Liceu de Artes e Ofícios de Campos.

"Há na cidade 16 igrejas Católicas Romanas, uma Presbiteriana, um centro espírita e duas lojas maçônicas.

A instrução é ministrada por escolas mantidas pelo Estado, pela Prefeitura, duas em cada distrito pelo menos, estando o ensino profissional a cargo da Escola de Aprendizes Artífices, federal, e pelo Liceu de Artes e Ofícios.

A instrução secundária é dada pelo Liceu de Humanidades e pela Escola Normal, mantidos pelo Governo do Estado[...]

Do Governo Federal além da Escola de Aprendizes e Artífices, existe uma Escola Experimental de Cana de Açúcar, uma Inspetoria Agrícola, uma Estação Veterinária e uma Agência do Banco do Brasil."(grifo nosso)¹⁹⁵

Portanto, segundo a informação da publicação acima transcrita, em 1911, ou seja, pouco mais de um ano após a inauguração e funcionamento da Escola de Aprendizes Artífices federal no Estado do Rio de Janeiro, o Liceu de Artes e Ofícios de Campos, entidade particular e subsidiada eventualmente com recursos públicos estaduais e municipais além de doações de particulares, ainda funcionava e atendia garotos e garotas alfabetizados e com pelo menos 11 anos oferecendo-lhes cursos de desenho técnico e artístico. Ao mesmo tempo a EAA de Campos acolhia faixa etária semelhante, porém de meninos totalmente sem recursos e analfabetos oferecendo-lhes o ensino primário e a aprendizagem de um ofício (veremos mais detalhes disso no próximo capítulo sobre as EAAs).

Contudo possivelmente neste tempo o advogado, deputado e depois senador federal Nilo Peçanha eleito por Campos-RJ, provavelmente já tinha conhecimento da existência e do funcionamento desta instituição de ensino de desenho artístico e técnico na sua cidade. Lembremos que na cidade de Campos de Goytacazes existiam pelo menos duas lojas maçônicas, e que Nilo como frequentador de uma delas compartilhava dos valores maçônicos, tal como o de levar a "luz do conhecimento" para os desprovidos de recursos materiais que não tinham opções viáveis de obter a instrução ou conhecimentos técnicos para enfrentar os desafios do mundo moderno.

O certo é que iniciativas particulares como a do Liceu de Artes e Ofícios de Campos não seriam suficientes para o papel que muitos republicanos históricos e parte da elite tinha acerca da instrução pública como um todo. A Escola deveria ser uma poderosa

¹⁹⁵ Annuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e Indicador para 1911-1912. *Almanak Laemmert*, 68° anno. Rio de Janeiro, 1911 (p.4.239). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx.br/DocReader/docreader.aspx.br/DocReader/docreader.aspx.br/DocReader/docreader.aspx.br/DocReader/docreader.aspx.br/DocReader/docreader.aspx.br/DocReader/docreader.aspx.br/DocReade

ferramenta para acelerar o processo de inserção das camadas populares numa República que almejava o progresso e a ordem social de uma civilização brasileira moderna.

Segundo o pesquisador Luiz Antônio Cunha, Nilo Peçanha poderia ter sido inspirado pelas experiências de educação profissional já existentes em seu Estado natal através da atuação missionária e pedagógica dos padres salesianos na implantação do ensino profissional no Brasil, no Instituto Profissional Masculino do antigo Distrito Federal (no Rio de Janeiro), assim como também da sua filiação a maçonaria 196. Sobre está última influência vale a pena lembrar o anticlericalismo, a valorização da educação popular e o ideal de solidariedade entre os homens.

Notamos que Nilo Peçanha e outros chefes políticos republicanos compartilhavam a crença da necessidade de o Estado republicano expandir, custear e fiscalizar o ensino primário e outras modalidades de ensino que promovessem uma regeneração da população pobre e fosse capaz de tirá-la da indigência e aparelhá-la para a civilização moderna. Mas para isso se materializar o papel do administrador público exigia ações governamentais que iam além do convencional, pois os escassos recursos financeiros e humanos voltados para a educação pública no início do século XX estavam expostos aos mecanismos do clientelismo praticados pelos poderes locais (municípios). Além disso, qualquer reforma da política educacional mais séria era impedida pelo desconhecimento do velho grupo dirigente fluminense que ainda seguia as antigas fórmulas e o conservadorismo herdados do período imperial.

Os governadores que antecederam Nilo Peçanha no Rio de Janeiro, enfrentaram um Estado de economia decadente, cujas rendas advindas da exportação do café não mais garantiam receitas suficiente para cobrir as despesas da máquina pública e muito menos investimentos necessários para a modernização e ampliação da infraestrutura daquele Estado. A situação de penúria nos cofres estaduais era tamanha que, em 1903 em meio a grave crise econômica que atravessava o Estado do Rio, o então governador Quintino Bocaiúva também influenciado pelas teses do agrarismo fluminense, noticiava em seu relatório de governo à Assembleia fluminense qual a direção e quais prioridades pretendia fazer valer para a educação pública naquela conjuntura de crise das finanças do Estado:

¹⁹⁶ Cunha, L.A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2ªed. São Paulo: Ed.UNESP; Brasília: FLACSO, 2005 (P.14-20 e 63-64).

"Acredito que nas circunstâncias atuais o provimento da instrução primária deve ficar inteiramente a cargo das Câmaras Municipais, de acordo com o que preceitua a própria Constituição.

Ao Estado caberá então promover o ensino profissional com o qual gastará menos e obterá melhores resultados para o benefício comum."¹⁹⁷

O Governador anunciava a intenção do poder estadual em abrir mão do controle da instrução primária e passá-la para a responsabilidade dos municípios e, concomitantemente, o Estado fluminense só assumir o ensino profissional. Quintino Bocaiúva não detalha como seria este ensino profissional — número de escolas, localização, público-alvo, etc. — mas diz nas entrelinhas que essa categoria do ensino seria capaz de obter melhores resultados para a população do que a instrução pública tradicional que já funcionava.

Ao assumir a chefia do Estado fluminense em julho de 1903, Nilo Peçanha vinha de uma trajetória de lutas políticas que o identificavam com anseios políticos de uma classe média urbana e forças progressistas da época que haviam lutado contra a escravidão e o poder da aristocracia rural decadente do norte fluminense. ¹⁹⁸ Foi oposição a Prudente de Morais e às velhas oligarquias do seu estado, além de criticar as velhas soluções propostas por estes grupos aos problemas do país, tais como o aumento de impostos sobre a produção e o constante apelo aos banqueiros internacionais por crescentes empréstimos que punham em risco as contas nacionais e o futuro do país.

O recém-eleito governador Nilo Peçanha, em meio às medidas emergenciais para recuperação financeira do Rio de Janeiro conforme descrito anteriormente, no campo da instrução pública comunicava a real situação da educação pública fluminense e as seguintes diretrizes que seriam seguidas para efetivar o oferecimento deste serviço público para a população do seu Estado.

A maioria dos seus biógrafos concordam que o político fluminense não se acomodou aos ideários do liberalismo político clássico e da democracia representativa, pois também mostrou grande interesse pelas questões econômicas e via o aparelho estatal como um instrumento para a correção dos antigos privilégios aristocráticos que mantinham o país atrasado. Suas origens sociais podem tê-lo sensibilizado a estas causas sociais. PEÇANHA, Celso, op. cit. (p.37).

¹⁹⁷ Estado do Rio de Janeiro, *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Presidente do Estado Quintino Bocaiuva*, Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C.,1903. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em 23/08/2015.

"Preocupado com a redução das despesas públicas o Governo não prejudicou, entretanto, o desenvolvimento da instrução primária no Estado. Uma reforma desde logo era reclamada e o Governo iniciou-a: a eliminação radical dos interesses políticos no provimento das escolas públicas.

Destituiu, é certo, um grande número de professores, sem concurso e sem diploma das Escolas Normais; em compensação preencheu os claros aberto por eles, nomeando os que tinham curso regular e completo nos institutos superiores do Estado.

Removeu, também é certo, das mais importantes cidades um alto número de professores; mas, em compensação, sentiu que era de seu dever levar a instrução para o interior acudindo a sérias exigências da população escolar. [...]

Decretou, outrossim, o pagamento dos alugueis dos prédios escolares, como dever do Estado; quis, deste modo, aliviar os municípios desse penoso encargo e libertar a ação do governo nesse importante departamento administrativo, da intervenção de qualquer outro poder." 199

Em seu primeiro relatório ao Legislativo do Estado, Nilo relata e justifica as medidas administrativas tomadas em relação à educação pública. O rigor das medidas é justificado pela crise financeira do Rio de Janeiro naquele momento e por questões de combate ao clientelismo político que prevalecia no serviço público, tornando-o dispendioso e mau aparelhado para a sua atividade-fim. Porém, o líder fluminense habilmente tirava dos chefes locais a capacidade de indicar apadrinhados para as cadeiras de professor na rede estadual, pois o preenchimento destas vagas passaria pela triagem de concursos públicos os quais seriam controlados diretamente pelo secretário estadual sob seu comando, além de assumir a despesa com os alugueis dos prédios onde se localizavam as escolas públicas como contrapartida de ter tirados das prefeituras a competência pela cobrança de impostos sobre serviços, agora de exclusividade do governo estadual.

Ao analisarmos o que havia por detrás dessas medidas relativas a educação na esfera estadual, percebemos que o nilismo evitava com essas ações de centralização político-administrativa e fiscal não cair na mesma armadilha que governadores anteriores a ele haviam se precipitado. Garantia o respaldo político controlando a independência federalista das Câmaras Municipais e a parte do leão do que era arrecadado no Estado, podendo com isso implementar seu projeto político maior tendo o Rio de Janeiro com base de apoio e vitrine nacional.

Continuando a sua exposição, o Governador campista esclarece o objetivo maior em relação à instrução pública do Estado após reorganizá-la e sanar a situação financeira

¹⁹⁹ Estado do Rio de Janeiro, 1904, op. cit., (p.9).

do Estado. Citando a intenção do seu antecessor Quintino Bocaiúva que gostaria de ter dado a educação fluminense, Nilo revela que compartilha também em parte daquela visão pedagógica que clama por uma finalidade mais prática para a educação como um todo. Leiamos abaixo:

"Outras medidas sobre a instrução pública tomará a Assembleia em sua sabedoria, parecendo-me, entretanto, ter tido muita razão o meu eminentemente antecessor, quando reclamava uma nova orientação para esse serviço, tornando-se o ensino menos teórico e mais prático. Também já é tempo do legislador fluminense voltar a sua atenção para as escolas profissionais e agrícolas, em que fizemos não um povo de letrados e de burocratas, mas uma sociedade de trabalhadores. [...]

O que infelizmente seduz os Estados ainda é a organização de Academias; os moços saem das Faculdades mantidas pelos Governos para continuar na vida prática e disputar e a esperar tudo das graças e dos favores do Estado; saem em geral, das Academias, desarmados para a luta da vida, sem o sentimento da própria responsabilidade e da independência individual, não podendo ser úteis muitas vezes, nem a si, nem a família, nem ao país.

No Rio de janeiro **a criação de escolas profissionais e agrícolas corresponderia hoje a uma alta necessidade pública."** (grifo nosso).²⁰⁰

As medidas tomadas no campo da educação e outras de natureza administrativa, segundo o trabalho de Surama Conde Sá Pinto²⁰¹, Nilo foi influenciado pelas ideias de Alberto Torres com quem tinha intensa relação. Buscou implementar tais atos governamentais, porém tomando o cuidado político de adequá-las conforme percebia o grau de resistência dos grandes proprietários rurais fluminenses.

Mesmo compartilhando das mesmas práticas clientelistas para galgar posições e alcançar o posto de Governador do seu Estado no contexto da Velha República, Nilo tentou diminuir os efeitos deletérios deste mesmo clientelismo político no seu Estado ao propor critérios legais e impessoais na contratação de pessoal para a máquina administrativa estadual, em especial para os cargos de professores da rede pública de ensino pois as indicações políticas nos quadros da educação haviam desorganizado aquele serviço público. Mais tarde, no seu segundo mandato como Governador do Estado do Rio (1915), Nilo reclamará dessa que era uma prática muito comum no cotidiano político-

²⁰⁰ Estado do Rio de Janeiro, 1904, op. cit., (p.10).

²⁰¹ PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998 (p.93 e 107).

administrativo do regime republicano do seu tempo e quais medidas tomou para sanar essa situação na educação estadual:

"O ensino subvencionado foi transformado em aparelho político e as subvenções concedidas, com raras exceções, a indivíduos incompetentes que muitas vezes nem residiam nos municípios para os quais foram subvencionados. Acabar com estes professores improvisados era, pois medida acertada, ainda mesmo posta de lado a questão financeira.

Foi o que fiz, e se não podemos presentemente aumentar o número de escolas primárias, como seria o ideal, tenhamos, ao menos, o número que as condições financeiras permitirem manter, mas, escolas de verdade, bem instaladas e, sobretudo regidas por pessoal habilitado. É também intuito do Governo proporcionar o ensino primário àqueles que, por negligência dos responsáveis ou por falta de meios para frequentarem as escolas durante o dia, não recebem instrução. Para atender a estes infelizes criou o Governo cursos noturnos na Capital do Estado. Conforme a frequência e os recursos orçamentários outros serão instalados não só em Niterói como nas principais cidades

Na exposição acima sobre a não formação ou formação precária dos educadores indicados politicamente para ocupar cargos nas escolas primárias, o Governador admite a necessidade do aumento do número de vagas para o Primário, mas não fica somente no diagnóstico dos problemas da educação. Junta a isso uma série de medidas para melhorar a infraestrutura do sistema educacional do Estado e anuncia uma medida de combate ao problema do analfabetismo que atingia boa parte da população proletária. Para isso divulgava a criação de cursos noturnos que seriam oferecidos a um público mais adulto que não podia estudar durante o dia por causa de sua ocupação diurna.

do Estado."202

Voltando para as medidas administrativas do seu primeiro mandato como governador do Rio de Janeiro, vemos que Nilo Peçanha e seus apoiadores buscaram colocar em prática alguns dos ideais cientificistas e de regeneração da atividade econômica no campo e nas cidades. Medidas como ações de saneamento e eletrificação

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720488&pasta=ano%20189&pesq=grupos%20escolares Acesso em 23/08/2015.

²⁰² Nilo reafirma aqui o seu estilo administrativo que o fez ser conhecido nacionalmente desde a sua primeira presidência à frente do RJ, isto é, uma administração de cortes nos gastos públicos e, ao mesmo tempo, medidas de política fiscal para ampliar as receitas do Estado em crise. No caso específico da educação pública, Nilo vai priorizar a profissionalização do quadro docente tentando evitar que o clientelismo político da época impusesse diretores e professores sem habilitação para o exercício do magistério. Estado do Rio de Janeiro, *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Presidente do Estado Dr. Nilo Peçanha em 01/08/1915*, Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C.,1915. Disponível em:

da baixada fluminense e a universalização do ensino público profissionalizante faziam parte de um rol de ações visando a construção de uma sociedade do trabalho que incluísse as novas gerações de trabalhadores rurais e urbanos, disciplinando-os para assim evitar sua subversão contra a ordem republicana fosse através de ações políticas contestatórias radicais ou pela criminalidade comum nos centros urbanos.

Segundo Celso Peçanha, o primeiro governo de Nilo no Estado do Rio foi uma espécie de "ensaio geral" do que faria nos 17 meses da Presidência da República. "Criou escolas profissionais e agrícolas, incentivou a instrução primária, aumentando o número de alunos de 5.130 para 15.557, no primeiro semestre de governo..." De fato, Nilo concretizou sua intenção de prover o Rio de Janeiro de um sistema de escolas profissionais bem antes de 1909, revelando que já tinha para si a plena convicção da necessidade de oferecer ensino profissional público e gratuito para a população fluminense desprovida e jovem a fim de "capacitar os trabalhadores para uma vida mais condigna e para o gozo das liberdades públicas, conquistadas com a Abolição e a República, sem o que não passariam de meras formalidades." 204

Nilo via a questão da educação, especialmente o ensino profissional, como algo diretamente relacionado com o progresso econômico dos estados da federação e do país como um todo. Com a publicação do Decreto Estadual nº 787, de 11/09/1906, oficializava a criação de uma pequena rede estadual de escolas profissionais fluminenses e, no mês seguinte, inaugurava a primeira destas escolas em Campos, sua base eleitoral, e logo em seguida, a escola profissional em Petrópolis.

Praticamente logo após emitir o decreto estadual de criação destas escolas profissionais estaduais, Nilo Peçanha comporá a chapa presidencial de Afonso Pena como seu vice e deixava para o seu sucessor no governo do estado, Alfredo Backer, a tarefa de consolidar e expandir o sistema estadual de ensino profissional que havia instituído.

Parece que o ano de 1906 foi de fato um ano emblemático em termos de uma renovada ênfase da parte de alguns governos estaduais e do poder federal em se facilitar a instalação de escolas profissionais destinadas principalmente para a população jovem e pobre. Lembremos que também já em 1906, a questão do ensino profissional já fazia parte da plataforma do governo de Afonso Pena e que foi em parte oficializada com a

²⁰³ PEÇANHA, Celso. op. cit. (p.67).

²⁰⁴ Ibid., (p.67).

Proposição 195 de 1906, na qual a Câmara dos Deputados habilitava a União a destinar recursos financeiros para a criação de escolas profissionais federais e, quando esta proposição chegou ao Senado, a mesma autorizava o Presidente da República a entenderse com os governadores estaduais com o objetivo de instalarem as ditas escolas profissionais em cada estado da federação.

Quase um ano após a edição daquele decreto, o então Presidente do Estado do Rio de Janeiro Dr. Alfredo Backer tendo assumido após a ascensão de Nilo a vice-presidência da República, em mensagem à Assembleia Legislativa daquele estado relatava o seguinte a respeito das escolas profissionais criadas pelo Vice-presidente:

> "As Escolas Profissionais de Campos e de Petrópolis, criadas pelo Decreto n.787 de 11 de Setembro último e regulamentadas pelo Decreto n.1004 de 11 de Dezembro do ano findo estão funcionando regularmente, sendo que a matrícula, na de Campos, atingiu a 99 alunos com a frequência média de 55, e na de Petrópolis elevou-se a 130 alunos a matricula de 80, a frequência média. Em cada um desses estabelecimentos mantem o Estado uma aula noturna, regida por professor diplomado. Em Campos esse curso tem a frequência média de 40 alunos, e em Petrópolis eleva-se a 45. Sobre os resultados desses dois institutos não pode ainda o Governo ajuizar, pois o funcionamento de suas aulas data de poucos meses.

> As Escolas Profissionais de Niterói e da Paraíba, criadas por aquele primeiro decreto, e a de Rezende, criada pelo Decreto 1008 de 15 de Dezembro, não foram ainda instaladas."²⁰⁵

Ao publicar esta mensagem, Alfredo Backer ainda fazia parte da base política de Nilo Peçanha no seu Estado²⁰⁶ e, talvez por conveniência política, compartilhava da ideia inicial do seu chefe político sobre estas novas escolas previstas para funcionar nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, com seções de marcenaria, sapataria,

²⁰⁵ Estado do Rio de Janeiro. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 01/08/1907 pelo Presidente do Estado Dr. Alfredo Backer, Rio de Janeiro: 1907. Disponível em: < http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em 10/09/2014.

²⁰⁶ O PRRJ era considerado um partido nilista, e tinha como marca principal o personalismo, por isso mesmo sua unidade não resistiu ao afastamento de seu chefe do governo do estado para concorrer à Vice-Presidência da República em 1906. Privilegiando sua participação na política nacional, Nilo Peçanha não conseguiu manter sua dominação oligárquica no Rio de Janeiro. Primeiramente a divergência política apareceu na rejeição ao nome do sucessor de Nilo Peçanha, Oliveira Botelho, primeiro vice-presidente, que deveria completar o mandato em curso fato esse que obrigou Nilo a indicar um nome conciliatório: o de Alfredo Augusto Guimarães Backer, seu ex-secretário geral de estado. Em pouco mais de um ano a aliança política entre Alfredo Backer e Nilo Peçanha se desgastou em razão da orientação político-administrativa do primeiro contrariar os interesses nilistas no Estado até o rompimento definitivo entre os dois no final de setembro de 1907. Ferreira, Marieta de Moraes Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República 0889-1930). Rio de janeiro: Editora UFRJ, 1994 (p.128)

carpintaria e alfaiataria cuja produção dos alunos serviria para abastecer de calçados e roupas aos detentos, alienados do manicômio estadual e soldados da Força Pública do Estado, além de mobiliário para as escolas primárias. Além de cursos noturnos para alfabetização de jovens e trabalhadores sem possibilidade de frequentarem o ensino primário convencional.

Sobre o funcionamento temporário das duas únicas escolas profissionais que foram inauguradas e chegaram a ministrar seus cursos para a população jovem a que foram destinadas – a escola profissional de Campos e a de Petrópolis -, dois relatórios de seus diretores nos revelam um pouco do cotidiano e dos problemas enfrentados pelo sistema estadual de ensino profissional criado por Nilo logo no seu início. Para uma melhor análise e interpretação destas instituições, reproduziremos abaixo primeiramente trechos do relatório do diretor da escola profissional de Petrópolis, Octavio da Silva Prates, enviado ao Secretário Geral do Estado do Rio de Janeiro João Damasceno Ferreira:

"[...]são visíveis os resultados que os alunos-aprendizes colheram nos numerosos artefatos que as oficinas têm produzido, não deixando a mínima dúvida para afirmar que poucas instituições são tão aptas quanto esta, para a satisfação de uma necessidade geral, ao mesmo tempo de índole social e econômica. Talvez mesmo nenhum outro instituto possa produzir afeitos mais seguros e imediatos nos nossos desalentados centros de aglomeração urbana.

Como se vê dos quadros juntos, o número de matrículas é por si só um atestado vivo da geral aceitação que merece o Instituto no seio de uma população obreira, onde o aprendizado manual, coexistente à instrução primária, sobre a base da gratuidade, cercado das condições higiênicas, garantias morais e regalias conferidas pelo governo, era até então um aparelho desconhecido."²⁰⁷

Além de elogiar a iniciativa do Governo do seu Estado, o diretor da escola de Petrópolis compartilha dos mesmos valores agraristas vistos por nós anteriormente de valorização da mão de obra nacional através de sua inserção na ordem republicana pela disciplinarização dos seus filhos através do ensino profissional. Na visão desta fração oligárquica tais instituições de ensino mantidas e supridas pelo Estado teriam efeitos positivos econômicos e sociais, principalmente nos "nossos desalentados centros de

²⁰⁷ Relatório do Diretor Octavio da Silva Prates apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Damasceno Ferreira, Secretário Geral do Estado do Rio de Janeiro. Escola Profissional de Petrópolis, 1907. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

aglomeração urbana. "Era a proposta de regeneração da sociedade brasileira impedindo a perda de controle por parte das autoridades republicanas sobre o "caótico" mundo das massas urbanas, já que a sua população jovem seria habilitada para o mundo moderno e ordeiro idealizado por eles.

Na sequência do seu relatório, o diretor da escola profissional de Petrópolis continuava:

"E si só os mapas de frequência não oferecem proporção mais lisonjeira em relação as matrículas é isso devido as contingências da situação precária das famílias de alguns alunos, que os obrigam a procurar ocupação imediatamente remuneradora.

Em todo caso, afigura-se-me (sic) certo que seria preenchida a mais sensível lacuna da economia da Escola, sistematizando o fornecimento de materiais para as oficinas e designando-as os objetos que elas devem produzir para uso de outros departamentos da administração. [...] Seja-me lícito por fim acrescentar que mais amplas vantagens poderia a população auferir deste estabelecimento, se a ele fosse anexado como seção agronômica, o próprio estadual, atualmente abandonado, situado a certa distância desta cidade: a fazenda da "Presidência", o que deixamos ao elevado critério de V. Ex^a."²⁰⁸

Veremos mais adiante, quando falarmos dos problemas e desafios iniciais das EAAs da rede federal, que alguns dos problemas enfrentados pela da Escola Profissional de Petrópolis nos seus poucos meses de existência são praticamente idênticos aos da futura EAA. O diretor da escola cita o problema da evasão escolar em razão da necessidade das famílias carentes precisarem que a mão de obra de seus filhos logo consiga um trabalho remunerado para ajudar na sobrevivência do grupo familiar, obrigando assim ao jovem deixar a escola. Também o administrador da escola solicita abastecimento de matéria prima e encomendas da parte do Governo do Estado para que os estudantes aprendam com as oficinas funcionando, segundo parece o plano original em relação ao destino da produção das mesmas.

Ao lermos os anexos deste relatório²⁰⁹, observamos cinco tabelas contendo em cada uma o número de matriculados, a frequência dos alunos e a sua faixa etária (9 a 15 anos). Cada tabela corresponde a uma das oficinas com o seu respectivo mestre (corrieiroselaria; carpintaria-marcenaria; alfaiataria; sapataria; funilaria). No último anexo, o

²⁰⁸ Relatório do Diretor Octavio da Silva Prates. op. cit. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

²⁰⁹ No final da pesquisa, Anexos 2, 3 e 4.

quadro de funcionários efetivos da instituição: O diretor, os mestres de cada oficina (5 ao todo), uma professora de ensino primário e um trabalhador porteiro/contínuo.

No relatório do diretor da escola profissional de Campos, assinado em 10/12/1907, e entregue ao mesmo Secretário do Estado do Rio, este administrador nomeado por Nilo Peçanha, o major João Francisco Corrêa, discorre num relatório mais longo que o anterior sobre o período de funcionamento da instituição que vai de 17/10/1906 a 14/11/1907.

Vamos abaixo transcrever alguns dos trechos mais significativos do relatório do diretor-major João Corrêa, nos quais algumas concepções acerca do ensino profissional e obstáculos enfrentados por aquela escola, podem muito elucidar sobre não somente as características daquela instituição, mas também a mentalidade e convicções que mais tarde orientaram Nilo Peçanha em criar poucos anos depois tais escolas semelhantes no plano federal.

"É que ela [a sociedade campista] tinha já compreendido o alto alcance das **escolas profissionais**, que representam atualmente a mais legítima **aspiração das sociedades modernas.**

Não bastam hoje aos filhos do povo simples noções de ciências e letras: faz-se mister também a aprendizagem das artes mecânicas e liberais; é indisfarçável que ao lado da instrução primária, conscienciosa de resultado seguro, esteja igualmente a noção perfeita de uma arte, preparando assim o indivíduo para a labuta incessante da existência (grifo nosso)."²¹⁰

No início do relatório além dos costumeiros agradecimentos às altas autoridades do Estado por tê-lo nomeado Diretor da referida escola profissional, João Corrêa destaca que a criação deste tipo de ensino estaria relacionada diretamente com as demandas das sociedades modernas, indicando que a cidade de Campos através de sua sociedade tinha aderido aos valores da "modernidade" que se instalava no mundo e no Brasil. Especialmente a modernidade da indústria que aos poucos se impunha em razão da necessidade de progresso da nossa economia. O mesmo diretor destaca ainda no relatório que as escolas profissionais seriam uma espécie de "viveiros de operários" os quais constituem "a alma *mater* de todo o progresso material". Parcela significativa da elite republicana fluminense e brasileira associava a educação profissional para as classes populares com as novas demandas do mundo moderno para uma sociedade que, como a

²¹⁰ Relatório do Diretor João Francisco Corrêa apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Damasceno Ferreira, Secretário Geral do Estado do Rio de Janeiro. Escola Profissional de Campos, 1907. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

nossa, aspirava sair do atraso que o escravismo e o regime monárquico haviam-na mantido.

Continuando o relatório, o diretor de Campos relata que os trabalhos da escola começaram no dia 20/10/1906 e até aquela data haviam 129 alunos matriculados nos cursos da instituição. Porém, tal como havia ocorrido em Petrópolis, questões sociais e externas à escola determinaram a desistência ou abandono de alguns estudantes matriculados, além de dificuldades materiais na ministração dos cursos:

"No correr do ano, deixaram alguns alunos de frequentar a Escola: uns, por terem se retirado da cidade; outros, por haverem obtido colocação remunerada graças aos conhecimentos que adquiriram nas oficinas da Escola[...]

O número limitado de ferramentas que havia por ocasião da inauguração da Escola, obrigou-me, dentro das verbas pedidas, a adquirir muitas outras, que se tornaram necessárias em vista do número sempre crescente de alunos. Assim, as três oficinas estão hoje suficientemente providas de todo o material indispensável ao seu regular funcionamento. Com a respectiva autorização, fiz também aquisição de alguns aparelhos de ginástica, para exercício dos alunos nas horas de recreio[...]

Peço permissão à V.Exa trazer à lembrança a grande utilidade de fornecer o Governo às oficinas da Escola todo o material necessário à execução de mobílias para as escolas públicas, de fardamento e calçado para o Corpo Militar; e de selas, as denominadas "campistas", para a montaria desse mesmo corpo, - selas que acabam de ser adotadas, tendo feito o Governo contrato com uma casa comercial desta cidade. Desse modo, aproveitar-se-ia o trabalho dos alunos, e as despesas, creio eu, seriam muito menores.

Com pequena despesa se organizaria no edifício da Escola, mais uma oficina – a de selaria, adequada para o fabrico das mencionadas selas."(grifo nosso). 211

O diretor da escola profissional de Campos lembra as dificuldades iniciais para o funcionamento das oficinas exigindo um pedido de verbas para a compra de ferramentas, assim como sua preocupação em os alunos praticarem exercícios físicos por meio de aparelhos que mandou comprar especificamente para isso.²¹²

Novamente vemos um diretor pedir que o Estado do Rio cumpra com o objetivo inicial dos decretos de criação das Escolas profissionais estaduais, ao solicitar os insumos

²¹¹ Relatório do Diretor João Francisco Corrêa apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Damasceno Ferreira, Secretário Geral do Estado do Rio de Janeiro. Escola Profissional de Campos, 1907. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

²¹² Sua preocupação com a necessidade de exercícios físicos para os alunos talvez se deva pelo fato dele ser um militar que foi nomeado ao cargo de diretor, sem a devida experiência como educador ou administrador escolar.

necessários para as oficinas produzirem as mercadorias e acessórios que poderiam suprir a força pública do Estado e as escolas estaduais, ao lembrar o papel do Executivo estadual em fazer os pedidos aos diretores e, citando como exemplo, o caso da compra de selas para as montarias da força pública que com um pequeno ajuste nas oficinas poderiam com um custo menor ser fornecidas pelas oficinas da Escola de Campos por meio do trabalho dos seus alunos-operários.

O diretor João F. Corrêa conclui o relatório descrevendo as atividades das três oficinas da Escola – Marcenaria, Alfaiataria e Sapataria – e o que foi produzido. Também é relatado o funcionamento do curso primário concomitante ao ensino de ofícios e que contava com uma frequência média de 80 alunos. Finalmente são relatados os prêmios para os aprendizes que se destacaram e as diárias pagas aos alunos, de conformidade com o regulamento das escolas profissionais. Termina com as seguintes conclusões e recomendações ao Estado o referido diretor:

"'Nada há [de melhor] que prepare o homem para o trabalho, que as escolas profissionais'. Além disso, não se evidencia só nesse ponto a importância real dessas escolas. Dois outros há, que nos saltam à vista, sem que seja preciso o mais leve exame. **Um é o corretivo à criança desocupada**, cujos pais por desleixo ou falta de recursos, deixam-na à sorte tristíssima da rua! **Outro é a grande economia que poderá fazer o Estado**, determinando que saia das Escolas Profissionais o mobiliário para as escolas públicas, o calçado e o fardamento para o Corpo Militar; o aparelho para a montaria do mesmo Corpo." (grifo nosso). 213

O diretor reforça novamente as duas principais razões para que o Estado fluminense apoie e priorize a expansão do ensino profissional propagado por suas escolas profissionais. Uma seria uma razão corretiva e moral tão comum para as classes dirigentes da época quando se tratava de desordem ou insegurança pública causada, a seu ver, por crianças pobres desassistidas. O chefe da escola campista chega a admitir a falta de recursos econômicos dos pais como uma razão para o abandono de seus filhos, mas dentro de uma concepção punitiva para os responsáveis por tamanho descaso com os seus menores. No motivo econômico, estaria a economia de custos por parte do Estado em contratar e produzir ele mesmo os produtos e mercadorias que as suas repartições gastariam em contratos mais caros com empresas e fornecedores particulares.

²¹³ CORRÊA, João Francisco. op. cit. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

O dirigente escolar campista lembra também que os exames práticos e teóricos realizados pelos alunos foram bem recebidos pela sociedade de Campos, com ótimos resultados e amplamente divulgados pela imprensa local no qual são destacados a qualidade dos objetos produzidos pelos aprendizes e da sua habilidade adquirida em tão pouco tempo.²¹⁴ Este tipo de noticiário sobre as escolas profissionais estaduais e suas atividades, exaltando a importância social e o trabalho destas instituições e os resultados dos exames com a produção manufatureira e as respectivas premiações dos alunos, será algo corriqueiro poucos anos depois com o estabelecimento da rede federal de ensino profissional nas cidades onde serão implantadas, como veremos no capítulo adiante.

Voltando ao relatório do diretor da Escola Profissional de Petrópolis em seu último anexo²¹⁵, ele descreve a pequena estrutura funcional da sua escola que seria a seguinte: o Diretor da escola; cinco mestres (um para cada oficina); uma professora de ensino primário e um porteiro-contínuo. Era um quadro de funcionários bem enxuto o qual poderemos mais a frente comparar com a organização funcional das Escolas de Aprendizes Artífices.

O funcionamento das escolas profissionais do estado do Rio de Janeiro foi efêmero. Criadas em setembro 1906 por Nilo Peçanha, um ano e 3 meses depois são oficialmente extintas pelo decreto n. 1063, de 27/12/1907, do então presidente do Estado Alfredo Backer em mensagem à Assembleia Legislativa de agosto de 1908. Lembramos que nesta ocasião ele já politicamente rompido com o nilismo em seu Estado. Abaixo vamos transcrever trecho do seu comunicado ao legislativo relativo à educação profissional fluminense a fim tentarmos entender o porquê do fechamento das escolas profissionais do estado:

"Posta a questão econômica em seus verdadeiros termos, conviria como corolário, imprimir ao ensino a orientação de acordo com a solução do problema: o ensino profissional, principalmente agrícola, seria o objetivo principal da reforma a fazer, não esquecendo a necessidade de ligar a geração ao campo fecundo do trabalho agrícola ou propriamente industrial. Deixo entregue ao vosso elevado critério o assunto, que é sério e interessa vivamente ao futuro do Estado. [...]

Pelos motivos constantes do decreto abaixo, julguei dever extinguir as escolas profissionais dos municípios de Campos e Petrópolis. 'DECRETO N. 1063, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1907.

²¹⁴ Vide Anexo E no final da pesquisa.

²¹⁵ Vide Anexo D no final da pesquisa.

O Presidente do Estado do Rio de Janeiro, considerando o que as escolas profissionais de Campos e Petrópolis não tem correspondido, após um ano de experiência, aos fins de sua criação, sendo quase nula a renda proveniente de suas oficinas e inaproveitáveis para o consumo dos estabelecimentos do Estado, a que se destinavam, os artigos produzidos durante este tempo;

Considerando que no orçamento para o próximo ano a receita é inferior a do corrente exercício em 136:630\$458 e a despesa está aumentada de 72:018\$072, contribuindo a verba consignada para custeio das referidas escolas com mais de 2/3 desse(sic) acréscimo;

Considerando que não é justo aumentar a despesa pública com serviços adiáveis, quando as condições financeiras do Estado ainda exigem para o equilíbrio do orçamento o desconto de 15% dos vencimentos dos seus servidores;

Usando da atribuição que lhe confere o art. 56 n.01 da Constituição e de acordo com a autorização constante da lei n.608, de 3 de Novembro de 1903, art. 1°, letra a, revigorado pelo art. 7° da lei n.780, de 14 de Novembro de 1906;

Decreta:

Art. 1º Ficam extintos as escolas profissionais de Campos e Petrópolis. Parágrafo único. O material das oficinas será cedido, a título gratuito, às Municipalidades respectivas desde que estas se obriguem a utilizálos em estabelecimentos da mesma natureza.

Art. 2º O presente decreto entrará em execução no dia 1 de Janeiro próximo futuro.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Governo, Niterói, 27 de Dezembro de 1907 – Dr. Alfredo A.G. Backer – Dr. J. Damasceno Ferreira.' "216 (grifo nosso).

Alfredo Backer, na primeira parte da sua justificativa do decreto, argumenta sobre a necessidade de dar uma orientação profissional - em especial a agrícola - para a educação da juventude em seu Estado, deixando aos deputados a tarefa de realizar tal "reforma". Porém, quando justifica o fechamento das escolas profissionais de Campos e Petrópolis, por meio do decreto n. 1063, percebemos várias incoerências e argumentos que contradizem os reais motivos do governador para a extinção do ensino profissional público e gratuito do Estado.

O Governador declara que as escolas após um ano de funcionamento não teriam cumprido sua finalidade especialmente por não gerarem renda das suas oficinas e os produtos por elas produzidas serem "inaproveitáveis para o consumo dos estabelecimentos do Estado". Primeiramente, lembremos que o objetivo principal das escolas criada na gestão Nilo Peçanha era a educação e instrução dos filhos das classes

²¹⁶ Estado do Rio de Janeiro. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 01/08/1908 pelo Presidente do Estado Dr. Alfredo Backer*, Rio de Janeiro: 1908. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em 10/09/2014.

populares para torná-los aptos para sua própria sobrevivência econômica e, com isso, impulsionar o progresso econômico do Estado, além de inseri-los na ordem republicana.

Portanto, a finalidade última das escolas profissionais, segundo o decreto n. 787, de 11/09/1906, era para serem uma alternativa viável de educação popular sendo que suas oficinas produziriam mercadorias que pudesse suprir parte da demanda por roupas, calçados, mobiliário, etc. de outras instituições públicas estaduais (sentenciados das casas de detenção, alienados do manicômio estadual, praças do corpo militar além de escolas públicas). Mas era evidente que Nilo e a sociedade da época que havia apoiado tal iniciativa tinham em mente muito mais uma função educativo-corretiva das escolas do que necessariamente resultados econômicos (lucro, produção em massa, etc.).

Lembremos também que nos relatórios comentados anteriormente, os diretores de Campos e Petrópolis solicitavam que o Estado enviasse os insumos necessários para que os alunos pudessem praticar e produzir mercadorias nas oficinas²¹⁷ das escolas, entretanto parece que os pedidos não foram atendidos e, pior, sequer o Governo estadual oficializou qualquer demanda da parte de suas repartições públicas que poderiam ser servidas com os artigos produzidos pelos alunos-aprendizes. Portanto, as razões econômicas afirmadas pelo Governador para o encerramento das escolas profissionais careciam de lógica, pois que também somente duas haviam sido criadas e, caso a intenção do Estado fluminense fosse de fato ver abastecidas suas repartições por produtos destas oficinas seria coerente que o mais rápido possível as outras escolas fossem construídas e suas oficinas aparelhadas além de receberem matéria prima para os alunos e seus mestres trabalharem.

O Governador Backer ao mandar fechar as duas únicas escolas profissionais públicas inauguradas - Petrópolis e Campos - concluía sua disposição em não dar prosseguimento ao plano de erguer as três que faltavam segundo constava no decreto 787 de 1906, inclusive a escola em Paraíba do Sul dedicada ao ensino agrícola, contradizendo o início de sua fala aos deputados estaduais onde aparentemente demonstrava interesse pelo ensino agrícola ministrado aos jovens do Estado.

Artífices e suas fontes inspiradoras In: *Fórum educ.*, Rio de Janeiro, 5 (4), out./dez, 1981 (p.70).

²¹⁷ "Instaladas nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, as três primeiras escolas tinham como programa imediato o ensino de carpintaria, marcenaria, sapataria e alfaiataria, e a última o ensino agrícola. Segundo o regulamento das escolas, o ensino de ofícios habilitaria os alunos aprendizes nas seguintes profissões: 1. Carpinteiro-marceneiro 2. Sapateiro 3. Correeiro-seleiro 4. Alfaiate 5. Funileirobombeiro 6. Sericultor-apicultor 7. Jardineiro". SOARES, Manoel de Jesus A. As Escolas de Aprendizes

Celso Peçanha, um dos biógrafos de Nilo, descreve parte de uma correspondência de Nilo ao Diretor da Escola de Petrópolis, em março de 1907, na qual o então Vice-presidente da República ainda demonstrava o seu real interesse e genuína preocupação com o desenvolvimento das escolas profissionais por ele criadas quase um ano antes, ou seja, a educação técnica e popular era parte essencial da sua perspectiva econômica-social para o Rio de Janeiro e, mais tarde, para todo o país e não somente um mero item do seu programa de Governo. Assim Nilo se dirigia ao diretor da escola de Petrópolis:

"Meu caro amigo Cel. Otávio Prates. Releve-me que venha pedir-lhe notícias da Escola Profissional sob sua desvelada direção. Há pouco visitei a de Campos e trouxe uma impressão excelente. Vejo que os fins a que obedeceu a administração, criando esses Institutos vão sendo atingidos. Diga, pois, qual é a frequência dessa de Petrópolis e qual é o progresso das oficinas. Creia que todo o seu esforço por ela vale para um serviço real ao País, que começa a preocupar-se com a *infância desamparada e delinquente*. Releve-me, portanto que, fora embora do Governo, e particularmente, me interesse por essa Escola a que faço votos sinceros, pela sua saúde e pelo adiantamento dos alunos. Com muita simpatia, sou seu admirador. Nilo Peçanha." (grifo nosso)²¹⁸

Provavelmente Nilo escreveu esta carta no momento em que sua relação política com o Governador Backer estava em franca deterioração, bem como diminuída sua influência no Rio de Janeiro. Também apesar da sua posição na Vice-presidência da República, naquele período estava desprestigiado no plano federal em função das suas divergências com o Presidente Afonso Pena. Por isso mesmo este registro do seu interesse pelas escolas profissionais fluminenses torna-se mais importante pois revela algumas das suas convicções como homem público e administrador, as quais seriam postas em prática quando a oportunidade política lhe abrisse as portas.

Anos depois e de forma conturbada, Nilo assumia novamente o Governo do Estado do Rio de Janeiro em dezembro de 1914. Do mesmo modo, ele empreenderia uma série de reformas administrativas no seu Estado e, mais uma vez iniciava uma série de reformas na educação estadual onde, seis anos depois de ter criado as 19 Escolas de Aprendizes Artífices quando Presidente da República, continuava convicto da necessidade de ampliação e expansão da educação popular e pública dentro de uma concepção que privilegiaria o qualidade do ensino público oferecido, a infraestrutura

-

²¹⁸ Apud PEÇANHA, Celso, op. cit. (p.67)

adequada dos prédios e equipamentos escolares além da ênfase no ensino profissional para a população jovem que seria útil a ordem econômica e social da República além da produção das escolas convir para o abastecimento de alguns produtos necessários para o funcionamento de várias repartições públicas. Era uma espécie de tentativa de reedição das escolas profissionais que Nilo havia criado em 1906, sendo que agora com mais opções de cursos destinados aos filhos das classes populares:

"Tenho fé que veremos em breve saírem destes institutos, fugindo ao vício e ao crime, artistas educados, homens úteis à sociedade, portadores do honroso diploma do ofício de sua vocação.

Conto que naquela casa de trabalho poderão ser supridas as repartições públicas de toda a sorte de impressos, relatórios e mobiliário; as escolas, dos livros didáticos, e a Força Pública, de fardamentos, roupa branca, calçado, correame e arreios para os seus animais.

Preveniremos, assim o crime por meio da educação aliada ao ensino de trabalhos honestos e práticos, todos de fácil aprendizagem, notadamente os cursos de jardinagem, pomicultura, horticultura, avicultura, apicultura, arte culinária, eletricidade, tipografia, impressão e encadernação, pintura comum, funilaria, sapataria, selaria, vidraçaria, arte de cabelereiro, serviços domésticos. Cada um destes cursos compreenderá o ensino primário, a educação moral e física, ao lado do aprendizado da música instrumental de modo que ao fim de um curto prazo, os alunos, vigorosos de corpo e sadios de alma, obtenham os meios de ganhar a vida."²¹⁹

Nesta mensagem ao poder legislativo estadual dez anos após ver seu projeto de educação popular e profissional estadual ser encerrado pelos antinilistas e sete anos depois da criação da rede federal de escolas profissionais (1916), Nilo Peçanha continuava firme nas suas convicções e propostas em relação a educação como um todo. Sua visão educacional para os jovens oriundos das classes populares implicava ao mesmo tempo numa visão corretiva de prevenção a desordem social, onde provavelmente a criminalidade envolvia não somente os crimes comuns, mas também a subversão da ordem social estabelecida com a República. Neste sentido o Estado através das instituições de ensino mormente pela educação profissional, teria a função de aplicar uma justiça distributiva na expectativa de erradicar a propensão dos indivíduos ao crime ou a subversão político-social ao reduzir as disparidades sociais como por exemplo, oferecendo a aprendizagem de ofícios e integrando as novas gerações dos setores mais pobres da sociedade através de uma rede de escolas públicas gratuitas de qualidade.

ares> Acesso em 01/09/2014.

²¹⁹ Estado do Rio de Janeiro. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 01/08/1916 pelo Presidente do Estado Dr. Nilo Peçanha, Rio de Janeiro: 1916. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocrRader/docreader.aspx?bib=720488&pasta=ano%20189&pesq=grupos%20escol</p>

Nilo Peçanha Aos outros sobresai pelo vigor, E pode ser a flor dos presidentes, Se fizer no governo «Paz e Amor» Como disse, a sorrir, mostrando os dentes...

Figura – 24: Sátira sobre o lema do governo federal de Nilo Peçanha (1909)

Fonte: Revista O Malho, Ano VIII, nº 354, 26/06/1909.

Não por acaso Nilo Peçanha ao assumir a Presidência da República em 1909, após a morte repentina de Afonso Pena adotou o lema "Paz e Amor" em meio a tumultuada disputa eleitoral na sucessão presidencial de 1910/11. Muitos dos seus adversários políticos e críticos ridicularizaram tal slogan, porém através dele o político fluminense revelava sua crença de que a ordem política e social republicana só poderia ser conservada com o poder da União garantindo a obediência das regras constitucionais e o Presidente, como chefe do Executivo, cuidando para que as principais demandas sociais fossem razoavelmente atendidas pelas instituições e serviços do Estado republicano. Parecia algo utópico no contexto de um regime oligárquico e excludente como o nosso, mas como veremos após os 17 meses de comando federal a sua gestão garantiu uma sucessão presidencial relativamente calma e sem a quebra da ordem republicana, assim como diversas inovações administrativas e obras públicas, e entre elas a criação de uma rede de escolas profissionais federais espalhada nas capitais do país, algo que estudaremos a seguir.

4 A criação da rede federal de Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs).

O problema da reduzida escolaridade básica que atingia desde os jovens até adultos das classes populares que buscavam o trabalho na indústria foi sendo percebido e visto como um grave problema para o crescimento econômico do país na medida em que novas indústrias iam sendo implantadas, a malha ferroviária se expandia e os serviços urbanos se generalizavam.

A aprendizagem industrial foi se tornando uma necessidade cada vez maior conforme a economia se transformava e aumentava a complexidade da tradicional divisão do trabalho no país. A tradicional formação no próprio ambiente do trabalho foi sendo acrescida de iniciativas particulares e públicas no sentido de criar e organizar liceus de ofícios e assemelhados para poder suprir demandas específicas conforme surgiam, mas sempre sob supervisão municipal ou no máximo estadual.

Em 1906 no governo federal sob a presidência de Afonso Pena, o Decreto nº 1606 de 29 de dezembro criava o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, três anos depois efetivado sob a presidência de Nilo Peçanha e chamado de Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio tinha como uma de suas atribuições os assuntos relacionados ao ensino profissional. Ainda em 1906 a Câmara dos Deputados havia enviado ao Senado Federal a Proposição 195 que autorizava o Estado brasileiro a destinar recursos financeiros para a criação da futura rede de escolas profissionais federais²²⁰ visando a futura implantação do ensino profissional em todo o país.

Vimos anteriormente que a efetivação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (aqui chamado MAIC) em 1909, fazia parte do projeto alternativo da facção oligárquica influenciada pelo industrialismo e por ideias agraristas que remontavam a meados do século XIX e as quais Nilo Peçanha compartilhava. Por meio deste ministério seria possível repassar recursos financeiros para os estados menos importantes economicamente, mesmo que estes recursos fossem bem inferiores em comparação com os destinados a cafeicultura. Visava-se tentar diversificar e modernizar os outros complexos agrícolas regionais no contexto do discurso agrário-científico do qual Nilo era um dos seus porta-vozes assim como instituir centros de excelência na pesquisa e difusão

²²⁰ O Senado recebia da Câmara dos Deputados a *Proposição 195*, na qual o Presidente ficava autorizado a acordar com os governos dos Estados da União a instalação de escolas técnicas e profissionais.

de novas técnicas agrícolas por meio de escolas agrícolas que seriam instaladas em pequenos centros do meio rural do país.

Acreditamos que a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909 não pode ser dissociada do projeto agrarista de Alberto Torres e posto em prática por Nilo Peçanha, pois apesar deste plano ter sido gestado no interior de parte da oligarquia que comandava a República ele pressupunha no limite reformar suas instituições político-administrativas e promover certo desenvolvimento – no estado do Rio de Janeiro em particular – e em outros estados aliados de segunda grandeza, contrabalançando com o poder político e econômico de São Paulo e Minas. Nilo assim como vários outros republicanos históricos de sua geração, também foi em parte influenciado pela concepção positivista de Estado onde este teria um papel de direção e organização da sociedade visando acelerar a sua transição para a "idade científica ou positiva" e, quando houvesse "necessidade social", o Estado republicano deveria sanar os males que tornavam o meio social brasileiro disfuncional e retardariam o seu progresso, algo absurdo para "liberais evolucionistas" como Alberto Salles e outros que predominavam no comando da República brasileira.

"Organizado o ensino agrícola, em todas as suas modalidades, estabelecidas instituições de credito, desenvolvido o espírito de associação, que, aliás há de evoluir paralelamente com a difusão da instrução profissional no seio das classes laboriosas, adotadas medidas eficazes para desenvolver no exterior o comércio dos nossos produtos, normalizando simultaneamente o mecanismo das suas transações internas e impulsionando o movimento industrial, teremos correspondido plenamente ao intuitos do decreto legislativo que criou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio." 221

Vemos no texto acima que Nilo Peçanha ao criar a rede federal de ensino profissional ele a contextualizava num conjunto de medidas que faziam parte de certo planejamento estatal – algo raro entre os governantes naquele momento histórico – propondo a promoção das forças produtivas da economia nacional. Para ele o ensino agrícola e a instrução profissional entre outras coisas contribuiriam para um "espírito de associação" entre empresários e trabalhadores, propondo uma espécie de "paz social" que

República dos Estados Unidos do Brasil. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da 2ª Sessão da 7ª Legislatura pelo Presidente da República Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: 1910 (p.81). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential Acesso em 13/06/2015

mais tarde seria retomada de forma mais elaborada por Roberto Simonsen nas suas teses.²²²

Apesar da receptividade que o ideário agrarista teve entre a oligarquia fluminense e nos estados menores em crise, o que prevalecia na política oficial da Primeira República era o conservadorismo político, situacionista e refratário a reformas que implicassem numa real adequação da máquina pública aos interesses populares e fator de transformação da estrutura social brasileira. O ideário agrarista, com os seus acessórios cientificistas, seus planos de modernização e os ensaios de desenvolvimento econômico eram na realidade quase que completamente dependentes da reordenação política no interior da classe dominante oligárquica onde líderes políticos como Nilo tentavam ascender e consolidar algum poder, mas isso não justifica desprezarmos os resultados políticos e sociais destas ações pois instituições públicas foram criadas e acrescentaram elementos inovadores ao Estado brasileiro da época, além de afetar as futuras políticas públicas que pensariam numa educação popular mais correspondente aos interesses econômicos da indústria e da agricultura.

A subordinação das EAAs ao Ministério da Agricultura revela a mentalidade que permeava o então Presidente Nilo e boa parte das classes dominantes a respeito da educação. Sobre o funcionamento inicial e os principais órgãos daquele Ministério assim se referia o Presidente: "a inspeção agrícola, a instituição do ensino profissional, por intermédio das Escolas de Artífices, a Diretoria de Indústria Animal, com sede no Posto Zootécnico de Pinheiros, a Diretoria de Meteorologia e Astronomia, a Seção de Publicações e a Delegacia do Ministério no Acre" De todas estas repartições do Ministério as escolas profissionais federais e o ensino agrícola, ou seja, a formação técnica e a profissionalização das classes populares, ficariam sob a responsabilidade e diretrizes de uma pasta justamente relacionada com os estudos e serviços do setor produtivo do campo e das cidades. O ramo da educação profissional era assumido pelo Governo federal e destinado às classes populares a fim de "civilizá-las" em curto prazo e com isso inseri-las de forma ordeira e economicamente viável na ordem republicana idealizada. A moralização das crianças e jovens analfabetos das classes pobres só seria

-

²²² CARVALHO, Marcelo A.M. de *A criação do SENAI no contexto da Era Vargas*. 1ªed., Curitiba: Editora Prismas, 2015.

²²³ República dos Estados Unidos do Brasil. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da 2ª Sessão da 7ª Legislatura pelo Presidente da República Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: 1910 (p.74). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential Acesso em 13/06/2015.

naquela perspectiva eficiente se fosse pelo trabalho, assumindo temporariamente o poder público uma função paternalista a fim de contrabalançar a naquele momento histórico uma ordem social extremamente excludente e de baixíssima mobilidade social.

Ao mesmo tempo o Ministério da Justiça e Negócios Interiores continuava com a instrução pública geral do país que em última instância visava o ensino secundário e o superior voltados para as classes com maior poder aquisitivo e/ou influência político-social. Portanto, a própria divisão da educação em dois ministérios confirmava a sua dualidade no regime republicano: de um lado, uma educação teórica e bacharelesca e desvinculada da realidade nacional e destinada às famílias das classes mais elevadas; de outro, uma instrução mais elementar e prática na tentativa de inserir no mundo do trabalho formal uma parcela dos jovens das classes populares analfabetas e que viviam de trabalhos mais simples.

Possivelmente a criação do MAIC e da rede das EAAs que foram efetivadas pelo Presidente Nilo em 1909, faziam parte de uma tentativa daquela fração da oligarquia de revalorização das atividades produtivas e do conceito de trabalho a fim de ser internalizado de forma positiva entre a população em geral. De fato, com base na análise dos discursos de muitos dirigentes políticos do período percebemos a convicção daqueles homens em que ao se materializar um centro de educação profissional para as classes pobres em cada capital estadual do país, estas instituições de ensino mantidas e geridas pelo Estado republicano e contando com o apoio das coletividades urbanas onde estivessem inseridas, poderiam irradiar uma nova ética do trabalho não somente para os filhos dos estratos mais simples da população mas também haveria um efeito multiplicador positivo sobre a totalidade da população urbana, como uma dinamização do mercado de trabalho local por exemplo.

Para o pesquisador Luiz Antônio Cunha²²⁴, Nilo Peçanha pode ter sido inspirado pelas experiências de educação profissional já existentes em seu Estado natal através da atuação missionária e pedagógica dos padres salesianos na implantação do ensino profissional no Brasil, no Instituto Profissional Masculino do antigo Distrito Federal (no Rio de Janeiro), assim como também da sua filiação a maçonaria. Sobre esta última influência vale a pena lembrar o anticlericalismo, a valorização da educação popular e o

²²⁴ CUNHA, L.A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2ªed. São Paulo: Ed.UNESP; Brasília: FLACSO, 2005 (p.14-20; 63-64).

ideal de solidariedade entre os homens. Assim, ele poderia estar procurando substituir os padres nessa ação aducadora.

Em estudo anterior²²⁵, também são citados como influências norteadoras da decisão do então Presidente Nilo Peçanha criar em 1909 as Escolas de Aprendizes Artífices, o Anteprojeto do "Congresso de Instrução" realizado em dezembro de 1906 no Rio de Janeiro²²⁶ além, é claro, da própria experiência de Nilo Peçanha, pouco antes de ser eleito vice-presidente na chapa de Afonso Pena, como Presidente do Estado do Rio de Janeiro criando em 1906 três escolas profissionais, em Campos, Petrópolis e Niterói, e duas destinadas ao ensino agrícola, em Paraíba do Sul e Resende²²⁷, conforme explicamos nas páginas anteriores.

Em 1909, pelo Decreto nº 7566, de 23 de dezembro, o Presidente Interino Nilo Peçanha²²⁸ criava nas capitais de quase todos os estados²²⁹ da Federação, as Escolas de Aprendizes Artífices, marcando a atuação direta do governo federal no ramo de ensino profissionalizante, em cuja introdução deste mesmo Decreto o presidente justificava: "se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime..."

Porém, diferentemente das experiências de ensino profissional anteriores ou concorrentes, as Escolas de Aprendizes Artífices foram criadas como um sistema de ensino profissionalizante sob o comando direto de um Ministério Federal – também efetivado pelo próprio Nilo Peçanha – e, para os lentos padrões de implementação de qualquer instituição em escala nacional daquela época, ao longo do ano de 1910

²²⁵ Manoel de Jesus A. Soares – "As Escolas de Aprendizes Artífices e suas fontes inspiradoras "- *Fórum Educ.*, Rio de Janeiro, 5(4): 69-77, out./dez. 1981.

²²⁶ O Anteprojeto foi levado ao Congresso Nacional e defendia que a União e Estados custeassem o ensino profissional em todo o país proporcionando campos de experimentação agrícola e oficinas em cada município para os alunos das escolas obterem uma habilitação geral e os instrumentos de trabalho, criação (ou subvencionamento) de institutos profissionais em cada Estado como preparatório prático para o emprego na indústria, tendo como público alvo principal menores abandonados (jovens acima dos 14 anos). Também, segundo C. Suckow (1986), o anteprojeto sugeria a proibição de novos ginásios e faculdades antes de serem criados os institutos profissionais nos estados.

²²⁷ Decreto Estadual n. 787, de 11/09/1906; Decreto Estadual n.1008, de 15/12/1906.

²²⁸ Este assumiu a presidência da República com a morte do titular Afonso Pena em 14/06/1909, e governou somente 17 meses.

²²⁹ Foram 19 escolas profissionais, uma em cada capital do país. Exceções: no estado do Rio de Janeiro a unidade se localizava na cidade fluminense de Campos dos Goytacazes, pois no DF já havia instituição semelhante e na capital Niterói as forças antinilistas dificultaram a instalação da escola. No Rio Grande do Sul o governo federal aproveitou o já existente Instituto Técnico Profissional (futuro Instituto Parobé) para instalar sua escola profissional.

praticamente quase toda a rede de 19 escolas já havia sido inaugurada! Apesar do caráter precário das instalações e do quadro docente despreparado para o ensino de ofícios.

Tabela 3: Datas das inaugurações das EAAs e o número de alunos matriculados.

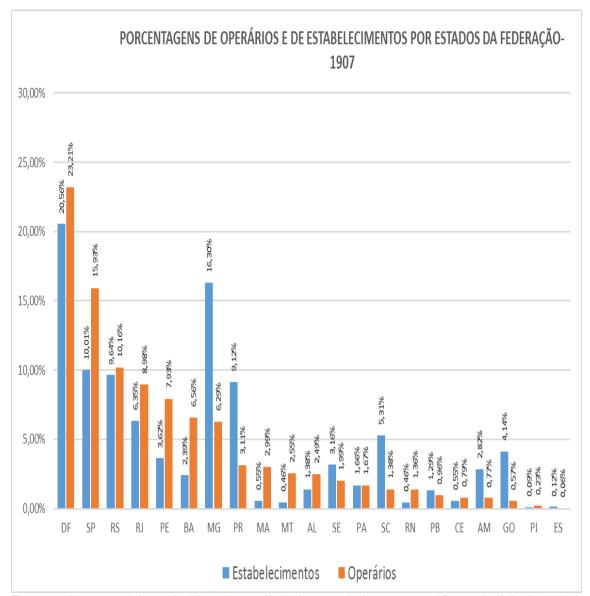
ESTADO	INAUGURAÇÃO DA E.A.A.	MATRÍCULAS
PI	01/01/1910	83
RN	01/01/1910	83
GO	01/01/1910	68
MT	01/01/1910	84
PB	05/01/1910	134
MA	16/01/1910	104
PR	16/01/1910	293
AL	21/01/1910	151
RJ	23/01/1910	273
PE	16/02/1910	125
ES	24/02/1910	166
CE	24/05/1910	82
BA	02/06/1910	68
SP	24/06/1910	120
PA	01/08/1910	95
SC	01/09/1910	130
MG	08/09/1910	60
AM	01/10/1910	70
SE	01/05/1911	120

Fonte: *Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Anos 1910/1911*, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no ano de 1911. Publicado em 1911. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura Acesso em 04/05/2014.

Obviamente a realidade social e econômica de cada região brasileira onde as EAAs foram implantadas não geraria retornos tão imediatos e previsíveis como supunham as autoridades idealizadoras das EAAs. Primeiro porque o mundo do trabalho no Brasil do início do século XX ainda era em muitos locais marcado por relações précapitalistas e conflituosas e, por outro lado, a necessidade de sobrevivência da maioria da população pobre gerava formas de estratégia e redes de solidariedade que contrariavam as respostas esperadas pelas elites republicanas. Ou seja, quando havia algum tipo de demanda por educação vinda das classes populares necessariamente esta não coincidia com aquilo que as classes dirigentes entendiam como o ideal e que deveria ser aceito integralmente pela população pobre a fim de torna-la útil para a República. Como vimos antes nos relatos dos diretores das escolas profissionais de Campos e Petrópolis no Rio de Janeiro ainda em 1906/07, muitos alunos não concluíam o curso nas escolas pois assim que aprendiam o que consideravam o suficiente para algum ofício, abandonavam os

estudos para ingressarem precocemente no mercado de trabalho a fim de poder ajudar suas famílias com a renda que poderiam gerar.

Figura – 25: Porcentagens de operários e indústrias por Estado brasileiro (1907)



Fonte: IBGE – Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988, 2ªed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (p.382- adaptado para gráfico).

Além da evasão escolar, em muitas das capitais onde foram instalados os cursos profissionalizantes de nível primário das EAAs, as características econômicas da maioria dos Estados e o rudimentar mercado de trabalho da maioria das suas capitais não justificavam o investimento da União em tal empreendimento educacional profissional, como podemos concluir a partir do Inquérito Industrial de 1907. Independentemente da precisão estatística deste trabalho, pois o mesmo nos mostra muito mais uma tendência

da economia brasileira do início do XX, nele observamos que o grosso da população operária se concentrava em no máximo sete dos estados da federação, se somarmos o distrito federal. Nos demais, a porcentagem dos estabelecimentos considerados na época como "fábricas" e dos trabalhadores operários era diminuto frente o conjunto da população economicamente ativa, muito mais voltada para atividades agropastoris ou de simples subsistência.

Vejamos as justificativas sobre a criação das EAAs em cada Estado do país vindas próprio Nilo Peçanha na sua mensagem presidencial de 1910 ao Congresso Nacional:

"Não menos úteis serão à população infantil das cidades as escolas de artífices, que satisfazem uma necessidade de ordem econômica e social, preparando o brasileiro para as funções da vida prática, **criando em cada Estado núcleos de operários válidos, inteligentes e ao mesmo tempo contendo a tendência para o emprego público, para as profissões liberais,** que declinam sensivelmente ao embate de uma concorrência desesperada, prejudicando atividades que seriam mais proveitosas em outras aplicações." (grifo nosso).²³⁰

O Presidente refere-se as EAAs como instituições voltadas prioritariamente para a população infantil, mas que a partir dessa faixa etária estas escolas poderiam satisfazer "uma necessidade de ordem econômica e social" para o país. E, em seguida, argumenta que as escolas de artífices de cada Estado brasileiro formariam núcleos de operários úteis, inteligentes e moralmente elevados, além de corrigir a busca generalizada pelo emprego público (nomeações) das outras classes sociais e de combater a cultura bacharelesca que impedia o progresso técnico do país. Ou seja, as EAAs seriam **centros irradiadores de uma nova mentalidade e** *práxis* para o mundo do trabalho a partir do exemplo e da atuação dos jovens artífices entre as classes populares, induzindo toda a sociedade brasileira a um novo modo de vida onde quer que estivesse instalada uma escola de aprendizes artífices do governo federal.

Efetivamente o estabelecimento das Escolas de Aprendizes Artífices marcou a presença do Governo Federal no âmbito da educação dos Estados, política pública até então considerada prerrogativa quase que exclusiva das suas oligarquias dirigentes locais. Previa-se certa parceria com os Estados para a obtenção de edifícios permanentes próprios

²³⁰ República dos Estados Unidos do Brasil. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da 2ª Sessão da 7ª Legislatura pelo Presidente da República Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: 1910 (p.75). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential Acesso em 13/06/2015.

para os cursos, condições de ingresso e matrícula diferenciados e uma formação para o trabalho que implicava em adestrar os jovens das classes populares em técnicas manuais/artesanais e, quando houvesse oficinas e equipamentos, em técnicas mecânicas, exigindo no máximo um nível primário de qualidade que no entender das elites do período era o máximo a ser aspirado pelos filhos dos "desvalidos da fortuna".

Para L.A. Cunha a instalação das EAAs em cada capital dos estados brasileiros pode ser entendida como uma política pública vinda da União marcando sua presença nos estados, "uma espécie de contraponto do débil pacto federativo" ²³¹, além de reforçar as trocas políticas clientelistas entre oligarquias locais e o poder federal, pois os gastos federais com as EAAs locais, em alguns casos, representaria um importante incentivo econômico além de fonte de barganha política através de nomeação de indicados pela oligarquia local para compor as funções nas escolas profissionais.

Acreditamos que apesar de eventualmente tais práticas clientelistas de fato terem ocorrido, mas analisando os motivos de Nilo e a rápida aceitação dos poderes oligárquicos estaduais para a instalação em tempo recorde das EAAs nas capitais estaduais, evidenciase uma crença compartilhada por boa parte da elite brasileira e seus formadores de opinião de que a modernização e o ordenamento do país – tomando-se como modelo os EUA ou a Europa, conforme cada interpretação – estava diretamente ligada a uma suposta eficácia pedagógica e terapêutica da educação profissional sobre a sociedade como um todo.

Uma outra suposição sobre o porquê da instalação de uma escola profissional federal em cada capital do país, algo que ia contra toda uma lógica econômica baseada na concentração espacial da indústria e da população operária já existente, além dos pretextos e causas políticas já citados, também acreditamos que o Presidente Nilo Peçanha tinha em mente a sua própria experiência política com o fechamento das escolas profissionais estaduais no Rio de Janeiro pelo seu sucessor e ex-aliado político, o governador Alfredo Backer, em 1907. Como explicado anteriormente, Nilo experimentou naquela ocasião todo um projeto educacional por ele gestado e valorizado ser literalmente destruído por causa de questões políticas relacionadas com a disputa oligárquica em seu Estado natal (nilistas x antinilistas) e pela recusa de parte da elite fluminense, naquela ocasião representada por A. Backer, em ver as escolas profissionais fluminenses recém implantadas como resultado de uma política de Estado de considerável importância e útil

²³¹ CUNHA, L.A. op.cit (p.72).

pois tentava integrar uma parcela da população jovem e pobre fluminense na ordem social republicana. Portanto, ao instalar uma EAA em cada capital da República, com tudo que isso implicava em termos econômicos-orçamentários e em termos de valor simbólico-ideológico para cada população local, principalmente nos centros políticos-oligárquicos de menor importância frente ao domínio da aliança São Paulo e Minas Gerais, qualquer tentativa de extinção desta iniciativa institucional-educacional federal não seria bem recebido pela maioria das oligarquias regionais. Estas provavelmente viam no empreendimento federal muito mais uma ação política de valorização da sua região e de sensibilidade para com as suas demandas sociais, do que uma intromissão autoritária do governo federal em assuntos educacionais da sua alçada.

Para reforçar esse nosso argumento, observemos com atenção a charge abaixo sobre o conjunto das obras públicas realizadas na curta presidência de Nilo Peçanha e para as quais o autor chama a atenção do seu público leitor:

ULTIMO DESPACHO COLLECTIVO: NOVOS HORIZONTES

Figura – 26: Charge sobre as realizações do governo federal sob o comando de Nilo

Nilo: — Fica sabendo, Zé, que, sejam quaes forem as explorações que por ahi façam, não conseguem que en arrede pé do programma administrativo que me tracei!

Zé Povo: — Estou vendo isso e lhe declaro que cada vez mais V. Ex. tem a minha admiração... A. B. P. de Goyaz e as providencias sobre a secca do norte são duas medidas onças; mas as escolas profissionaes em todas as capitaes dos Estados cahiram-me particularmente no gotto, porque preparam cidadãos para a luta do trabalho e não bachareisinhos e bachareidos, para andarem depois por ahi a perturbar a ordem, na Camara, na imprensa e nas ruas!...

Fonte: Revista *O Malho*, Ano VIII, n° 376, 27/11/1909.

A caricatura tem o título sugestivo de "Último despacho coletivo: Novos horizontes", numa clara referência à administração federal de Nilo que estava chegando ao seu final. Nilo aparece afirmando ao "zé povo" que não abriria mão do seu programa de governo apesar das pressões políticas daquele momento. Na nuvem de fumaça do seu charuto que vai deixando atrás de si surgem ilustrações de várias das suas iniciativas de "melhoramentos do Brasil", entre as quais o incentivo a exploração dos recursos naturais do carvão e do ferro nacionais, a construção de estradas de ferro, as ações federais para aliviar os efeitos da seca do Nordeste e, em destaque, o desenho de um garoto liderando uma espécie de exército e empunhando uma bandeira onde se lê "Escolas Profissionais". "Zé povo" ao comentar sobre estas realizações do governo nilista, especialmente sobre as EAAs conclui: "mas as escolas profissionais em todas as capitais dos Estados caíram-me particularmente no gosto, porque preparam cidadãos para a luta do trabalho e não bachareizinhos e bachareizões, para andarem depois por aí a perturbar a ordem, na Câmara, na imprensa e nas ruas!...". Tal diálogo fictício torna-se significativo por mostrar que em parte considerável dos leitores republicanos da capital federal, principalmente o governo Peçanha além ter realizado inúmeros benefícios ao país teria sobretudo combatido a "desordem" político-social causada pelo excesso de bacharéis formados nas escolas tradicionais ao incentivar o ensino profissional pelo país. Para o autor a cultura bacharelesca seria um grande mal que perturbava a vida cotidiana no ambiente político (câmaras), na imprensa e no meio urbano, provavelmente uma referência às demandas deste grupo por cargos remunerados no meio privado e público em função de sua escolaridade e status aos olhos da sociedade da época.

Aparentemente a iniciativa de criar as EAAs em cada capital estadual na visão de muitos dos contemporâneos de Nilo, era muito mais um combate a uma cultura escolar elitista e dissociada das reais necessidades socioeconômicas do país do que um objetivo pragmático de atender um mercado de trabalho que se transformava com a expansão da indústria e dos serviços urbanos. Este "exército" de combatentes mirins oriundos das classes populares serviria para transformar toda uma mentalidade acostumada a depender do clientelismo político para se manter e perpetuar uma ordem social arcaica e uma economia atrasada frente aos imperativos do mundo moderno capitalista.

A maioria dos autores identifica uma concepção de educação com forte conteúdo ideológico conservador em Nilo Peçanha ao instalar as EAAs. Deste modo, isolam a criação das escolas profissionais federais de uma concepção de Estado republicano da

parte de Nilo e do seu grupo no qual haviam além das convicções agraristas e certo industrialismo daquele período histórico, também ideais maçônicos de moralização e acolhimento dos mais pobres por meio da instrução escolar e, no caso de Nilo, através da difusão do ensino profissional.

Em texto escrito anos depois da criação das redes de EAAs, Nilo Peçanha reafirma suas convições no papel de moderador social da educação profissional e técnica ao comentar sobre o funcionamento das instituições de ensino profissional da Europa, em especial da Suíça, onde a reabilitação da instrução profissional e tecnológica era um importante fator de equilíbrio social daquela sociedade europeia, além da razão da maturidade das suas instituições republicanas e da sua democracia. Portanto, para Nilo a difusão da instrução profissional era inclusive condição para o êxito da democracia republicana em nosso país, pois a difusão das escolas profissionais teria como efeito uma "influência na formação do caráter do povo e nos destinos do Brasil". 233

Também estava implícito neste sistema educativo de abrangência federal e desvinculando da educação tradicional, uma formação profissional com objetivo de criar uma espécie de reserva de mercado para as elites e classes médias a ela associadas. Assim aquelas elites acreditavam neutralizar a pressão dos novos grupos sociais que buscavam ascender socialmente no contexto dos valores daquela sociedade²³⁴, seja pela nomeação em emprego público via apadrinhamento político ou na difícil conquista de algum diploma que possibilitasse o título de "doutor" e com isso ter o direito ao exercício de alguma profissão liberal garantidora de *status* e certo poder aquisitivo.

Queremos retomar uma das afirmações do pesquisador do ensino profissional Celso Suckow da Fonseca a respeito do grau de influência que as transformações econômicas do início do século XX tiveram sobre a mudança de mentalidade das classes

²³² "A Suíça multiplica as suas escolas profissionais e, nelas alia a educação científica e a educação manual; o ponto de vista da sua organização é que a educação integral de amanhã possa substituir a educação especializada dos nossos dias". Nilo via na organização da educação suíça que reabilitava as artes mecânicas e o ensino profissional inclusive como um antídoto contra as doutrinas revolucionárias derivadas do marxismo. PEÇANHA, Nilo. *Impressões da Europa (Suissa, Itália e Hespanha)*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Garnier (p.40) - Acervo Biblioteca Wellington Paes (Campos-RJ).

²³³ Ibid., (p.43).

²³⁴ Lima Barreto resume magistralmente de forma satírica e extremamente crítica em várias de suas obras alguns dos costumes da sociedade e das práticas do sistema político republicano do seu tempo que era marcado pela corrupção, autoritarismo, clientelismo, elitismo e completa insensibilidade dos governos aos problemas econômicos e sociais que afligiam o povo. LIMA BARRETO, A. H. *As aventuras do Dr. Bogoloff.* (Proj. Livro Livro – Livro 76). São Paulo: Poeteiro Editor Digital. 2014. Disponível em: http://www.projetolivrolivre.com/Lima%20Barreto%20-

 $^{\%20} A venturas \%20 do \%20 Dr. \%20 Bogoloff \%20-\%20 Iba\%20 Mendes.pdf > Acesso\ em\ 04/05/2014.$

dirigentes para a necessidade de se adotar no país o ensino profissional de forma mais sistemática e urgente.

Para isso precisamos lembrar que o pacto oligárquico entre os poderes estaduais e a União estabelecido no governo Campos Salles (1898-1902), não significou necessariamente harmonia política no interior da oligarquia brasileira, mas revelou que havia conflitos estruturais que colocavam em campos opostos o governo federal e os interesses imediatistas do setor cafeeiro. Ou seja, a gestão econômica de Salles explicitou as diferenças de interesses entre o governo federal e o grupo cafeicultor por causa de medidas como a restrição do crédito, cortes nos gastos públicos, câmbio valorizado entre outras. Coincidentemente Nilo Peçanha, como dissemos antes, foi um ardoroso adepto da política econômica de Joaquim Murtinho, ministro da Fazenda de Campos Salles no que dizia respeito ao controle e equilíbrio das contas públicas, pois provavelmente acreditava que somente desta forma os novos interesses dos pequenos e médios produtores agrícolas e os dos industriais poderiam se contrapor à visão hegemônica sobre a economia e a atuação do Estado que os cafeicultores paulistas tentavam impor sobre o conjunto da nação.

Em artigo do jornal o Estado de São Paulo de 1909²³⁵, a administração federal de Nilo Peçanha foi criticada pelo prestigiado órgão da imprensa paulista e importante portavoz da sua classe dirigente. Apesar de ser um republicano histórico e da sua experiência exitosa como governador do Rio de Janeiro, a administração federal do Presidente era considerada tumultuada em função da divisão política entre os partidários do então candidato à presidência Hermes da Fonseca e os civilistas de Rui Barbosa, além das interferências políticas do presidente do senado Pinheiro Machado. Para o jornal Nilo estaria praticando uma neutralidade oportunista cujo resultado seria o seu insucesso político já que a sua "fingida neutralidade" perante as principais forças do Congresso estaria levando o seu governo a paralisia. Ou seja, para o PRP e a principal oligarquia do país Nilo Peçanha e suas ações como Presidente eram vistos com muita desconfiança e pouco ou nenhum apoio político.

Mas isso não impediu que tanto na capital paulista como nas outras capitais estaduais o Governo federal comandado por Nilo materializasse em pouco tempo o seu

Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19091002-11253-na-0001-999-1-not/busca/Nilo%20Pe%C3%A7anha Acesso em 15/06/2015.

projeto educacional-profissional de abrangência nacional. De fato, o conjunto das EAAs mais se tratava de um sistema precário de escolas, dotadas de alguns objetivos comuns e funcionando sob uma mesma legislação federal, além de estarem subordinadas a uma mesma autoridade administrativa e pedagógica, i. e., o Ministro da Agricultura e Comércio.

Vejamos no exemplo abaixo tirado de reportagem de dezembro de 1909, como geralmente foram implantadas nas capitais estaduais as EAAs logo nos primeiros dois anos de vigência do decreto federal n.7.566 que as criou. No episódio abaixo, trata-se da Escola de Aprendizes Artífices que foi instalada na capital São Luís do Estado do Maranhão e que começou a funcionar em janeiro de 1910:

"ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES: Devendo instalar-se esta Escola no edifício em que outrora funcionou a Casa de Educandos Artífices, em 1º de janeiro próximo, ficam desde já abertas as inscrições para matrícula de alunos, a qual se prolongará até 15 daquele mês.

Os requerimentos para a matrícula podem ser apresentados, enquanto não funciona a Escola, na casa do Diretor, à rua Grande, n. 149, e devem obedecer às seguintes exigências, constantes no Dec. n. 7566, de 23 de setembro de 1909, que criou a dita Escola. [são citados os artigos 5º ao 8º do decreto] Por enquanto funcionarão apenas quatro oficinas seguintes: - sapateiro, alfaiate, marceneiro e ferreiro. Maranhão, 17 de dezembro de 1909.

João Barreto Costa Rodrigues. Diretor da Escola de Aprendizes Artífices."²³⁶

Vamos encontrar quase os mesmos dizeres em outras publicações de outros estados da época, onde o próprio Diretor da escola anunciava em jornais de grande circulação ou penetração em sua respectiva capital na qual assumiria sua EAA. Destacamos em primeiro lugar a própria publicidade da instalação da EAA que poderia ser de maior impacto em se tratando de Estados onde o sistema educacional e a sua importância econômica eram menores no conjunto da federação republicana brasileira. Para estes centros estaduais menores a instalação de uma escola profissional mantida e dirigida pelo Governo da União tinha um significado especial, quem sabe a garantia do poder central em mantê-las funcionando ininterruptamente e independentemente da situação econômica e política do Estado onde estivesse situada. Lembremos que não era incomum em alguns Estados, em razão da falta de receitas ou disputas intraoligárquicas,

²³⁶ Correio da Tarde – MA, Ano I, n°15 de 18/12/1909.

haver atrasos no pagamento dos salários de profissionais da educação ou simplesmente o fechamento de escolas sem nenhum prévio aviso para a população carente que por ventura dependesse delas para alfabetizar os seus filhos. Outro elemento explicador do processo de instalação das EAAs no conjunto da federação brasileira foi a importância que tinha o trabalho político e administrativo do Diretor nomeado de comum acordo entre o Governo Federal e o poder oligárquico estadual no comando, pois este funcionário iria junto as autoridades federais e estaduais intermediar desde o recebimento das matrículas dos alunos — no exemplo acima as matrículas seriam recebidas e analisadas na própria residência particular do Diretor! — até a quantidade e tipos de oficinas que seriam as mais adequadas àquela população de aprendizes e ao seu meio urbano a serem instaladas na futura EAA da cidade.

Desde o trabalho pioneiro de Celso S. Fonseca aos pesquisadores mais recentes da história das EAAs, praticamente todos convergem sobre o difícil funcionamento inicial destas escolas profissionais como sendo algo precário em termos de instalações físicas, equipamentos e corpo docente geralmente inabilitado para o ensino de ofícios para os jovens oriundos majoritariamente das classes pobres. A reportagem-anúncio acima transcrita também nos indica essa precariedade em termos de instalação da instituição na capital maranhense da época, pois a escola foi instalada em prédio onde "outrora funcionou a Casa de Educandos Artífices", portanto, a EAA do Maranhão foi acomodada provavelmente num prédio antigo onde antes funcionava uma instituição de caráter corretivo e filantrópico em nada aparelhado para uma real instrução de alunos-cidadãos e direcionados para o mercado de trabalho do século XX como muitos republicanos idealizavam.

A conjuntura econômica na qual foram implementados o Ministério da Agricultura e a rede de escolas profissionais federais a ele subordinadas vivia um momento de recuperação dos investimentos na indústria e de crescimento lento, porém seguro, do PIB nacional. Segundo Winston Fritsch²³⁷ a decisão do Governo federal sob Afonso Pena em apoiar a política de valorização do café e com isso garantir certa estabilidade macroeconômica teve êxito, entretanto marcou a adoção do padrão ouro pelo Brasil a partir de 1906 vinculando a estabilidade monetária do país aos déficits e

²³⁷ FRITSCH, Winston "Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930". In: ABREU, Marcelo de P. (org.) *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 (p.38-39).

superávits da economia agroexportadora e aos investimentos de capitais europeus, os quais também determinavam o grau de dinamismo interno da economia brasileira.

No gráfico abaixo (Figura – 27), podemos visualizar melhor o salto ocorrido nos investimentos industriais quando comparados com a retração da década anterior, permitindo-nos deduzir que novas instalações industriais e um aumento da complexidade do nosso parque industrial e do seu mercado de trabalho estavam em pleno andamento, pressionando a mentalidade tradicional das classes dirigentes que ainda insistiam em conceber a educação profissional e a sua clientela como alvo principalmente de ações filantrópicas e/ou corretivas.

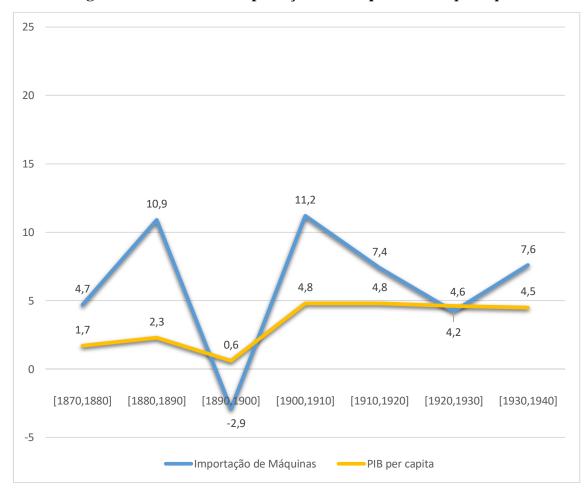


Figura – 27: Gráfico – Importações de Máquinas e PIB per capita

Fontes: PIB - Goldsmith (1986), que usa dados de Haddad (1980) após 1910; Investimento industrial: Suzigan (2000).

Notas: Importações de máquinas = valor das exportações de máquinas da Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha e França para o Brasil em libras esterlinas, regularizadas pela população brasileira. PIB e crescimento do PIB *per capita* em preços constantes de 1910. As médias foram calculadas em moeda local e valores nominais.

Observando estes números da nossa economia não é de se entranhar que tão logo a economia brasileira do início do XX começava a dar sinas de recuperação e expansão dos investimentos no setor produtivo, surgiram diversas iniciativas no sentido de organizar liceus de artes e ofícios tanto por entidades particulares como subsidiadas pelos Estados quando neles haviam homens públicos com vontade e apoio político além de recursos financeiros para levar adiante tais projetos de profissionalização de jovens das classes populares, mesmo que os motivos aventados fossem ainda baseados nas velhas concepções arcaicas a respeito do ensino de ofícios.

Apesar destas iniciativas – fossem os institutos particulares ou a recém-criada rede federal de Escolas de Aprendizes Artífices – ainda as matrículas no ensino profissional permaneciam reduzidas quando comparadas com a demanda pelo ensino primário e secundário tradicional, além do problema de evasão que persistia nas escolas profissionais e o baixo número de formandos.

Em regra, os melhores alunos eram encaminhados por suas famílias para o trabalho em atividades burocráticas, fosse no Estado brasileiro ou nas empresas privadas buscando posições de maior prestígio social. A escola brasileira permanecia refém de uma concepção elitista que havia se espalhado em todos os seus ramos e que não via como uma de suas funções principais formar trabalhadores qualificados para as mais diversas atividades produtivas, fazendo com que as escolas artesanais, agrícolas ou industriais do período não se firmassem como fontes de abastecimento de profissionais qualificados para os mais diferentes setores da produção nacional, fazendo o país ser tão dependente do exterior tanto da mão de obra qualificada como de capitais necessários ao seu desenvolvimento.

4.1 Os primeiros desafios administrativos, políticos e econômicos das EAAs (1909-1918)

Antes de nos aprofundarmos nos dados e informações relativos ao funcionamento das EAAs, vamos analisar alguns números e estimativas calculados a partir de antigos levantamentos estatísticos como os do quadro abaixo que tenta sintetizar a relação

matrículas e conclusões do chamado ensino industrial pelo país entre 1907 a 1938, apesar das várias lacunas (anos de 1913 a 1926 e 1930 a 1931):

■ Matrícula Geral ■ Conclusões de curso

Figura – 28: Ensino industrial: Relação Matrículas e Conclusões de Curso (1907 a 1938)*

Fonte: IBGE – Séries Estatísticas Retrospectivas - Vol.I - Separata do Anuário Estatístico do Brasil – Ano V-1939/1940 (Aspectos Culturais), Rio de Janeiro: IBGE. (adaptado para gráfico).

Nota: os números dos anos de **1913 a 1926** e **1930 a 1931** são resultados de **regressão linear** que considera os dados dos anos de 1907 a 1912 e 1927 a 1929. A correlação foi de 0.97 e o coeficiente de determinação de 0,9551.

Apesar das muitas imprecisões nos levantamentos estatísticos brasileiros da primeira metade do século XX, ainda assim os dados aqui comparados entre matrículas e as conclusões no chamado "ensino industrial" revelam que pode ter havido um relativo

²³⁸ Lembramos que o "ensino industrial" neste período histórico poderia englobar cursos não necessariamente voltados para a atividade industrial, porém mais relacionados ao artesanato ou mesmo as artes plásticas.

e constante aumento do número de matrículas dos cursos de ensino industrial, principalmente no período que vai do início da contagem (1907) até o ano seguinte da Revolução de 1930. O crescimento das matrículas cresce constantemente de quase 10.000 inscritos até atingir no começo da década de 1930 perto de 21.000 alunos matriculados. No gráfico, de 1932 até 1938, período com o pleno controle do governo federal pelo grupo político chefiado pelo Presidente Getúlio Vargas, aparentemente há um decréscimo no número de matrículas neste ramo de ensino possivelmente gerado por uma mudança nos critérios de classificação dos estabelecimentos ditos de ensino industrial e/ou uma nova orientação de política pública para o ensino profissional por parte do Governo naquele período. Não aparece neste gráfico, mas somente a partir de 1942 quando se decretam as Leis Orgânicas sobre o ensino profissional pelo Ministério da Educação e o da criação do SENAI que versa sobre a aprendizagem industrial, é que a taxa de matrícula no ensino industrial dá um importante salto quando comparada com o total da população brasileira.²³⁹

Sobre os números relativos às conclusões de curso, se no ano de 1907 o gráfico indica quase 10.000 alunos matriculados e poucos mais de 200 haviam concluído seus cursos em instituições consideradas na época de ensino industrial, no ensino primário geral do país no mesmo ano estavam matriculadas 638.378 estudantes e destes somente 22.399 concluíram o curso primário. Portanto, só no ano de 1907 o total de alunos matriculados no ensino industrial representava pouco mais de 1,5% dos alunos matriculados no ensino primário geral, e o total de formados no ensino industrial não chegava a 1% do número de formados no ensino primário. Em ambos os ramos da educação da época o número de alunos que completavam os seus respectivos cursos era dramaticamente pequeno quando comparados com o total de matrículas, indicando sérios problemas para cumprir sua principal função que seria formar com certa qualidade o maior número possível de ingressantes daqueles ramos educacionais.

Acreditamos que essas altas taxas de evasão do ensino profissional em particular, eram o alarmante resultado de uma perspectiva corretiva e preventiva da elite para os problemas sociais no meio urbano que se avolumavam no período e que também afetavam a população pobre que viesse a se matricular neste ramo de ensino. O que estava em pauta para a maioria das classes dirigentes do nosso início republicano não era, apesar da

²³⁹ KANG, Thomas H. *Instituições, voz política e atraso educacional no Brasil (1930-1964).* São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado) – FEA-USP (p.54).

retórica da maioria e da convicção de alguns poucos dirigentes, uma preocupação com as novas demandas de um mercado de trabalho urbano que se expandia e cuja divisão do trabalho se tornava cada vez mais complexa em função do crescimento industrial e do setor terciário. Era a velha crença elitista de que a educação por si só seria o motor da transformação das classes pobres em cidadãos prontos para a modernidade e ciente dos seus deveres para com a ordem republicana mantida e liderada por elas.

O planejamento educacional, o que hoje em dia definimos como um "projeto político-pedagógico" que nortearia todo o trabalho educacional (pedagógico, didático e administrativo) até mesmo antes da futura instalação física das EAAs nas 19 capitais estaduais do Brasil de 1909, não existia e o que mais próximo disso havia seriam os "Regulamentos" internos da instituição, geralmente definidos pelo próprio Ministério da Agricultura na forma de decretos-lei e portarias. Além disso, havia o conservadorismo dos diretores, docentes e administrativos oriundos de outros segmentos da educação existente no país, os quais continuariam os velhos hábitos e práticas que vivenciaram na educação tradicional ou nas suas vidas escolares, mesmo tendo resultados ineficazes ainda que a partir das EAAs fizessem parte de uma proposta de ensino profissional que estava sendo implantado pela União a partir daquele momento.

Assim que o decreto n. 7566 de setembro de 1909 começou a valer para a instalação das EAAs em cada capital estadual, o Governo federal destinou créditos para a instalação física das escolas (prédios, equipamentos das oficinas, etc.) e a contratação do pessoal (um diretor, um escriturário, mestres para as oficinas existentes e um porteirocontínuo). Geralmente esses créditos destinados às EAAs eram depositados em órgãos federais instalados nos respectivos estados, mantendo de certa forma a administração das escolas centralizadas e limitando a autonomia dos diretores nomeados de comum acordo entre o Governo federal e o comando político dos Estados.

Além do decreto inicial de instalação das EAAs, outros decretos²⁴⁰ e portarias vieram na sequência para estabelecer ajustes e facilitar o pronto funcionamento das escolas profissionais, pois parece que havia uma grande expectativa do governo federal

2

depois foi alterado.

²⁴⁰ A título de exemplo o decreto n. 7649, de 11/11/1909, que estabelecia aulas do curso primário e desenho no noturno as quais seriam dadas por normalistas e professores especializados; o decreto n. 7763, de 23/12/1909, que permitia as já existentes escolas profissionais existentes nos Estados (ex.: o Instituto Técnico Federal de Porto Alegre-RS) pudessem receber subvenções igual à cota destinada à instalação e custeio de cada EAA. Também estabelecia um regulamento inicial para toda a rede de escolas, que logo

pela procura do curso primário e profissional das EAAs por parte da população mais pobre. Sobre essa expectativa governamental com relação ao trabalho e desempenho das EAAs inseridas em cada capital, torna-se esclarecedora a fala do Ministro da Agricultura Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, primeiro responsável direto pela recém instalada rede de EAAs junto ao presidente Nilo Peçanha, quando apresenta os resultados iniciais desta instituição de ensino federal em seu relatório ministerial:

"Considerando que um dos principais deveres do Governo da República é interessar-se pela sorte dos menores, principalmente dos desprovidos de meio de vencer a luta pela existência, cabendo-lhe, portanto, amparálos contra qualquer espécie de exploração que sobre eles se possa exercer, [...] criando nas capitais dos Estados escolas de aprendizes artífices, para o **ensino profissional e primário gratuito**.

Procurou-se por essa fórmula, não só **impedir a tendência do menor** à ociosidade, despertando-lhe o amor pelo trabalho, mas também convertê-lo em criatura útil a sociedade, pelo aprendizado profissional, completado pelo ensino teórico escolar." (grifo nosso). ²⁴¹

Na fala do Ministro ainda encontramos elementos que fazem referência a uma visão corretiva e conservadora da educação profissional cuja função maior estaria em "despertar" nos menores pobres uma idealizada disposição para o trabalho — não importando suas reais condições de integração com o mercado de trabalho — e "convertêlos" à uma cidadania considerada útil na visão das classes dirigentes da época.

Achamos na maioria das interpretações históricas a respeito da criação das EAAs certo realce nos elementos conservadores da motivação que teriam guiado a instalação das EAAs pelo país, mas não podemos deixar isso obscurecer o fato de que se tratava de uma iniciativa de ensino público profissional e primário gratuito²⁴² sendo dirigido às classes populares, algo que soava estranho num ambiente político e social onde geralmente a educação e as ações estatais estavam mais presentes para reforçar privilégios

²⁴¹ Relatório do MAIC 1909/1910 - *Ministerial Reports* (1821-1960). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

²⁴² Sobre a realidade desta função educadora e socializadora das EAAs para as camadas mais pobres da sociedade brasileira da primeira metade do século XX, em telegrama de 10/11/1931 endereçado ao então ministro Oswaldo Aranha, o interventor no Ceará, Roberto Carneiro de Mendonça, pede ao ministro que reconsiderasse o ato do governo revolucionário que extinguia a Escola de Aprendizes Artífices em Fortaleza, pois caso isso se concretizasse muitas famílias pobres daquela cidade não teriam mais onde educar seus filhos. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/OAcp1931.11.10/1 Acesso em 07/06/2014.

sociais e econômicos do que para incentivar igualdade de oportunidades de ascensão social para o conjunto da população nacional.

Sobre a necessidade de ajustamentos posteriores e expansão do conjunto das EAAs, o Ministro continuava em seu relatório:

"Não se pode considerar definitiva a organização atual dessas escolas, porquanto a execução do regulamento que as criou tem demonstrado a necessidade de ser adotado um novo plano capaz de atender melhor aos requisitos especiais de cada Estado da República, não só no que diz respeito ao desenvolvimento industrial de alguns, mas também no que se refere as condições climatéricas (sic.) de outros, de modo a poderem ser adaptados a tais circunstâncias o devido regime e disciplina escolar.

[...] deverão ser dotadas as escolas de aprendizes artífices de um novo regulamento, que abrangendo o mais possível os casos particulares a cada Estado, torne-se mais facilmente exequível e por conseguinte eficaz."²⁴³

Pelo registro do Ministro, o Governo republicano admitia que aquele grupo de escolas profissionais deveria ajustar-se à realidade social e econômica de cada Estado onde houvesse uma escola de aprendizes. As características em comum entre as escolas previstas no decreto de sua criação – ensino primário e profissionalizante custeado pela União; previsão de oficinas de trabalho manual e mecânico de acordo com o número de alunos e condições dos prédios; regime de externato (geralmente das 10h às 16h); número de vagas de acordo com a capacidade do imóvel da escola; matriculas de alunos na faixa etária de 10 a 13 anos, com declaração comprovando pobreza da família, ausência de doenças infectocontagiosas e/ou defeito físico que impossibilitasse o aprendizado de ofício; curso noturno primário e de desenho técnico; exposição anual dos artefatos produzidos pelos alunos com premiações – continuariam as mesmas enquanto vigorasse o referido decreto e, mais tarde, o regulamento das escolas fosse oficializado.

No Governo seguinte ao de Nilo Peçanha, o Presidente Hermes da Fonseca, talvez influenciado pelas iniciativas anteriores da criação da rede de educação profissional, ao se referir sobre a questão da educação pública em Manifesto ao Congresso Nacional, sua ênfase recai sobre o ensino secundário e superior – algo comum entre a maioria dos

²⁴³ Relatório do MAIC 1909/1910 - Ministerial Reports (1821-1960). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

presidentes da Primeira República – porém, o Presidente ao se referir ao nível secundário afirma que iria "dar autonomia [...] libertando-o da condição subalterna de mero preparatório de ensino superior; organizá-lo de maneira a fazê-lo eminentemente prático, a fim de formar homens capazes para todas as exigências da vida social, ao mesmo tempo que aptos, caso queiram, para seguir os cursos especiais e superiores."²⁴⁴ Sobre os ramos propriamente do ensino técnico profissional, artístico, industrial e agrícola, Hermes da Fonseca destaca a necessidade destes cursos também proporcionarem uma "instrução de ordem ou cultura secundária, capaz de formar o espírito e o coração daqueles que amanhã serão homens e cidadãos."²⁴⁵ Ou seja, este membro da elite republicana não havia ainda se convencido da necessidade de uma maior praticidade e ênfase técnica mesmo no ramo da educação profissional pois via com receio o não oferecimento de disciplinas teóricas que formassem o "coração" dos futuros cidadãos e técnicos ou especialistas.

Em 1911, em regulamento aprovado pelo decreto n.9070, de 25/10/1911²⁴⁶, o Governo Federal tentava criar certa padronização das EAAs ampliando alguns pontos do decreto inicial de 1909. Abria a possibilidade de criar-se mais oficinas, além das cinco permitidas no primeiro decreto (n.7566), desde houvesse condições para alojá-las no prédio da escola e pelo menos 20 candidatos para a aprendizagem do novo ofício. Além disso os cursos de desenho seriam obrigatórios e o tempo de aprendizado nas oficinas de quatro anos. O otimismo do Ministro da Agricultura em relação à procura pelos cursos profissionalizantes era tamanho que, em seu relatório de 1910/1911 previa a possibilidade de "Quando for conveniente, serão contratados no país ou no exterior profissionais de reconhecida competência para dirigir as oficinas." Alunos-aprendizes dos 3°s e 4°s anos receberiam respectivamente diárias de 600 e 800 réis, a fim de impedir sua evasão para buscarem ocupações no mercado de trabalho antes de concluírem o curso, assim como previa a organização de associações cooperativas e de mutualidade dos aprendizes onde os alunos dos 1° e 2° anos receberiam diárias de 100 e 200 réis totalmente destinadas às suas caixas de mutualidade. ²⁴⁸ Também poderiam constituir estes fundos de associação:

²⁴⁴ Ministério da Educação. *A Educação nas mensagens presidenciais (1890-1986).* 1° vol. Brasília: INEP, 1987. (p.47)

²⁴⁵ Ibid, (p.49).

²⁴⁶ Também conhecido como Regulamento das EAAs "Pedro de Toledo".

²⁴⁷ Relatório do MAIC 1910/1911 - *Ministerial Reports (1821-1960*). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

²⁴⁸ Formas antigas de contribuição coletiva para benefício de cada um dos membros que participassem de alguma associação organizada, por exemplo, segundo critérios socioprofissionais e baseada em princípios de socorro recíproco entre os seus filiados (neste caso entre os aprendizes artífices das escolas federais).

contribuições dos alunos dos 3º e 4º anos a serem fixados pela diretoria da associação; porcentagem de 5% sobre a renda líquida das oficinas; eventuais multas aplicadas em alunos; aplicações na Caixa Econômica e seus dividendos; doações de particulares ou auxílios governamentais. Em suma, tentava-se conter a tendência de evasão escolar que desde os primórdios afetava profundamente os resultados das EAAs em todo o país. Outro item importante no decreto era o que permitia a contratação de professores para o ensino primário e desenho, desonerando o Diretor dessa obrigação.

Este regulamento embrionário das EAAs, especialmente no que dizia respeito a produção das oficinas para gerar rendas em benefício dos alunos, diárias pagas pelo Governo e obtenção de ferramentas para o início profissional do recém-formado. Mas em 1915, já com a Grande Guerra em andamento, todas essas vantagens seriam retiradas.

Celso Suckow nos informa que apesar de já em 1910 praticamente quase todas as 19 escolas já estarem instaladas, a maioria se localizava em prédios inadequados ou em condições precárias para o seu pleno funcionamento. Apesar da previsão de créditos da União para a construção ou reformas de prédios próprios para o estabelecimento das EAAs, tal planejamento dependia da contrapartida dos Estados em doar o terreno para a construção dos prédios escolares ou doação de imóvel já existente capaz de suportar reformas para a adequação e funcionamento da EAA.

Além dos problemas como a falta de formação e especialização em educação profissional de diretores, professores e mestres voltada para aquele público específico de alunos oriundos das classes pobres, parece que a inadequação dos imóveis e instalações (prédios e oficinas) das EAAs se mostrou um dos problemas mais persistentes e um grande entrave para a evolução dos cursos e desenvolvimento daquela instituição escolar ao longo da Primeira República. Usando como exemplo o caso da EAA de São Paulo, verificamos que na primeira década de existência desta escola profissional federal, ela não funcionava em prédio próprio ou adaptado para a sua atividade fim. Como exemplo dessa situação, ainda em 1912 o governador paulista solicitava em mensagem enviada ao Congresso paulista (Assembléia Legislativa) recursos financeiros para a construção de um prédio próprio para a Escola de Aprendizes da capital paulista.²⁴⁹

²⁴⁹ Rodrigues Alves, presidente do Estado de São Paulo, mandou nesta ocasião uma mensagem ao Congresso Paulista (Assembleia) expondo os motivos para o pedido de verbas para a construção do prédio para a EAA na capital paulista, cuja parte do seu governo seriam 250 contos de réis de um total orçado de

Também estão registrados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, entre os anos de 1910 até 1919²⁵⁰, os decretos do poder executivo estadual nos quais a cada ano eram autorizados os créditos necessários para o pagamento dos aluguéis do prédio onde funcionava a escola profissional.²⁵¹ Segundo informações do contidas em folheto de comemoração de setenta e seis anos da Escola Técnica Federal de São Paulo²⁵² e na pesquisa da professora Márcia D'Ângelo²⁵³, a escola de aprendizes artífices de São Paulo foi instalada inicialmente em prédio provisório na Avenida Tiradentes, no centro da cidade, e logo depois transferida para o bairro de Santa Cecília, à rua General Júlio de Marcondes Salgado, onde a escola teria ficado por várias décadas. Entretanto, através de informações contidas em projeto de lei n.28 de 07 de abril de 1920, da antiga Câmara de Deputados do Estado de São Paulo (Assembleia Legislativa)²⁵⁴, assim como em notícia veiculada em jornal de grande circulação da capital paulista (OESP), verificamos que um outro endereço da antiga escola de aprendizes foi na Av. São João, nº 404, onde funcionou a partir do início da década de 1920 oferecendo cursos diurnos e noturnos, além de alguns benefícios para os alunos não desistirem da EAA paulista conforme notícia transcrita abaixo:

-

⁵⁰⁰ contos, além da doação do terreno. Disponível em http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!19121114-12386-nac-0005-999-5-not/busca/aprendizes%20art%C3%ADfices Acesso em 07/06/2015.

²⁵⁰ Nestes decretos o Executivo Estadual abriu créditos para o pagamento de aluguéis do prédio onde funcionava a Escola de Aprendizes e Artífices na capital paulista, pagando em média segundo calculamos nos valores constantes nestes decretos uma quantia de 12, 5 contos de réis por ano (com as exceções dos anos de 1912 e 1917 os quais não localizamos). DO/SP (Diário Oficial do Estado de São Paulo): *Atos do Poder Executivo*: Decreto n. 1845 de 17/03/1910; Decreto n. 2028 de 31/03/1911; Decreto n. 2355 de 28/02/1913; Decreto n. 2467 de 18/02/1914; Decreto n. 2547 de 27/01/1915; Decreto n. 2641 de 24/02/1916; Decreto n. 2903 de 29/01/1918; Decreto n. 3021 de 05/02/1919.

²⁵¹ Informações desencontradas em alguns trabalhos e publicações da própria instituição sobre onde teriam sido os antigos endereços da EAA de SP, assim como extravio ou destruição de livros de matrículas das primeiras décadas de funcionamento desta instituição escolar, nos fizeram rever algumas fontes indiretas como o acervo OESP e o decreto do Legislativo paulista para melhor definirmos a localização do prédio onde teria funcionada a escola de artífices em São Paulo.

²⁵²Escola Técnica Federal de São Paulo. *Homem & Técnica: A experiência da Escola Técnica Federal de São Paulo. Exposição Histórico-Retrospectiva 1910-1986*. São Paulo. Dezembro de 1986.

²⁵³ D'Ângelo, Marcia. Caminhos para o advento da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1910-1930): Um projeto das elites para uma sociedade assalariada. São Paulo, 2000, Dissertação (Mestrado) – FFLCH-USP (p.187).

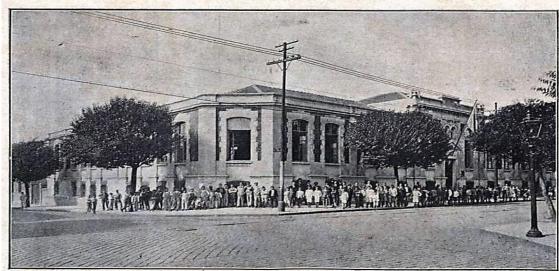
²⁵⁴S. Paulo, 07 de abril de 1920. "Senhor Presidente: Há alguns anos, o governo federal fundou, nesta capital, uma Escola de Aprendizes Artífices, com a obrigação para o governo deste Estado de responder pelo aluguel do prédio em que se instalasse a mesma Escola. Essa responsabilidade tem importado mais ou menos numa despesa anual de 12:000\$000 e, apesar de todos os esforços empregados não se conseguiu obter um prédio com as acomodações indispensáveis a um estabelecimento da espécie. / Por esse motivo, dispondo o Estado de **um terreno situado à avenida S. João, entre a rua Appa e a alameda Nothmann**, com a área de 4.209 metros quadrados, sem aplicação prática no momento, resolveu esta Secretaria oferecêlo ao governo da União, para a construção de um edifício destinado à Escola em questão, com todas as comodidades necessárias [...]" (grifo nosso) Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. Projeto N.28 de 1920. Exposição dos Motivos.

"Escola de Aprendizes Artífices: À avenida S.João, 404, acha-se aberta diariamente, das 11 às 14 horas, a matricula, absolutamente gratuita, a Escola de Aprendizes Artífices.

Os cursos diurnos são de artes e ofícios, instrução primária e desenho profissional e durarão 4 anos, sendo facultada ao aluno a escolha do ofício que mais lhe convenha, visto como a Escola mantém diversas oficinas, de acordo com as necessidades do desenvolvimento industrial do país." ²⁵⁵ (grifo nosso).

Figura – 29: EAA de São Paulo na Av. São João esquina com Rua Appa (1923)

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fachada externa do edificio na face da Avenida São João, esquina da rua Appa.



Fachada das officinas — No primeiro plano do grupo de funccionarios e alumnos, destaca-se o director ao lado do mestre de mecanica.

Fonte: Revista *O Malho*, Ano XXII, nº 1061, 13/01/1923.

 255 OESP Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19270607-17629-nac-0005-999-5-not/busca/Aprendizes%20Art%C3%ADfices > acessado em 07/06/2015.

Constatamos no exemplo de uma das mais importantes EAAs do país, aquela localizada na capital paulista, que o problema da acomodação das escolas profissionais em prédios próprios e adequados aos seus fins, isto é, espaço, instalações e oficinas necessários para o pleno funcionamento dos cursos profissionalizante, arrastou-se por anos chegando em muitos casos a décadas. A precariedade dos imóveis em muitos dos Estados para onde foram as EAAs foi um grande problema que acompanhou estas escolas ao longo da sua existência, sendo parcialmente lidado pelo Governo federal somente no início da década de 1920 no chamado período da "Remodelação" das EAAs que veremos logo adiante.

Mas estas dificuldades da ação governamental no sentido de valorizar e organizar o ramo profissional da educação brasileira não podem ser entendidas apenas como uma questão dos desacertos políticos – em níveis municipal, estadual e federal – ou problemas administrativos como a ausência de quadros humanos especializados para uma gestão mais racional das escolas ou um efeito negativo da ingerência política típica daquele momento histórico, isto é, o clientelismo que obrigava muitas vezes apadrinhados sem mínimo conhecimento técnico serem contratados para cargos-chaves da instituição. Entendemos que as EAAs não foram meras executoras daquilo que foi pretendido pelos seus idealizadores pois, autoridades estaduais, diretores, docentes e funcionários inseridos no ambiente geográfico e social onde estavam suas escolas, vão se apropriar das políticas públicas pretendidas pelo primeiro escalão do MAIC e transformá-las em uma gestão escolar e pedagógicas específica, fosse ela boa para os objetivos iniciais da instituição ou não, ou seja, de acordo com aquilo que entendiam como o funcionamento "normal" de uma escola profissional e sua idealização da clientela estudantil que atendiam.

Vimos que Nilo Peçanha e seus apoiadores pareciam acreditar que o próprio ato de inserção de uma instituição educacional nova e portadora de uma suposta ética do trabalho e de iniciativa empreendedora para os seus futuros formandos, por si só, poderia fomentar um mercado de trabalho e até mesmo renda, mesmo que nas regiões onde estivessem instaladas não houvesse uma identidade ou complementaridade com os arranjos produtivos locais. Entretanto o que estava em jogo, mesmo que os idealizadores das EAAs não percebessem conscientemente, eram certas permanências de relações escravistas arcaicas e/ou autoritárias no ambiente do trabalho livre e assalariado que ainda existiam no país em pleno início do século XX. Parece que uma pequena parcela da elite republicana tentava através das EAAs superar o padrão autoritário e conflitivo que

predominava nas relações entre patrões e empregados. Nesse ambiente a resposta das classes populares geralmente vinha na forma de indolência, amadorismo e baixa produtividade, quando não explodia em revoltas mais violentas frente aos maus tratos ou aquilo que entediam como injustiças praticadas por "patrões desalmados", tornando o mundo do trabalho no país algo mais atrasado e incapaz de gerar um ambiente propício para a inovação técnica e a superação do subdesenvolvimento econômico e social.

Também na ação governamental, mesmo ao apontar os problemas na execução do projeto que gestou as EAAs e assinalar possíveis caminhos através de decretos e portarias federais, o Executivo federal da Primeira República era incapaz em estabelecer elementos de convergência das EAAs com os outros ramos da Educação nacional e com o próprio setor produtivo para o qual, pelo menos retoricamente, seus formandos seriam destinados.

Em relatórios do Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, nos anos de 1912 e 1913, o dirigente político atribui um relativo avanço e melhoria das EAAs em razão da aprovação do decreto n.9070 de 25/10/1911. Apesar dos "bons resultados" obtidos com a nova organização interna das escolas, o Ministro aponta para a questão da falta de investimentos na construção de prédios e instalações e a falta de parceria e sensibilidade da maioria dos governos estaduais para que as EAAs obtivessem os resultados almejados pelo Governo federal.

"Mais animadores, porém, seriam tais resultados se não estivessem instaladas em prédios que não preencham as condições necessárias ao fim a que foram destinadas.

Com raras exceções, esses prédios, postos a disposição da União pelos governos locais, de acordo com o decreto n.7763, de 23 de dezembro de 1909, nem sequer se prestam a obras de adaptação, ainda mais que alguns deles são de propriedade particular e alugados às vezes, sem contrato, o que, por si só, basta para impedir que semelhantes obras sejam levadas a efeito. [...]

Seria, pois, de toda conveniência que o Congresso habilitasse o Governo com os recursos necessários para a construção de edifícios apropriados ao funcionamento regular de tão úteis estabelecimentos. Jugo que não seria difícil conseguir que os Estados, diretamente interessados na resolução deste importante assunto, concorressem com

a metade das despesas, a exemplo do que já se combinou²⁵⁶ com o Estado de S.Paulo."²⁵⁷

O Governo federal, aqui representado pelo seu Ministro responsável pelas EAAs, localizava na questão dos imóveis inapropriados e na falta de investimentos e parceria dos governos estaduais com União, um dos principais causadores dos escassos resultados educacionais das escolas profissionais federais pelo país. Assim as autoridades federais negavam de certa forma, qualquer existência de uma dinâmica própria e interna das instituições escolares profissionais que possuíam seus próprios conflitos internos, consensos e negociações, além de não perceberem que em nível macrossocial o sistema das EAAs enquanto instituição escolar teria além dos objetivos, práticas pedagógicas e estruturas definidas a partir daquilo que seus criadores pensaram, mas mesmo tudo isso é parte de um processo onde as EAAs foram também definidas por expectativas e reações de setores sociais que dispõe de poder e hegemonia os quais muitas vezes, e contraditoriamente, negam os próprios objetivos e valores que retoricamente proclamam para toda a sociedade.

Mas a questão dos imóveis onde se localizavam a maioria das dependências das EAAs nos Estados foi um recorrente problema apontado em quase todos os relatórios dos Ministros e Diretores das escolas profissionais ao longo da sua existência. Este problema persistia tanto devido aos escassos recursos destinados as EAAs, como também a incompreensão e descaso da maioria dos governos oligárquicos estaduais que, apesar do superficial apoio formal à instalação das EAAs em suas capitais, pareciam não estar convictos da necessidade de pelo menos oferecer prédios minimamente operacionais para ali funcionar o ensino profissional, ou seja, completar o investimento da União materializado nas EAAs.

.

²⁵⁶ Em reportagens do OESP, nos meses de outubro e novembro de 1911 o então presidente do Estado de São Paulo, Rodrigues Alves, solicitava junto ao Congresso Legislativo de SP (Assembleia Legislativa) a autorização de um crédito especial de 250 contos de réis para somar-se a outra parte de igual valor da União para a construção de um edifício próprio para a EAA de São Paulo. OESP (1912) Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19121031-12372-nac-0002-992-2-

not/busca/Aprendizes%20Art%C3%ADfices> *e* < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19121114-12386-nac-0005-999-5-not/busca/Aprendizes%20Art%C3%ADfices> acessados em 07/06/2015.

²⁵⁷Relatório MAIC 1912/13 - *Ministerial Reports* (1821-1960). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

"São ainda muito poucas as escolas de aprendizes artífices que se acham convenientemente instaladas, porque em geral não são apropriados a tal fim os edifícios cedidos pelos Estados. Alguns desses edifícios estão sendo adaptados pela União, mas outros não poderão sê-lo por pertencerem a particulares e alugados, às vezes, sem contrato." 258

Outro problema apontado por quase todos os titulares do MAIC quando se referiam às EAAs, era a carência de quadros técnicos para lecionar nas oficinas – quando funcionavam – das respectivas escolas profissionais.

"Não tem sido fácil colocar na direção das oficinas pessoal idôneo, pela razão mesma de que, entre nós, bem pouco se havia feito em matéria de ensino técnico industrial.

Para sanar tal inconveniente, o art. 19 do regulamento estabeleceu que o Governo poderá contratar, no país ou no estrangeiro, mestres de reconhecida competência para dirigir as oficinas, medida esta que ainda não pôde ser posta em prática, em virtude da deficiência da verba 'Pessoal contratado', por onde teria de ocorrer a respectiva despesa."²⁵⁹

A carência de professores para as oficinas é justificada pela inexistência anterior de uma tradição artesanal e manufatureira no Brasil que remontava aos tempos da escravidão, quando a maioria dos trabalhos manuais era realizado fosse por mão de obra escrava treinada para determinadas funções ou por membros das classes populares que não tinham outra opção de trabalho para a sua sobrevivência nas cidades. A afirmação de busca e contratação de técnicos do exterior a fim de ensinar as novas gerações de trabalhadores locais sobre os ofícios manufatureiros e outras especialidades, não era novidade nos discursos das autoridades. Porém, conforme a imigração cresce e engrossa a população urbana ocupando os quadros funcionais da indústria em expansão, esta carrega consigo as novas formas de resistência e luta política além de concepções ideológicas que contestarão a exploração e o domínio político-econômico das classes dirigentes nacionais. Por isso já em meados da década de 1910 e na década seguinte, a demanda por docentes que fossem capazes de ensinar os ofícios industriais se transforma em esforços para preparar a mão de obra nacional, e não os estrangeiros com suas ideias

apps.cr1.edu/brazil/ministerial> Acesso em 02/05/ 2015. ²⁵⁹ Relatório MAIC 1912/13 - *Ministerial Reports (1821-1960)*. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial> Acesso em 02/05/ 2015.

²⁵⁸ Relatório MAIC 1913 - *Ministerial Reports (1821-1960)*. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

"exóticas e subversivas" para assumir a tarefa de ensinar e treinar os futuros trabalhadores da indústria.

A imperativo de preparação de um corpo docente especializado e voltado para as escolas profissionais de todos os níveis que aos poucos surgiam no país, principalmente nas áreas urbanas de maior concentração industrial a partir do final da década de 1910 vai resultar como veremos mais adiante, na criação da Escola Normal de Artes e Ofícios ²⁶⁰ em 1917 no Distrito Federal e, poucos meses depois transformada na Escola de Artes e Ofícios Venceslau Brás²⁶¹, para a preparação de docentes, mestres e contramestres destinados a suprir as necessidades dos institutos e escolas profissionais, além de professores de trabalhos manuais das escolas primárias, principalmente localizadas no DF. Em 1919²⁶², a Escola de Artes e Ofícios Venceslau Brás passa para a órbita da administração federal com o objetivo de atender a demanda por mestres e contramestres além de outros docentes para as EAAs e outras escolas profissionais que assim o quisessem.

Mas conforme os problemas materiais e os baixos resultados das EAAs se avolumavam, as novas demandas sociais por educação se transformavam nos centros urbanos, independentemente das equivocadas políticas públicas sobre educação popular levadas a efeito fosse por autoridades regionais ou da União. O caráter correcional e critérios para admissão de matrículas dissociados das transformações socioeconômicas pelas quais o país passava, tornava as EAAs uma instituição arcaica apesar de sua pouca idade e não voltada para a profissionalização e destinação dos seus alunos para o mercado de trabalho que a indústria moderna exigia, apesar da pequena propaganda que o Governo federal fazia da instituição.

Um bom exemplo desta realidade nas EAAs, foi o que encontramos ao analisar um raro exemplar de uma publicação de 1911 da Escola de Aprendizes e Artífices localizada na capital paulista, ou seja, um ano após o início das atividades da escola (vide anexo 11). Logo na matéria de capa do "Jornal do Aprendiz: Publicação Oficial da Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo", é narrado o testemunho do Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, após sua visita à escola da capital paulista: "Levo da visita que fiz a esta escola a mais agradável impressão. A seu digno diretor louvo e felicito pelo

²⁶⁰ Decreto n.1790, de 08/01/1917.

²⁶¹ Revogado o decreto n.1790 que é substituído pelo n.1800 de 11/08/1917.

²⁶² Decreto n. 2133, de 06/09/1919.

êxito da sua administração e faço os mais sinceros votos pela prosperidade deste útil estabelecimento destinado a prestar a São Paulo relevantíssimos serviços". ²⁶³

Na matéria de capa do referido documento, está registrada a visita ministerial que ocorrera na manhã de 01/08/1911 (entre 10h e 11h), além de informações sobre a escola e o seu funcionamento. Outras autoridades republicanas são mencionadas como o Diretor da própria EAA, sr. J.E. Silveira da Mota, o chefe da casa civil e militar da presidência da República, Gal. Percílio da Fonseca, Dr. Raphael Sampaio, membro da Comissão Executiva do Partido Republicano Conservador, e o Cel. José Piedade, comandante da Guarda Nacional em SP. A comitiva visitou as oficinas e demais dependências da Escola – marcenaria com 4 salas e 15 bancas de trabalho e suas respectivas ferramentas manuais e máquinas de serrar de motor elétrico; oficina de torneio em madeira, com 3 tornos acionados por motor e coleção de ferramentas; seção de mecânica com máquinas de furar, tornos mecânicos, plaina para ferro, ferramenta de polimento, etc.; Salas de desenho com 40 lugares e vários modelos, exposição de quadros; Sala de instrução primária, com sala de música e um piano; Secretaria, etc.

Observa-se que, não só a EAA de São Paulo como também nas outras escolas da rede, as visitas de autoridades federais do primeiro escalão responsáveis diretas por aquela rede federal de ensino eram raras e, quando aconteciam, se tornavam um grande acontecimento político na localidade além de possivelmente estreitar as relações Governo central e o estadual na capital onde isso ocorria.

Apesar da aparente pompa e descrição do grande acontecimento que foi a visita do chefe hierarquicamente mais elevado do sistema de EAAs, o Ministro da Agricultura, na mesma publicação há em outra parte do jornal uma curiosa carta de um pai destinada ao diretor dessa escola, justificando o porquê da retirada do seu filho daquela instituição de ensino. Henrique Perrin, pai do aluno Gastão Perrin, questiona a extinção da oficina de trabalhos em eletricidade da EAA paulista, que segundo o responsável era o interesse maior do seu filho ao se matricular na escola. Podemos entender que a não instalação ou instalação precária deste tipo de oficina, ou ainda, ausência de um professor com conhecimentos técnicos para ministrar aquele curso teria frustrado esse pai e o aluno.—Portanto, este testemunho nos revela a precariedade do ensino daquela que era a mais

-

²⁶³ Arquivo Público do Estado de São Paulo – Coleção IHGSP – Caixa 06: *Jornal do Aprendiz: Publicação Official da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo*. Ano I, Nº IV, São Paulo, 31/07/1911.

importante, senão uma das mais importantes EAA, pois se localizava no centro industrial mais dinâmico da federação, mas que ainda não possuía uma oficina destinada a trabalhos com equipamentos elétricos.

O logotipo do "Jornal do Aprendiz" destaca uma frase que foi atribuída a Nilo Peçanha a respeito da necessidade do ensino profissional no país além de algumas imagens icônicas as quais fazem referência à educação profissional, que era a atribuição central daquela instituição de ensino:

Figura – 30: Cabeçalho do "Jornal do Aprendiz" da EAA de São Paulo (1911)

PROPERTO DE SCOLA DE LA DELLA DE LA DELLA DE LA DELLA DEL

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – Coleção IHGSP – Caixa 06: Jornal do Aprendiz: Publicação Official da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo. Ano I, Nº IV,

São Paulo, 31/07/1911.

Nas ilustrações que compõe o cabeçalho da publicação da EAA de São Paulo, de certa forma os responsáveis pelo jornal buscavam propagandear um ramo do ensino que tradicionalmente era desprezado pela parcela letrada da população e estava sendo ofertado pelo governo federal para a parcela de crianças e pré-adolescentes das classes populares daquela capital. Podemos notar do lado esquerdo, a figura de um menino estudando sentado num banco e mesa/prancheta escolar com apetrechos típicos das escolas básicas comuns – um livro ou caderno e um globo escolar – e, ao seu lado, ferramentas comuns de oficina – serrote, caixa de ferramentas, martelo, etc. – prontos para serem usados por ele, indicando a integração entre o saber teórico e o conhecimento técnico que ele aprenderá. Do lado oposto do logotipo, lado direito, vemos uma figura feminina tendo ao seu fundo fábricas e chaminés expelindo fumaça, ou seja, um conjunto que parece representar a indústria em pleno funcionamento. Entre as duas ilustrações há o título da

publicação e uma frase em destaque: "O Brasil futuro sairá da Escolas Profissionais". Esta citação, atribuída ao presidente Nilo Peçanha em cujo governo criou-se as EAAs, sintetiza o otimismo de uma parcela considerável das classes dirigentes republicanas em relação ao ensino profissional o qual já estava sendo ministrado oficialmente em alguns estados antes mesmo do estabelecimento das EAAs. O futuro do país estaria depositado nos jovens que seriam formados no ambiente educacional das EAAs e nas outras congêneres pelo país afora, ou seja, os bancos escolares que habitualmente levavam os poucos jovens brasileiros privilegiados com a escola pública e gratuita e que iam para o mesmo destino "bacharelesco" e sem finalidades práticas, agora teria uma escola pública gratuita porém voltada para o ensino "prático", corrigindo o rumo bacharelesco e decorativo segundo as muitas críticas da época. As EAAs corrigiriam esta direção formando uma parte dos jovens brasileiros num ambiente de estudo práticos e oficinas a fim de destiná-los para a jovem indústria nacional que se expandia.

Em relatório do Ministério da Agricultura de 1913, o Ministro Manoel Edwiges de Queiroz Vieira aponta outros problemas cruciais das EAAs que, na sua opinião, iam além da falta de prédios e oficinas adequadas ao ensino profissional nas escolas. Assim ele descrevia as EAAs:

"As nossas escolas profissionais diferem e hão de diferir por muito tempo dos estabelecimentos congêneres dos países mais adiantados nesse assunto, com a Alemanha, a Suíça, a Bélgica e os Estados Unidos, **porque somos forçados a admitir nelas o analfabeto**, sem o que ficariam quase que desertas. Isto só por si bastaria para mostrar a grande dificuldade que se nos apresenta a resolução de um problema que apenas agora começa a ocupar a nossa atenção, mas a verdade é que outras causas existem para agravar essa situação, como, por exemplo, a falta de pessoal competente para a direção das oficinas. Por outro lado, a União não tem recebido dos governos locais o auxílio que era de esperar, o que é tanto mais estranho quanto é certo que cabe a eles, principalmente, o patriótico dever de disseminar a instrução profissional nos territórios sob sua jurisdição." ²⁶⁴ (grifo nosso).

Neste relatório o Ministro nos revela algo que ia além das habituais questões sobre a falta de infraestrutura e pessoal docente qualificado para ministrar nas oficinas das EAAs, como principais causas do baixo rendimento daquelas escolas. Em primeiro lugar,

²⁶⁴ Relatório MAIC 1913 - *Ministerial Reports* (1821-1960). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

ele admite que quatro anos depois de criada a rede federal das EAAs a sua clientela era composta basicamente por crianças e jovens analfabetos, sem os quais as vagas daquelas escolas profissionais sequer seriam preenchidas. Antes de ver o dado como um fator positivo, pois de qualquer forma uma pequena parcela de crianças das classes mais baixas conseguia se matricular numa escola pública e gratuita pertencente a União, o Ministro ignorava ou era indiferente a grande massa de menores de idade que não tinham acesso ao sistema escolar estatal por pura falta de vagas na rede pública da época. Contudo, era apontado pelo Ministro acerca do ensino de ofícios praticado pelo sistema das EAAs a noção de "aptidão", a chamada vocação e capacidade da criança ou do jovem no momento da matrícula ao ingressar no ramo do ensino profissional, não mais critérios assistencialistas ou filantrópicos que predominavam no país quando se discutia este tipo de educação.

Lembremos que por compartilharem os valores humanistas da maçonaria, Nilo Peçanha e seus apoiadores, buscavam com a criação da EAAs levar em primeiro lugar as luzes da Razão aos mais pobres e, especificamente Nilo, ensinar-lhes um ofício útil para a sua sobrevivência e autonomia numa sociedade portadora de valores republicanos ("hábitos de trabalho proficuo").

A influência anticlerical, as teses industrialistas e os valores humanistas maçons que acompanharam os objetivos iniciais daquela organização escolar, obviamente nos governos federais seguintes não eram compartilhados pelos chefes políticos que foram assumindo a chefia do Executivo federal e do Ministério responsável pelas EAAs. É possível que o Ministro Manoel Edwiges compartilhasse a tese de ver as EAAs única e exclusivamente destinadas ao provimento de mão de obra qualificada para os quadros da indústria e outras atividades produtivas, para com isso moralizar e resolver a "questão social" nos centros urbanos maiores algo que incomodava profundamente as classes dirigentes que viam crescer o movimento operário mais ideologizado e tudo aquilo que era entendido como crime pelas autoridades públicas no início do século XX.

Em novembro de 1914 assumia a presidência da República Wenceslau Brás²⁶⁵, já com toda a Europa e boa parte do mundo envolvidos no conflito da Primeira Grande

assumiu o governo de MG em substituição a João Pinheiro da Silva, recém-falecido. Em março de 1910, foi eleito vice-presidente da República na chapa encabeçada pelo Mal. Hermes da Fonseca. Em 1914

²⁶⁵ Wenceslau Brás Pereira Gomes nasceu em Brasópolis (MG), em 1868. Fez os primeiros estudos em sua cidade natal, mais tarde ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se formou em 1890. Deputado federal e pouco depois chefe da situação no Congresso nacional de 1903 até 1908. Em 1909

Guerra Mundial (1914-1918). Esse conflito teve implicações econômicas diversas no país, entre elas o feito negativo no grau dos investimentos públicos pretendidos pelo Governo W. Brás em relação à expansão do ensino técnico voltado para suprir a falta de mão de obra qualificada para a indústria em expansão, em razão da queda das receitas da União.

Inicialmente o Governo de Wenceslau Brás queria estender o ensino técnicoprofissional para além das EAAs, inclusive com a inserção de cursos profissionalizantes de nível médio como de eletricidade, mecânica e química industrial, voltados para a indústria. Sobre esse assunto assim o Presidente declarava:

"Dê-se, porém, outra feição às escolas primárias e às secundárias, tendo-se em vista que a escola não é somente um centro de instrução, mas também de educação e para esse fim o trabalho manual é a mais segura base; instalem-se escolas industriais, de eletricidade, de mecânica, de química industrial, escolas de comércio, que os cursos se povoarão de alunos a uma outra era se abrirá para o nosso País. Se não tivermos pessoal habilitado para essas escolas, o que não é de se admirar, país novo que somos, contratemos no estrangeiro a missão industrial. Conseguiremos, assim, remediar em parte os males do presente e lançaremos as bases para um futuro melhor, bem como alcançaremos desviar a corrente impetuosa e exagerada que atualmente existe para a empregomania e para o bacharelismo."²⁶⁶

Como afirmamos acima, W. Brás pretendia expandir a educação profissional tanto para o nível primário como para o secundário, trazendo para a ordem do dia uma

assumiu o governo federal como Presidente pouco depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Também se defrontou com um grave impasse político no estado do Rio, quando então optou pelo cumprimento de uma decisão judicial que dava a posse da presidência daquele estado a Nilo Peçanha, contrariando assim a posição de Pinheiro Machado. Em 1916, promoveu a solução da questão de limites entre PR e SC na região do Contestado, onde o Exército esmagou uma revolta popular de cunho messiânico. Apesar da neutralidade adotada por seu governo nos primeiros anos do conflito mundial, a economia brasileira sofreu os reflexos da crise financeira internacional e teve reduzida sua capacidade para importar, o que provocou um aumento da produção da indústria nacional para substituir importações. Foram adotadas então uma série de medidas, como a emissão de letras do Tesouro, a redução das despesas públicas, o incentivo à implantação de siderurgias e à exploração de jazidas de carvão, e a construção de escolas profissionais. Visando combater a carestia causada pela especulação, criou também o Comissariado de Alimentação, encarregado de tabelar os preços dos gêneros de primeira necessidade, fiscalizar os depósitos de mercadorias, etc. Apoiou a candidatura vitoriosa de Rodrigues Alves à presidência e, com a posse deste em 15 de novembro de 1918, retirou-se provisoriamente da vida pública. Wenceslau Brás faleceu em Itajubá em maio de 1966. (texto adaptado). Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/venceslau-daptado). bras-pereira-gomes> Acesso em 21/10/2015.

²⁶⁶ BONFIM, João Bosco Bezerra Bonfim *Palavra de Presidente: Os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula.* (p.133). Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/91988 Acesso em 25/10/2015.

tendência que se consolidará nos debates acerca da necessidade da aprendizagem industrial para os jovens das classes trabalhadoras, tema que se será amplamente divulgado nas décadas de 1930 e 1940, no contexto da criação do SENAI. 267 De outro lado, ainda as justificativas para a ampliação e urgência do ensino profissional entre os jovens das classes populares repousava sobre argumentos de prevenção ao aumento da "criminalidade e da vagabundagem" nos centros urbanos e de contenção de grupos sociais acostumados com as facilidades da "empregomania e o bacharelismo", algo que desde o início do Regime era criticado por tornar o sistema escolar republicano dissociado das reais necessidades produtivas do país, além de sugar considerável soma de recursos públicos para um nível superior de ensino num país de população majoritariamente analfabeta e trabalhadores sem acesso a qualquer tipo de ensino técnico ou profissionalizante que os adaptasse às transformações da economia do país.

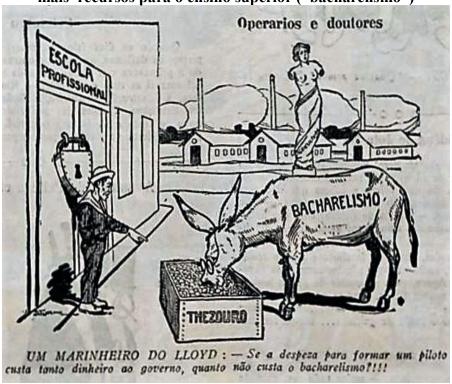


Figura – 31: Crítica à política educacional do Governo que direcionava mais recursos para o ensino superior ("bacharelismo")

Fonte: Revista *O Malho*, Ano XIX, nº 663, 10/07/1920.

Sobre o tema do combate ao bacharelismo e a defesa de uma educação mais prática para a população, vemos acima uma charge de 1920 que ironiza de forma radical a educação no regime republicano que, apesar das suas sucessivas reformas até aquele

²⁶⁷ CARVALHO, Marcelo A.M. de Op. cit. Caps. III e IV.

momento²⁶⁸, estas geralmente discutiam mas não solucionavam a falta de vagas para as matrículas ao ensino público da população em idade escolar mais pobre ou ficavam na questão do ensino secundário, em especial o acesso dos estudantes daquele nível ao ensino superior. A massificação da alfabetização e do ensino básico profissionalizante para as classes populares ficavam em segundo plano ou sequer eram mencionados. Ou seja, predominava no país uma política pública para a educação — quando existia — beneficiadora sobretudo da camada mais privilegiada da população, consumindo a maior parte dos poucos recursos voltados para a instrução pública beneficiando desta forma o chamado "bacharelismo", isto é, a ênfase em priorizar na educação pública os cursos de ensino superior dissociados das reais necessidades econômicas, fato esse que a agravava a situação social do país que não erradicava o analfabetismo entre as suas camadas populares.

Lembramos que simultaneamente com as metas mais objetivas de propagação do ensino profissional entre os nacionais pobres e a qualificação profissional de elementos oriundos das "classes perigosas" tendentes aos "vícios e crimes", a rede de escolas profissionais criadas no governo Nilo Peçanha também propagandeava os valores republicanos que os membros da oligarquia possuidora de títulos acadêmicos achavam necessários ser assimilados pelas novas gerações do proletariado e da ralé. As festas cívicas que as EAAs participavam (figura-32) e as exposições dos trabalhos feitos nas oficinas das escolas de aprendizes (figura-33), buscavam também reforçar na comunidade urbana daquelas escolas a crença baseada na ética do trabalho e na moralidade que apregoava as virtudes do esforço individual em se obter conhecimento técnico e destreza, sendo este o melhor meio de se conquistar o progresso material próprio, da família e da nação.

²⁶⁸ Como exemplo citamos as mais importantes até 1920: 1) Reforma Benjamin Constant (1890); 2) A laicização da educação pública no texto constitucional de 1891 - Art. 72, §6°); 3) Reforma Epitácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correia (1911); Reforma Sampaio Dória em São Paulo (1920).

Figura – 32: Exposição de trabalhos da EAA de São Paulo (1916)

Escola de Aprendizes Artifices



Exposição de trabalhos de esculptura Fonte: Revista Careta, Ano IX, nº 394, 08/01/1916.

Figura – 33: Alunos da EAA da Bahia participando de uma atividade cívica na cidade de Salvador (1929)



Em cima, á esquerda: Aprendizes e marinheiros carregando a coróa de louros offerecida pelo governo da cidade; á direita: Corôas que foram depositadas no monumento aos heróes do "2 de Julho". Em baixo: A Escola de Artifices desfilando pelas ruas da cidade no dia da grande commemoração e um grupo de alumnos do Gymnasio da Bahia que tomou parte no prestito civico.

Fonte: Revista O Malho, Ano XXVIII 10 08 1929 n.1404

Aquele processo já identificado por historiadores²⁶⁹ o qual se verificou no sistema escolar público durante a Primeira República, também passou a ocorrer nas escolas de aprendizes federais pois estas não só incutiam nos seus estudantes os valores do regime republicano como também propagandeavam nas festas cívicas e nas premiações dos seus melhores alunos a necessidade de uma reforma educacional ampla a partir da valorização e defesa do trabalho manual e técnico em contraposição ao bacharelismo da sua oligarquia.

Enfim, as EAAs não só buscariam qualificar profissionalmente uma população até então marginalizada, mas também difundir valores da República, a disciplinarização e o sentimento de nacionalidade aos menores pobres, integrando-os na sociedade da época a fim de anular o seu potencial de desordem e de conflito. ²⁷⁰

4.2 O ensino de ofícios nas oficinas das EAAs antes da Consolidação de 1926.

Quando discutimos anteriormente sobre os instrumentos conceituais que utilizamos para esta pesquisa, os rumos iniciais e o posterior desenvolvimento de uma organização educacional que eram as EAAs numa sociedade de classes como a nossa do começo do século passado, apresentou práticas pedagógicas, estrutura organizativa e objetivos sempre limitados por um contexto institucional maior que definiu os limites da sua atuação organizacional.

Veremos como isso ocorreu nas EAAs ao analisarmos o funcionamento das suas oficinas nas capitais em que estavam instaladas ao longo de quase três décadas durante o seu funcionamento, pois apesar os objetivos propostos nos decretos sobre as EAAs e veiculados pelas autoridades federais como supostamente apoiado pelos entes federativos, na prática aquilo que estava descrito no decreto de sua criação – a formação

²⁶⁹ "O regime republicano no Brasil, ao restringir o direito de voto aos alfabetizados, colocou a escola em posição destacada para a constituição do direito político dos cidadãos brasileiros. A escola formava os futuros eleitores, mas à medida que a concepção de cidadania não se restringia apenas ao direito político, estendendo-se o *status* de cidadão aos trabalhadores e possibilitando o acesso destes, em princípio, aos direitos sociais, a educação escolar deveria ainda completar a formação do cidadão brasileiro. Ser cidadão, com determinados direitos garantidos, significava também cumprir obrigações e estar de acordo com valores ditados pelo poder constituído, sendo que estas normas estabelecidas integravam uma das aprendizagens fundamentais para os alunos" BITTENCOURT, Circe M.F. As "tradições nacionais" e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (org.) *O Ensino de História e a Criação do Fato*. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2006 (p.45)

²⁷⁰ GOMES, Luiz C.G. As Escolas de Aprendizes Artífices e o Ensino Profissional na Velha República. In: *Vértices*, Ano 5, n.3, set/dez, Campos dos Goytacazes (RJ): CEFET Campos, 2003 (p.53-80).

de mestres e contramestres para a indústria nacional – na esmagadora maioria das EAAs, foi sendo substituído pela formação de uma mão de obra voltada para atividades no máximo artesanais ou para serviços que requeriam baixa qualificação profissional e bem poucos conhecimentos.

Em característico registro fotográfico datado no ano de 1915 (abaixo), vemos uma foto mostrando o resultado do trabalho técnico realizado por alunos dos 3º e 4ºs anos de uma oficina de mecânica da EEA de São Paulo, que sob orientação do seu mestre responsável expõe a "A primeira locomotiva que se construiu nas Escolas de Artes e Ofícios do Brasil":



Figura – 34: Locomotiva construída na EAA de São Paulo (1915)

Fonte: Revista *O Malho*, Ano XIV, nº 653, 20/03/1915.

"São Paulo na ponta!", assim proclamava o título da sugestiva foto na publicação de 1915. Nas oficinas das EAAs o esforço conjunto dos seus alunos aprendizes sob a coordenação de diretores e mestres com conhecimento técnico no estado mais rico do

país, era possível a construção de máquinas sofisticadas – como uma locomotiva – que antes só poderiam funcionar aqui mediante sua importação de algum país mais industrializado e, portanto, mais "civilizado" que o nosso.

A publicidade era clara no sentido de mostrar que a EAA de São Paulo estaria engajada no esforço de formação de técnicos nacionais num momento em que o mundo mais industrializado estava totalmente envolvido com a Guerra, tornando praticamente impossível suprir nosso mercado de trabalho com profissionais altamente qualificados via imigração ou pela contratação de técnicos estrangeiros.

Vemos no levantamento das oficinas e do seu funcionamento, assim como também na instalação das EAAs nos imóveis cedidos pelas autoridades estaduais, que parece ter havido uma ação da parte dos Estado muito mais uma orientação política e uma visão idealizada de ensino profissional, do que critérios técnicos para a definição da sua localização nas capitais estaduais e a instalação dos tipos de oficinas que deveriam funcionar em cada EAAs.

Também percebemos pelos muitos testemunhos contidos nos relatórios enviados ao Ministério, que as oficinas ao serem instaladas e postas a funcionar, em pouco tempo acabavam por serem espaços precarizados tanto pelas limitações orçamentárias das EAAs como também por atender muito mais a demandas de uma economia local geralmente subdesenvolvida. Assim como careciam de pessoal técnico para adequar nestes ambientes econômicos pobres o ensino prático, visando objetivos manufatureiros ou industriais reais ou potenciais onde as escolas estivessem localizadas. A formação de futuros mestres e contramestres para a indústria como constava no decreto de sua criação, havia cedido lugar a uma formação primária tradicional somente acrescida do ensino de práticas artesanais pré-capitalistas e algumas poucas para fins de manufatura.

Na página a seguir montamos um quadro geral onde constam as diferentes oficinas que funcionaram nas EAAs para o ensino de ofícios destinados aos alunosaprendizes. A partir deste quadro geral, procuramos resumir e comparar algumas informações que julgamos relevantes para compreendermos a dinâmica interna das escolas de aprendizes federais daquele período, baseando-nos nas informações sobre estas oficinas contidas nos relatórios enviados pelo Ministério da Agricultura e Comércio à Presidência da República entre os anos de 1911 a 1929.

Tabela 4- Quadro Geral das Oficinas das EAAs por Estado (1911-1927)

					Quuui		crai aas Officinas aas			EAAS POI EStado (151									
Ano	Marcenaria	Carpintaria	Ferraria	Serralheria	Fundição	Funilaria	Mecânica	Sapataria	Selaria	Alfaiataria	Encadernação	Ourivesaria	Eletrecidade	Tornearia	Pintura decorativa	Modelagem	Metais	Tipografia	Entalhe
1911/1912	RJ, SP, PR, MG, GO, RS	PE, ES, RJ, SC, MG, MT, RS	PA, MA, PI, SE, BA, ES, SC	PI, RN, PB, PE, AL, PR, RS	RJ, ES	PA, RN, AL, GO	SP, RS	PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, MG, GO, MT	SE, PR, MT	AM, PA, MA, CE, RN, PB, PE, SE, BA, ES, RJ, PR, GO, MT	SC, RS, CE, PB, BA	MG	ES, RJ, SP, RJ	RJ, SP	PR	-		SC, RS	-
1912/1913	AM, PA, MA PI, CE, RN, PB, AL, PE, SE, BA, ES, RJ, SP, PR, MG, GO	PE, ES, MT, RJ, SC, MG	PA, MA, PI, CE, SE, BA, ES, MG, GO, MT	AM, PI, RN, PB, AL, PE, PR	ES	PA, RN, AL, GO	SE, SP, SC	PA, MA PI, CE, RN, PB, AL, PE, SE, BA, ES, RJ, PR, MG, GO, MT	SE, PR, MT	AM, PA, MA, CE, RN, PB, AL, PE, SE, BA, ES, RJ, PR, GO, MT	PB, BA, SC	MG	ES, RJ, SP	RJ, SP	PR	1		CE, SC	_
1913	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, SP, PR, MG, GO	PE, ES, SC, MG, MT	PA, MA, PI, CE, SE, BA, ES, MG, GO	AM, PI, RN, PB, PE, AL, PR	PI, ES	PA, RN, AL	MA, SE, SP, SC	AM, PA, MA, PI, SE, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, MG, MT, GO	SE, PR, MT	AM, PA, MA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, SC, MT, GO	PB, BA, SC	MG	ES, RJ, SP	RJ, SP	-	-		CE,SC	-
1914	MA, AM, PA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, SC, MG, MT, GO	PE, ES, RJ, MG	MA, PA, PI, CE, SE, BA, ES, MG, GO	PI, RN, PB, PE, AL, PR	PI, ES	PA, RN, AL	MA, SC	MA, AM, PA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, MG, MT, GO	SE, PR, MT, GO	MA, AM, PA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, SC, MT, GO	PB, BA, SC	MG	RJ	RJ	PR	-		CE,SC	SP
1916	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, RJ, SP, PR, MG, GO	PE, ES, SC, MG, MT	PA, MA, PI, CE, SE, BA, MG, GO		PI, ES	PA, RN, AL	MA, SP, SC	AM, AP, MA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, MG, GO, MT	SE, PR, GO, MT	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, SC, GO, MT	PB, BA, SC	MG	ES, RJ, SP	SP	PR	-		CE,SC	SP, RJ
1917	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, ES, RJ, SP, PR, SC, MG, GO, MT	BA, ES, RJ, MG	AM, PA, MA, PI, CE, SE, BA, ES, MG, GO	PI, RN, PB, PE, AL, PR	PI, ES	PA, RN, AL	MA, SP, SC	AM, PA, MA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, MG, GO, MT	SE, PR, GO, MT	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, SC, GO, MT	PB, BA, SC	MG	ES, RJ, SP	SP	PR	-		CE,SC	SP, RJ
1919	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, ES, RJ, SP, PR, MT	AM, PE, BA, SC	AM, PA, MA, PI, CE, SE, BA, ES, MT	AM, PI, RN, PB, PE, AL, PR	PI, ES	PA, AL	MA, SP, SC	AM, PA, MA, CE, RN, PB, PE, AL, ES, RJ, PR, GO, MT	SE, PR, GO, MT	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB,	PB, BA, SC	-	RJ	SP	-	SP		CE,SC	SP
1920	PA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, RJ, MG, GO, MT	PE, BA, RJ, SC, MG, GO	PA, PI, CE, SE, BA, MG, GO, MT	PI, RN, PB, PE, AL	PI	PA, RN, AL	sc	PA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, RJ, MG, MT	SE, GO, MT	PA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, BA, RJ, SC, GO, MT	PB, BA, SC	-	RJ	-	-	-		CE,SC	-
1922	AM PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, ES, RJ, SP, PR, MG, GO, MT	AM, PE, ES, SC, MG	PA, MA, PI, CE, SE, ES, MG, GO, MT	AM, PI, RN, PB, PE, AL, PR	PI, ES	PA, RN, AL	MA, SP, SC	AM, PA, MA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, ES, RJ, PR, MG, GO, MT	SE, PR, GO, MT	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, ES, RJ, PR, SC, GO, MT	PB, SC	MG	SP	SP	PR	SP	RJ	CE,SC	SP
1923	AM, PA, MA, PI, RN, PB, PE, SE, ES, SP, PR, SC, MG, GO, MT	AM, PE, ES	AM, PA, MA, PI, CE, SE, ES, MG, GO, MT	AM, PI, RN, PB, PE, AL, PR	PI, ES	PA, RN	MA, CE, SP, SC	AM, PA, MA, CE, RN, PB, PE, SE, ES, PR, MG, GO, MT	SE, PR, GO, MT	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, SE, ES, PR, SC, GO, MT	PB, SC	MG	SP	SP	-	SP	-	CE,SC	SP
1924	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, ES, RJ, SP, GO, MT	AM, PE, BA, ES, SC	AM, PA, MA, PI, CE, SE, BA, ES, PR, MG, GO, MT	AM, PI, RN, PB, PE, AL, PR	PI, RN, ES	PA, AL	MA, SP, PR, SC	AM, PA, MA CE, RN, PB, SE, PE, AL, ES, RJ, PR, MG, GO, MT	SE, PR, GO, MT	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, SC,GO, MT	PB, BA,SC	MG	-	-	PR	SP	-	CE,SC	SP
1925	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, ES, RJ, SP, PR, MG, GO, MT	PE, BA, ES, SC	AM, PA, MA, PI, CE, SE, BA, ES, MG, GO, MT	PI, RN, PB, PE, AL, PR	PI, ES	PA, RN, AL		AM, PA, MA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, MG, GO, MT	SE, PR, GO, MT	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, SC, GO, MT	PB, BA,SC	MG	-	SP	PR	SP	-	CE, RJ, SC	SP
1926	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, ES, RJ, SP, PR, GO, MT	AM, PE, BA, ES, SC	AM, PA, PI, SE, ES, GO, MT	AM, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, BA, RJ, PR	PI, ES	PA, RN, AL, MG	MA, SP, SC	AM, PA, MT, SE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, GO, MT	PR, GO, MT	AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, SC,GO, MT	PB, BA,SC	MG	-	SP	PR	SP, RJ	-	CE, PE, BA, RJ, SC	SP
1927	AM, PA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, ES, SP, GO, MT	PE, ES	AM, PA, PI, CE, SE, ES, GO, MT	PI, RN, PB, PE, AL	PI, ES	PA, RN	SP	AM, PA, CE, RN, PB, AL, SE, ES, GO, MT	GO, MT	AM, PA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, ES, GO, MT	PB, SC	-	-	-	-	SP	-	CE, PE, SC	-

Na sequência, baseado nas informações contidas no quadro geral²⁷¹ da página anterior o qual abrange os vários tipos de oficinas existentes e operantes de 1911 a 1927, quando ainda as propostas do plano de Remodelação das EAAs não haviam sido implementadas na maioria das escolas pelo Ministério da Agricultura, criamos alguns gráficos comparativos destas diferentes oficinas da rede federal das EAAs. Após esse período a nomenclatura para cada oficina muda, apesar de algumas poucas EAAs adotála nas suas oficinas a partir de 1923.²⁷²

Sobre o quadro geral que levantamos com base nos relatórios enviados pelo MAIC à Presidência da República e no qual nos baseamos para montar os gráficos a seguir, selecionamos a comparação entre as quantidades de oficinas que funcionaram nas diversas EAAs em suas respectivas sedes estaduais. O primeiro gráfico (figura 35) nos mostra a variação no número de oficinas de sapataria existentes nas EAAs no período considerado (1911 a 1927), lembrando que este tipo de oficina junto com a de alfaiataria (figura 36), eram as mais difundidas na rede federal:

Do quadro geral das oficinas existentes nas dezenove EAAs em cada capital estadual do Brasil na Primeira República, sem sombra de dúvida as oficinas de alfaiataria e sapataria estavam entre as que mais foram disseminadas e com o maior número de alunos matriculados ao longo do período. As duas atividades profissionais configuravamse como ofícios que na época não exigiam grandes investimentos na montagem de suas oficinas em termos de ferramentas ou na instalação de alguma aparelhagem mais

²⁷¹ Fazem necessárias as seguintes **observações** sobre os dados utilizados para compor o quadro geral das oficinas e os seus gráficos: O Instituto Técnico Profissional de Porto Alegre que integrou a rede federal das EAAs a partir do decreto-lei n. 7.763 de 23/12/1909, o seu número e os tipos de oficinas em funcionamento só aparecem no Relatório do MAIC relativo aos anos de 1911/1912, nos demais não há qualquer referência as suas oficinas até o fim da série; O Relatório do MAIC de 1915 não foi localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ; No Relatório de 1918 do MAIC não há informações sobre as oficinas das EAAs de toda a rede federal; No Relatório de 1919 do MAIC não há informações sobre as oficinas da EAA de Minas Gerais; No Relatório de 1920 do MAIC não há informações sobre as oficinas das EAAs do Amazonas, Maranhão, Espírito Santo, Paraná e São Paulo; O Relatório do MAIC de 1921 não foi localizado no APERJ; No Relatório de 1922 do MAIC não há informações sobre as oficinas da EAA da Bahia; No Relatório de 1923 do MAIC a EAA de Alagoas só informa sobre uma (01) oficina, também não constam informações sobre as oficinas da EAA da Bahia e, a EAA do Rio de Janeiro (em Campos), passou a organizar a maioria das oficinas segundo a terminologia feita pela "Remodelação" iniciada em 1920; As oficinas de "Marmorearia" na EAA de Goiás (1919) e a de "Fototécnica", na EAA de Pernambuco (1927), só aparecem uma única vez na série e, portanto, não foram inseridas no quadro geral das oficinas das EAAs.

272 Vide o quadro geral das novas oficinas implementadas pela *Remodelação* a partir de 1923 na **Tabela-6**

da página 250.

sofisticada para as aulas práticas dos aprendizes.

Figura 35: Oficinas de Sapataria das EAAs (1911-1927)

Fonte: *Ministerial Reports* (1909-1929): *Agricultura*. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura Acesso em 20/07/2015.

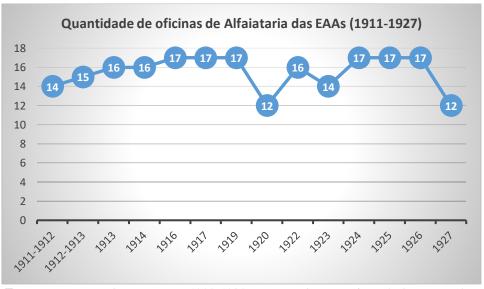


Figura 36: Oficinas de Alfaiataria das EAAs (1911-1927)

Fonte: *Ministerial Reports* (1909-1929): *Agricultura*. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura Acesso em 20/07/2015.

Para lecionar este tipo de ofício – sapataria e alfaiataria – provavelmente não foi incomum terem sido contratados "mestres" destes ofícios cuja formação se deu

empiricamente no mercado de trabalho, além de não terem na sua maioria formação mais teórica para lecionar e, em alguns casos, ser possível haver analfabetos funcionais entre eles nos quadros das EAAs. Também a matéria-prima necessária para estes tipos de oficinas e o seu uso nas aulas dos aprendizes seria relativamente barato e fácil de se encontrar pelas direções das escolas, apesar do limitado e variável orçamento das EAAs para a compra de materiais e insumos necessários ao funcionamento pleno das suas oficinas e outras atividades do seu cotidiano escolar.

Estas duas oficinas além de estarem entre as mais disseminadas e com o maior número de aprendizes, servem como uma amostra interessante para tentarmos entender algumas variações que ocorrem nas linhas do gráfico ao longo daquele período de tempo. Percebemos dois períodos de queda brusca nos totais de oficinas em funcionamento, um ocorre logo após o final da Primeira Guerra Mundial e o começo dos anos 1920, período que coincide com o início da "Remodelação" coordenada por João Lüderitz e ordenada pelo Executivo Federal preocupado com o baixo desempenho e situação da maioria das EAAs que na opinião de muitos estavam decadentes. O segundo momento de queda se dá no ano de 1927, quando o MAIC edita uma portaria consolidando os dispositivos concernentes às escolas de aprendizes. Neste período a rede vivia grandes transformações no seu entorno urbano com o significativo aumento da população e a aceleração da atividade industrial, principalmente no eixo Rio-São Paulo.



Figura 37: Oficinas de Marcenaria e Carpintaria das EAAs (1911-1927)

Os ofícios em madeira também figuravam entre os mais difundidos em termos de oficinas oferecidas pelo sistema das EAAs no país, principalmente aquelas que ensinavam a marcenaria. Nestes tipos de oficinas além das ferramentas peculiares para a sua atividade, também era necessária certa maquinaria específica para o corte e moldação da madeira a ser utilizada tornando assim necessário que houvesse na oficina energia elétrica ou de outro tipo de energia motriz a fim de movimentar as máquinas mais importantes para a atividade manufatureira em madeira. Porém, dada a precariedade da maioria dos imóveis onde haviam estas oficinas, não seria impossível encontrarmos entre as oficinas de marcenaria e carpintaria existentes aquelas nas quais os mestres ensinavam seus alunos utilizando somente ferramentas manuais, pois ou não haviam máquinas instaladas ou, caso essas existissem, não havia energia e/ou insumos para poder operar e trabalhar os objetos em aulas práticas destinadas aos aprendizes.

Na sequência de gráficos abaixo, separamos mais algumas oficinas de estilo artesanal e outras de características mais manufatureiras:

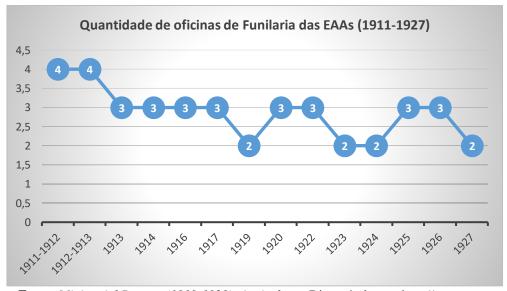


Figura 38: Oficinas de Funilaria das EAAs (1911-1927)

Figura – 39: Oficinas de Mecânica das EAAs (1911-1927)

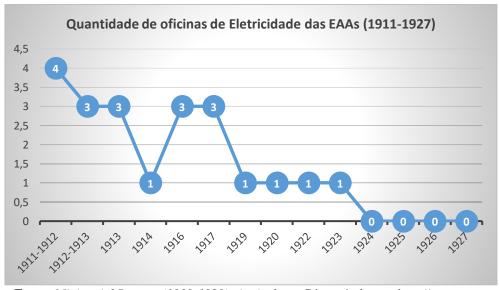


Figura 40: Oficinas de Eletricidade das EAAs (1911-1927)

Figura – 41: Oficinas de Tornearia as EAAs (1911-1927)

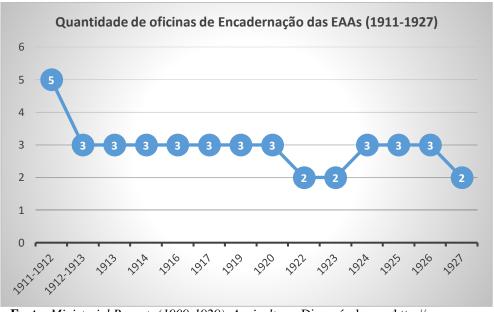


Figura – 42: Oficinas de Encadernação das EAAs (1911-1927)

Figura – 43: Oficinas de Tipografia das EAAs (1911-1927)

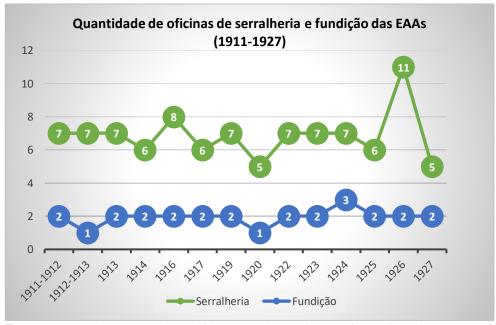


Figura – 44: Oficinas de serralheria e fundição das EAAs (1911-1927)

Em praticamente todas estas oficinas (figuras 38 a 44), com a exceção da oficina de encadernação, a compra de máquinas, ferramentas e matéria-prima a ser trabalhada, além de instalações apropriadas (prédios capazes de permitir a instalação de energia elétrica ou de outro tipo para movimentação de algumas máquinas), o ensino destes ofícios exigiria considerável investimento inicial, ou seja, mais recursos da União para gastos eventuais como a manutenção das máquinas e demais equipamentos, assim como ferramentas destinadas aos alunos além do pagamento com gastos de energia e outros itens cotidianos que obviamente estas oficinas consumiam para poder funcionar adequadamente.

As oficinas com características mais manufatureiras do conjunto eram três (eletricidade, tornearia e mecânica). Estas funcionaram em poucas EAAs e ao longo deste período, quando comparados com aquelas mais artesanais (serralheria, sapataria, marcenaria, etc.), estas últimas bem mais numerosas. Mas tanto em umas como em outras, segundo alguns relatos dos diretores²⁷³, havia falta de máquinas e equipamentos considerados "essenciais" para a ministração de aulas práticas e, quando havia, até máquinas mais modernas, estas não funcionavam! Será porque não havia técnicos que as pudessem ativar? Em suma, era algo comum de tempos em tempos em algumas das oficinas que apareciam como ativas nos números enviados nos relatórios ao MAIC.

Geralmente o fechamento de uma ou outra oficina em determinada EAA estava relacionada com a ausência de alunos matriculados²⁷⁴ em seus cursos ou a motivos econômicos como a falta de verbas para a manutenção do seu funcionamento ou para a contratação de mestres e contra-mestres adjuntos para os seus cursos. Exemplificando isso, podemos ver o caso das oficinas como a de mecânica, funilaria e serralheria no qual número inicial destas oficinas em funcionamento no seu primeiro registro nos relatórios (1911) quando comparado ao último ano da série (1927), há um decréscimo de pelo

²⁷³ "Ceará: Nesta escola há oficinas com a de tipografia e encadernação e a de ferraria, que se ressentem da falta de máquinas essenciais, e outras providas de máquinas aperfeiçoadas com a de sapataria, que não funcionam."; "Sergipe: As oficinas precisam de máquinas, principalmente as de ferraria e sapataria." Ministerial Reports (1821-1960): Agricultura-1919 (p.338); 1920 (p.466). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura Acesso em 20/07/2015.

²⁷⁴ "A frequência foi pouco satisfatória visto ter ficado reduzida a menos de metade a matrícula, por faltas de alunos. Atribuindo o abandono destes as condições precárias das famílias dos menores o diretor solicitou autorização para fundar uma Caixa Escolar com o objetivo de fornecer vestimenta aos menores." Ministerial Reports (1821-1960): Agricultura - 1920 (p.466). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura Acesso em 20/07/2015.

menos 50% nas oficinas de mecânica e funilaria e de 35% para a de serralheria instaladas nas EAAs.

A queda mais acentuada neste tipo de oficina se dá com as de eletricidade e tornearia (figura 36), pois ambas além de terem características mais "industriais", ao término da série aparentemente deixam de existir nos registros dos relatórios enviados pelo MAIC ao governo da União. Nas demais como as de fundição, tipografia e encadernação o quadro geral de estagnação ou baixíssimo crescimento também não é nada animador.

Quando analisamos o conjunto geral das oficinas das EAAs ao longo do período registrado pelos relatórios (vide anexo 6), observamos que as oficinas estabelecidas ainda na vigência dos primeiros regulamentos das escolas profissionais²⁷⁵, ou seja, antes das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico sob o ministério de Miguel de Calmon²⁷⁶, nos 19 diferentes tipos de oficinas dadas como existentes nas EAAs daquele período (1911 a 1927), ao final da série, em 15 diferentes tipos de oficinas em funcionamento nas EAAs o seu número total diminuiu drasticamente em toda a rede, em dois tipos a quantidade de oficinas ficou estagnado e em outros dois houve um pequeno acréscimo de mais um oficina.

Em termos de produção destas oficinas a gama de produtos era numerosa e variável, porém predominando produtos com características mais artesanais e de baixo valor agregado como por exemplo móveis de madeira, objetos de ferro e de outros metais, vestuário (roupas, botinas, sapatos, uniformes), livros encadernados, molduras de quadros, lousas para escolas, etc. Nas EAAs com oficinas de características mais manufatureiras tínhamos produtos um pouco mais elaborados como interruptores, motores elétricos, engrenagens, ferramentas, parafusos, etc. Além da produção de artefatos e variados objetos, também suas oficinas realizavam consertos e manutenções de objetos e outros equipamentos possivelmente trazidos ou encomendados pela população local (indivíduos, empresas) conforme consta em relatório de 1915.²⁷⁷ Entretanto, a pequena renda que cada EAA obtinha com a venda dos artefatos produzidos

²⁷⁵ Decretos-lei n. 9.070 de 25/10/1911 e n. 13.064 de 12/06/1918.

²⁷⁶ Lembramos que estas atividades desenvolvidas desde 1920 pelo serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico geraram a chamada "Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices", na Portaria assinada pelo mesmo ministro do MAIC em 13/11/1926, a qual buscava sistematizar e modernizar as EAAs naquele momento de grandes transformações socioeconômicas no país. ²⁷⁷ Relatório MAIC 1915 - *Ministerial Reports (1821-1960)*, p.64. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial> Acesso em 02/05/ 2015.

em suas oficinas, além dos pequenos consertos por elas realizados, possivelmente só serviram para manter muitas destas oficinas em funcionamento com a sua renda e conter a evasão crônica de considerável parcela de alunos ao propiciar uma pequena renda para os mesmos.

O próprio Ministério da Agricultura, já em 1920 havia constatado que o problema das oficinas ia além da falta de pessoal qualificado para dirigi-las ou os poucos recursos para montá-las e fazê-las funcionar. A questão estava relacionada também com a falta de sincronia destas escolas e suas oficinas com o meio local — sociedade e economia — resultado de uma quase completa ausência de planejamento educacional mais racional por parte de suas diretorias e do próprio Governo central. Sobre esse descompasso entre o que era oferecido nas oficinas das EAAs e a realidade local de cada escola, eis o que foi concluído pelos dirigentes no MAIC, possivelmente já influenciados pela atuação em seu início dos técnicos participantes do Serviço de Remodelação do ensino profissional naquele ano:

"O aparelhamento com máquinas e ferramentas das escolas em questão, também não corresponde às exigências de um programa racional, e principalmente, a escolha das oficinas de cada escola, foi desde o princípio viciosa: não consultou suficientemente o meio local, que indicava como mais vantajosa a seção de ofícios regionais, ao invés das que mais fácil se apresentassem na montagem.

Não basta que haja em cada escola um dado número de oficinas de cada escola, oferecendo aos alunos oportunidade de aprenderem tão mal como em qualquer oficina particular, as manobras elementares do sapateiro, do alfaiate, do torneiro em madeira, do carpinteiro ou de outra profissão. É preciso que os grupos de ofícios correlatos, combinados em seções, correspondam às exigências do meio local. Deste modo o aluno depois dos dois anos de curso elementar, poderá durante 3 ou 4 anos de curso técnico percorrer as oficinas de um dado grupo, que abranja a especialidade. Com isto facilmente achará colocação bem remunerada nas empresas industriais regionais, depois de concluído seu curso técnico." (grifo nosso).²⁷⁸

Além desse quadro de descompasso das oficinas com a economia local, somado tudo vemos que em termos de ensino prático de ofícios, especialmente aqueles destinados às atividades de caráter mais industrial, as EAAs ao longo de seus quase 20 anos de funcionamento, antes da tentativa mais séria de melhoramento das suas condições de

²⁷⁸ Relatório MAIC 1920 (p.452) - *Ministerial Reports (1821-1960*). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015

infraestrutura e de ensino por ocasião da chamada Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices (1926), suas aulas práticas nas oficinas quando ocorriam eram precárias e irregulares seja por falta de condições estruturais mais elementares ou por falta de técnicos e mestres capazes de lecionar aquelas profissões. A situação era dramática pois as EAAs em realidade estavam naquela altura da sua existência vivendo uma grave crise em razão do desvirtuamento dos objetivos iniciais da sua criação, pois além da baixa adesão e permanência das classes populares em termos de matrículas e conclusões dos seus cursos, também o seu funcionamento deixava muito a desejar já que não conseguia formar mestres e contra-mestres para a atividades de caráter mais voltado para a atividade industrial. No máximo formava alguns poucos artesãos e adolescentes com limitada habilidade manual e instrução primária, fato esse que lhes garantia algum sustento em atividades remuneradas nas praças onde até mesmo este tipo de mão de obra semi-qualificada ainda tinha algum espaço na economia brasileira da época.

4.3 A primeira tentativa reformista após a Grande Guerra de 1914-1918

Segundo dados oficiais coletados pela Diretoria da Receita Pública do Tesouro Nacional²⁷⁹, às vésperas da Primeira Guerra havia no país aproximadamente 11.335 estabelecimentos industriais distribuídos nos seguintes tipos de fábricas e oficinas: preparação de fumo, de bebidas, de fósforos, de calçados, de velas, de perfumarias, produtos farmacêuticos, vinagre, conservas, cartas de jogar, chapéus, bengalas, tecidos, máquinas e fundições, entre outras. Provavelmente estas empresas empregavam ao todo em torno de 200.000 operários concentrados principalmente no centro-sul do país e em mais algumas poucas capitais em outros estados.

A maioria destas empresas ainda eram marcadas por modelos administrativos tradicionais, além de atuarem num ambiente comercial ainda marcadamente pautado por relações de compadrio as quais muitas vezes competiam com uma mentalidade de gestão mais racional e capitalista, baseada em resultados mais econômicos e de longo prazo para o investimento. Porém, apesar desse ambiente institucional atrasado que marcava o mercado interno nacional, os anos anteriores à guerra em geral foram prósperos para a

²⁷⁹ Relatório MAIC 1912-1913- *Ministerial Reports (1821-1960)*, p. LVII. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/2015.

indústria aqui instalada cujo crescimento se notava pelo aumento da importação de bens de capital, bem como a maior oferta de suprimento de energia elétrica e a expansão da malha ferroviária para escoar produtos e matéria-prima (vide figuras 1 e 2).

Todavia, conforme a descrição das empresas industriais nacionais acima no período que antecedeu a Primeira Guerra, suas atividades fabris continuavam restritas principalmente a produção de bens de consumo, sem haver um desenvolvimento digno de nota de uma indústria de base. Se somou a isso déficits na balança comercial em 1913, e o ambiente de crise internacional que levou a suspensão dos créditos internacionais os quais, por sua vez, obrigaram o Governo a negociar em 1914 o segundo Funding Loan com banqueiros ingleses, suspendendo por treze anos as amortizações da dívida externa brasileira.

Contudo, depois do primeiro impacto da crise externa na economia nacional, abriram-se novas possibilidades para a indústria nacional com a interrupção da concorrência externa e a abertura de alguns mercados para a produção industrial do país. Neste ambiente de crise internacional e, portanto, de queda das exportações dos nossos tradicionais produtos primários, a transferência de capitais para a atividade industrial que se mostrava mais lucrativa, se tornou um fato consumado para os investidores que buscavam novas fontes de ganhos.

Segundo pesquisa de Michel D. Marson²⁸⁰ no período que corresponde a Primeira Grande Guerra, houve diminuição das importações de maquinário industrial, além de efeitos negativos para a evolução do capital da indústria de máquinas e equipamentos como um todo. Apesar dessa conjuntura econômica de crise causada pelo conflito mundial, houve aumento da demanda interna por máquinas e equipamentos, fato esse revelado pela criação de novas empresas domésticas na indústria de máquinas.²⁸¹ Assim surgiram condições favoráveis para o aumento da lucratividade de grandes firmas e pequenas oficinas estabelecidas no país (principalmente eixo Rio-São Paulo) desde antes do conflito internacional, além de abrir algum espaço para a criação de novas firmas deste ramo industrial. O olhar dos Governos estaduais e do Executivo federal sobre o

²⁸⁰ MARSON, Michel D. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612015000400753#t01 Acesso em 01/10/2016.

²⁸¹ Marson utilizou em sua pesquisa fontes primárias originais como os contratos, alterações e distratos arquivados na Junta Comercial de São Paulo para o período de 1911 a 1920.

ensino profissional, especialmente o técnico industrial, aos poucos se modificava na medida que a vinda de imigrantes com conhecimentos técnicos para suprir as necessidades da indústria rareava com o desenrolar do conflito europeu e mundial. Também a ação política mais organizada e combativa do operariado em São Paulo e no Rio de Janeiro, além de outras cidades com considerável população operária, obrigava as autoridades políticas e empresariais a buscar uma qualificação e profissionalização mais sistemática da mão de obra nacional.

Antes mesmo da Primeira Guerra o Ministério da Agricultura, responsável então pelo ensino primário-profissional, não só mantinha as EAAs em todos os Estados da União, como também subvencionava outras escolas profissionais e de comércio em diversas cidades. Além disso, visando a melhoria das condições estruturais das EAAs que naquela altura apresentavam um sofrível desempenho em termos de matrículas de alunos, permanência e conclusão dos seus cursos, ainda em 1916 o então Ministro da Agricultura – José Rufino Bezerra Cavalcanti – designou o diretor da EAA do Paraná, para verificar e inspecionar a situação das EAAs do norte do Brasil. Infelizmente o relatório, dessa que foi a primeira inspeção oficial de parte do sistema das EAAs, não se achou nos arquivos do MAIC. Mas sobre alguns dos seus resultados temos o seguinte relato do Ministério:

"Dessa inspeção resultaram melhoramentos materiais e outros benefícios para os institutos visitados, bem como a substituição de mestres e contramestres cuja conservação nos cargos seria prejudicial ao desenvolvimento progressivo que se vai notando nesses úteis estabelecimentos." ²⁸²

A inspeção havia servido para realizar certas benfeitorias e suprir algumas demandas das escolas visitadas, além de exonerar mestres e contramestres considerados incapazes para ministrar aulas nas oficinas daquelas escolas, um problema recorrente quando alguns diretores tentavam justificar o porquê do baixo número de alunos concluintes dos cursos práticos ali ensinados, porém nunca fazendo uma autocrítica a sua própria atuação ou a do Ministério.

Em 1918, o deputado federal Pandiá Calógeras e ex-ministro da Agricultura e da Fazenda de Venceslau Brás, havia recebido do presidente eleito Rodrigues Alves a missão de elaborar um relatório da situação do país, o qual foi publicado sob o título de

²⁸² Relatório MAIC 1917- *Ministerial Reports (1821-1960)*, (p.153). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

Problemas da Administração. Neste documento, com base na sua experiência como administrador em importantes cargos do primeiro escalão do Executivo Federal da República, o político tece uma série de considerações sobre a máquina administrativa do Estado brasileiro destacando na maioria dos casos a incompetência e a corrupção dominantes principalmente nos cargos de chefia ou de maior responsabilidade, fator esse de agravamento do mau desempenho da máquina pública e sério obstáculo ao desenvolvimento da economia nacional.

Pandiá Calógeras ao analisar a rede das EAAs, que fazia parte do organograma do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, assim descrevia a situação daquelas escolas profissionais no último ano da Grande Guerra, em 1918:

"Sobre as Escolas de Aprendizes Artífices, a observação mais tópica versa sempre sobre o pessoal diretor. O problema da aprendizagem profissional só terá solução após a guerra, pois raríssimos são, no Brasil, os estudiosos do assunto; mais raros ainda, se é que existem, os que tenham conhecimento prático, pessoal das soluções dadas nos países da Europa e Estados Unidos. **Uma direção especial do ensino profissional deverá ser criada**, contratando-se para ela um dos grandes nomes dessa especialidade [...] Deveremos pagar-lhes [aos estrangeiros especializados] a colaboração sem regatear, pois se em todos os tempos o problema da formação da mão de obra, principalmente da especializada, foi grave e difícil, mais o será agora que a guerra renovou processos, aniquilou mestre aos milhões, dificultou seu êxodo para as terras estranhas.

No momento atual, a única coisa a fazer no Brasil é procurar melhorar o valor dos diretores das Escolas de Artífices, realmente medíocres demais, quando não positivamente incapazes, com duas ou três exceções apenas. Concomitantemente, deve ser posto em prática o preceito regulamentar da constituição dos pecúlios de aprendizes, pelas remunerações pagas aos do 4º ano."²⁸³ (grifo nosso).

Neste documento, ao analisar as EAAs e outras repartições públicas, o ex-ministro em vários momentos destacava que muitos dos problemas que dificultavam uma ação mais eficiente do Estado republicano em atender as muitas demandas sociais e econômicas do país derivavam da falta de quadros com competência e experiência para atuar nas áreas em que estavam lotados. Para sanar este problema sugere a contratação de técnicos do exterior, que na sua opinião seriam os únicos com conhecimento técnico e experiência para solucionar os graves problemas da administração pública nacional.

²⁸³ CALOGERAS, Pandiá. *Problemas da Administração: Relatório confidencial apresentado em 1918 ao Conselheiro Rodrigues Alves sobre a situação orçamentária e administrativa do Brasil.* São Paulo: Cia. Editora Nacional. (p.192).

No caso específico das EAAs, Pandiá Calógeras destacava a necessidade de se criar uma "direção especial do ensino profissional", a ser comandada por um docente estrangeiro com notório saber no campo do ensino profissional, já que na sua opinião inexistia no país profissionais que fossem capazes de realizar a tarefa de melhoramento do sistema federal de ensino profissional.

Sobre este tema, fica claro a concepção liberal do ex-ministro que via como única alternativa para melhorar o nível do ensino profissional apelar para a contratação de um técnico estrangeiro com experiência na área para dirigir as EAAs. Porém, como o contexto internacional era desfavorável a este tipo de contratação, Pandiá Calógeras chama o Governo a intervir no aperfeiçoamento dos diretores das EAAs, já que ao seu ver a esmagadora maioria se caracterizava pela mediocridade ou incapacidade para dirigir estas instituições de ensino, "com duas ou três exceções apenas".

Veremos que algumas destas ideias foram retomadas pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, a partir de 1920, tais como a criação de um órgão específico para reorganizar e modernizar as EAAs, além da exigência de concursos públicos com a devida qualificação dos candidatos para compor os quadros das escolas profissionais. A chefia deste Serviço, ao contrário da sugestão do ex-ministro que preferia um técnico estrangeiro para tal função, foi confiada a um brasileiro, João Luderitz, possuidor de especialização no exterior além da experiência como diretor do Instituto Parobé, subvencionado pelo Governo Federal e equiparado às EAAs, cujo resultado em termos de aprendizagem industrial destinadas aos menores era exemplo em todo o país.

Para Pandiá Calógeras, apesar das suas convicções liberais e a admiração pelas soluções importadas (especialmente países desenvolvidos europeus e os EUA) para os problemas administrativos nacionais, para ele, administrador público e político experiente, havia a necessidade de instituir-se uma legislação social e um "Departamento do Trabalho" fundamentais na sua opinião para garantir a integração pacífica do operariado na ordem política republicana e evitando com isso os conflitos entre capital e trabalho e/ou trabalho manual e trabalho intelectual pois a "questão social" já sacudia os centros urbanos do centro-sul e estava ligada ao "problema operário" internacional. 285

²⁸⁴ CALOGERAS, Pandiá, op.cit. (p.172).

²⁸⁵ Provavelmente uma referência a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, que instalara um governo socialista na Rússia além dos movimentos grevistas de orientação anarco-socialista que eclodiram com intensidade em São Paulo, Rio de Janeiro e outros centros urbanos naquele mesmo ano.

Em junho de 1918, o Ministro do MAIC João Gonçalves Pereira Lima, através do decreto n. 13.064 (12/06/1918), tentava reduzir aquele que era um dos principais problemas ao longo da existência das EAAs que era o baixo número de aprendizes matriculados e, pior ainda, os pouquíssimos que se formavam ao final do curso. Nas justificativas e na exposição dos motivos do decreto, o Ministro argumentava a necessidade de um regulamento geral para todas as EAAs de forma que melhorasse o funcionamento a rede sem aumentar as verbas destinadas ao seu funcionamento, e harmonizando-a com a criação de cursos noturnos para alfabetizar trabalhadores de 16 anos em diante por meio de curso primário e de desenho a fim de "torna-los mais aptos nos seus oficios."286 O Ministro admitia o grave problema social do analfabetismo que atingia inclusive as crianças e pré-adolescentes em idade escolar das classes populares que afluíam às EAAs, e para tentar mitigar o problema antecipava a matrícula para os 10 anos de idade mínima além estabelecer a obrigatoriedade do primário ficando dispensados somente os que já tivessem certificados de escolas públicas municipais ou estaduais e igualmente a obrigatoriedade do curso desenho para todos os matriculados. Além disso as escolas receberiam a quantidade de aprendizes quanto permitissem suas instalações físicas, para a aprendizagem de um único ofício, mantinha-se o regime de externato, situação que oficialmente desobrigava a União em fornecer alimentação aos alunos no período escolar , bem como o número de cinco oficinas e em todas as instituições o curso duraria quatro anos com um ano escolar de dez meses.

Para melhorar o quadro funcional das escolas primárias-profissionais o referido decreto previa a contratação de professores, adjuntos, mestres e contramestres de oficinas, todos somente por concurso de provas práticas presididas pelo diretor de cada EAA, numa tentativa de impedir o critério clientelista nas nomeações destes cargos públicos. Também se estabeleceu o concurso para o cargo de diretor, sendo que neste caso o Diretor Geral da Indústria e Comércio apresentaria uma lista tríplice ao Ministro da Agricultura que escolheria o nome que julgasse mais apto para o cargo.

Aparentemente as sugestões de Pandiá Calógeras talvez estivessem sendo postas em prática, pois o artigo 20 do decreto 13.0614 previa que o Governo poderia contratar no país ou no exterior profissionais de reconhecida competência para dirigir as oficinas das EAAs e supervisionar todas as suas atividades. Mantinham-se a venda dos objetos

²⁸⁶ Relatório MAIC 1918- *Ministerial Reports (1821-1960)*, (p.381). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

produzidos nas oficinas com o lucro revertido para a escola e administrado pelo diretor, o museu da instituição, a exposição anual dos artefatos produzidos pelos alunos-aprendizes, a reunião nacional dos seus diretores, e certa normatização das condições de higiene das instalações e programas de ensino feitos por seus professores, porém supervisionados pelo diretor, e este pelo Ministério.

Apesar do detalhamento, da centralização administrativa sob o MAIC e da razoável padronização do regulamento de toda a rede nacional das EAAs, veremos através da análise dos gráficos do total de matrículas dos cursos diurnos e noturnos comparados e por estado, que uma série de possíveis variáveis externas à instituição, e em especial fatores de ordem econômica e político-ideológica, acabaram por influenciar e perpassar os objetivos, a estrutura e as práticas pedagógicas daquela instituição escolar que pretendia formar cidadãos-operários, portadores dos valores de cidadania idealizados pelas classes dirigentes republicanos. Contraditoriamente vemos ao longo da existência das EAAs a pouca adesão das classes populares em termos de matrícula a este modelo de ensino primário-profissional de quatro anos de duração.

Além das recorrentes dificuldades dos diretores das EAAs em manter a frequência dos seus estudantes nos cursos até a sua conclusão, já que a maioria optava por abandonar a escola já no primeiro ou segundo ano de ensino, havia um abismo entre as reais condições de vida das famílias pobres (fossem elas operárias ou não) e a sua compreensão da importância (ou não) do ensino profissional para a sua vida, sendo este contaminado por concepções ideológicas conservadoras presentes nos vários discursos sobre o tema da educação de ofícios ou industrial no contexto de transformações reais do setor urbanoindustrial principalmente.

Para a nossa análise quantitativa dos dados relativos às matrículas de alunos das EAAs em todo o país, optamos a seguir pela adaptação dos dados numéricos contidos em tabelas extensas para o formato de gráficos mais estilizados pois os mesmos nos permitem uma melhor visualização a análise dos números que refletem em alguma medida o desempenho da rede de ensino profissional-primário federal criada em 1909. Também sobre estes dados numéricos relativos às matrículas das EAAs, preferimos aproveitar o abrangente levantamento já feito pelo professor e pesquisador do ensino profissional brasileiro, Luiz Antônio Cunha, cujo trabalho já é merecidamente reconhecido pela comunidade acadêmica brasileira.

Quanto aos números relativos aos alunos concluintes nos cursos mantidos pelas EAAs, ao verificarmos relatórios do MAIC relativos a estas escolas, vimos que são muito poucos os dados numéricas disponíveis e confiáveis para fazermos um levantamento estatístico com razoável segurança sobre as conclusões de alunos, porém com base no testemunho dos diretores e alguns poucos dados informados por algumas escolas nos relatórios, concordamos com as conclusões do pesquisador L.A. Cunha²⁸⁷ de que o número de alunos formandos nos cursos das EAAs foi extremamente diminuto no período considerado (1910 a 1942), evidência essa que parece confirmar possível ineficiência didático-pedagógica daquela organização de educação profissional ou uma quase completa inadequação do seu modelo e funcionamento com a realidade social e econômica da maioria dos alunos provenientes de famílias pobres, as quais não podiam se dar ao luxo de um dos seus membros não contribuir com a sua força de trabalho na renda familiar ficando 4 ou até 6 anos em regime de dedicação quase exclusiva nas EAAs.

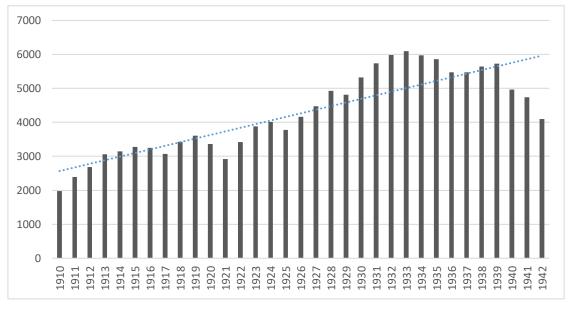


Figura – 45: Matrículas totais dos Cursos Diurnos das EAAs (1910 a 1942)

Fontes: Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV); Relatórios MAIC, 1910 A 1929; Sinopses Estatísticas Estados (IBGE) 1935 a 1937; O Ensino no Brasil (IBGE) 1932 a 1934, 1938 a 1942; Relatório da EAA da PB (1910-1940); Fonseca (1961) *apud* CUNHA, L.A. 2ed., São Paulo: Ed. UNESP, 2005 (pg. 93-94).

Nota: Valores das tabelas originas foram convertidos na forma deste gráfico.

O gráfico acima mostra uma linha de tendência crescente nas matrículas das escolas profissionais em todo o período analisado, porém tratava-se de um crescimento muito modesto quando pensamos nas necessidades não atendidas pelo ensino primário

²⁸⁷ CUNHA, L.A., op.cit., (p.108-109).

público e gratuito para a população jovem que não parava de crescer, haja visto o grande número de crianças e adolescentes em idade escolar não atendidos durante a Primeira República por falta de vagas nas escolas.

O número de matrículas nas EAAs desde o ano da sua fundação até as vésperas das medidas do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional técnico em 1920, em 11 anos de funcionamento os seus cursos diurnos em todo o país praticamente avançaram somente mais de 1.000 matrículas ao longo desse tempo. A média de alunos matriculados em toda a rede nestes anos foi de apenas pouco mais de 3.000, sinalizando um sofrível desempenho escolar apesar dos benefícios que trouxe para uma população pobre nacional que teve acesso a uma educação pública gratuita.

O período seguinte identificamos com os anos que experimentaram de alguma forma os efeitos das reformas no regimento na rede federal, através da "Remodelação" (1920) e, depois com a sua regulamentação pela Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices (1926), no qual uma série de mudanças no regimento e no seu sentido pedagógico passam a seguir o modelo da "escola-fábrica" que passou a vigorar no seu ensino e organização interna. Portanto, de 1921 a 1930 vemos um aumento mais robusto em termos de matrículas, mas nada que fugisse a linha de tendência desse crescimento, ou seja, acontece um salto de 3.000 para pouco mais de 5.000 novos alunos inscritos indicando algum efeito positivo das mudanças vindas com a "Consolidação", porém nada que fosse indicativo de um tremendo sucesso dessas implementações nas EAAs naqueles anos.

Finalmente o último período por nós identificado nesta série, vai do ano seguinte ao início do Governo Provisório de Getúlio Vargas até 1942, quando já não mais o MAIC é a pasta responsável pelas EAAs, mas sim o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Apesar das consideráveis mudanças no ramo da educação profissional em termos de organização administrativa, fiscalização e dotações orçamentárias que o governo varguista e seus ministros da educação tentaram imprimir para a rede, esta chega ao teto de aproximadamente 6.000 matrículas e não passará disso até final da série representada no gráfico, apesar disso mantém uma média anual de aproximadamente 5.500 alunos em todas as escolas.

Lembramos, todavia, que os totais de matrículas em uma dada EAA mesmo que num determinado ano fossem muito bons, os mesmos estavam sujeitos a quedas de frequência às aulas e a constante evasão de alunos, principalmente após um ou mais anos de escola em razão das razões socioeconômicas das suas famílias que já explicamos anteriormente.

Os cursos noturnos, voltados em seu início principalmente para os alunos analfabetos e, posteriormente, para trabalhadores e jovens iletrados (a partir dos 16 anos) que não poderiam frequentar as aulas diurnas em razão do trabalho. Predominaram nestes cursos noturnos basicamente aulas de conteúdo do primário (alfabetização e rudimentos de matemática) além de desenho técnico.

Percebemos que a linha de tendência aponta para um muito pequeno crescimento ao longo do período de trinta e dois anos de existência das EAAs. Praticamente a média anual de alunos em todo o período girou em aproximadamente pouco menos de 2.000 alunos, menos da metade da média de 4.400 alunos dos cursos diurnos nos mesmos anos. Apesar da expectativa do Governo em atrair grande número de operários interessados em aperfeiçoamento ou qualificação nestes cursos, as inscrições mal ultrapassaram a linha de 2.000 alunos.

Figura 46: Matrículas totais dos Cursos Noturnos das EAAs (1910 a 1942)

Fonte: Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV) *apud* CUNHA, L.A. 2ed., São Paulo: Ed. UNESP, 2005 (pg. 93-94).

Notas: Valores da tabela original foram convertidos na forma deste gráfico; nos anos de 1910 a 1917, 1932 a 1937 e 1940 a 1942, nos quais faltam os números totais de matrículas do noturno, foi feita uma simulação por meio da proporção das matrículas diurnas *e* noturnas por Estado, com os dados existentes nos anos de 1918 a 1931 e, depois, calculado uma média para essa proporção.

Ao compararmos as matrículas dos cursos diurnos e noturnos, nestes a variação dos totais é maior do que os cursos diurnos assim como sua procura em praticamente toda a rede sempre foi bem inferior. Como está explicado nas notas dos gráficos, nos anos de 1910 a 1917, 1932 a 1937 e 1940 a 1942, a ausência de dados numéricos das matrículas dos cursos noturnos em toda a rede das EAAS, obrigou-nos a fazer uma simulação estatística a fim de podermos comparar com os números das matrículas do diurno. Provavelmente essas lacunas nas informações de matrículas dos cursos noturnos, entre tantos possíveis fatores, podem indicar uma certa falta de importância que estes cursos tinham aos olhos de muitos dos diretores das EAAs nos estados.

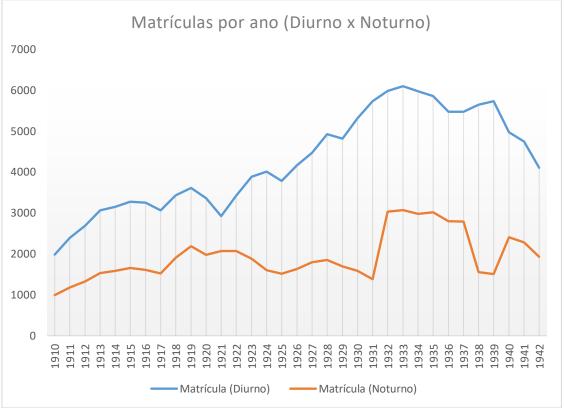
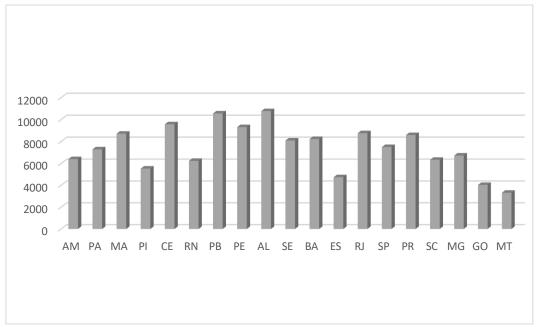


Figura 47: Matrículas por ano (Diurno e Noturno)

Fonte: Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV); Relatórios MAIC, 1910 A 1929; Sinopses Estatísticas Estados (IBGE) 1935 a 1937; O Ensino no Brasil (IBGE) 1932 a 1934, 1938 a 1942; Relatório da EAA da PB (1910-1940); Fonseca (1961) *apud* CUNHA, L.A. 2ed., São Paulo: Ed. UNESP, 2005 (pg. 93-94). Notas: Valores das tabelas originas foram convertidos na forma deste gráfico; nos anos de 1910 a 1917, 1932 a 1937 e 1940 a 1942, nos quais faltam os números totais de matrículas do noturno, foi feita uma simulação por meio da proporção das matrículas diurnas e noturnas por Estado, com os dados existentes nos anos de 1918 a 1931 e, depois, calculado uma média para essa proporção.

Na sequência de gráficos abaixo organizamos os totais de matrículas por Estados da Federação, a fim de verificar o peso de cada ente federativo no conjunto da rede de escolas profissionais.

Figura 48: Totais das Matrículas nos Cursos Diurnos das EAAs, por Estado da Federação (1910 a 1942)



Fonte: Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV); Relatórios MAIC, 1910 A 1929; Sinopses Estatísticas Estados (IBGE) 1935 a 1937; O Ensino no Brasil (IBGE) 1932 a 1934, 1938 a 1942; Relatório da EAA da PB (1910-1940); Fonseca (1961) *apud* CUNHA, L.A. 2ed., São Paulo: Ed. UNESP, 2005 (pg. 93-94).

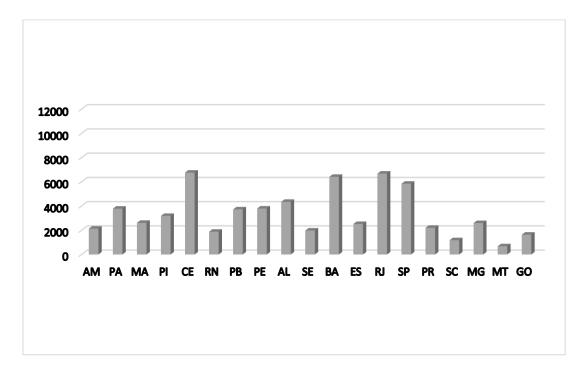
Nota: Valores das tabelas originas foram convertidos na forma deste gráfico.

Notamos um conjunto de quatro Estados nordestinos que se sobressaem ao possuírem os mais elevados números totais de matrículas, ficando entre pouco mais de 9.000 e acima de 10.000 alunos, os quais foram inscritos ao logo de 32 anos de existência da rede federal: as EAAs de Alagoas, Paraíba, Ceará e Pernambuco. Portanto, curiosamente são as capitais de Estados com pouquíssima ou praticamente nenhuma industrialização na República Velha que estão registrados os maiores números de matriculados do conjunto das EAAs. Uma das explicações poderia ser a também pouquíssima oferta de vagas em escolas públicas gratuitas nestas capitais fato esse que tornou a EAA local numa opção viável de escolarização das crianças pobres locais, além de não haver concorrência de outras escolas profissionais públicas ou privadas para a escola profissional federal.

Um segundo grupo poderia ser formado com as EAAs estaduais com matrículas entre pouco mais de 8.000 alunos e acima de 7.000, sendo que nesse caso abarcaria

Estados com capitais possuidoras de considerável parque industrial e proletariado – como no caso de São Paulo – e outras capitais com existência de fábricas e oficinas e uma população operária em ascensão. No caso de São Paulo, principalmente, e a EAA localizada em Campos-RJ, o número de matriculados não ser o maior da rede poderia ser justificado, talvez, pela existência de concorrência de outras escolas profissionais além de outras opções de cursos como os oferecidos por entidades privadas e outros órgãos governamentais como as forças armadas. Assim nesses casos haveria um leque um pouco mais variado de opções que poderiam ofuscar a presença da EAA nestes estados e suas capitais.

Figura 49: Totais das Matrículas nos Cursos Noturnos das EAAs, por Estado da Federação (1910 a 1942)



Fonte: Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV) *apud* CUNHA, L.A. 2ed., São Paulo: Ed. UNESP, 2005 (pg. 93-94).

Notas: Valores da tabela original foi convertido na forma deste gráfico; nos anos de 1910 a 1917, 1932 a 1937 e 1940 a 1942, nos quais faltam os números totais de matrículas do noturno, foi feita uma simulação por meio da proporção das matrículas diurnas *X* noturnas por Estado, com os dados existentes nos anos de 1918 a 1931 e, depois, calculado uma média para essa proporção.

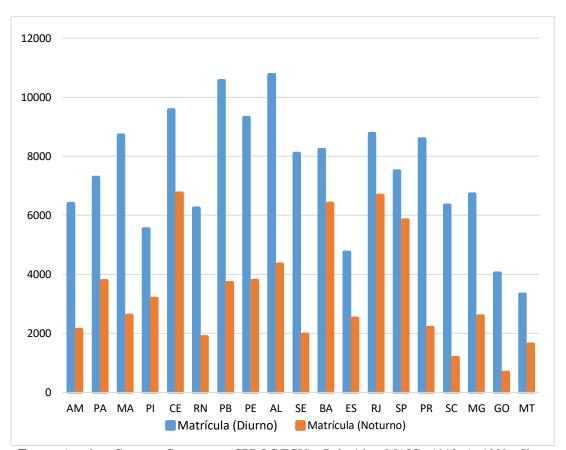
É interessante notar que no caso dos cursos noturnos, a maioria dos Estados que mais se destacam (RJ, BA e SP) justamente são aqueles que no gráfico anterior se situavam numa posição intermediária, apesar da sua realidade industrial. Possivelmente os cursos noturnos oferecidos à população operária e adulta-jovem que não estava mais em idade escolar, surtiu algum efeito nestas capitais ao atrair um número maior de

estudantes neste período. Novamente a EAA localizada em Fortaleza - CE também se destaca permanecendo também no noturno primeiro grupo em termos de total de matrículas entre 1909 a 1942.

As EAAs de MT e GO chamam nossa atenção pelo destaque negativo em termos de quantidade de matrículas tanto nos cursos diurnos como nos noturnos, provavelmente por estarem numa região (centro-oeste) marcadamente de baixa concentração demográfica e cujas capitais estaduais ofereciam um limitadíssimo mercado de trabalho para ofícios manufatureiros pois predominavam atividades econômicas geralmente de mera subsistência.

Figura 50: Comparação dos totais de matrículas por Estado da Federação:

Diurno e Noturno (1910 a 1942)



Fonte: Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV); Relatórios MAIC, 1910 A 1929; Sinopses Estatísticas Estados (IBGE) 1935 a 1937; O Ensino no Brasil (IBGE) 1932 a 1934, 1938 a 1942; Relatório da EAA da PB (1910-1940); Fonseca (1961) *apud* CUNHA, L.A. 2ed., São Paulo: Ed. UNESP, 2005 (pg. 93-94).

Notas: Valores das tabelas originas foram convertidos na forma deste gráfico; nos anos de 1910 a 1917, 1932 a 1937 e 1940 a 1942, nos quais faltam os números totais de matrículas do noturno, foi feita uma simulação por meio da proporção das matrículas diurnas *X* noturnas por Estado, com os dados existentes nos anos de 1918 a 1931 e, depois, calculado uma média para essa proporção.

Por fim, neste gráfico (Figura – 50) que compara as matrículas dos cursos diurno/noturno das EAAs por Estado da federação, podemos destacar que ao longo do período analisado que essas escolas profissionais em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia foram as que a diferença entre os matriculados no curso diurno e no noturno não foi tão acentuada como em outras escolas, talvez evidenciando certo esforço, coordenação e interesse das suas diretorias em atrair o maior número possível membros das classes trabalhadoras para o ensino oferecido naquelas escolas tanto durante o dia como a noite, impedindo que houvesse certa ociosidade destas escolas de aprendizes nas suas respectivas cidades.

4.4 A conclusão da rede federal de ensino profissional com a transferência da Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás para a União.

Em 11/08/1917, o Prefeito do Distrito Federal, Amaro Cavalcânti, através do Decreto 1.800, em parceria com o Governo da União criava a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, possivelmente em homenagem ao Presidente da República que naqueles anos de problemas econômicos gerados pelos efeitos da Primeira Grande Guerra sobre o pais, ainda assim foi reconhecido como um entusiasta e incentivador para que se implantassem escolas técnico-industriais voltadas para os futuros trabalhadores e outras formadoras de pessoal docente para a melhoria da educação nacional.

Oficialmente a inauguração da escola em prédio considerado patrimônio nacional pelo governo republicano, ocorreu no dia 09/11/1918 e contou com a presença do próprio Presidente Wenceslau Braz, assim como do Prefeito Amaro Cavalcânti e um dos líderes da Igreja Católica, o Cardeal Arcoverde (figura - 51). Inicialmente o referido Prédio foi reformado parcialmente para receber as atividades letivas, mas poucos anos depois sofreria novas intervenções na sua estrutura a fim de comportar as diversas alterações pedagógicas e administrativas pelas quais passaria a Escola.

Desde o início foi pensada para ser uma escola mista com o objetivo de formar pessoal docente, mestres e contramestres para as escolas profissionais em geral, além de professores de trabalhos manuais para as escolas primárias do Distrito Federal. Segundo Fonseca²⁸⁸ e Cardoso²⁸⁹, ao iniciar efetivamente suas atividades em 11/08/1919 a escola

-

²⁸⁸ FONSECA, C. S. da., op.cit. (p.).

²⁸⁹ CARDOSO, Tereza F.L., Uma Escola Normal, uma "Escola de Trabalho" in *Revista Contemporânea de Educação*, vol.8, n.15, jan./jul. 2013 (p.56-70)

oferecia para os rapazes o Curso Técnico Profissional e o Curso de Trabalhos Manuais, frequentado principalmente por alunas.

Figura – 51: Inauguração da *Escola Wenceslau Braz*. Presentes o próprio Presidente Wenceslau, o Prefeito do D.F. Amaro Cavalcânti e o Cardeal Arcoverde (09/11/1918).



S. Excia. o Sr. Presidente da Republica, tendo de um lado S. Encia. o Cardeal, e do outró o Sr. Prefeito do Districto Federal, por occasião da inauguração, a qual tambem compareceram a sua casa civil e muitos convidados.



Fonte: Revista *Careta* ano XI, n.543, 16/11/1918.

Em 27/07/1919, num acordo inicial²⁹⁰ celebrado entre a União (Ministro Antônio de Pádua Sales) e o Governo do Distrito Federal (Prefeito Paulo de Frontin), a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz passava a ser administrada pelo Governo federal, ficando sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Sua finalidade passava a ser a formação de mestres, contramestres e demais docentes destinados prioritariamente às EAAs e aos aprendizados e escolas agrícolas. Este acordo que transformava a Escola W. Braz da capital da República em uma instituição de ensino subordinada à União, voltada quase que exclusivamente para a formação de mestres de ofícios especializados e professores qualificados para ministrarem aulas nas EAAs, era a tentativa de atender um dos principais motivos de reclamações sobre o fraco desempenho da rede federal de escolas profissionais: o despreparo da grande maioria dos seus professores, assim como as condições sofríveis de infraestrutura da maioria das suas escolas profissionais nos Estados.

No primeiro relatório do MAIC sobre a Escola Wenceslau Braz (1919), já eram previstas a construção de oficinas e demais instalações para a formação dos futuros docentes-técnicos a fim de ministrarem aulas em oficinas, adaptando a escola para as suas novas finalidades. Também de forma inovadora para a época, o ensino profissional feminino era assegurado no planejamento da escola sob a nova gestão federal "para o fim de ministrar às alunas uma educação profissional adequada a vida prática, consoante o mister a que se propuser cada uma das nossas compatriotas"²⁹¹.

Em março de 1920 a Escola Wenceslau Braz era reaberta agora sob jurisdição federal e no relatório do MAIC do mesmo ano, são expostas as razões do investimento da União nesta instituição voltada à formação de professores qualificados para o núcleo comum e para disciplinas técnicas destinadas às EAAS:

"[...] urgia estabelecer nas Escolas de Aprendizes Artífices, que a União mantém, com sacrifícios pecuniários em 19 capitais de Estados do país, condições tais, que despertassem mais interesse do povo, pela formação de seus filhos como operários, capazes de acompanharem os intensos progressos da técnica

²⁹⁰ Decreto Federal n.13.721, 13//08/1919 e Decreto DF n.2.133, 06/09/1919. O acordo final, quando assinado em 27/11/1919, o Prefeito do DF era Milcíades Mário de Sé e o Ministro da Agricultura Idelfonso Simões Lopes.

²⁹¹ Relatório MAIC 1919 (p.336) - *Ministerial Reports (1821-1960*). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

Era preciso tornar o recinto da Escola mais atraente, [...] Os mestres e contramestres de escolas de aprendizes artífices devem ser homens da prática, porém capazes de dar aulas especiais de desenho industrial e de tecnologia. Devem, pois, ter feito sua aprendizagem em escolas técnicas, ou pelo menos, em escolas de aperfeiçoamento; o mesmo acontece com o ensino das humanidades elementares... (grifo nosso)"²⁹²

O documento destaca a necessidade de atrair o interesse das classes populares para a educação profissional, para que seus filhos optassem por esse tipo de qualificação técnica preferencialmente destinada às necessidades da indústria que então estava se expandindo, mas não como um conhecimento técnico especializado e estanque, mas uma formação que fizesse esses jovens das classes populares "acompanharem os intensos progressos da técnica".

Um dado interessante a ser destacado no relatório é a valorização de uma educação profissional onde as disciplinas técnicas ligadas ao ambiente das oficinas deveria estar integrada a "educação humanística" num mesmo programa de ensino para que o aluno tivesse uma percepção clara da complexidade que encontraria no mundo real. ²⁹³ Não por acaso ainda neste ano, quando os trabalhos da equipe responsável pelo *Serviço de Remodelação* começavam, a Escola Wenceslau Braz já se preparava para a atualização do seu regimento interno sob a direção do MAIC e planejava várias adaptações da sua estrutura e dos cursos para as novas e maiores finalidades da escola que agora iria atender toda a rede das EAAs.

Outro elemento positivo sobre a integração da Escola Wenceslau Braz ao sistema federal das EAAs além de assumir oficialmente o protagonismo de combate ao preconceito social em relação ao trabalho manual, era o incentivo e promoção da educação feminina que de certa forma questionava os padrões conservadores a respeito do papel da mulher na sociedade brasileira do início do século XX. Em 28/10/19121 o Ministério da Agricultura autorizava o diretor da escola W. Braz a iniciar a construção de pavilhões para as oficinas de trabalhos em madeira e metal, assim como a criação de

²⁹³ Relatório MAIC 1920 (p.452) - *Ministerial Reports (1821-1960*). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

-

²⁹² Relatório MAIC 1920 (p.451) - *Ministerial Reports (1821-1960*). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

novas seções onde se realizariam as aulas práticas de "prendas domésticas e cerâmica" 294 voltadas para as alunas da instituição.

Em 1923 eram relatados que a Escola estava em pleno funcionamento sendo ministradas, "em aulas comuns a ambos os sexos" várias disciplinas (português e educação cívica, matemática, geografia, história, desenho a mão livre e geométrico, pedagogia, contabilidade, modelagem e trabalhos manuais, etc.). Para os homens havia aulas de tecnologia e mecânica além de frequentarem as "oficinas" (espaços improvisados) de trabalhos de madeira e de metal; enquanto que para as alunas eram lecionadas aulas de estenografía e datilografía e frequentavam "oficinas" de costura, bordados e flores.

Conforme relatório de 1923, as autoridades responsáveis pela escola admitiam que quanto a principal missão da escola que consistia na preparação de quadros docentes qualificados para as EAAs, a situação ainda deixava a desejar pois:

> "A **reduzida matrícula masculina** também se justifica pelo fato de não ter ainda a Escola montado convenientemente as suas oficinas de trabalhos de madeira e metal. Os novos pavilhões destinados à instalação dessas oficinas ainda não estão concluídos. [...] Com a nova regulamentação em estudo e com o aparelhamento projetado para as suas oficinas, a Escola ficará em condições de bem realizar a sua alta missão educativa."295 (grifo nosso).

O número de alunos matriculados continuava bem inferior ao das estudantes do sexo feminino, desvirtuando na opinião de alguns críticos da escola o seu objetivo principal que deveria ser a formação de mestres e contramestres operários para lecionarem nas EAAs espalhadas pelo país e em outras escolas profissionais. Este fenômeno estaria ocorrendo, segundo o documento oficial, pelo fato de até aquela data não terem sido construídos os espaços físicos para a instalação das oficinas de trabalhos em metal e madeira e, consequentemente, não haver máquinas instaladas para serem utilizadas em aulas práticas destinadas aos futuros mestres operários. Além disso, a direção aguardava um novo regimento interno a ser outorgado pela Governo federal a fim

²⁹⁴ Relatório MAIC 1922 (p.139) - Ministerial Reports (1821-1960). Disponível em: Acesso em 02/05/2015.

²⁹⁵Relatório MAIC 1923 (p.245) - Ministerial Reports (1821-1960). Disponível em: Acesso em 02/05/2015.

de adequar a escola aos seus novos objetivos de alcance nacionais. Portanto ainda havia muito a fazer.

No primeiro dia do mês de junho de 1924 era aprovado pelo Ministro da Agriculta o 1º Regimento Interno da Escola Wenceslau Braz, sob o comando federal, no qual era oficializado a missão exclusiva da escola que era o preparo para a docência nas EAAs de professores e mestres de oficinas. A instituição de ensino continuaria mista, como externato e passava de 4 para 6 anos de duração. Com cursos de trabalhos em madeira e em metal para o sexo masculino; costura, chapéus e economia doméstica para o sexo feminino e aulas de atividades comerciais para ambos os sexos. Este regimento também aumentou em um ano o curso para mestres e em dois anos para de formação de professores, essa extensão da permanência na escola fez baixar imediatamente no ano seguinte (1925) o número de matriculados que foi se recuperando aos poucos nos anos seguintes, mas sempre prevalecendo uma maioria de estudantes femininas.

Apesar da escola W. Braz e sua direção ter como uma de suas metas principais o combate ao preconceito social a respeito do ensino profissional, contraditoriamente na sua congregação só era permitida pelo regimento a participação dos professores e seus adjuntos, ficando excluídos do seu órgão colegiado que estudava e aprovava os planos de ensino de todo o corpo docente os mestres de oficinas. Ou seja, aqueles que eram os técnicos e responsáveis pelo ensino prático das oficinas estavam de fora da instância pedagógica mais importante daquela escola profissional-normal que formaria docentes para todas as EAAs.

Mas ainda neste ano não havia sido construído o espaço para a instalação das oficinas destinadas aos cursos de mecânica, eletricidade e artes decorativas com o seu respectivo aparelhamento (máquinas e ferramentas específicas), ocasionando aquilo que seria considerado uma contrariedade para várias autoridades ligadas ao ensino profissional federal da época pois a Escola Wenceslau Braz continuava a ter em sua maioria estudantes do sexo feminino²⁹⁶.

²⁹⁶ Segundo a pesquisadora Tereza F.L. Cardoso, o segundo diretor da Escola Wenceslau Braz, Carlos Américo Barbosa de Oliveira (24/03/1924 a 18/02/1931), era um liberal integrante do grupo de engenheiros educadores que compartilhava das ideias desenvolvimentistas nas décadas de 1920 e 1930. Este diretor via a participação majoritária feminina na escola como um sinal de progresso, rechacando as tentativas de

_

a participação majoritária feminina na escola como um sinal de progresso, rechaçando as tentativas de coibir a participação feminina naquela escola normal-profissional. CARDOSO, Tereza F.L. op.cit. (p.65).

A Escola Profissional Wencestan Braz è um modelo na educação da mulher para o lar. Outro grupo de alumnas sorridentes.

Duas alumnas da Escola Rivadavia Corrêo visitam os collegas da Escola Wencestan Braz. Veja-se a alegria da mocidade radiante.

Figura – 52: Escola W. Braz como modelo de educação feminina (1931)

Fonte: Revista O Malho, Ano XXX, n.1512, 12/12/1931.

Somente no ano seguinte foram inauguradas as novas oficinas de trabalhos em madeira e trabalhos em metal. É necessário destacar que nesse mesmo ano de 1925, João Luderitz, o chefe encarregado do *Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico*, segundo relatório do MAIC²⁹⁷, esteve à frente da Escola Wenceslau Braz, comandando-a interinamente na ausência do diretor titular. Provavelmente este contato mais próximo com a realidade daquela escola normal-profissional e os seus problemas possa ter sido determinante para que no ano seguinte fosse aprovado o 2º Regimento interno da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, isso em 30/08/1926.²⁹⁸, quando foi publicada a portaria do MAIC que consolidava os dispositivos concernentes às EAAs.

Neste segundo regimento a exclusividade de participação na Congregação da escola continuava somente com o diretor, os professores e os seus adjuntos (artigo 12). Destacamos essa contradição conforme explicado acima, pois a importância deste colegiado se justificava já que era ali que os programas de ensino dos cursos e oficinas eram analisados e aprovados. Ali se determinava o tipo de metodologia de ensino a ser adotada, organizava a distribuição das disciplinas no calendário e os seus horários, elegia

²⁹⁷Relatório MAIC 1925 (p.507) - *Ministerial Reports* (1821-1960). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

²⁹⁸ Relatório MAIC 1926 (p.275-284) - *Ministerial Reports (1821-1960*). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

comissões examinadoras de concursos, avaliava as provas orais dos candidatos a professor na escola, elegia as comissões examinadoras de concursos e elegia as comissões de exame e de redação daquela instituição. Em suma, era nesta instância e em suas discussões e votações que provavelmente o jogo do poder e o seu efetivo exercício ocorria dentro da Escola Wenceslau Braz.

Pelo 2º regimento interno desta escola aprovado pelo Governo federal, mantinhase o seu principal objetivo que era o de "preparar professores e mestres para estabelecimentos de ensino profissional da União." (artigo 1º), a escola permanecia mista e sob regime de externato (artigo 2º), com os cursos de trabalhos de madeira e de metal, de mecânica e eletricidade, de economia doméstica, de modas, de artes decorativas e comercial (artigo 3º). Aos alunos do sexo masculino, nos dois primeiros anos frequentariam oficinas de trabalhos em madeira e metal, e nos anos seguintes se especializariam em curso escolhido; as alunas frequentariam as oficinas de economia doméstica e costura, nos primeiros dois anos, especializando-se no curso escolhido nos anos seguintes (artigos 5º e 6º).

Aulas de tecnologia, mecânica industrial e eletricidade só seriam ministradas exclusivamente aos homens após cursarem "trabalhos de madeira", "trabalhos de metal" ou "artes decorativas" (artigo 4°).

O quadro docente da Escola Wenceslau Braz era composto por professores titulares e adjuntos para as disciplinas do núcleo comum e especialidades, além de mestres e contramestres para os cursos relacionados aos trabalhos manuais e oficinas (artigo 7°).

Quanto ao provimento dos cargos de diretor e docentes da escola, o de diretor seria definido através de uma escolha do MAIC entre os professores titulares da escola, sobre isso não temos informações se entres estes pares houve algum tipo de eleição para definição de um nome a ser levado ao Ministro. Possivelmente o antigo diretor deveria contribuir com a indicação de um nome para ser escolhido pelo Ministério federal. O cargo de professor era definido a partir da promoção do adjunto da sua cadeira, e havendo mais de um o diretor definiria o escolhido. A vaga de mestre era reposta a partir da promoção de um dos contramestres da seção, por proposta do diretor. Somente para os cargos de professor adjunto e contra-mestres é que haveria a realização de concurso público para a definição dos candidatos (artigos 30 a 33).

Para os candidatos ao ingresso na Escola Normal Wenceslau Braz era obrigatório a idade mínima de 12 anos, não ter qualquer tipo de doença infecto-contagiosa, apresentar atestado de vacinação, além de ser aprovado em duas provas escritas, uma oral e outra gráfica (artigos 39 e 40).

Finalmente, o segundo regimento da escola definia que os candidato concluintes obteriam os seguintes diplomas ao findar o **quinto ano** de cada um dos cursos: mestres de trabalhos de madeira; de trabalhos de metal; de mecânica e eletricidade; de artes decorativas; de economia doméstica; de modas; e de contador. O diploma de professor seria conferido ao término do sexto ano e após o candidato submeter-se e uma prova didática. Com isso os formandos teriam os diplomas que lhes dariam a "preferência para a nomeação de professores e mestres dos estabelecimentos de ensino profissional da União, bem como para o aperfeiçoamento no estrangeiro em especialidades que se relacionem com a sua capacidade técnica."²⁹⁹

Além do regime de externato, a Escola Wenceslau Braz passou a receber alunos de outros Estados "quando desprotegidos de fortuna, e dando-lhes juntamente com os desta Capital uma educação geral e especializada, de acordo com as aptidões reveladas..." Estes estudariam na escola em regime de internato instalados na antiga residência do diretor que ficava no terreno da escola. Segundo relatório do MAIC de 1927³⁰¹, faziam parte do internato sete alunos mantidos com bolsas de estudo do Governo Federal no valor de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis) mensais provenientes dos Estados do AM, PB, SE, BA, SC e PA.

Possivelmente esta vinda de alunos originários de outras unidades federativas à capital federal, significava um reforço a mais no pequeno número de matrículas de estudantes do sexo masculino numa tentativa de minimizar as críticas de setores da sociedade no sentido de que a escola não estaria cumprindo com sua principal missão que era a de formar técnicos homens para assumir oficinas em escolas do país.

Apesar das críticas e pressões governamentais no sentido de privilegiar exclusivamente a formação de professores homens para o ensino técnico de forma a

³⁰⁰ Relatório MAIC 1927 (p.247) - *Ministerial Reports* (1821-1960). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

²⁹⁹ Relatório MAIC 1926 (p.283) - *Ministerial Reports* (1821-1960). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

³⁰¹ Relatório MAIC 1927 (p.248) - *Ministerial Reports* (1821-1960). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

atender as demandas das EAAs, ainda assim o seu corpo docente e diretoria não abriam mão de certas concepções industrialistas no sentido de influenciar o "desenvolvimento das forças produtivas nacionais" e propagar entre a população brasileira de todas as classes sociais uma aceitação maior em relação ao trabalho manual e as carreiras técnicas. Um exemplo disso ocorreu neste mesmo ano, ao aproveitar os meses em que as dependências ficam ociosas durante as férias dos alunos regulares. Foi aberto ao público externo um curso de férias, algo até então inédito em instituições escolares, no qual os matriculados teriam alternadamente 4 horas diárias de aulas nas oficinas de marcenaria, tornearia, serralheria e latoeiraria. A matrícula era gratuita e os cursos durariam dois meses. Quanto aos resultados dessa iniciativa, assim foi relatado ao MAIC:

"Convém salientar, como fato bastante significativo, pertencer a maioria dos matriculados a famílias abastadas desta Capital. Vai assim desaparecendo um preconceito lastimável e triunfando a grande verdade no campo da pedagogia moderna, a imensa importância do trabalho manual."

Percebe-se neste caso o esforço da direção da escola, apesar do otimismo exagerado quanto aos resultados, sua tentativa de transformar a Escola Wenceslau Braz num centro irradiador de novos valores ideológicos que combatessem o preconceito social que ainda persistia contra o trabalho manual e as carreiras mais técnicas na sociedade brasileira.

O fato é que na década de 1920 muitos formadores de opinião e lideranças políticas dos centros mais importantes do país cada vez mais debatiam temas relacionados a educação em geral, pois nesse período aos poucos a versão tradicional da pedagogia liberal foi sendo superada por uma pedagogia mais modernizada e preocupada com as transformações econômico-sociais pelas quais o país passava. Um exemplo dessa efervescência educacional da década foi a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, a I Conferência Nacional de Educação de 1927 organizada por aquela organização.

Em 10 de dezembro de 1927, portanto um ano após a portaria do MAIC ter oficializado a *Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices*, era realizada uma exposição na qual estavam presentes diversas autoridades da

³⁰² Relatório MAIC 1927 (p.250) - *Ministerial Reports (1821-1960*). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

República, inclusive o Presidente Washington Luís, o qual "manifestou publicamente a sua magnífica impressão, felicitando o corpo docente e administrativo da Escola pela obra educativa por esta realizada."³⁰³

Figura – 53: Solenidade de entrega de diplomas na Escola Wenceslau Braz (1927)



Fonte: Revista *O Malho*, ano XXVI, n.1318, 17/12/1927.

As fotos **acima** (**figura** – **53**) mostram este ponto alto da Escola Wenceslau Braz, quando o chefe do Executivo federal e alguns dos mais importantes ministros vem prestigiar esta escola que pretendia valorizar o trabalho do professorado em todo o país,

³⁰³ Relatório MAIC 1928 (p.09) - *Ministerial Reports (1821-1960*). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

minimizando as diferenças entre disciplinas básicas e aquelas do ensino técnico, e ao mesmo tempo combater os preconceitos contra a profissionalização da mulher e que pesava sobre as carreiras técnicas relacionadas com o trabalho manual e fabril.

Na tabela a seguir (Tabela 5) podemos perceber que o número total de matrículas femininas foi de quase o triplo do número das matrículas masculinas, assim como o aproveitamento das alunas em termos de conclusões de curso foi de mais de quatro vezes o número de diplomados do sexo masculino! Desde quando a escola passou para a órbita federal, era explícito a intenção das autoridades da União que esta instituição fosse o modelo e o centro abastecedor da docência de ensino profissional para todo o país e essa desproporção entre as matrículas masculinas e as femininas não agradavam as autoridades no MAIC, apesar dos esforços de defesa do ensino profissional feminino da parte dos diretores da Escola Wenceslau Braz. Entretanto, por ser tratar de um curso de formação de futuros professores para a rede federal do ensino profissional os níveis de evasão escolar eram um pouco melhores que os das escolas de aprendizes, porém os números totais de formandos nos dezenove anos da existência da Wenceslau Braz também deixavam a desejar face ao volume do investimento e expectativa depositada em relação ao que deveria ser o seu desempenho.

Do total de alunos (de ambos os sexos) em todo o período somente sete por cento foram diplomados, sendo que dos homens o desempenho foi mais crítico ainda pois do seu total apenas cinco por centro obtiveram o certificado. No caso das alunas, do seu total tão-somente oito por cento foram diplomadas. Podemos deduzir por estas baixas porcentagens que além das questões socioeconômicas e do ambiente cultural familiar que porventura pudessem contribuir para esse baixo desempenho dos estudantes em termos de conclusão de curso, parece que havia um certo conservadorismo didático-pedagógico típico do professorado e direção escolar da época, fenômeno que podemos caracterizar pela atitude em preservar sistemas, instituições e práticas educacionais como se fossem atemporais, em nome de manter o respeito à tradição, resistindo a qualquer tipo de mudança ou autocrítica. Por exemplo aceitar como natural numa instituição escolar o baixo aproveitamento dos estudantes e um grande número de retenções em termos de poucos formandos.

Quanto aos melhores níveis de permanência e baixa de evasão da escola, a explicação para esse bom desempenho da escola normal federal foi assim esclarecida pela

equipe do Serviço da Remodelação, que também se dedicava na modernização de toda a rede federal de ensino profissional:

"Não se passam na Escola Normal profissional Técnica Wenceslau Braz as coisas, com referência à frequência dos alunos, do mesmo modo como nas de Aprendizes Artífices dos Estados.

Sendo um curso para professores e mestres, as oportunidades de colocação dos respectivos diplomados por ele, são mais prometedoras: seduz mais poder obter um título que garante mais colocações rendosas; de mais a mais o elemento que aflui a esta escola é da burguesia que faz timbre em dar uma educação secundária a seus filhos: não se aplica, pois, a este ensino a necessidade de pagamento ao aluno."³⁰⁴

Portanto, ao explicar os melhores índices de permanência dos estudantes da escola W. Braz, o relatório aponta a possibilidade de uma colocação mais "rendosa" e de maior *status* no mercado de trabalho da época, e a origem social dessa clientela que vem das classes mais elevadas e mais preocupadas em colocar seus filhos numa educação de nível secundário.

Os números de matrículas (anuais) na Escola Wenceslau Brás do ano do seu segundo regimento interno (1924) até o último ano sob o comando do MAIC (1929), apresentaram certa variação positiva.

As informações do desempenho escolar desta escola na década de 1930, contidas na tabela-5 também nos mostram que a partir do fim da Primeira Republica o número total de matrículas da escola começou a decair progressivamente para alunos e alunas, até o ano de 1937 quando o Governo Federal fecha a escola.

³⁰⁴ Relatório do MAIC 1920 - *Ministerial Reports (1821-1960)*. (p.461-62). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

Tabela – 5: Matrículas e Diplomações da Escola Wenceslau Braz (1919-1937)

Ano	Matrículas Masculinas	Matrículas Femininas	Total de Matrículas	Diplomados sexo masculino	Diplomados sexo feminino	Total de Diplomados
1919	60	62	122			0
1920	69	106	175			0
1921	67	154	221			0
1922	60	200	260			0
1923	24	196	220	7	10	17
1924	26	204	230		12	12
1925	20	169	189	2	20	22
1926	45	214	259			0
1927	44	255	299	2	3	5
1928	74	277	351		16	16
1929	107	343	450	2	23	25
1930	148	311	459	1	27	28
1931	119	257	376	4	19	23
1932	116	267	383	13	59	72
1933	120	228	348	7	15	22
1934	94	213	307	9	46	55
1935	76	164	240	12	49	61
1936	81	123	204	13	5	18
1937	59	140	199			0
Totais do período	1.409	3.883	5292	72	304	376

Fontes: Relatórios MAIC 1928 (p.15) e 1929 (p.14), para os anos de 1924 a 1929 - *Ministerial Reports* (1821-1960). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015; Também dados de FONSECA, C. S. da. *História do Ensino Industrial (Vol.III)*, Rio de Janeiro, SENAI, 1986 (p.136), para os anos de 1919 a 1923 e 1930 a 1937.

Nota: Tabela adaptada a partir dos dados das fontes citadas.

É possível que a extinção da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz em 11/06/1937, pelo então Ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas, Gustavo Capanema, esteja relacionada justamente com as expectativas frustradas das autoridades federais dos ministérios que a comandaram - inicialmente da Agricultura e, pós 1930, o da Educação - bem como aos novos projetos e concepções de ensino profissional que passaram a prevalecer nos anos 1930³⁰⁵ e que o Governo Vargas resolveu implantar neste ramo da educação brasileira.

Ainda sobre a Escola Wenceslau Braz, o pesquisador da história do ensino profissional Celso S. da Fonseca³⁰⁶ observou que o predomínio de matrículas femininas

_

³⁰⁵ Sobre este tema recomendamos o nosso trabalho publicado em 2015: *A criação do SENAI no contexto da Era Vargas*, ed. Prismas; especialmente os capítulos I e II.

³⁰⁶ FONSECA, C. S. da op. cit. (p.135-6)

nesta escola de certa forma contribuiu para alimentar a decepção governamental antes mesmo de 1930 sobre a utilidade da escola Wenceslau Braz para a rede das EAAs. Portanto, quando os números de suas matrículas foram decrescendo na década de 1930, ao longo do período Vargas, era somente uma questão de tempo para que outro projeto de formação de professores para a educação profissional se sobrepusesse sobre o ideal de carreira docente, da educação feminina e de educação profissional segundo o modelo defendido pelos diretores daquela escola em seus quase 20 anos de existência.

5 A atuação do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico nas EAAs sob a coordenação do Eng. João Lüderitz.

A Primeira Guerra havia terminado e para o Brasil, entre as muitas consequências econômicas, a redução das importações havia favorecido no país alguns setores da indústria com uma maior participação de empresários nacionais e diversificação na produção voltada para o mercado interno. Porém, em contrapartida, já em 1920-21 durante o governo Epitácio Pessoa, uma crise financeira derrubou os preços do café e interrompeu o fluxo de capitais externos além de encarecer os produtos importados com a depreciação do mil-réis.

As autoridades republicanas tiveram que lidar neste período além do desequilíbrio externo, com o desequilíbrio fiscal e alta da inflação, ocasionando sérias consequências para as classes médias urbanas que viam seu poder aquisitivo diminuir, enquanto a população mais pobre sofria com a carestia em razão da elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Também elevou-se o desemprego com a falência e o fechamento de pequenas manufaturas e a concentração do capital industrial em grandes companhias, muitas das quais controladas por capitais estadunidenses a partir do pós guerra.

A mobilização da classe operária que havia se intensificado desde as grandes greves de 1917 e 1919, mesmo após o refluxo provocado pela intensificação da repressão estatal sobre grupos anarquistas e a militância do movimento operário no início da década de 1920, os operários e as suas reivindicações começaram a encontrar eco entre setores do governo, na opinião pública urbana e entre a classe industrial que também passa a se organizar em associações patronais.³⁰⁷

Da parte das autoridades republicanas, começavam a surgir algumas propostas e as primeiras leis trabalhistas³⁰⁸ para arbitrar disputas entre patrões e empregados, ao mesmo tempo ocorria no Estado de São Paulo a profissionalização e modernização do

3

³⁰⁷ Os industriais paulistas, tendo à frente o empresário e intelectual Roberto Simonsen, rompem em 1928 com a Associação Comercial e fundam o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

³⁰⁸ **Decreto n.16.027, de 30/04/1923.** Criou o *Conselho Nacional do Trabalho*, órgão consultivo dos poderes públicos em assuntos referentes à organização do trabalho e da previdência social (foi criado sem recursos, nem verba própria); **Decreto n.4.982, de 24/12/1925.** Mandava conceder, anualmente, 15 dias de férias aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, sem prejuízo de ordenado, vencimentos ou diárias (foi sistematicamente desobedecido por boa parte do empresariado da época); **Decreto n.17.943-A, de 12/101927.** Consolidou as leis de assistência e proteção a menores estipulando a maioridade a partir dos 18 anos e propondo jornada de trabalho de seis horas (enfrentou uma reação apenas parcial, com relação aos limites de idade - de 14 anos - e ao horário de trabalho estipulados).

aparato repressivo para lidar com a contestação dos operários por direitos sociais e maior participação política no regime (criação do DOPS em São Paulo no ano de 1924). Além disso, parte do empresariado mais desejoso de uma modernização através dos novos conhecimentos científicos, via na administração mais racional e promotora do bem-estar geral um fator de aumento da produtividade e da eficiência da indústria nacional, além de neutralizar a radicalização ideológica dos seus empregados.

Nessa conjuntura econômica complicada da primeira metade da década de 1920, acompanhada das crescentes demandas sociais e conflitos políticos que desafiavam a ordem oligárquica mantida pelo Estado brasileiro, o Presidente Epitácio Pessoa autorizava o Ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes criar em outubro de 1920, a Comissão de Remodelação do Ensino Técnico Profissional, logo transformada em 1921, em Serviço de Remodelação do Ensino Técnico Profissional. Assim justificava o Presidente Epitácio este serviço de "Remodelação" nas EAAs:

"É força remodelar, com espírito prático, as escolas de aprendizes artífices, e pô-las em condições de fornecer às indústrias nacionais, manuais ou mecânicas, os elementos especializados de que necessitam. O ensino profissional, para ser eficaz, deve apoiar-se na estreita vinculação da prática com os conhecimentos técnicos, consultar a vocação ou preferência de cada aluno e ser ministrado de modo tão completo quanto possível. Só assim chegaremos a formar bons operários e proporcionar-lhes oportunidade de completar, por uma instrução industrial de ordem mais elevada, a capacidade que tenham adquirido. Entre os fatores mais influentes da capacidade educativa das escolas de aprendizes artífices, ocupa o primeiro lugar o de mestre de oficinas. Deste depende em grande parte o êxito que se propugna. Não basta que seja prático, é preciso ainda que esteja em condições de saber transmitir ao aluno a instrução. Ora, alguns dos atuais instrutores não sabem sequer as primeiras letras e ignoram, portanto, os princípios pedagógicos mais rudimentares." (grifo nosso).

Em linhas gerais a educação profissional ministrada nas EAAs deveria ter condições de fornecer à indústria do país a mão de obra qualificada de que ela necessita. Mas para isso o Presidente admite que a rede de escolas profissionais mantidas pelo governo federal precisava ser remodelada "com espírito prático", ou seja, criar uma estreita "vinculação da prática com os conhecimentos técnicos" e, ultrapassando a visão assistencialista daquele tipo de escola, verificar a "vocação ou preferência de cada aluno"

_

³⁰⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - *A Educação nas mensagens presidenciais (1890 1986)* Vol.I, Brasília: INEP, 1987, (p.79).

a fim de que este se torne um futuro operário altamente especializado e útil par ao mundo da indústria. A ideia que parece estar contida no discurso do Presidente e dos seus assessores era a de aproximar cada vez mais os estudantes das EAAs da realidade vivida no interior das fábricas, aliando a isso um ensino profissional "tão completo quanto possível".

Outro importante elemento desta justificativa que dará início a "remodelação", tornando este plano o mais longevo e de maior investimento por parte do Governo da União voltado ao ensino profissional da Primeira República, era o relacionado com o combate à evasão dos alunos e ao desempenho sofrível das EAAs em diplomar seus matriculados.

"Outra dificuldade é a impaciência dos aprendizes, que só mui raramente concluem os cursos do ofício em que se matriculam. Essa impaciência é, muitas vezes, acoroçoada pelos próprios pais, geralmente pessoas urgidas de necessidade, e que têm pressa de ver os filhos começarem cedo a perceber salários. Daí resulta que, logo após o segundo ano, os aprendizes deixam as escolas pelas oficinas particulares, que lhes retribuem os serviços. Eis aí uma das principais razões da exígua população escolar de tais estabelecimentos, decrescentes de ano para ano, como ainda em 1920 se observou." 310

O chefe do Executivo atribui à "impaciência" dos alunos e dos seus familiares o fato de não ficarem até o término do curso para que o jovem obtivesse uma formação profissional completa, de tal modo a tornarem-se mais úteis para a sociedade e o meio industrial. Apesar dessa explicação moralista do abandono precoce da maioria dos alunos, o Presidente admitia que suas famílias tinham necessidades urgentes, daí o seu ingresso no mundo do trabalho pois dependiam dessa renda dos menores para a sua sobrevivência. Por causa disso os números de matriculados nas escolas eram "decrescentes de ano para ano" obrigando, portanto, a União a implementar o plano de "Remodelação" das EAAs a fim melhorar o desempenho destas unidades escolares e fazê-las cumprir sua dupla missão: construir a nação com futuros trabalhadores qualificados e cientes dos seus deveres para com a pátria e fortalecer a economia do país com trabalhadores nacionais treinados e imunes às "ideologias exóticas" subversivas à ordem republicana oligárquica.

Além dos desafios da economia do país, das contestações político-sociais e das dificuldades administrativas pelas quais passava a rede de ensino das escolas profissionais

³¹⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, op.cit., (p.79).

federais, a necessidade de uma educação voltada para aquilo que se esperava então das classes populares nacionais: sua inserção adequada no mercado de trabalho que se "modernizava" pela expansão industrial, sua qualificação e aumento da sua produtividade, fatores essenciais para o progresso e o combate da desordem nos centros urbanos do país, inclusive naqueles das regiões mais distantes do país.

Para fazer frentes a essa nova orientação que deveria ser implementada nas EAAS, em meados de 1920 o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Ildefonso Simões Lopes criava uma *Comissão de Remodelação do Ensino Profissional Técnico* que depois de admitir as urgentes reformas na infraestrutura, na administração e no quadro docente da rede profissional federal, no ano seguinte, oficializava essas medidas com o chamado *Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico*. A direção da *Remodelação* das EAAs coube ao engenheiro e diretor do Instituto Parobé do Rio Grande do Sul, escola que também era financiada pelo Governo Federal a exemplo das escolas de aprendizes.

João Lüderitz que ocupava a função de diretor naquele instituto³¹¹, desde 1906 (ou 1908)³¹². Em 1920 foi convocado pelo Ministro da Agricultura Ildefonso S. Lopes para coordenar os trabalhos de reorganização do ensino técnico das EAAs, João Lüderitz fazia parte do professorado gaúcho sendo este fortemente influenciado pela corrente positivista-castilhista que predominava naquele Estado e defensora de uma educação de características mais científicas e racionais, condição essencial para que a sociedade brasileira atingisse o terceiro estágio da evolução humana, a "fase positiva", promovendo a integração do proletariado à sociedade moderna capitalista e industrial, através de ações tomadas por um governo esclarecido e também guiado por princípios científicos, características essas que contribuiriam para pacificar a sociedade e levar o progresso através de uma educação voltada ao trabalho e geradora de uma nova ética republicana.

João Lüderitz ainda no tempo em que dirigiu e lecionou no Instituto Técnico Profissional (futuro Instituto Parobé), realizou duas viagens a Europa e Estados Unidos da América em 1909 e somente a Europa 1912, com a responsabilidade visitar e estudar

³¹² O Instituto Técnico Profissional passou a ser chamado Instituto Parobé em homenagem ao seu falecido primeiro diretor, João José Pereira Parobé, a partir de 1915. LIMA, Raquel R. *Liceu Parobé: um instituto das artes e ofícios*. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_0/0_%20Raquel.pdf Acesso em 15/11/2015.

_

³¹¹ O Liceu de Artes e Ofícios localizado em Porto Alegre-RS, em 1906 foi chamado de Instituto Técnico Profissional *Benjamin Constant*, "numa explícita evocação das matrizes positivistas de orientação" PESAVENTO, Sandra J. *A Burguesia Gaúcha: Dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1988 (p.176).

instituições de ensino profissional de alguns países mais industrializados para adaptar seus modelos de ensino e de administração escolar no instituto gaúcho em que trabalhava.

Segundo Gilson L. Queluz³¹³, o Diretor do Instituto Parobé soube adaptar para o nosso país um ensino tecnológico abrangente de ofícios em nível de aprendizagem industrial e, ao mesmo tempo, produzir trabalhos comercialmente válidos aproximando o aprendiz de ofícios da realidade de uma fábrica em funcionamento. Ao visitar na Bélgica na chamada Universidade do Trabalho de Charleroi, entrou em contato com seu diretor Omer Buyse, um dos grandes nomes da ciência do trabalho na Europa. Ficou impressionado com o sistema de educação da qual faziam parte as escolas industriais de todos os níveis do ensino técnico no qual o trabalho experimental era realizado conjuntamente com o ensino profissional mais teórico, buscando aproximar o aluno das condições reais do cotidiano de uma indústria. Lá assimilou os princípios de economia de energia e mínimo esforço, além da importância dos trabalhos manuais no aprendizado profissional, conforme defendido por Buyse em seu livro *Methodes Americaines d'Education*, referência constante de Lüderitz ao defender sua proposta de ensino profissional.

Estas viagens e o contato com a moderna ciência do trabalho então praticada nas escolas profissionais européias, ajudou João Lüderitz em seu retorno na modernização dos estatutos do então Instituto Técnico Profissional implementado a partir de 1913, conferindo-lhe uma regulamentação mais sólida, com objetivos precisos e metas a serem alcançadas. Logo, nos anos seguintes o desenvolvimento desta escola atingiu níveis de excelência em termos de aproveitamento dos alunos e da produção de suas oficinas, fatos esses que chamaram a atenção das autoridades interessadas no desenvolvimento do ensino profissional brasileiro do Distrito Federal.

O propósito de Lüderitz e dos mantenedores do Instituto Parobé de resolução dos conflitos sociais por meio de uma educação profissional promotora da inserção do aluno oriundo das classes populares na sociedade moderna através de sua profissionalização, buscava atingir dois propósitos ambicionados. O primeiro era a nacionalização de toda a cadeia do ensino profissional, pois uma vez formados sob estes princípios os estudantes

³¹³ QUELUZ, Gilson L. *A Ciência do Trabalho Européia e a Educação Profissional no Brasil no início do século XX*. Disponível em:

 $< http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/205.pdf > Acesso\ em\ 15/11/2015.$

não seriam somente uma mão de obra qualificada, mas também comporiam uma nova geração de futuros mestres; o outro era o de contribuírem para o aumento da produtividade do trabalhador nacional, que dentro daquela lógica beneficiaria tanto patrões como assalariados. Aqueles com maior retorno dos seus investimentos por trabalhador empregado, e estes com acesso a uma quantidade e variedade maior de mercadorias, melhorando sua qualidade de vida neutralizando potencial conflito entre capital e trabalho.

O Serviço de Remodelação logo que iniciou os trabalhos na rede de escolas, no relatório de 1920 do MAIC³¹⁴ são descritas uma série de reformas iniciadas em várias das escolas, inclusive na de formação de professores Wenceslau Braz, obras essas que exigiam uma considerável soma de recursos que foram dispendidos naquele ano e nos anos seguintes por aquele Ministério. Ainda sobre o tema dos investimentos do MAIC destinados às EAAS, em 1922 possivelmente João Lüderitz ou um dos seus auxiliares ao relatar a situação financeira das EAAs no contexto dos esforços que se faziam para modernizá-las, expunha que "as 19 Escolas de Aprendizes Artífices, cujos diretores lutam com dificuldades para obter, em tempo útil, a distribuição de créditos para o custeio..."³¹⁵ As dificuldades financeiras do Estado brasileiro de alguma forma estavam dificultando o andamento dos trabalhos de modernização da rede profissional federal, que provavelmente sofria com a falta de recursos até para as suas atividades cotidianas como o pagamento de funcionários, fornecedores e outras contas necessárias para o funcionamento normal das escolas.

Nos gráficos abaixo, onde relacionamos o percentual de participação das verbas direcionadas à rede de ensino profissional no orçamento do Ministério da Agricultura (figura-54) e em outro (figura-55), no orçamento geral da União, buscamos analisar através da movimentação dos recursos financeiros destinados às EAAs se de fato o Executivo federal estava empenhado e comprometido com o projeto de modernização proposto pelo Serviço de Remodelação na década de 1920, enquanto durou a atuação desta força tarefa chefiada por Lüderitz. Vejamos os gráficos a seguir:

Relatório MAIC 1920 (p.453-55) - *Ministerial Reports (1821-1960)*. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015

³¹⁵ ³¹⁵ Relatório MAIC 1922 (p.142-3) - *Ministerial Reports (1821-1960*). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015

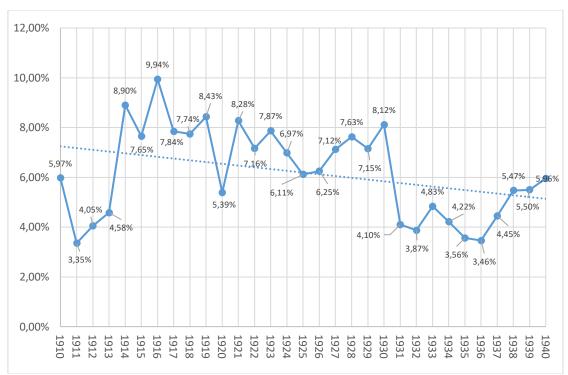


Figura – 54: Participação percentual das EAAs no orçamento do MAIC (1909 a 1930) e MES (1931 a 1940)

Fonte: Orçamento do MAIC e MES tirados de IBGE – *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*, 2ªed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (p.620); Recursos destinado às EAAs em FONSECA, C. S. da. *História do ensino industrial no Brasil.* 5 vols. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.

Notas: Média percentual do período analisado = 6,19% e Desvio Padrão = 1,8%; O deflator implícito do PIB, foi extraído de *Estatísticas do Século XX*, *IBGE*. O ano base é 1940.

Ao analisarmos os valores no gráfico acima (figura – 54) notamos que os recursos destinados pelo MAIC até o ano de 1930, ano limite em que este ministério abrigou a rede de EAAs, houve uma certa variação dos percentuais investidos nas escolas profissionais com algumas quedas bruscas como a do ano seguinte ao funcionamento da rede (1911), e o ano de 1920 quando o MAIC iniciava a "Remodelação". Notamos que os percentuais dos recursos do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio destinados às EAAs até o ano de 1930 giravam na faixa de 6% a 8%, o que não era pouca coisa para um Ministério que a princípio deveria se dedicar principalmente a questão agrária e outras correlatas tão valorizadas numa economia ainda predominantemente agroexportadora. Os gastos com cada escola de aprendizes poderiam variar de Estado para Estado – custo de vida local, fornecedores, apoio material do governo estadual, etc. - sem contar que a capacidade administrativa do diretor e o número de docentes adjuntos contratados seriam também determinantes para a saúde financeira de cada unidade e, portanto, para o seu funcionamento adequado.

De 1921 a 1930, período de vigência do Serviço da Remodelação do Ensino Profissional Técnico e depois da sua oficialização com a "Consolidação" de 1926, notamos que há um salto nos investimos do Ministério no primeiro ano (1921) mas que nos anos seguintes diminuem até a metade da década. Este período de decadência dos recursos coincide com a **não aprovação** do projeto do novo regulamento (de 159 artigos) para as EAAs proposto por João Lüderitz ao Ministério federal em 1923. Porém, na segunda metade da década de 1920 principalmente a partir de 1926, os valores investidos voltam progressivamente a crescer até atingir o quase o mesmo percentual (8.12%) do início da década, este período de ascensão dos valores encaixa-se com a vigência da *Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices* na qual algumas das sugestões de João Lüderitz contidas no rejeitado regulamento de 1923 foram adotadas pelo Ministro da Agricultura da época, após baixar este documento em portaria de 13/11/1926 que normatizou a rede federal de ensino profissional até a sua transferência ao Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930.

Ainda sobre o gráfico acima (figura 54) da participação percentual das EAAs no orçamento dos ministérios responsáveis pela administração das EAAs (MAIC e MES), podemos observar uma "linha de tendência" que atravessa as variações percentuais do orçamento destinado às escolas profissionais federais. Esta linha que começa em 1910 com pouco mais 7%, termina em 1940 com pouco mais de 5%! De fato, parece que a tendência foi de queda com repasses menores com o passar do tempo, apesar das variações positivas em alguns anos.

Porém, precisamos relativizar esta tendência negativa da linha que perpassa o gráfico, pois apesar dos problemas nas contas públicas enfrentado pelo Estado brasileiro ao longo da Primeira República, é fato que o orçamento da União e dos Estados mais ricos aumentou ao longo do período, situação essa que acabou repercutindo positivamente nos volumes que eram repassados aos ministérios e destes, para as EAAs.

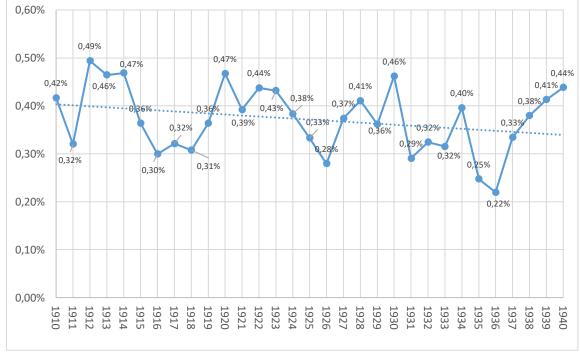


Figura – 55: Participação percentual das EAAs no orçamento da União

Fonte: Orçamentos da União disponíveis em: < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/pesquisa/avancada> Acesso em 07/10/2015; Recursos destinado às EAAs em FONSECA, C. S. da. *História do ensino industrial no Brasil.* 5 vols. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. **Notas**: Média do período analisado = 0,37% e Desvio Padrão = 0,1%; O deflator implícito do PIB, foi extraído de *Estatísticas do Século XX, IBGE*. O ano base é 1940.

Quando consideramos os valores do gráfico acima (figura-55), tomando por base alguns dos mesmos eventos que afetaram a história administrativa da rede de escolas profissionais federais, percebemos mais alguns detalhes da relação entre o Governo federal e as EAAs. O percentual de valores investidos pela União na rede federal composta por 19 escolas profissionais mais a escola normal Wenceslau Braz a partir de 1919, os valores oficialmente nunca ultrapassaram 0,50% do total orçamentário da União. Entre o ano inicial do funcionamento das EAAs (1910) até o ano em que a rede é colocada sob a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde no Governo Vargas (1930), seu pico em termos de verbas federais foi de 0,49% em 1912 e seu mais baixo percentual ocorreu com 0,28% no ano de 1926.

Tal como aconteceu quando observamos o percentual de verbas em relação ao MAIC (até 1930), também no gráfico acima sobre o percentual destinado às EAAs em relação ao orçamento da União, a linha de tendência das dotações orçamentárias nos dois gráficos é decrescente. No caso do gráfico comparativo com a União, quando avaliamos o período delimitado entre o início da "Remodelação" (1920) até o seu final (1930), percebemos também que do ano inicial dos trabalhos de João Lüderitz até a metade da

década de 1920, há um decréscimo considerável de investimentos federais nas EAAs, porém a partir de 1926, mesmo ano de implementação da *Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices*, novamente observamos uma ascensão nas verbas destinadas a rede profissional chegando ao seu auge também no último ano de funcionamento da "Consolidação" das EAAs (1930).

Possivelmente fatores políticos e as variadas dificuldades administrativas enfrentadas pela equipe da "Remodelação" chefiada por Lüderitz, também foram determinantes para que muitas das propostas e o próprio aprofundamento das reformas pretendidas por aquela equipe não encontrassem total apoio dos diretores das escolas, técnicos e autoridades ministeriais da época.

Vamos a seguir discutir mais detalhadamente algumas das medidas tomadas pelo projeto de "remodelação" das EAAs ao longo da década de 1920, verificando determinadas ações e as suas justificativas contidas na bibliografia sobre o assunto e tiradas dos relatórios do MAIC que eram enviados à Presidência da República, além de algumas informações contidas na imprensa daquele período histórico.

Novamente, nos números percentuais da participação dos gastos com as EAAs no orçamento total da União, também observamos aquela "linha de tendência" negativa que atravessa as variações da linha do gráfico (figura 55) indo de 0,40% em 1910 a aproximadamente 0,34% em 1940. Novamente temos que lembrar que o montante do orçamento da União e de alguns Estados mais ricos experimenta considerável aumento com a expansão da economia no período pré-crise de 1929 e, depois, com o incremento da industrialização do centro-sul e a superação da depressão da década de 1930. Ou seja, apesar da **tendência** de menor de participação no orçamento da União, os volumes de recursos aplicados no final dos anos 1930 foram bem maiores compensando em parte esta tendência.

No penúltimo capítulo deste trabalho, quando abordarmos o significado da Revolução de 1930 sobre a rede de escolas profissionais federais, voltaremos novamente a analisar os valores e tendências econômicas contidas nos dois gráficos relativos aos orçamentos das EAAs (em relação ao MAIC e a União), focalizando principalmente o período pós 1930.

5.1 O Serviço de Remodelação e a sua busca por uma reforma modernizadora e padronizadora dos métodos de ensino nas EAAs.

Vimos anteriormente que já com a vigência do Decreto n.13.064 (12/06/1918), uma série de novos dispositivos buscavam a modernização e melhoria do desempenho educacional da rede federal profissional no contexto da educação brasileira da época. Podemos lembrar de alguns como o ingresso da Escola Wenceslau Braz (1919) na rede de ensino profissional com o objetivo de formar docentes especialmente para as EAAs, a criação dos cursos noturnos, ajuda de custo aos alunos, etc. Porém a formulação dos programas dos cursos e das oficinas continuavam a ser elaborada pelos diretores e docentes locais, somente depois tais programas eram submetidos à última instância para a aprovação do Ministro da Agricultura. Apesar da aparente centralização, tal modelo impedia uma padronização de métodos pedagógicos a muito reclamada pelas autoridades federais que viam nisso, entre outras coisas, uma das causas do baixo rendimento das escolas e sua incapacidade em atrair e manter os alunos oriundos das classes baixas até o final do curso.

Em anúncio publicado pelo jornal OESP em 07 de junho de 1927, a direção da Escola de Aprendizes Artífices da capital paulista, já o maior parque industrial do país, chama os interessados a se matricularem em seus cursos oferecendo uma série de benefícios caso os candidatos oficializassem o seu ingresso na escola. Chama a nossa atenção neste anúncio a ênfase que o redator dá sobre a gratuidade do curso e os detalhes dos benefícios advindos aos que porventura se matriculassem:

"À avenida São João, 404, acha-se aberta diariamente das 11 Às 14 horas, a matrícula, **absolutamente gratuita**, a Escola de Aprendizes Artífices.

Os cursos diurnos são de artes e ofícios, instrução primária e desenho profissional e durarão 4 anos, sendo facultada ao aluno a escolha do ofício que mais lhe convenha, visto que a Escola mantém diversas oficinas, de acordo com as necessidades do desenvolvimento industrial do país.

[...] Os cursos noturnos, em que só são admitidos maiores de 16 anos, são destinados ao aperfeiçoamento nas matérias de que constam o ensino primário e o de desenho, acima discriminados. Funcionam das 19h30 às 21h30 horas.

A Escola onde o curso, como acima se disse é absolutamente gratuito, fornece todos os materiais indispensáveis a boa marcha do ensino,

bem como, **dá aos alunos por ela diplomados, as ferramentas** necessárias no início de sua profissão na vida prática.

A matrícula para os cursos diurnos destinados aos menores de 16 anos e maiores de 10, deverá ser solicitada verbalmente pelos respectivos pais, tutores ou responsáveis, e para os cursos noturnos poderá ser feita mediante pedido, também verbal, dos próprios candidatos.

Os alunos dos cursos diurnos gozam das vantagens da Associação Cooperativa e de Mutualidade, percebendo nos casos de moléstia, ou acidente, diárias para o devido tratamento.

Por conta do governo, continua a ser fornecida aos alunos, as 10h, a **sopa escolar**.

Os alunos do curso diurno, gozam das vantagens do **passe do bonde**, com a redução de 50%. **A escola fornece ao aluno as ferramentas e materiais**, sendo os seguintes cursos que mantém: Ajustador, mecânico, ferraria, fundição, marcenaria, torneiro em madeira, carpintaria de moldes para fundição, entalhador (escultura)"³¹⁶ (grifo nosso).

Destaca-se neste anúncio publicado pela direção da EAA da capital paulista, as numerosas vantagens oferecidas aos interessados na tentativa de conseguir o maior número possível de candidatos numa cidade que naturalmente deveria ter essa demanda em razão da quantidade de oficinas e fábricas que lá existiam em meados da década de 1920. Fica a impressão para o leitor atual que tamanha importância dada aos benefícios concedidos pela instituição aos seus futuros matriculados, reflete justamente um quadro de pouca procura pelos seus cursos em condições normais havendo, portanto, a necessidade destes incentivos que não eram poucos se pensarmos a precariedade dos direitos sociais da época. Em gráfico anterior onde quantificamos o número de matrículas das EAAs por Estado (figura-42), vimos que a escola de aprendizes de São Paulo estava numa posição intermediária em termos de totais de matrículas ao longo da existência das EAAs (1909 a 1942) quando comparada com os outros estados, ficando atrás inclusive das escolas nas capitais do Nordeste onde a atividade industrial era insignificante. Era constrangedor para a direção da escola e as autoridades federais pois esperava-se que a EAA de São Paulo fosse a unidade de melhor desempenho da rede haja visto sua localização privilegiada, isto é, no centro manufatureiro do país e a grande população de potenciais operários daquela capital.

 $^{^{316}}$ OESP (1927). Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19270607-17629-nac-0005-999-5-not/ busca/Aprendizes% 20Art% C3% ADfices > acessado em 07/06/2015.

Já no início dos trabalhos do "serviço da remodelação" em 1920, Lüderitz busca adaptar alguns dos conceitos de Omer Buyse³¹⁷ à realidade social e econômica onde as escolas profissionais brasileiras estavam inseridas. Para isso propõe já em seu plano de reforma a incorporação nas oficinas das atividades consideradas "artesanais" a fim de adaptar aqueles espaços e seus cursos às possibilidades oferecidas pela estrutura da escola e o número de interessados matriculados.

Era um começo de trabalho buscando tentar elevar o nível daquele ensino e imprimir certa uniformidade nos currículos da rede dentro das limitações orçamentárias e dificuldades em operacionalizar tais reformas numa rede espalhada num território tão grande como o nosso.

O Serviço de Remodelação destacava a necessidade de diferenciar a educação básica e elementar (alfabetização) dos aprendizes — já que na sua maioria não haviam feito o primário e chegavam analfabetos — da educação propriamente técnica-profissional. Na primeira seriam **dois anos** de adaptação com trabalhos manuais (pré-vocacional) e disciplinas do ensino básico. Feita a alfabetização, o curso técnico ocorreria em **três ou quatro anos** percorrendo o aluno 3 ou 4 oficinas de uma seção de ofícios correlatos, agrupados conforme as peculiaridades econômicas da região da sua EAA.

Assim propôs a equipe do Serviço de Remodelação chefiada pelo engenheiro João Lüderitz a primeira reformulação dos cursos nas oficinas, **após** os dois anos de prévocacional e ensino básico:

"A) a seção de trabalhos em madeira:

1º ano – marcenaria e estofaria.

2º ano – beneficiamento mecânico da madeira.

3º e 4º anos – carpintaria e entalhe.

B) a seção de trabalhos em metal:

1º ano – funilaria e instalações domiciliarias.

2º ano – forja e serralheria.

3º e 4º anos – mecânica e fundição

C) a seção de condutores de máquinas e instalações elétricas:

1º ano – forja e ajustagem mecânica.

2º ano – caldeiras e motores térmicos.

3º e 4º anos – motores hidroelétricos e eletrotécnica.

D) a seção de artes gráficas:

 $1^{\rm o}$ ano — tipografia e linotipia.

2º ano – fototécnica e impressão.

3º e 4º anos – litografia e encadernação.

³¹⁷ A energia e sua conservação, expansão e dispêndio eficaz pelo operário. Neste sentido o trabalho humano é visto como uma grandeza perfeitamente quantificável e, relacionado a isso, o conceito de

potencial de trabalho. QUELUZ, Gilson L. op.cit.

E) a seção de artes decorativas:

1º ano – modelagem e cerâmica.

2º ano – pintura decorativa.

3º e 4º anos – formação, estucados.

F) a seção de eletroquímica:

1º ano – galvanoplastia.

2º ano – galvanostegia e fundição artística.

3° e 4° anos – acumuladores e eletrotécnica especial.

Estes seis grupos citados são os que correntemente, em qualquer capital de Estado, poderiam ter imediata aplicação: não foram pois lembrados outros grupos também interessantes, como a seção de artes têxteis, as de atividades rurais e comerciais, de trabalhos em couro; nem tão pouco se fez menção de seções próprias para meninas, visto que, segundo consta, a escola profissional federal nos Estados, não é frequentada pelo sexo feminino, fato este para o qual ainda não se achou explicação."318

É interessante notar que Lüderitz e sua equipe³¹⁹, composta na sua totalidade por profissionais ligados diretamente ao Instituto Parobé, buscavam imprimir no ensino profissional a ser ministrado nas EAAs uma característica de curso secundário, todavia formando o aluno com um "diploma" que lhe renderia algum *status* e reconhecimento social semelhante aos formados nos cursos superiores de Direito, Engenharia e Medicina consagrados pela coletividade brasileira da Primeira República. Obviamente era uma tarefa dificílima, pois implicaria em mudar toda uma percepção cultural em relação ao ensino técnico e aos trabalhos manuais da sociedade nacional da época, mas que os "parobenses" viam como plausível bastando para isso "aparelhar bem as escolas com edifícios e maquinismos, ferramentas, mestres e contramestres, laboratórios e matéria-

³¹⁸ Relatório do MAIC 1920 - *Ministerial Reports (1821-1960)*. (p.456-57). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

³¹⁹ A equipe da Remodelação do Ensino Profissional na sua primeira fase (contratados pelo Governo federal até meados de 1923) era composta pelos seguintes nomes: Chefe - João Lüderitz (engenheiro civil, professor de estradas e pontes e diretor do Instituto Parobé, da Escola de Engenharia de Porto Alegre); Auxiliares de Inspeção - Lycerio A. Schreiner, engenheiro civil, formado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre) e Antonio H. T. Alves (inspetor secretário do Instituto Parobé, da Escola de Engenharia de Porto Alegre); Mestres - Paulino Diamico (mestre de artes gráficas, ex-encarregado da tipografia da Escola de Engenharia de Porto Alegre), Tebyriçá de Oliveira (mestre de construção metálica e mecânica, condução de máquinas e eletrotécnica, diplomado pelo Instituto Parobé, especializado em mecânica de precisão em Lelocle - Suíça), Ladislau Stowincki (mestre de artes decorativas, ex-contramestre de modelagem do Instituto Parobé, diplomado pelo mesmo estabelecimento); Contramestres - Alcides Raupp (contramestre de trabalhos em metal, ex-encarregado da seção de forja e serralheria, latoaria e instalações domiciliárias do Instituto Parobé, onde também se diplomou), Luiz de O. Santos (contramestre de trabalhos de artes gráficas, aluno diplomado pelo Instituto Parobé), Francisco Pandolpho (contramestre de trabalhos em metal, aluno diplomado pelo Instituto Parobé), Othelo Baptista (contramestre de trabalhos em madeira, aluno diplomado pelo Instituto Parobé), Cyrillo Fiume (contramestre de trabalhos em madeira, ex-aluno do curso noturno de aperfeiçoamento do Instituto Parobé, oficial marceneiro do mesmo estabelecimento). Relatório do MAIC 1922 - Ministerial Reports (1821-1960). (p.141-42). Disponível em: Acesso em 02/05/2015.

prima para os trabalhos, verba para pessoal extraordinário, etc."³²⁰ Ou seja, para esse grupo de engenheiros, mestres e contramestres da escola profissional gaúcha o sucesso das EAAs era uma questão de elevação do número de anos do curso, reformas físicas e qualificação do quadro docente para que o reconhecimento da sociedade inevitavelmente viesse mais cedo ou mais tarde.

Jorge Nagle³²¹ ao comentar o fascínio pelo progresso técnico que os países capitalistas mais avançados exerciam entre as nossas classes dirigentes e seus intelectuais orgânicos do início do século XX, esclarece-nos que no bojo desse fenômeno cultural foi muito comum naquele período pensar que alguns instrumentos – um certo tipo de educação, por exemplo – por si só tornariam possível também o progresso econômico e o desenvolvimento social de países pobres como o nosso. Portanto, incorriam na falha de acreditar que o mero transplante do produto, i. e., o ensino profissional segundo "modernos" métodos europeus, traria aqui os mesmos resultados verificados em países industrializados.

Mas de qualquer forma, Lüderitz e sua equipe haviam identificado os seguintes "pontos de estrangulamento" da rede federal que precisavam ser destravados para que as escolas de aprendizes pudessem ter bem melhores resultados eram resumidamente identificados com os seguintes itens:

- Prédios maus localizados, em situação precária e inadequados para o ensino de ofícios;
- Ausência de mestres e contramestres de ofícios competentes e com formação docente;
- Despreparo administrativo e desconhecimento pedagógico sobre educação profissional da maioria dos seus diretores;
- Necessidade de aparelhamento das oficinas;
- Falta de livros técnicos traduzidos para a língua portuguesa;
- Inexistência de uniformidade dos programas de ensino técnico nas EAAs;

³²⁰ Relatório do MAIC 1920 - *Ministerial Reports (1821-1960)*. (p.459). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

[&]quot;percebe-se o resultado, identifica-se o instrumento que o tornou possível – a educação profissional -, mas a falta de uma visão mais ampla impede que se apontem as condições (estruturais) verdadeiramente impulsionadoras do progresso e de suas consequências. Transplanta-se o produto, desligado do processo em relação ao qual é simples consequência final." NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 3ªed. São Paulo: EDUSP, 2009 (p. 192).

- Carência de material didático básico para ser utilizado nas escolas;
- Ausência de um projeto pedagógico comum de ensino profissional para toda a rede;
- Evasão escolar por razões socioeconômicas da parte dos alunos e suas famílias;

Mas era no último dos itens acima, o que mais preocupava a equipe da *Remodelação* e onde mais o seu chefe João Lüderitz investiu seu prestígio e esforços para implementar aquilo que ele tinha convicção de ser a solução para o grave problema da evasão escolar nas EAAs, i. e., fazer da escola de aprendizes também um ambiente de fábrica, capaz de atrair e manter seus alunos até a sua completa formação escolar profissionalizante:

"Basta de fato para conseguir resultados satisfatórios, neste sentido, que as escolas se ocupem com a fabricação de artefatos vendáveis que tendo seu valor educativo, como padrões de aprendizagem técnico, feita uma judiciosa escolha dos respectivos tipos, a renda escolar sendo devidamente arrecadada, permita manter nas escolas a atividade industrial **que lhes dá vida tornando-as atraentes**, sem pesar grandemente nos cofres públicos" (grifo nosso). 322

A industrialização do ambiente de ensino da rede de escolas federais de aprendizes as tornariam "vivas e atraentes" principalmente para as famílias operárias que além de matricularem os seus filhos, lá os deixariam até completarem o curso pois haveria o pagamento de diárias para os alunos a partir do seu trabalho e aprendizado nas oficinas que funcionariam em ritmo industrial, atendendo encomendas do Estado e de particulares. Somado a isso, na perspectiva otimista da equipe da Remodelação, a renda gerada também poderia ser aplicada na própria escola aliviando das despesas do poder público para a sua manutenção.

Sobre a atuação do Serviço de Remodelação nos Estados, vamos a seguir destacar o trabalho feito na Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Rio de Janeiro, localizada na cidade de Campos dos Goytacazes.

³²² Relatório do MAIC 1920 - *Ministerial Reports (1821-1960).* (p.460). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

O Relatório³²³ dos serviços prestados pela *Remodelação* na escola de Campos, nos diz que nesta escola federal, já em 1922 haviam sido concluídas as obras iniciadas no ano anterior. Entre elas as instalações das oficinas de trabalhos em madeira e metal, de alfaiataria e de artes gráficas (tipografia, estereotipia e impressão). Também o antigo edifício havia sido reformado (fachada, sala para oficina de artes gráficas e salas para aulas no primeiro andar do prédio).

Máquinas e instalações relacionadas foram executadas e as oficinas de mecânica e eletricidade foram transformadas na nova seção de trabalhos de metal.

Naquele ano e narrando o mesmo episódio de reforma da EAA de Campos, só que neste caso pelo ângulo da imprensa local, assim foram descritos os trabalhos da *Remodelação* naquela escola fluminense. Segundo a revista, o Auxiliar de Inspeção do Serviço de Remodelação, Antonio H. Travassos Alves (antigo inspetor secretário do Instituto Parobé), era o responsável maior pela reorganização da escola de Campos. Na sequência, assim são descritos o trabalho do inspetor e dos seus auxiliares:

"A remodelação abrangeu dede o edifício, cuja fachada, em belo estilo manoelino hoje estampamos, até os programas de ensino. Para o ensino elementar foi adquirido material moderníssimo, que consta de coleções completas de quadros morais de todas as ciências, sólidos tratados técnicos, etc. Além da remodelação do que já existia, a Escola foi dotada de novas oficinas, com muitíssimos maquinismos aperfeiçoados, como sejam: oficina de Artes Gráficas, a cargo do mestre contratado, organizador das seções gráficas em todo o Brasil, sr. Paulino Diamico, tendo como contramestre o sr. Luiz de Oliveira Santos, dotado de boas máquinas e estereotipia, e que se acha em perfeito funcionamento, executando uma encomenda no valor de 40:000\$; oficina mecânica dirigida pelo contramestre contratado do sr. Francisco Pandolfo, e oficina de carpintaria e marcenaria, ambas dotadas dos maquinismos necessários, em perfeito funcionamento [...] No dia 27 de Maio p.p. foram as dependências entregues ao dr. Crisanto Pinto, seu digno e esforçado diretor. 324

A reportagem local destaca a grande reforma no edifício sede da escola de aprendizes artífices de Campos, a compra de material escolar "moderníssimo" e a instalação de máquinas modernas nas novas dependências das oficinas, tudo isso supervisionado por um inspetor da inteira confiança de João Lüderitz, Antônio H. Alves

³²⁴ Comissão de Remodelação do Ensino Profissional Técnico do Brasil. Revista *GÉNESIS*. Campos-RJ, ano 4, n.69, 10 jun. 1922 (acervo Biblioteca Wellington Paes - Campos/RJ).

³²³ Relatório do MAIC 1922 - *Ministerial Reports (1821-1960).* (p.140). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

antigo inspetor do Instituto Parobé, auxiliado por um mestre e um contramestre oriundos da mesma escola do sul. Somente ao final do processo é que novamente a EAA de Campos voltava a ser dirigida pelo seu diretor local.



Figura – 56: Sala de aula da EAA de Campos-RJ (1922)

Aspecto de uma das salas de aulas da Escola de Aprendizes Artifices de Campos—No centro o director da escola Dr. Crisanto Pinto

Fonte: Revista GÉNESIS. Campos-RJ, ano 4, n.69, 10 jun. 1922 (acervo Biblioteca Wellington Paes).

Nota: Sala de aula da EAA de Campos dos Goytacazes-RJ no ano da sua reorganização.

Ao que tudo indica, possivelmente foi a escola de aprendizes de Campos-RJ a primeira na qual a equipe de Lüderitz iniciou o seu ambicioso projeto de remodelação segundo o modelo já em funcionamento no Instituto Parobé e nos conceitos da Ciência do Trabalho que havia assimilado poucos anos antes quando foi ao exterior entrar em contato com o que havia de mais moderno em termos de ensino profissional. É provável que em outras EAAs onde o Serviço de Remodelação atuou, a metodologia de como foi

feita a reorganização dessa escola até a sua entrega ao diretor local tenha sido repetida em outras escolas profissionais com algumas variações em razão do volume de obras que precisariam ser feitas nos prédios e o tipo de oficinas que seriam instaladas, pois em função delas viriam outros mestres e contramestres especialistas.

Também, possivelmente, foi nessa escola que em primeiro lugar as oficinas passaram a funcionar segundo a nova terminologia e os agrupamentos de ofícios correlatos, segundo as características da econômica regional. Podemos verificar a evidência disso na tabela abaixo que descreve numericamente e por estados a implantação dos novos agrupamentos de oficinas segundo o modelo proposto pela *Remodelação* e depois oficializado definitivamente pela *Consolidação* dos dispositivos concernentes às EAAs:

Tabela – 6: Oficinas das EAAs segundo a terminologia do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico (depois oficializado pela Consolidação dos Dispositivos Concernentes às EAAs em1926)

	LAAS EIII 1920)											
	Trabalho em madeira	Trabalho em metal	Artes decorativas	Artes gráficas	Trabalho em couro	Feitura em calçado	Feitura em vestuário					
1923	RJ (1)	RJ (1)	(0)	RJ (1)	RJ (1)	(0)	RJ (1)					
1924	(0)	RJ (1)	RJ (1)	RJ (1)	(0)	(0)	(0)					
1925	(0)	RJ (1)	RJ (1)	PE (1)	(0)	(0)	(0)					
1926	MG (1)	MG (1)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)					
1927	MA, BA, RJ, PR, SC, MG (6)	MA, SC, BA, JR, MG, PR (6)	BA, RJ, PR (3)	RJ, BA (2)	PR (1)	MA, BA, RJ, PR (4)	MA, PR, C, BA, RJ (5)					
1928	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Sem informações					
1929	AM, PA, PI, MA, CE, RN, PB, AL, SE, BA, ES, RJ, SP, PR, SC, MG, GO, MT (18)	AM, PA, PI, MA, CE, RN, PB, AL, SE, BA, ES, RJ, SP, PR, SC, MG, GO, MT (18)	PE, BA, RJ, SP, PR (5)	CE, PB, PE, BA, RJ, SC (6)	PR, GO, MT (3)	AM, PA, MA, CE, RN, PB, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, GO, MT (14)	AM, PA, PI, MA, CE, RN, PB, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, SC, GO, MT (16)					

Fonte: Relatórios do MAIC sobre o *Serviço de Remodelação das EAAs de 1922 a 1929 - Ministerial Reports (1821-1960): Agricultura*. Disponível em: http://www.apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura Acesso em 20/07/2015.

Praticamente do ano de 1923 a 1925, somente a EAA do Rio de Janeiro contava com as oficinas **segundo o novo modelo proposto pela** *Remodelação* chefiada por João Lüderitz, com a única exceção da EAA de Pernambuco que passou a contar com uma de

artes gráficas, enquanto que nas demais EAAS somente depois de 1926 é que aos poucos os novos agrupamentos de oficinas serão instalados e passarão a funcionar. Nas colunas (vertical) dos tipos de oficinas da tabela-6, inserimos também os estados da federação onde estava instalada cada categoria de oficinas e a sua quantidade total entre parênteses.

Lembremos que apesar dos esforços da equipe de Lüderitz em implementar o funcionamento destas oficinas de acordo com essa nova categorização, ainda na maioria das EAAs e praticamente no mesmo período em que já estava valendo essa nova organização das oficinas, muitas oficinas funcionavam segundo o velho modelo de ofício individual (1923 a 1927).

Se compararmos a **tabela 4** (p.191) que representa o quadro geral das oficinas em funcionamento das EAAs em cada Estado entre 1911 a 1927, ou seja, antes da *Remodelação*, e o quadro acima (**tabela-6**) com as oficinas organizadas segundo a nova terminologia proposta pelo *Serviço de Remodelação*, podemos supor que o engenheiro Lüderitz e a sua equipe enfrentaram considerável resistência da parte de alguns diretores e outros funcionários das EAAs nos Estados além das dificuldades normais de se modernizar em todo o país desse importante serviço das EAAs. Haja visto que foi somente a partir de 1929³²⁵, portanto seis anos após o início da reorganização das oficinas e um ano após a saída de Lüderitz do comando da rede, é que finalmente as novas oficinas com a sua reorganização foram implementadas. Nessa ocasião outro homem de confiança do MAIC era quem comandava o Serviço de Remodelação, o educador Francisco Montojos.

Além da instalação da infraestrutura física das oficinas, as inspeções periódicas que a equipe da Remodelação fazia nas escolas federais pelo país afora exigiu do Governo a contratação de mestres e contramestres previamente selecionados pela equipe da João Lüderitz, "uma vez que o pessoal efetivo não tem habilitações suficientes para ensinar a tecnologia dos ofícios, o desenho industrial, a física e a química elementares." 326

Acreditamos que ao longo do trabalho de reorganização de uma rede tão extensa de escolas profissionais e com tantos problemas materiais, orçamentários e de

_

³²⁵ No relatório de MAIC de 1928 não encontramos qualquer informação sobre as oficinas das EAAs nos Estados. Também foi nesse ano que oficialmente João Lüderitz pediu sua exoneração do comando do Serviço de Remodelação das EAAs.

³²⁶ Relatório do MAIC 1923 - *Ministerial Reports (1821-1960)*. (p.242-43). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

qualificação do seu quadro de funcionários efetivos o qual, em não poucos casos, tiveram que ser preteridos ou substituídos por pessoal mais qualificado contratado pelo Serviço de Remodelação pensado por João Lüderitz.

Em artigo de Gilson L. Queluz³²⁷, este pesquisador identificou resistências ao modelo proposto pela Remodelação de Lüderitz vinda do Diretor da EAA do Paraná, Paulo Ildefonso, pois mesmo concordando com o chefe da Remodelação a respeito da interação entre teoria e prática no ensino profissional, Ildefonso desenvolvia método próprio na EAA que dirigia e discordava sobre a necessidade do aumento de atividades diárias aos menores aprendizes advindas do sistema de industrialização das oficinas, pois isso na sua concepção dificultaria o aprendizado do aluno porquanto este não desenvolveria mais habilidades por meio do trabalho manual de qualidade.

Em 1923, após três anos de trabalho na reorganização das EAAs, João Lüderitz apresentou ao Ministério da Agricultura seu projeto de uma nova regulamentação do ensino profissional técnico que não obteve apoio suficiente no MAIC para a sua implementação. Entretanto, mesmo assim Lüderitz continuou a frente do trabalho e somente em 13 de novembro de 1926, obteve daquele Ministério uma portaria que foi promulgada "consolidados os dispositivos concernentes às escolas de aprendizes artífices, prevendo a manutenção de um corpo de contratados, de acordo com o regulamento em vigor, para a inspeção permanente dos estabelecimentos que funcionam nos Estados". 328

Esta portaria aproveita várias das recomendações de Lüderitz que foram definitivamente adotadas como a principal, que era a tese de industrialização das EAAs e suas oficinas autorizando os diretores das escolas a aceitarem encomendas externas, desde que a matéria-prima e mão de obra adicional fossem fornecidas. Além disso a mesma portaria uniformizava o currículo seguido pelas EAAs de todo o país, mas ainda mantinha o ensino profissional com o grau de primário, apesar dos esforços de João Lüderitz em tentar elevar ao nível secundário este ramo da educação brasileira.

³²⁸ Relatório do MAIC 1926 - *Ministerial Reports (1821-1960)*. (p.244). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

_

³²⁷ QUELUZ, Gilson L. *Método Intuitivo e o Serviço de Remodelação do Ensino Técnico-Profissional*. Disponível em: http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1036 Acesso em 10/01/2015.

No todo mantinha-se a alfabetização, o ensino das oficinas e do desenho técnico como partes essenciais dos objetivos do ensino das EAAs; o aprendizado duraria quatro anos, podendo se estender por mais dois a fim de que o aluno concluísse o curso.

Também se mantinham as exposições anuais de artefatos produzidos pelos alunos com seus mestres e contramestres nas oficinas da escola, além da organização em cada EAA de um museu escolar "destinado a facilitar ao aluno o estudo de lição de coisas e desenvolver-lhe a acuidade de observação."³²⁹

Entretanto o Diretor das unidades escolares perdia boa parte da sua autonomia em razão da padronização dos programas escolares e da metodologia a ser desenvolvida no trabalho nas oficinas além de ter que se submeter seus atos administrativos à aprovação da Diretoria Geral de Indústria e Comércio a quem cabia a direção e inspeção de todas as EAAs. (Artigo 37 da portaria de 1926).

Assim Lüderitz e sua equipe justificavam a portaria do MAIC referente a Consolidação das EAAs:

"O ensino, outrora subordinado a diversas orientações locais, foi sistematizado pela recente Consolidação dos dispositivos referentes às mesmas escolas, a qual assegura o desenvolvimento de aprendizagem racional dos ofícios correlativos e uniformiza o plano de ação dos respectivos diretores [...] foi organizado o programa que orienta e sistematiza o ensino teórico-prático e desdobra as diferentes profissões em séries de ofícios, que obedecem a uma correlação racional, assegurando o futuro desenvolvimento destes úteis estabelecimentos." 330

Em 1928 após oito anos de esforços despendidos no Serviço de Remodelação do Ensino Profissional e Técnico, os técnicos do MAIC admitiam que ainda não havia sido possível remover importantes obstáculos que impediam um bom funcionamento das EAAs e aprofundar reformas que despertassem "por parte dos corpos administrativo e docente, maior interesse pelo futuro dos aprendizes, tornando o ensino profissional mais procurado pelas populações escolares." Ainda persistia a velha concepção de ensino profissional destinado aos "desfavorecidos" e alguma aversão ao ensino de ofícios

³³⁰ Relatório do MAIC 1927 - *Ministerial Reports* (1821-1960). (p.257). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

³²⁹ Relatório do MAIC 1926 - *Ministerial Reports (1821-1960).* (p.257). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

³³¹ Relatório do MAIC 1928 - *Ministerial Reports (1821-1960)*. (p.27). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

inclusive da parte daqueles que deveriam ser os seus maiores apoiadores, profissionais administrativos e docentes das EAAs. Desta forma ficava difícil a quebra do paradigma que relegava o ensino profissional a um ramo da educação destinado à ralé e contribuía para a resistência de amplos setores da sociedade brasileira ao ingresso nas carreiras técnico-profissionais.

O relatório do MAIC de 1928 nos informa que vários auxiliares do Serviço de Remodelação haviam realizados visitas de inspeção em diversas escolas profissionais do país, porém naquele mesmo ano o engenheiro João Lüderitz, encarregado geral da Remodelação das EAAs, solicitava a rescisão do seu contrato com o Ministério da Agricultura e deixava para outro essa responsabilidade.

Após a saída do engenheiro João Lüderitz em 1928, assumia no seu lugar o *Serviço de Remodelação* o educador Francisco Montojos que, após a extinção da *Remodelação* continuaria a frente da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico responsável pelas EAAs e subordinada ao Ministério da Educação e Saúde criado após 1930.

Segundo o pesquisador Luís Antônio Cunha³³², apesar dos investimentos e empenho do Serviço de Remodelação os resultados em termos de evasão e formação de novos operários e trabalhadores qualificados ficou muito aquém daquilo que se esperava depois de quase uma década de esforços de reorganização nas EAAs do país. Talvez fossem os problemas administrativos internos, as resistências políticas ou o simples cansaço que fizeram o aplicado engenheiro João Lüderitz a passar o bastão da causa do ensino profissional para outros seguirem adiante.

Entretanto, em relatório do Ministério da Agricultura dos anos de 1930-31 apresentado ao Chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas, o Ministro Juarez Távora descrevia o ministério responsável pela rede das EAAs caracterizando-o por ser de uma "irracionalidade estrutural" cujas consequências se mostravam na "dificuldade, senão impossibilidade, de uma só pessoa – o Ministro – poder coordenar e fiscalizar, ao mesmo tempo, a atividade de 16 serviços técnicos independentes entre si;" além da "tendência de

_

³³² "Tudo somado, foi ineficaz a "industrialização" das oficinas e outras medidas similares, através das quais tentou-se, ao longo dos anos, diminuir as altas taxas de evasão e corrigir a baixíssima produtividade das escolas de aprendizes artífices." CUNHA, L.A. op.cit. (p.110).

cada um desses serviços bastar-se a si mesmo prescindindo da necessária colaboração dos demais; fraca eficiência de sua atividade conjunta, pela natural dispersão de esforços."333

Assim podemos em parte compreender que o insucesso de transformar positivamente o desempenho escolar e a eficácia da gestão das EAAs de cada um dos estados da União, entre outros fatores, também estava relacionado ao excessivo centralismo burocrático do MAIC e a deficiência e descoordenação entre suas repartições, fatos esses que dificultavam uma rápida e eficiente disponibilização dos escassos recursos financeiros para implementar as reformas materiais e administrativas que a rede demandava. Enfim, as dificuldades do ensino profissional federal do país não eram somente uma questão de resistência cultural face o aprendizado de ofícios e/ou o atraso didático-pedagógico dos funcionários implicados, envolvia também aqueles que se consideravam os protagonistas e planejadores da educação profissional.

³³³ Relatório Ministério da Agricultura, 1930-31 (p7-8) - *Ministerial Reports (1821-1960)*. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 10/05/ 2015.

A Revolução de 1930: continuidade ou transformação radical nas EAAs visando os novos rumos da política e da economia nacional?

O final da década de 1920 e o início dos anos 1930, trouxeram para o ambiente da educação profissional no país uma nova percepção entre as autoridades públicas e principais lideranças políticas e econômicas do país. Já não seria mais possível manter as velhas concepções e métodos, quando o assunto fosse a educação das novas gerações do país para a modernidade que já não pedia licença ao transformar cidades e o cotidiano de todas as classes sociais. Ainda assim, havia muita resistência na sociedade quando o assunto era a disseminação do ensino profissional, pois boa parte das classes dirigentes viam nesse ramo da educação como que o destino exclusivo das classes mais pobres e, concomitantemente, um instrumento de "regeneração pelo trabalho" dos menores infratores e demais extratos sociais indesejados.

Ao mesmo tempo a classe industrial brasileira situada principalmente no centrosul do país, expandia a sua influência econômica no mercado interno e sua capacidade de influir nas políticas públicas do governo, porém geralmente se mantinha vinculada às forças oligárquicas hegemônicas, com destaque para o Partido Republicano Paulista.

No sentido de organizar o Estado brasileiro a fim de permitir este processo de massificação da produção e de desenvolvimento das suas forças produtivas, que em novembro de 1930 o Governo Provisório comandado por Getúlio Vargas entre outras coisas criava dois novos Ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio³³⁴ e o da Educação e Saúde Pública³³⁵ (pouco depois renomeado para "Educação e Saúde"), numa clara direção na qual o Estado nacional passaria a intervir mais sistematicamente no mercado e em seus agentes dentro de uma orientação que rompia com o liberalismo econômico clássico prevalecente no regime da Primeira República, ao menos retoricamente em muitas situações.

Para o Ministério da Educação e Saúde foram transferidos do antigo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (renomeado para Ministério da Agricultura) algumas das antigas repartições:

- Escola de Aprendizes Artífices;

_

³³⁴ Decreto n.19.433, de 26/11/1930.

³³⁵ Decreto n.19.402, de 14/11/1930.

- Escola Normal de Artes e Oficios "Wenceslau Braz";
- Superintendência do Ensino Comercial;
- Museu Nacional.

Especificamente sobre o ensino profissional, em 1931 o Governo Provisório de Vargas extinguia o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico e o substituía pela Inspetoria do Ensino Profissional Técnico³³⁶, mantendo na direção o engenheiro Francisco Montojos, o mesmo funcionário que estava à frente da *Remodelação* após a saída de João Lüderitz em 1928. A Inspetoria teria a função de dirigir, coordenar e fiscalizar tudo o que era relacionado ao ensino profissional³³⁷ que, segundo o então Ministro da Educação Washington Ferreira Pires, era um "transcendente problema que, pelo seu alcance prático **na formação da nacionalidade**, figura com relevo entre os que maior atenção devem (sic) merecer na obra construtiva do Governo Provisório."³³⁸ Ou seja, aos poucos as autoridades do novo regime viam que além da questão econômica envolvida com a disseminação da educação profissional popular, também esta seria de grande importância para um projeto nacionalista que se contraporia ao internacionalismo ideológico e contestatório do movimento operário influenciado pelas esquerdas.

Ainda no relatório do Ministério da Educação e Saúde de 1932, compilado somente em fins de 1933 e publicado em 1934, Francisco Montojos afirmava:

"Faz-se mister tratar o mais depressa possível da educação industrial do povo. [...] Nesta quadra de reivindicações sociais, não bastam as leis que concedem regalias às classes trabalhadoras: é preciso que a educação popular seja um fato para que as ditas classes existam realmente. Cada obreiro deverá ter a educação bastante para, por si só, saber escolher os seus dirigentes e aqueles que o devem representar na alta administração do pais. Faz-se mister que o Governo dê ao povo os meios necessários à sua educação, pois que o resto ele saberá conquistar.

É coisa sabida que a indústria, em qualquer de suas faces, depende imediata e diretamente do saber. O operário ignorante tem a sua capacidade produtiva reduzida e quase não tem valor, estando, portanto condenado ao fracasso na concorrência com o trabalhador inteligente e preparado. Assim, podemos afirmar, como José Augusto – que a força econômica das nações tem que ser procurada, antes de tudo, na educação profissional."339

³³⁷ Decreto n.21.353, de 03/05/1931.

³³⁸ Relatório Ministério da Educação e Saúde Pública, 1932 (p.68) - *Ministerial Reports* (1821-1960). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 10/05/2015.

³³⁶ Decreto n.19.560, de 05/01/1931.

Relatório Ministério da Educação e Saúde Pública, 1932 (p.69) - *Ministerial Reports (1821-1960)*. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 10/05/2015.

Montojos via na educação profissional das classes populares, coordenada pelo Estado em parceria com o empresariado, como a solução para o aumento da produtividade do trabalhador nacional e para o aproveitamento pleno das riquezas naturais do pais, além de um eficaz remédio no contexto de agravamento da crise social e da luta político-ideológica dos anos 1930 as quais afetavam não somente o Brasil, mas boa parte do mundo capitalista. Começava a gestar-se naquele contexto político e social algumas das ideias que ajudariam a formar o conceito³⁴⁰ que prevaleceu na futura criação do SENAI em 1942, entidade paraestatal responsável pela aprendizagem industrial em todo o país.

No mesmo relatório de 1932, o Ministro lembra novamente o Governo Federal que a insuficiência de investimentos nas EAAs impedia o término do plano que vinha desde o Serviço de Remodelação de reformar e construir novos edifícios e aparelhar as oficinas devido "à situação financeira do país" e ao "elevado preço das máquinas e dos instrumentos de trabalho"³⁴¹, apesar de essenciais para o desempenho das escolas.

Sobre essa conjuntura econômica que afetava os investimentos do orçamento da União em áreas como a da educação profissional, lembremos que a Crise de 1929 induziu o governo federal ao abandono da tradicional política econômica de defesa do café, porém ao mesmo tempo, o governo de Vargas levou a cabo uma política de defesa da renda monetária gerada pela cafeicultura aliada ao encarecimento das importações.

Para a defesa da renda da cafeicultura a fim de impedir o aprofundamento da crise no país, as autoridades econômicas compraram e destruíram milhões de sacas de café durante a década de 1930, freando a queda excessiva do preço do café responsável maior pelas divisas que abasteciam o país. Com isso foi evitado uma contração severa da oferta monetária na economia nacional , evento esse que geraria maior recessão e grave crise social. E após 1931, foi possível haver determinada expansão monetária benéfica para os outros setores da economia brasileira, como no caso da indústria doméstica. Mas o fato é que neste período mesmo quando o crescimento da nossa economia parecia depender mais de fatores internos como o crescimento da produção industrial, eram as restrições externas — balança comercial, investimentos externos e depressão econômica mundial —

-

³⁴⁰ "O SENAI foi o resultado da fusão possível de diversas ideias, projetos e interesses de grupos no Governo e de industriais, todos aproveitando-se de experiências anteriores em escolas técnicas da rede oficial e particulares, do IDORT em São Paulo, de Estados economicamente fortes como Rio Grande do Sul e Minas Gerais, tudo isso num ambiente político nacionalista e autoritário e no contexto marcado pela Segunda Guerra Mundial." CARVALHO, M.A.M. de op. cit. (p.163).

³⁴¹ Relatório Ministério da Educação e Saúde Pública, 1932 (p.72) - *Ministerial Reports (1821-1960)*. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial> Acesso em 10/05/2015.

os principais determinantes das políticas econômicas seguidas pelo Governo naquela década.

Na mesma década de 1930 o *déficit* público geralmente apresentou-se crescente a despeito da recuperação das exportações e da diminuição das despesas com importações. A desvalorização do mil-réis, a escassa entrada de capitais estrangeiros, as despesas do governo federal para neutralizar militarmente São Paulo na "Revolução Constitucionalista" de 1932 e a ajuda financeira aos Estados flagelados na grande seca do Nordeste no início da década, tudo isso somado teve repercussões no volume e nas escolhas dos possíveis investimentos que o Estado brasileiro poderia fazer naquele início do Governo de Getúlio Vargas.

Em julho de 1934, através do decreto federal n.24.558, de 03/07/1934, o governo getulista transformava a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Profissional Técnico e, ao mesmo tempo, buscava padronizar pedagógica e didaticamente o ensino profissional em todo o país, não somente nas instituições de públicas pois transformava a Superintendência como órgão fiscalizador oficial também das escolas privadas profissionais, porquanto estas só teriam o reconhecimento oficial i.e. validação dos seus certificados caso adotassem o regime escolar das EAAs.

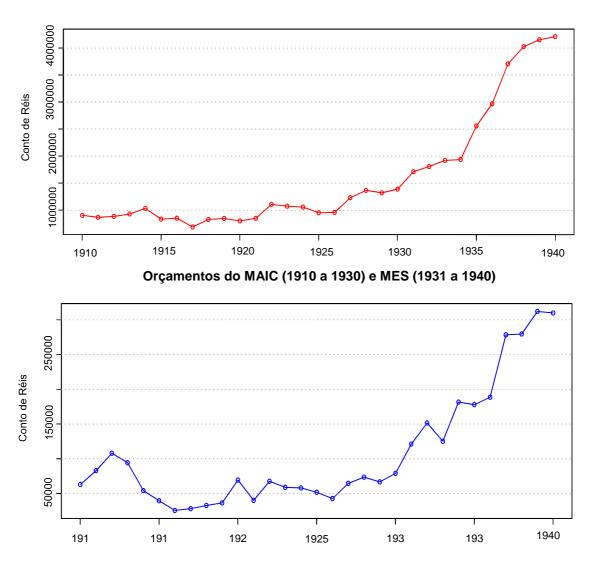
Nesse ambiente de maior centralização e unificação do ensino profissional do país, principalmente a partir do ano crítico de 1932, o regime varguista seguia explicitamente uma política econômica industrialista visando a substituição crescente de importados manufaturados e a autossuficiência de importantes insumos essenciais para a expansão industrial, entre eles a formação de mão de obra especializada nacional. A Superintendência novamente continuaria sob o comando de Francisco Montojos, um técnico discreto e homem de confiança do Ministério, responsável pela expansão das EAAs e dos seus cursos visando atender as novas demandas da indústria nacional.

Aos poucos a realidade econômica no país de expansão da indústria aliada aos novos serviços urbanos – eletrificação, transportes e construção civil – deixaria para trás a velha concepção assistencialista-corretiva das EAAs já que o desenvolvimento das forças produtivas do país e a política intervencionista de Vargas pressionavam por

critérios mais condizentes com as necessidades econômicas dos empresários industriais na sua busca por operários qualificados e técnicos.³⁴²

Figura 57: Comparação dos Orçamentos da União e do MAIC e MES

Orçamento total da União



Fonte: Orçamentos da União disponíveis em: < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/pesquisa/avancada> Acesso em 07/10/2015; Orçamentos do MAIC e MES em IBGE – *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*, 2ªed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (p.620)

³⁴² Ao mesmo tempo que o Presidente Vargas apoiava as medidas tomadas pelo Ministério da Educação, ao longo da década de 1930 o regime foi construindo uma parceria com o empresariado representado pela FIESP de Roberto Simonsen, na busca de uma solução para o problema da qualificação profissional que não passava necessariamente pela intermediação de quaisquer ministérios ou da burocracia oficial. O primeiro passo nessa direção foi a criação em 1934 da "Comissão Organizadora do Plano de Ensino Profissional", na qual participa entre outros o especialista suíço em educação técnica e profissional Roberto Mange, homem de confiança do empresariado paulista, co-fundador do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT-1931) e criador e diretor do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP-1934). CARVALHO, M.A.M.de Op. cit. (cap. III).

Nos gráficos acima verificamos que na década de 1930, apesar das incertezas do ambiente político e econômico do país, houve uma tendência de crescimento dos recursos orçamentários tanto da União como daquele destinado ao Ministério da Educação e Saúde (responsável pelas EAAs), mostrando-se bem similares apesar de algumas poucas variações na linha do Ministério.

De certa forma esta tendência de crescimento do orçamento total da União e dos ministérios que ao longo do tempo respondiam pelas EAAs (em contos de réis- figura 57), nos ajudam a compreender como aquelas linhas de tendência negativas da participação das EAAs no total das verbas dos ministérios e da União podem de certa forma ser minimizadas na nossa análise, apesar de representarem um tendência que não podemos ignorar de todo³⁴³

Portanto, para melhor entendermos se de fato houveram mudanças significativas na relação do novo regime varguista e a rede federal de ensino através dos montantes investidos neste período, principalmente na década de 1930, precisamos novamente nos referir aos gráficos já mostrados anteriormente (**figuras 54 e 55**) no capítulo 5.

Notamos em relação ao orçamento total da União, a fração destinada às escolas sai de 0,29% no ano de 1931e ascende a 0,40% até o fim do Governo Provisório em 1934. No mesmo período, quando olhamos a linha de dotações orçamentárias das EAAs em relação aos Ministérios, notamos um movimento também modesto de elevação dos valores — de 3,87% a 4,22% - contudo, devemos lembrar que mesmo sendo a elevação dos valores das EAAs no Ministério mais acanhada, o fato é que durante o Governo Provisório de Vargas a elevação do volume investido proporcionalmente pela União nas escolas profissionais seguiu com razoável ascensão até 1934, o que indica que o Ministério da Educação e Saúde também recebeu somas maiores de recursos, apesar de não ter aumentado na mesma proporção o valor destinado às EAAs.

Nos três anos seguintes, que correspondem ao Governo Constitucional de Getúlio Vargas sob a nova Constituição de 1934, temos uma tendência de constante queda das dotações orçamentárias tanto da perspectiva da União como do Ministério da Educação. Fica difícil atribuirmos essa diminuição do volume de investimentos a problemas econômicos do país, já que o pior momento da crise estava sendo superado fato esse indicado pelo significativo aumento do Produto Interno Bruto e expansão industrial desde

_

³⁴³ vide explicações das páginas 238 e 239

1933. Podemos então atribuir esta variação decrescente das linhas de investimento do orçamento ao momento político pelo qual passava o governo do Presidente Vargas, onde o acirramento das disputas político-ideológicas e o embate com o Congresso Nacional fizeram os planos industrialistas de Vargas serem diminuídos na sua intensidade ou até paralisados³⁴⁴, induzindo o Governo a buscar uma solução autoritária cujo desfecho foi a instauração do "Estado Novo" em 1937, um regime de Executivo forte e nacionalismo econômico.

A partir do Golpe de 1937, se institucionalizava o estado de exceção que na prática o país estava vivendo desde fins de 1935 e, ao mesmo tempo, buscava-se aprofundar algumas das ideias nacionalistas e desenvolvimentistas existentes desde a Revolução de 1930, que por motivos vários não puderam ser implementadas até aquele momento. É nesse contexto da segunda metade da década de 1930 que o Ministério da Educação e Saúde é reorganizado³⁴⁵, e com isso a Superintendência do Ensino Profissional e Técnico é extinta e no seu lugar é instalada a Divisão do Ensino Industrial sob a direção, novamente, de Francisco Montojos. O artigo 37 da lei que oficializava esta reorganização do MES, também transforma as antigas EAAs em liceus industriais. Nesse sentido, podemos observar nos gráficos acima (**figura-57**) que houve uma forte tendência de crescimento dos recursos orçamentários tanto quando olhamos do ponto de vista da União como do Ministério destinado a rede federal de ensino profissional a qual, depois de 1937, foram as EAAS e a Escola Normal Wenceslau Braz transformadas em liceus industriais destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

No gráfico abaixo (**figura-58**), fica mais claro ao visualizarmos o volume em dinheiro da época que foi empregado nas EAAs e, depois de 1937, liceus industriais, para os quais somente a partir do Estado Novo o executivo federal passou a destinar grandes somas que contrastam com os valores mais modestos de antes da extinção das EAAs em 1937. Só no ano de 1937 vemos que o total investido representa o dobro do valor do ano

_

³⁴⁴ "Gerava-se uma instabilidade inibidora da ação governamental. Seu centro de poder praticamente tinha de envidar todos os seus esforços para apenas manter-se no controle de uma situação de equilíbrio precário. As forças político-econômicas sustentadoras do Governo Federal eram frágeis, desorganizadas e nem sempre de inteira confiança. Estavam penetradas pelas lutas políticas, além de carecerem de disciplina, treinamento e equipamento moderno e eficiente." NASCIMENTO, B.H, A Ordem Nacionalista Brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, IEB/USP, 2002 (P.39).

³⁴⁵ Lei n. 378, de 13/01/1937.

anterior. E nos anos finais da série, os aumentos ano a ano ultrapassam em muito qualquer valor imediatamente antecedente.

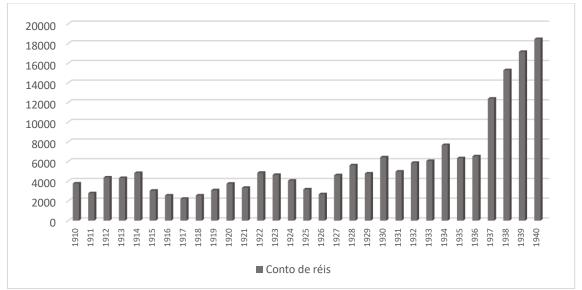


Figura – 58: Recursos orçamentários da União às EAAs (Deflacionado)

Fonte: Fonseca, Celso S. da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986 (p.234-235).

Notas: 1901 a 1940: Deflator implícito do PIB, extraído de Estatísticas do Século XX, IBGE. Ano base é 1940.

O Regime Varguista buscou explicitamente uma maior integração entre os órgãos públicos de ensino profissional e as associações industriais patronais para resolver o problema da formação da mão de obra nacional, a fim de atender às necessidades da expansão industrial do país. Ao que tudo indica, naquele momento o Estado brasileiro não poupou esforços orçamentários para que a educação profissional fosse levada a um número cada vez maior de trabalhadores nacionais e, ao mesmo tempo, atender ao reclamo dos empresários industriais por mão de obra qualificada em maior quantidade e mais "ordeira". Mas esse arranjo só duraria até 1942, quando da publicação do decretolei n. 4.048, de 22 de janeiro, que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), responsável pela especialização de operários já empregados e pela formação profissional de aprendizes (menores da indústria), em período de estudo variável e horário reduzido. O SENAI seria financiado por contribuições advindas da folha de pagamentos dos operários e administrado diretamente pela Confederação Nacional da Indústria sendo sua gestão relativamente independente em relação ao Ministério da Educação.

Pouco depois, a edição do decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro, definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, resultado do trabalho de uma comissão de notáveis

chefiada pelo Ministro Gustavo Capanema. No corpo da lei o ensino industrial passaria para o nível secundário e ficava garantido o ingresso dos alunos formados nesse ramo para escolas superiores, desde que relacionadas com os cursos de origem dos alunos. O conteúdo das disciplinas seria relacionado aos interesses da Nação e da indústria nacional e os cursos industriais teriam uma formação geral, no qual os alunos aprenderiam um grupo de ofícios afins durante quatro anos. Para o ingresso a idade mínima era 12 e a máxima 17 anos, sendo necessários o primário completo e passar por exame psicotécnico. Enfim, apesar da possibilidade dos alunos formados poderem migrar para cursos técnicos superiores, o decreto de 1937 oficializava a dualidade da educação brasileira, ou seja, a educação profissional era destinada preferencialmente para os estudantes originários das classes populares apesar da retórica oficial que pregava o seu valor e propunha a sua universalização, e a educação primária e secundária clássica de características propedêuticas estava destinada aos jovens pertencentes as classes sociais mais elevadas os quais se formariam nos cursos superiores para se tornarem membros das elites condutoras da nação.

Assim sendo as antigas EAAs se tornaram coisa do passado e na prática deixaram de ser relevantes já antes da Lei 378 de janeiro de 1937 que as extinguiu. A chegada da Revolução de 1930 e o novo regime que se iniciou, impondo a reserva de emprego para a mão de obra nacional e buscando a nacionalização e controle de empresas e setores vitais para a economia do país, não podia mais conviver com o modelo de educação de ofícios de caráter filantrópico e corretivo pois a nova sociedade urbano-industrial e o tipo de capitalismo industrial periférico que despontavam no país exigiam outra fórmula de educação técnica profissional; somou-se a isso as novas concepções educacionais que assimilavam a chamada "moderna ciência do trabalho profissional". Agora seria necessário o conhecimento que se dedicava a analisar e classificar psicologicamente e fisiologicamente as atividades profissionais com o objetivo de indicar a escolha de um determinado ofício ou profissão, ou seja, um ensino técnico profissional para o novo momento de predomínio da máquina e do avanço da ciência moderna, mas que no caso brasileiro, convivendo ainda com uma estrutura social dramaticamente excludente e um país de dimensões continentais com grandes diferenças econômicas entre as suas regiões.

7 Conclusão: O ideal republicano em tornar as EAAs centros irradiadores de profissionalismo entre os trabalhadores nacionais e inventar uma cidadania submissa ao trabalho.

Tal como ocorreu em qualquer sociedade moderna, a Educação brasileira e o seu ramo de ensino profissional também estão inseridas num determinado modo de produção e relações sociais e econômicas que condicionaram e moldaram o seu desenvolvimento e sentido no devir histórico da nossa nacionalidade.

Vimos nos capítulos anteriores o nascimento e o ocaso da rede federal de ensino profissional voltada para a população mais carente, a qual no seu desenvolvimento organizacional viveu uma permanente contradição entre sua missão de assistir os chamados os jovens "desafortunados", i.e., a "ralé" estrutural da nossa sociedade segundo o termo usado pelo sociólogo Jessé Souza; e a sua tarefa de suprir o mercado de trabalho com mão de obra especializada, necessidade essa que foi amadurecendo conforme o processo de desenvolvimento das nossas forças produtivas e a urbanização de parte importante do país ganhava corpo e demandava novas levas de profissionais pois a imigração já não mais atendia essas necessidades, fosse por causa de fatores externos (Guerra Mundial) ou restrições políticas internas (cerco das autoridades aos trabalhadores portadores de "ideologias exóticas").

A reflexão de Cláudio Salm sobre as relações entre o mundo do trabalho no capitalismo e os sistemas escolares³⁴⁶ muito nos auxilia para pensarmos a trajetória das Escolas de Aprendizes Artífices. O autor nos lembra a dificuldade em tese do planejamento educacional feito por gestores privados ou estatais pois esta tarefa se depara com a contradição insolúvel do mercado capitalista no qual este somente solicita um mínimo de educação para a massa da população e, em contrapartida, o máximo de qualificação para uma minoria possuidora de condições materiais e culturais para assumir postos de comando e ter o privilégio de possuir emprego formal, num futuro onde isso será cada mais raro para a maioria da população.

A democratização das oportunidades educacionais em todos os níveis e a massificação do ensino através da escola pública gratuita (e sua modalidade de ensino

³⁴⁶ SALM, Cláudio L. Escola e Trabalho, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

profissional) pode ser tornar irrelevante dada uma verificável desvinculação entre a educação ofertada pelo Estado nacional e o mercado de trabalho capitalista que se modifica permanentemente.

No caso brasileiro lembramos que, especificamente no episódio da criação da rede federal de ensino profissional no início do século passado, as EAAs **não** foram o resultado de um processo de industrialização generalizado em todos os Estados da federação, ou ainda, surgidas a partir de demandas da população pobre e sem ocupação específica. Antes, o seu projeto e concretização nas 19 capitais do país naquela ocasião foi decisão governamental de uma facção oligárquica e minoritária à frente do Estado brasileiro cuja ideia de modernização do país estava permeada de valores ideológicos que identificamos ao longo deste trabalho tais como o agrarismo modernizado, teses protecionistas, o positivismo, o cientificismo, o anticlericalismo, o industrialismo e críticas ao liberalismo ortodoxo da oligarquia paulista e ao seu domínio frequente do Executivo federal.

Não obstante essas características que norteavam as decisões no campo da política pública voltada para a educação popular, homens importantes para a implantação e o desenvolvimento da educação profissional em nível federal como Afonso Pena, Nilo Peçanha e Wenceslau Brás tiveram também que adequar seus projetos políticos e visão de desenvolvimento para o país no contexto de um sistema político caracterizado pelo domínio oligárquico, clientelismo e disseminação da cultura patrimonialista em praticamente todos os setores da vida nacional.

Defendemos aqui também a tese de que o Presidente Nilo Peçanha ao determinar a criação de uma escola de aprendizes artífices em cada capital estadual naquele momento, não objetivava somente satisfazer demandas clientelísticas objetivas do seu tempo para contrabalançar o federalismo praticado na época. Lembramos que ao tomar essa decisão o Presidente empenhou boa parte do seu capital político para implementar em pouquíssimo tempo, para os padrões da época, toda uma rede de ensino público federal em todo o território nacional. Tal ato acreditamos ter sido planejado por Nilo também em razão da experiência fracassada de criação de uma rede profissional semelhante eu seu próprio Estado natal, no qual forças oligárquicas antinilistas desfizeram o seu projeto de educação profissional popular tão logo perceberam sua posição política fraca naquela ocasião. Ao edificar a rede federal de escolas profissionais em cada Estado, inclusive naqueles com oligarquias de menor expressão política no

conjunto da federação, Nilo Peçanha buscava angariar futuro apoio político-partidário para o seu projeto político pessoal de novamente concorrer à Presidência da República e, ao mesmo tempo, impedir futuros governos federais que por motivos os mais diversos viessem a extinguir uma de suas marcas registradas de governo que estava materializada nas EAAs espalhadas pelo país, pois para o contexto das capitais estaduais fora do eixo do poder dos centros urbanos do centro-sul, o impacto político e econômico do fechamento de uma ou mais escolas da rede teria um peso muito negativo para quem estivesse à frente do Executivo federal e ousasse apagar uma das poucas marcas federais de política pública bem vista nos estados, não importando se o desempenho das escolas ficasse a desejar por vários motivos. Mais do que uma intromissão do poder da União na educação pública dos Estados, acreditamos que a esmagadora maioria dos poderes oligárquicos estaduais viram com muito bons olhos esse investimento do Executivo federal em suas regiões.

O pesquisador e economista Alexandre Rands Barros³⁴⁷ em trabalho de 2011, afirma a importância maior do capital humano³⁴⁸ como fator de valorização numa dada economia e, no caso brasileiro, pesquisou a distribuição deste fator no território nacional e comparou suas consequências sobre as economias regionais. O autor através de uma série de instrumentos analíticos da ciência econômica e na discussão crítica de algumas das teses clássicas sobre o tema do subdesenvolvimento regional, chegou a conclusão de que é a desigualdade do capital humano em sua distribuição pelo país e não o atraso do desenvolvimento industrial no passado o principal causador e mantenedor da desigualdade econômica regional no Brasil.³⁴⁹

De fato, seguindo esse raciocínio³⁵⁰ podemos notar que em regiões com mais adultos escolarizados e qualificados profissionalmente estes geram externalidades positivas que podem dinamizar a economia local pois a população mais escolarizada tende a possuir maior produtividade no trabalho e facilitar a produtividade das outras que

³⁴⁷ BARROS, Alexandre R. *Desigualdades Regionais no Brasil: Natureza, causas, origens e solução*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_

³⁴⁸ Formação educacional dos indivíduos (anos de escolaridade, qualidade do ensino recebido, dedicação); Experiência profissional; Capacidade física para o trabalho (saúde física e mental, nutrição).

³⁴⁹ "Os resultados do Capítulo 1 revelam que o **fator de produção** que tem sua distribuição por trabalhador desigual entre as regiões – **capaz de explicitar a maior parte das desigualdades regionais** – **é o capital humano. Assim, explicitar a origem das diferenças em sua disponibilidade e por que elas se mantiveram** consiste no desafio para explicar a existência das desigualdades regionais no Brasil." BARROS, A.R. op. cit. (p.125).

³⁵⁰ Alexandre Rands Barros discorda da consagrada visão estruturalista de Celso Furtado a respeito das disparidades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras.

estão próximas (precisão na informação e agilidade nas soluções), maior racionalidade nos comportamentos e interações sociais e maior capacidade de inovação em seu ambiente social e produtivo.

Também este ambiente regional tende a atrair mais pessoas qualificadas das regiões menos desenvolvidas, perpetuando assim esta situação caso se deixe somente ao "mercado" lidar com essa realidade e o Estado nacional não intervenha de alguma forma para equilibrar econômica e socialmente o conjunto do país.

Pode ser que inconscientemente Nilo Peçanha tentou romper o ciclo da desigualdade social e econômica no Brasil da Primeira República instalando escolas federais profissionais públicas no estados mais distantes e atrasados do país, com a esperança de que estas escolas se tornassem centros de excelência e de irradiação de uma nova mentalidade do trabalho e um *ethos* profissional e técnico numa nação saída a pouco mais de uma geração do sistema escravista que permeava os valores em todas as esferas da sociedade nacional.

Nilo Peçanha e outros cientificistas e anticlericais republicanos talvez acreditassem que o surgimento em cada canto do país de uma geração de trabalhadores nacionais e qualificados pelas EAAs provocasse a sua utilização para o aproveitamento das riquezas nacionais pelas forças produtivas locais. Mas os obstáculos eram grandes tanto a nível nacional como regional, iam desde o clientelismo político que permeava as políticas públicas locais até a influência de um sistema educacional conservador de matriz luso-católica espalhado em todo o país. Esta mentalidade conservadora se resignava com a desigualdade na oferta de oportunidades para os indivíduos, uns seriam "afortunados" e outros "desafortunados", ao mesmo tempo que fazia a defesa de uma igualdade distorcida que beneficiava qualquer um, independentemente do seu desempenho e atuação no mundo escolar e no mundo profissional.

Nilo Peçanha e os dirigentes que o apoiaram na tarefa de implantar as escolas profissionais federais em cada Estado do país, não praticaram uma política realista em termos de formação profissional de mão de obra já que não levaram em consideração a realidade econômica e a situação dos mercados de trabalhos locais onde a maioria das EAAs foram instaladas.

Porém, em termos de oferecimento de uma educação básica e pública de qualidade para as classes populares, foram capazes de movimentar a educação nacional da época

em uma realidade na qual a maioria dos poderes locais encastelados nos Estados e municípios se apropriavam dos instrumentos públicos somente para gerar benefícios próprios, i.e., um ambiente de distorção institucional no qual poucos eram os investimentos públicos em educação popular.

O Estado brasileiro, seus gestores públicos e os profissionais envolvidos com a educação profissional não podem mais servirem-se de modelos explicativos ultrapassados ou ideologicamente ignorantes da realidade nacional, especialmente para manter uma política educacional equivocada e perdulária que pouco beneficia as classes trabalhadoras e os produtores nacionais.

De certa forma, mesmo com as críticas que lhe possam ser dirigidas por causa das suas ambições políticas no plano federal ou por ter sido mais um oligarca fluminense adepto das práticas clientelísticas, o homem público Nilo Peçanha aplicou em seu país aquilo que ele dispunha de mais "moderno" no seu tempo e, sendo um homem prático, teve a coragem de trazer para o plano do Governo da União o tema da educação popular e profissional num tempo em que a preocupação maior nessa área era o acesso e o conteúdo do ensino superior destinado a formar os futuros bacharéis das elites, geralmente os "apadrinhados" daquela classe social que monopolizava o poder político na República Velha.

APÊNDICE A - Instrumentos conceituais para nossa perspectiva histórica sobre as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs).

Neste apêndice cabe estabelecermos algumas das linhas mestras conceituais e metodológicas que nos orientaram ao longo desta pesquisa e nos ajudaram a formular as questões necessárias para investigarmos o ramo do ensino profissional proposto pela União no início do século passado, e as condições socioeconômicas que possibilitaram o surgimento e o desenvolvimento desta organização educacional no contexto do regime político do período, a fim de fundamentarmos nossos argumentos para esta pesquisa, em especial os fatores mais importantes os quais constituíram o processo histórico que culminou na instalação do sistema federal de ensino profissional, representado pelas Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs),

Para início das nossas reflexões percebemos as Escolas de Aprendizes Artífices ("EAAs") como uma "organização" no sentido que Douglas North atribuiu ao termo, isto é, grupos de indivíduos que podem incluir corpos econômicos (cooperativas, empresas, sindicatos, etc.), corpos políticos (congresso nacional, parlamento, partidos políticos, agência reguladora, etc.), corpos sociais (associações filantrópicas, igrejas, clubes, etc.), e órgãos da educação (colégios, escolas, universidades, etc.). Estes grupos estão dedicados a alguma atividade fim, porém limitados pelo contexto institucional maior que define os limites da sua atuação e modelo organizativo³⁵¹.

Entendemos que ao fazer uso deste tipo de ferramenta conceitual poderemos enriquecer nosso quadro analítico sobre a sociedade e economia brasileira num momento no qual o regime republicano buscava rever e adaptar as principais instituições políticas e econômicas herdadas do Império, ainda que superficialmente ou ao sabor das crises políticas e econômicas da época, visando a inserção do país numa "civilização moderna" a exemplo dos Estados nacionais europeus desenvolvidos ou os Estados Unidos da América, mas mantendo nosso país sob o poder e autoridade das tradicionais classes dirigentes oligárquicas.

Millenium, 2006 (p.14).

_

³⁵¹ "As organizações não só investem diretamente na aquisição de habilidades e conhecimentos como também canalizam indiretamente (através do processo político) os investimentos públicos para as áreas de especialização que aumentam suas perspectivas de sobrevivência" NORTH, Douglas *Custos de Transação*, *Instituições e Desempenho Econômico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal/Instituto

Neste sentido a realidade institucional do país também será pensada como o ambiente onde se constitui historicamente as "regras do jogo" da nossa sociedade, ali ficam estabelecidos os limites que disciplinam todo tipo de interações humanas que estruturam os incentivos econômicos, sociais e de natureza política. 352

Ainda orientados por estas balizas conceituais do nosso trabalho, vemos o Estado republicano brasileiro enquanto organização política ("corpo político maior") sendo consolidado progressivamente, mas intermeado por graves crises políticas e sociais. Concomitantemente, também se estruturava o ambiente social e jurídico que garantia os direitos de propriedade e as relações contratuais (de todo tipo) no mercado nacional, juntamente com as diretrizes do nosso peculiar "mercado político" do período estudado.

Desta forma podemos ter um quadro mais completo a ser descrito, o qual combina as limitações institucionais maiores e os modelos mentais (combinação de teorias, ideologias, dogmas, etc.) dos principais atores políticos e econômicos no momento de tomada de decisões a fim de superarem os obstáculos que se colocam a sua continuidade e desenvolvimento.

Neste ponto destacamos a dimensão política da nossa pesquisa histórica, não como um mero estado das relações de poder entre as forças sociais ou o reflexo de realidades socioeconômicas anteriores às escolhas e decisões dos agentes políticos, ao contrário, vemos na esfera do político um domínio privilegiado da articulação do todo social.

Assim compartilhamos com René Rémond que,

"Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderandose dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a **história política** descreveu uma revolução completa (grifo nosso)". ³⁵³

Podemos estudar e dar o devido destaque ao peso que as decisões políticas e os seus respectivos agentes tiveram ao modificar o curso da economia ou da organização social brasileira, pois a dimensão política da realidade é o local para onde converge a maioria das atividades humanas, fato esse que nos possibilita recapitularmos elementos

_

³⁵² "As organizações políticas e econômicas de uma nação e seus empresários tomam as decisões que determinam o desempenho econômico, sendo limitados pelo **arcabouço institucional** vigente e pelos construtos mentais que orientam a forma pela qual processam as informações que recebem" (grifo nosso) NORTH, Douglas, op. cit., (p.30).

³⁵³ RÉMOND, René (org.) Por uma História Política. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003 (p.36).

do passado do complexo conjunto social brasileiro³⁵⁴, pois também pelas concepções, práticas e vivências políticas pretéritas o povo brasileiro se exprimiu tanto quanto na sua literatura, música, etc. 355

Por isso a compreensão das principais características político-ideológicas do início do nosso período republicano, quando surgem as EAAs, se torna imprescindível para evitarmos a armadilha de interpretar aquele momento histórico sob uma ótica voluntarista de algumas das personagens históricas, ou vermos na relação entre o político e o econômico uma via de mão única, em que este último determina "em última instância" aquele.356

Em suma, revitalizando a dimensão da história política e fazendo dela o lugar onde os conflitos sociais e econômicos são "administrados" podemos, conforme defende René Rémond, analisar de forma mais crítica as relações de poder aproveitando suas especificidades e os fatos coletivos relacionados em toda a sua riqueza.³⁵⁷

Em nossa opinião, o professor e pesquisador da educação Celso de Rui Beisiegel³⁵⁸, foi um dos nomes que mais contribuiu significativamente para a construção de uma valiosa ponte teórica que relaciona as instituições políticas brasileiras, nossas transformações sociais e as demandas educacionais. Ao identificar certos tipos de modalidades típicas da articulação entre as transformações socioeconômicas do país e, concomitantemente, as mudanças das políticas públicas da nossa história educacional recente, a pesquisa de Celso Beisiegel apresenta-se também extremamente fecunda para o desenvolvimento da análise e reflexões sobre o desenvolvimento da educação profissional, geralmente destinada para as classes populares nacionais.

Este autor sustenta que até possivelmente o fim da Segunda Guerra Mundial, demandas populares e pressão política a elas relacionada por serviços públicos de educação básica, praticamente inexistiram na maior parte do país. Possivelmente parte disso era o resultado de séculos de uma estrutura socioeconômica caracterizada pela

³⁵⁴ RÉMOND, René, op. cit., (p.447)

^{355 &}quot;O que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do ethos de uma nação e do gênio de um povo" Ibid., (p.450).

^{356 &}quot;Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consciência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta". Ibid.,

³⁵⁷ "A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultados tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. Realidade e percepção interferem." Ibid., (p.22). 358 BEISIEGEL, Celso de R. A Qualidade do Ensino na Escola Pública. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

concentração da propriedade fundiária e da renda, fato esse que fomentou instituições voltadas principalmente para o atendimento prioritário dos interesses e demandas da elite oligárquica que se formou, excluindo, por conseguinte, as classes populares.

O único modelo de educação pública aceitável e considerado necessário por aquela elite republicana do início do XX, geralmente era aquele no qual os pobres e os grupos potencialmente "perigosos" deveriam ser vigiados e reprimidos porém, ao mesmo tempo, podendo ter sua admissão e utilidade ao mundo civilizado "moderno" em parte assegurada através de um sistema educativo que lhes internalizasse valores do mundo do trabalho capitalista e a submissão à ordem político-social vigente. 359

Finalmente, Celso Beisiegel confirma para nós, no caso específico da educação profissional do início da república, que este ramo do sistema público educacional do país, tanto o seu aparato institucional e suas políticas públicas quando propostas, sempre estiveram mais compromissados com as diretrizes e os interesses dos grupos dominantes do que com os valores e/ou reivindicações das classes populares ou de setores do empresariado produtivo nacional na sua luta diária pela sobrevivência.

Neste sentido, Celso Beisiegel nos esclarece que

"O ensino profissionalizante então reivindicado pelas "elites cultas" da nação e esses movimentos dedicados à educação das massas analfabetas apresentam, como pontos de partida, as mesmas características: pressupõe a necessidade de uma determinada educação para todos; consideram que essa educação deve alcançar a todos, mesmo quando nem todos tenham consciência dessa necessidade; deduzem os conteúdos dessa educação necessária de um projeto de aperfeiçoamento da sociedade." 360

Justamente é essa educação profissional vista como "necessária" e certo projeto de aperfeiçoamento da sociedade nacional do início da nossa república que queremos refletir e tentar compreender ao longo dessa pesquisa e, quem sabe, identificarmos alguns dos seus desdobramentos para a educação e a economia nacional nos dias atuais

³⁵⁹ "Trata-se, em todos os casos, de uma educação concebida pelas "elites intelectuais" com vistas à preparação da coletividade para a realização de certos fins. É nessas modalidades da "educação para o povo" que o processo educativo explicita com maior clareza suas dimensões ideológicas e suas funções de controle social." BEISIEGEL, C. de R. Cultura do Povo e Educação Popular. In: BARROS, G. N.M. de. *Celso de Rui Beisiegel: Professor, Administrador e Pesquisador*. São Paulo: EDUSP, 2009 (p.64). ³⁶⁰ Ibid., (p.64).

APÊNDICE B — Estátua do Presidente Nilo Peçanha em frente à Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ; abaixo, sua cronologia resumida



Fonte: CARVALHO, M.A.M. de *Estátua de Nilo Peçanha em frente à Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ.* 2015. 1 fotografia, color., 12,5cm x 19cm.

Cronologia resumida da vida de Nilo Procópio Peçanha

	Cronologia resultida da vida de Nilo Frocopio Feçantia
02/10/1867	Nasce num sítio nos arredores de Campos dos Goytacazes – RJ.
1887	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife.
1888	Co-fundador do Clube Republicano de Campos e do Partido Republicano Fluminense – PRF.
1890	Deputado Constituinte com apenas 21 anos.
1895	Casa-se com Anita de Castro de uma família da elite de Campos.
1891 a 1903	Deputado pelo RJ
1903	Eleito sucessivamente, Senador e Presidente do Estado do Rio de Janeiro
1906	Cria uma pequena rede estadual de escolas profissionais fluminenses. Em outubro de 1906, inaugura a primeira destas escolas em Campos e, em seguida, outra em Petrópolis.
1906	Eleito Vice-Presidente na chapa do Presidente Afonso Pena
1909	Assume a Presidência da República com a morte de Afonso Pena e, em 23/12/1909, assina o decreto de criação das EAAs
1910	Inaugura em Campos a <i>Escola de Aprendizes Artífices</i> do RJ, uma das 19 escolas da rede federal de ensino profissional.
1912	Eleito novamente senador e presidente do Estado do Rio de Janeiro
1917	Sucessivamente, Governador do Pará e Ministro das Relações Exteriores
1917-19	Eleito Grão-mestre do Grande Oriente do Brasil como membro da Maçonaria
1921-22	Candidato à presidência da República pelo movimento político Reação Republicana
31/03/1924	Falece no Rio de Janeiro ("Não guardo ressentimentos, pois conscientemente, não fiz mal a ninguém")

ANEXO A – Artigo da Revista *O Malho* criticando o candidato à Presidência da República Nilo Pecanha (1921).



Sr. Nilo Peçanha, de volta da sua excursão eleitoral ao norte do paiz, declarou que não irá a Minas. Partira, talvez, dentro de poucos dias, para S. Paulo, seguindo d'ali para o Rio Grande do Sul.

O berço glorioso e eterno dos inconfidentes martyres não está computado no mappa geographico da escala de propaganda do chefe da maçonaria brasileira.

Terra de heróes e de sacrificados pela causa da redempção nacional, onde os primeiros surtos da colonisação se accentuaram e em cujo seio virgem os

bandeirantes de toda a parte penetraram corajosamente, para de lá arrancarem o ouro, a prata e as pedrarias preciosas, Minas altiva se felicita ao vêr que a Esphynge a respeita de longe, sem animo de maculal-a com a sua presença de judeu erran-

te da lenda.

Collocado sem rumo no deserto das suas ambições, o estadista dos arrozaes de Pendotiba tem mantido em toda a sua vida uma especie de moral á qual elle se adapta como as botas aos pés, por medida, se adaptam, na concavidade de uma pequena cupula moldada, á protuberancia dos callos. O Sr. Nilo só comprehende a politica quando esta tem carta branca para tudo: para mentir, para intrigar, para calumniar, para trahir e para trapacear. No terreno politico o individuo póde ser refalsado, impostor, venal,

infiel, servil e covarde, que tudo lhe fica bem, porque todos os vicios e todas as abjecções se acobertam com esta descarada virtude, que é a do sujeito dizer exactamente aquillo que não pensa e não sente.

Um dos principaes característicos da integridade moral de uma pessoa esta no accordo das idéas com as palavras e das palavras com as obras. Na intriga mlesca, cujo vicio congenito é a hypocrisia e a traição. esse accordo é uma chimera.

Minas altiva é dada como não vendo com sympathias a candidatura do seu actual presidente à presidencia da Republica. Mais de uma vez se tem repisado essa cousa absolutamente inacreditavel e chega-se a duvidar que ella seja posta de novo em circulação, apezar da moeda estar com o cunho evidentemente clandestino.

E' preciso que o Sr. Nilo não conheça os mineiros, a tradição de lealdade e valor que lhes enche os foros do grande e nobre povo, para assim duvidar do seu

Minas altiva, queira ou não o sallismo em decom-posição, cerrará fileiras em torno do nome do estadista que, superiormente, preside neste momento aos seus destinos. Ella já o affirmou uma vez, e affirmará ainda tantas quantas lhe pedirem os iconoclastas. Para governal-a, num momento difficil da sua vida interna partidaria, em que varios elementos pareciam não se entender, Minas chamou o Sr. Arthur Bernardes, como o unico dos seus maiores filhos, aquelle que poderia, em torno do seu valor, da sua confiança em si proprio e do seu programma de acção, congregar de novo essa mesma politica que é hoje um bloco formidavel na Federação.

Minas, que elevou o seu filho digno á sua suprema magistratura, dar-lhe-á, não tenha o Sr. Nilo, a este respeito, a menor duvida, uma votação quasi unanime no proximo pleito de 1º de Março de 1922. Dizemos quasi, porque é de suppor que no municipio de Lavras, os raros remanescentes do sallismo obtuso desviem alguns votos para amparar o nome do homem que sacrificou a producção e a riqueza de uma extensa e

prospera zona mineira ao arbitrio e á usura dos

inglezes da Leopoldina Railway. Assoalhar, como faz o Sr. Nilo, que o candidato da Convenção Nacional encontra resistencia dentro do seu proprio Estado, é uma das mais deslavadas tolices que se ha ouvido da bocca do prégoeiro, que pretendia que nós o decifrassemos, sob pena de sermos por elle devorados. Nem se comprehende, mesmo do dominio de um raciocinio frio, que o eleitorado mineiro, que suffragou brilhantemente o nome do Sr. Arthur Bernardes para presidente do Estado, não o suffrague amanhã, com o mesmo enthusiasmo e o mesmo civismo, para presiden-

te da Republica, tanto mais quanto, na sua cam-panha odienta, o candidato adverso não faz mais do que impugnar o Sr. Arthur Bernardes, a quem não perdoa a qualidade de ser mineiro e ser o candidato de Minas.

Seria preciso que em Minas os Nilos proliferassem, que, felizmente, não acontece, nem jámais acontecerá. O eleitor mineiro, saiba a dissidencia, não é o automato que o Sr. Francisco Salles anda por aqui a espalhar, jactando-se de tel-o nas mãos. O eleitor mineiro é um cidadão consciente, que desde o primeiro e o segundo imperios se tem revelado um rigoroso juiz dos actos dos homens publicos que elle elege para as altas posições, locaes ou federaes. O eleitor mineiro, quando chamado á bocca das urnas livres, leva na sua cedula o seu pensamento, o seu sentimento, o seu patriotismo e de nenhuma das suas convicções ninguem o demoverá.

Este eleitor representa uma estupenda massa e dara o golpe decisivo nos escrutinios presidenciaes. Podem o Sr. Nilo e a sua maçonaria ficar certos de que Minas dos bandeirantes e dos inconfidentes, Minas, em cujo povo honrado e trabalhador a fé no christianismo creou reservas incalculaveis de energias, consagrará, na es-colha do futuro chefe da Nação, o mesmo estadista que ella consagrou na direcção do seu actual governo.

Fonte: Revista O Malho, Ano XX, n.1000, 12/11/1921.

ANEXO B – Anexos nº 1 ao 3 do relatório do Diretor da Escola Profissional de Petrópolis-RJ. Matrículas e frequência escolar dos alunos das oficinas de correeiro-seleiro, carpinteiro-marceneiro e alfaiate.

correeiro-s		rceneiro e alfaiate.	
	Annex	o n. 1	
			c 00 :
07	coma de	Corriers	-Selleus
	Mache - y	acot Weiri	ck
11.	11 +	~	9 , ,
Meres	Matricul	a Frequence	
Janeir		15	199
Gererein		17	
clareo	"	14	250
Abrif	"	13	1pm
clais		12	
Junto			
- An	blacks &	odurdos re.	58
	alor total	apaoximado	38 262/5000
	1		
<u> </u>	Annexo		
office	cina de l	Parportein -	marca
- // -	Marke - g	saguein Kens	marcanaise La Silva Sealas
elleres	Matricula	Frequencia	Idade
Janeiro	37	16	3
cllarco	"	12	
calling		18	
ellais		15	mora
gunles		13	3
0	Actifactor ;	Revoluzidos:	
an	nario, tar	da Escola	ances para
	s officinas	da escota	
2	In total	aproximal.	300/1000
	e a series	o n. 3	
Cap	ficina d	la Alfaia	We will be a second of the second
	chestre ,	secreto de c	Andred
ellases	Matrice	ela Frequer	icia Idaale
A Charles Telephone			
Ference	27	7/	2
clare		20	8
Abril			
quali		15	The state of the s
0	aprendiza	wo darka	alliano
po	dendo ac	tecalmant	ser energe-
	a de obro	es a ferriso	do Governo.
	1- D: O-4 1- C:1		2 D 1 - D

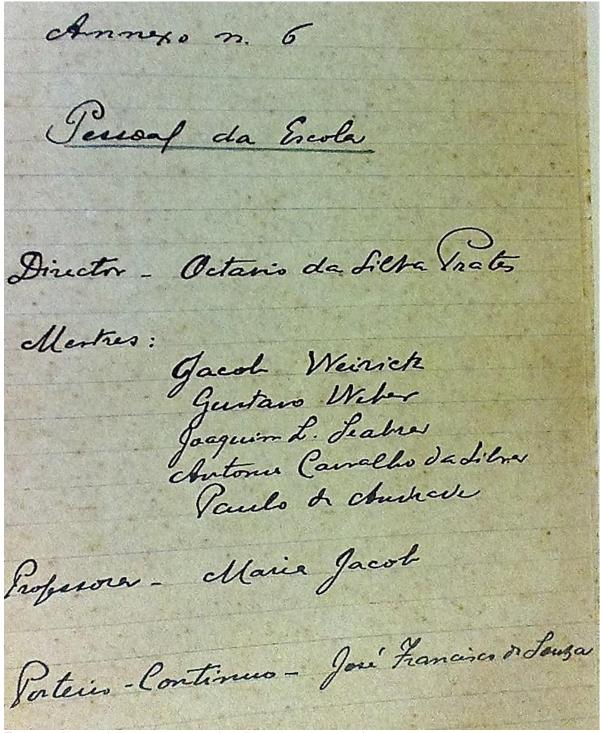
Fonte: Relatório do Diretor Octavio da Silva Prates apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Damasceno Ferreira, Secretário Geral do Estado do Rio de Janeiro. Escola Profissional de Petrópolis, 1907. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

ANEXO C – Anexos nº 4 e 5 do Relatório do Diretor da Escola Profissional de Petrópolis-RJ com as matrículas e frequência escolar dos alunos das oficinas de sapateiro e funileiro.

oficinas de sap	ateiro e fumieiro.		
CA.	nnexo n		
Offici	na de 5 ste-Gus	apateiro	
1 alla	the - Gues	tano Weter	
Meses	Matricula	Frequencia	Idade
Janeiro 1	29	12	P
Fereiro	11	16	- Co
Marco		19	
Abril	1	13	12
ellais		15	e Ja I Fanny
Junto 1		14	
	Sale and the		29
An	tepactos po	roduyido	m. 32
Va	lar total a	sproximad.	
			CONTRACTOR OF THE PARTY OF THE
As	emego n.	5	
As	emego n.	5	
As	emego n.	5	o da Silva
As		5	a da Silva
As	emego n.	5	o de Silve
As	emego n.	5	o de Sola
As	emego n.	5	a Da Sha
As	enezo n. cina de 7 leste - Anto	tunileus mis Canall	
Office	enezo n. cina de 7 leste - Anto	tunileus mis Canall	
As	emego n.	5	
As Office ellesses	enezo no. eina de 7 leste - Anto	Funileus mis Caralle Guguenia	Idade
As Office ellesses	enezo no. eina de 7 leste - Anto	Funilia Fuguencia	Idade
Office	enezo n. cina de 7 leste - Anto	Franslein Francis Carralle Fraguencia	Idade
Messes Janeiro	enezo no. eina de 7 leste - Anto	Funileis Figuraie 19 16	Idade
Messes Janeiro Charcos Charcos	enezo no. eina de 7 leste - Anto	Franslein Francis Carralle Fraguencia	Idade
Messes Janeiro Janeiro Chief	eina de 7 lesta - Anto Matricula 16	Funileis Figuraie 19 16	Idade
Messes Janeiro Janeiro Charco Chief clacio	eina de 7 lesta - Anto	Funileiro Fuguencia 14 16 15 13	Idade
Messes Janeiro Janeiro Charco Chief clacio	eina de 7 lesta - Anto Matricula 16	Funileir Funileir Gwall Gwall 14 16 15 13	Idade
Messes Janeiro Janeiro Chief	eina de 7 lesta - Anto	Funileiro Fuguencia 14 16 15 13	Idade
Messes Jamein Jamein Jernein chair chlair chlair Jumbo	eina de 7 leita - Anto	Funileir Grael Grael Grael 19 16 15 13 15 16	I galfanno
Messes Jamein Jamein Jernein chair chlair chlair Jumbo	eina de 7 leita - Anto	Funileir Grael Grael Grael 19 16 15 13 15 16	I galfanno
Messes Jamein Jamein Jernein chair chlair chlair Jumbo	eina de 7 leita - Anto	Funileir Grael Grael Grael 19 16 15 13 15 16	Idade Joseph Jan
Messes Jamein Jamein Jernein chair chlair Jumbo	eina de 7 lesta - Anto Matricula 16	Funileir Gerall Gerall 14 16 15 13 15 16	Ingalianing 462
Messes Jamein Jamein Jernein chair chlair Jumbo	eina de 7 leita - Anto	Funileir Gerall Gerall 14 16 15 13 15 16	Ingalianing 462

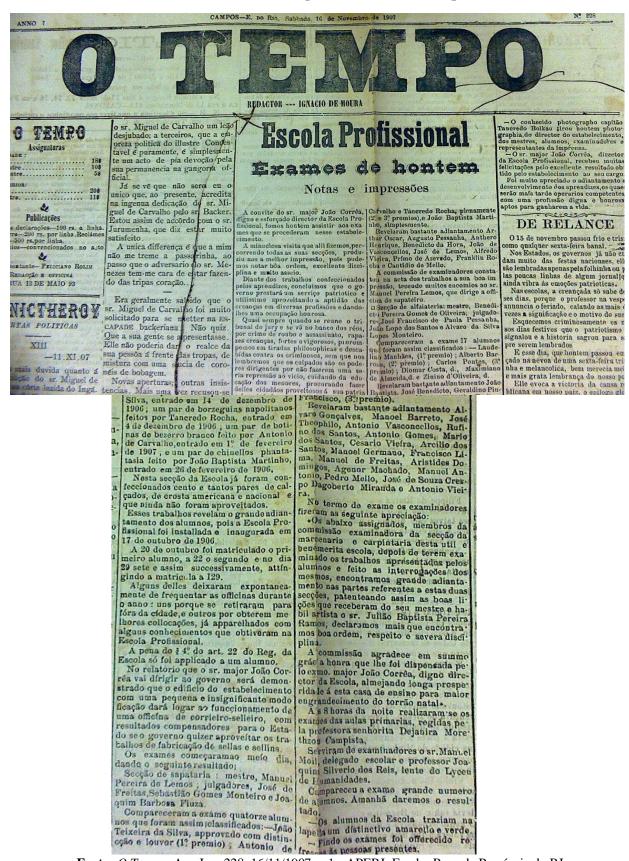
Fonte: Relatório do Diretor Octavio da Silva Prates apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Damasceno Ferreira, Secretário Geral do Estado do Rio de Janeiro. Escola Profissional de Petrópolis, 1907. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

ANEXO D – Anexo n.6 do relatório do Diretor da Escola Profissional de Petrópolis-RJ contendo os nomes do quadro de funcionários da escola.



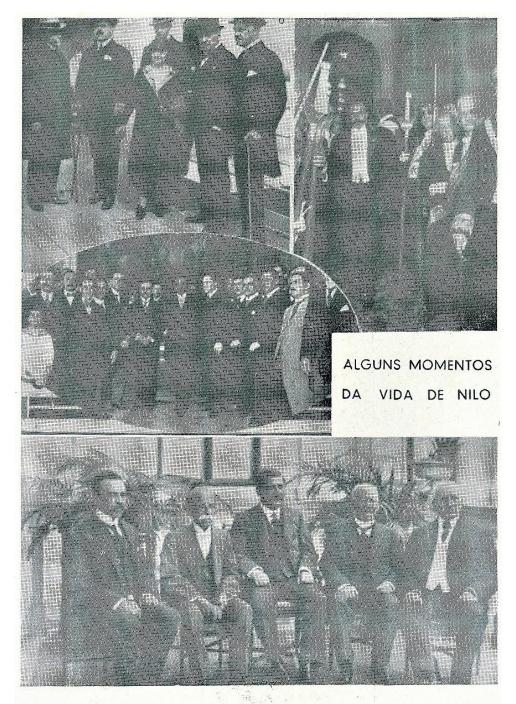
Fonte: Relatório do Diretor Octavio da Silva Prates apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Damasceno Ferreira, Secretário Geral do Estado do Rio de Janeiro. Escola Profissional de Petrópolis, 1907. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

ANEXO E – Periódico O Tempo (16/11/1907 - Campos-RJ).



Fonte: *O Tempo*, Ano I, n. 228, 16/11/1907, p.1 - APERJ, Fundo: Pres. da Província do RJ, 1871-1900, CÓD. REF. BR.RJAPERJ, PP-OP-0456.

ANEXO F – Imagens de Nilo Peçanha. Destaque para a 2ª foto acima à direita: Nilo Peçanha como Grão-Mestre da Maçonaria.



Nilo e a espôsa, a bordo, em Portugal, recebidos pelo Ministro dos Estrangeiros; Nilo, Grão Mestre da Maçonaria; Nilo, Presidente, na Prefeitura de Petrópolis, entre o ex-presidente Epitácio Pessôa e o embaixador Souza Dantas; Nilo, Rui Barbosa, Wenceslau Braz, Rodrigues Alves e Urbano Santos, todos foram presidentes da República.

Fonte: SANTIAGO, Sindulfo. *Nilo Peçanha: Uma época política*. Niterói: Livraria e Editora Sete Ltda, 1962 (p.96)

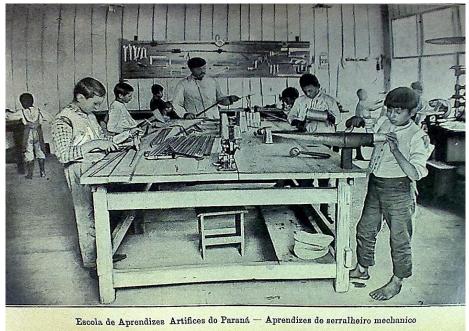
ANEXO G - Visita do Presidente Nilo Peçanha à EAA do Espírito Santo acompanhado pelo Governador daquele Estado; Imagem de oficina de serralheriamecânica da EAA do Paraná com alunos aprendizes em aula.



eganha e o Dr. Jeronymo Montelro, presidente do Estado do Espirito Santo sahindo da Escola de Aprendires Artifices, onde se realisava brilhante festa.

lica tem a esquerda o director da Escola e à direita o Dr. Francisco de Sá, ministro da Viação O presidente do Estado é o que se vê ainda à porta do edificio O presidente da Republica tem a

Fonte: Revista *O Malho*, Ano IX, n.411, 30/07/1910.

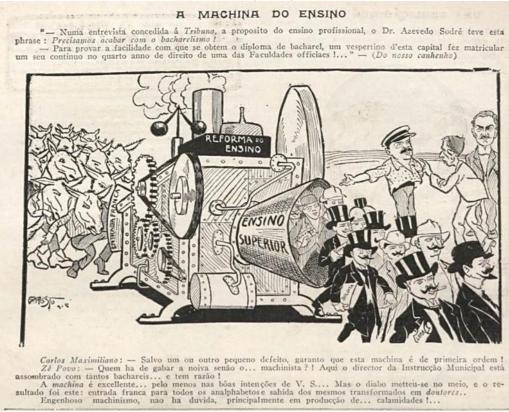


Fonte: Relatório MAIC 1909/10 - Ministerial Reports (1821-1960) (p.190). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

ANEXO H – Charge cobrando uma postura anticlerical por parte da República (primeiro cartum abaixo); Sátira ao bacharelismo dominante no sistema de ensino republicano, apesar das tentativas de reformas (segundo cartum).

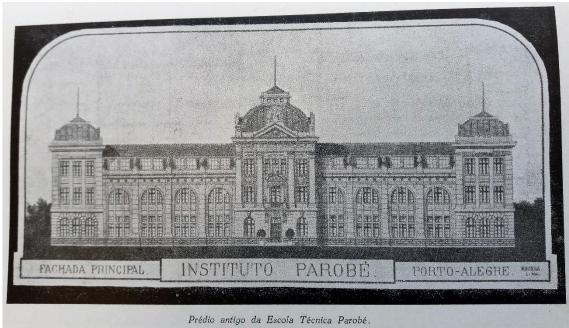


Fonte: Revista *O Malho*, Ano VIII, n.333, 30/01/1909.

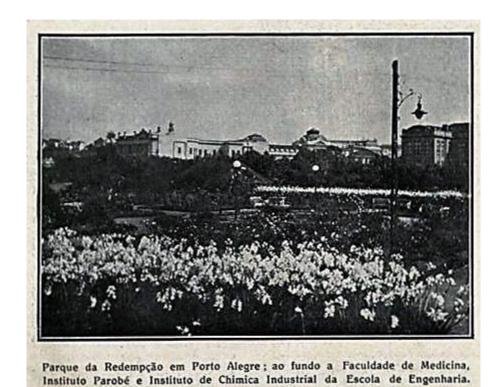


Fonte: Revista O Malho, Ano XIV, n.663, 29/05/1915.

ANEXO I- Desenho da fachada do Instituto Parobé-RS e, abaixo, foto do Parque da Redenção em Porto Alegre-RS com o mesmo Instituto Parobé ao fundo.



Fonte: Fonseca, C. S. da. *História do Ensino Industrial no Brasil (Vol. II)*, Rio de Janeiro: Editora Escola Técnica Nacional, 1961 (p.433).



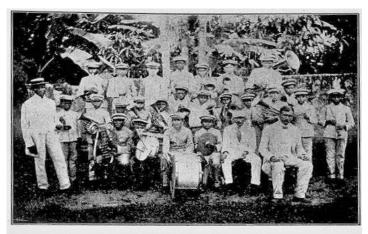
Fonte: Revista *Careta*, Ano XXIV, n.1198, 06/06/1931.

ANEXO J – "Jornal do Aprendiz" produzido pela EAA de São Paulo em 1911 (raro exemplar localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo).



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – Coleção IHGSP – Caixa 06: *Jornal do Aprendiz: Publicação Official da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo*. Ano I, Nº IV, São Paulo,31/07/1911.

ANEXO K – Respectivamente (de cima para baixo): Banda de música dos alunos da EAA do PI; Alunos da EAA do PR em forma respondendo a chamada; Turma de formandos da EAA da BA.



PIAUHY - THEREZINA - Banda de Musica da Escola de Aprendizes Artifices

Fonte: Almanak Laemmert: 1911-1912, 68° ano, Rio de Janeiro: Ed. Oficinas Typográficas do Almanak Laemmert (p.6.537) Disponível em: Acesso em 19/11/2015.

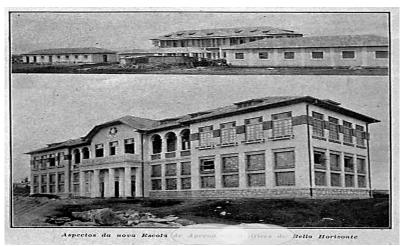


Fonte: Relatório MAIC 1909/10 - *Ministerial Reports* (1821-1960) (p.137). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.



Fonte: Revista O Malho, Ano XXVIII, n.1423, 21/12/1929.

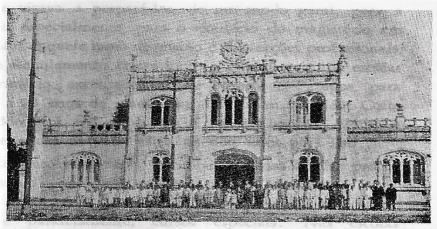
ANEXO L – De cima para baixo: EAA de MG após as reformas da *Remodelação* (1925); EAA do RJ antes e depois da reforma da *Remodelação* (1925).



Fonte: Revista O Malho, Ano XXIV, n.1181, 02/05/1925.



A primitiva Escola de Aprendizes Artífices de Campos.

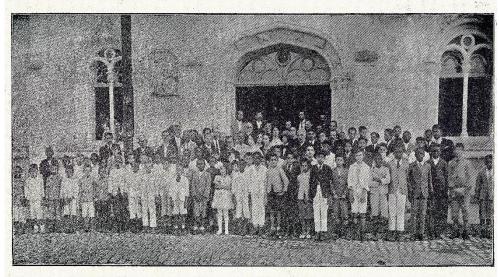


Reforma da fachada da Escola acima, primeira da série de modificações que o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico introduziu nas Escolas de Aprendizes Artífices, a partir de 1921.

Fonte: FONSECA, C. S. da *História do Ensino Industrial no Brasil* (vol.4). Rio de Janeiro: SENAI, 1986. (p.207)

ANEXO M – Respectivamente (cima para baixo), EAA do Rio de Janeiro e de Pernambuco com alunos e corpo docente.

Escola de Aprendizes Artifices do Estado do Rio de Janeiro



Photographia tirada por occasião da inauguração do retrato do Exmo. Sr. Dr. Simões Lopes, ex-titular da pasta da Agricultura em que tomaram parte o Illino. Sr. Dr. Cesar Tinoco, prefeito do municipio; Dr. Crisanto Pinto, director da Escola, representantes da imprensa, corpo do cente e discente, e muitas pessoas gradas.

Fonte: Revista GÉNESIS, Ano 4, N. 69, 10/06/1922.



Fonte: *Almanak Laemmert*: 1911-1912, 68° ano, Rio de Janeiro: Ed. Oficinas Typográficas do Almanak Laemmert (p.3.525) Disponível em:

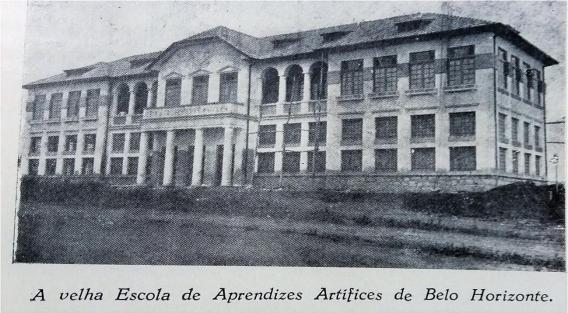
 Acesso em 19/11/2015.

ANEXO N – Respectivamente, as EAAs de Pernambuco e de Minas Gerais



Fonte: Almanak Laemmert: 1911-1912, 68° ano, Rio de Janeiro: Ed. Oficinas Typográficas do Almanak Laemmert (p.3.525) Disponível em:

 Acesso em 19/11/2015.



Fonte: Fonseca, C. S. da. *História do Ensino Industrial no Brasil (Vol. II)*, Rio de Janeiro: Editora Escola Técnica Nacional, 1961 (p.483).

ANEXO O - EAA do Estado do Piauí em dois momentos (1914).



COUSAS DO PIAUHY-Os alumnos da Oficina de Marceneiros da Escola de Aprendizes Artifices de Therezina, com os utensilios de sua arte. A' esquerda, o mestre Ponciano Campos.

Fonte: Revista *O Malho*, Ano XIII, n.615, 27/06/1914.



Um incidente em Poty-Velho, Estado do Piauhy, durante um «pic-nic» realizado pela Escola de Artifices: um alumno d'essa Escola, mostrando ao mestre Ponciano Campos um peixe que o mesmo alumno pediu para offerecer à Exma. senhora do Dr. Governador do Estado. Verificado que o peixe estava em condições, o mestre Ponciano disse que — sim.

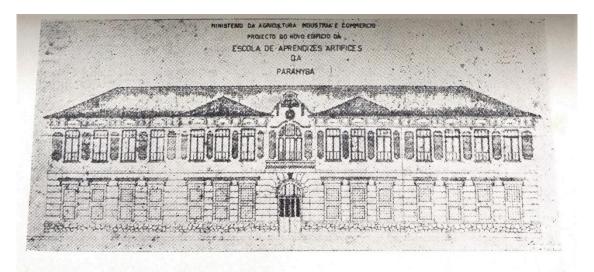
(Esta interessante photographia foi-nos offerecida pelo gentil marechal Pires Ferreira)

Fonte: Revista *O Malho*, Ano XIII, n.598, 28/02/1914.

ANEXO P- Respectivamente (cima para baixo): Desenho do projeto de remodelação da EAA-BA (fachada); Desenho do projeto de remodelação da EAA-PB (fachada).



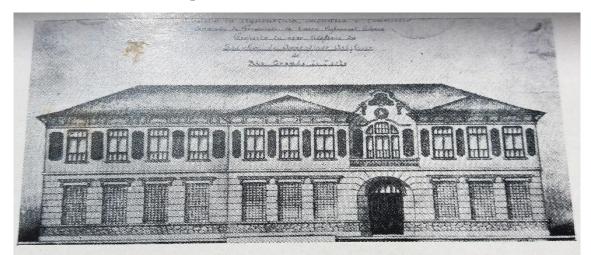
Fonte: Fonseca, C. S. da. *História do Ensino Industrial no Brasil (Vol. IV)*, Rio de Janeiro: SENAI, 1986 (p.177).



Projeto para a adaptação do antigo prédio da Escola de Aprendizes Artífices, da Paraíba, organizado em 1922 pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico, e cuja construção começou naquele mesmo ano.

Fonte: Fonseca, C. S. da. *História do Ensino Industrial no Brasil (Vol. IV)*, Rio de Janeiro: SENAI, 1986 (p.103).

ANEXO Q – Respectivamente (cima para baixo): Desenho do projeto da Remodelação da EAA-RN (fachada); Sede do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) na capital federal.



A velha Escola de Aprendizes Artífices de Natal. Projetada pela Comissão de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico.

Fonte: Fonseca, C. S. da. *História do Ensino Industrial no Brasil (Vol. IV)*, Rio de Janeiro: SENAI, 1986 (p.177).



Fonte: Relatório MAIC 1909/10 - *Ministerial Reports (1821-1960)* (p.s/n). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial Acesso em 02/05/ 2015.

BIBLIOGRAFIA

I – Livros

- ABRAMOVAY, R. (org. et. ali) *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Ed. UNESP/EDUSP, 2001
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: A ação da Maçonaria brasileira* (1870-1910). Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Memória Unicamp, 1999.
- BARROS, G. N.M. de. *Celso de Rui Beisiegel: Professor, Administrador e Pesquisador*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- BEISIEGEL, Celso de R. *A Qualidade do Ensino na Escola Pública*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- BHERING, M.J.; MAIO, M.C. Op. cit. e MENDONÇA, S.R. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no brasil (1909-1945) *História econômica & História de empresas*. Vol. 16 no 1 (2013).
- BITTENCOURT, Circe M.F. As "tradições nacionais" e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (org.) *O Ensino de História e a Criação do Fato*. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- CARDOSO, F.H. (et al.) *O Brasil Republicano*, Vol. VIII, Estrutura de poder e economia (1889-1930), 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CARVALHO, J. M. de *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2011
- CARVALHO, J.M. de *Pontos e Bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998
- CARVALHO, Marcelo A.M. de *A criação do SENAI no contexto da Era Vargas*. 1ªed., Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.* 3ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 2012.
- CÔRTE, Andréa de Telo da. *Política, Economia e Finanças: Nilo Peçanha*. 2ª ed. Niterói: Imprensa Oficial, 2010.

- CÔRTE, Andréa de Telo da. *Anais do Colóquio Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no Cenário da Federação*. Niterói: Imprensa Oficial, 2010.
- COSTA, Ana Maria C.I. da *A Escola na República Velha: Expansão do Ensino Primário em São Paulo*. São Paulo: EDEC, 1983.
- CUNHA, Luiz A. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, Brasília-DF: FLACSO, 2005.
- CUNHA, Luiz A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, Brasília-DF: FLACSO, 2005.
- CUNHA, Luiz A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2.ed.São Paulo: Editora UNESP, Brasília-DF: FLACSO, 2005.
- DEAN, W. A industrialização de São Paulo (1880-1945). 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- DO RIO, João. *A alma encantadora das ruas: Crônicas*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Martin Claret, 2013.
- FERREIRA, Marieta de M. "A Velha Província Fluminense: Crises e Alternativas". In CÔRTE, Andréa T. da (org.) *Anais do Colóquio Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no Cenário da Federação*. Niterói: Imprensa Oficial, 2010.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *A República na Velha Província:* Oligarquias e Crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930), Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República 0889-1930). Rio de janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- FERREIRA, P. et al. *Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2013.
- FONSECA, C. S. *História do Ensino Industrial no Brasi*l (1° Volume). Rio de Janeiro: s/ed., 1961.

- FONSECA, C. S. *História do Ensino Industrial no Brasil* (vol. I ao V), Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.
- FONSECA, Pedro C.D, *Vargas: o Capitalismo em construção: 1906-1954.* 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 2014.
- FRANCO, Luiz A. C. O Ensino Técnico Industrial Federal: das escolas de aprendizes artífices às atuais escolas técnicas federais. São Paulo: CENAFOR, 1985.
- FRITSH, W. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930 in ABREU, M. de P. (org.) *A Ordem do Progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana,* 1889-1989. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier/Campus, 1990.
- GENTIL, Alcides. *As ideias de Alberto Torres*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- GOMES, Angela de C. (org.) *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973
- HAMILTON, A., LIST, F., CAREY, H.C. *Carta da Economia Nacional contra o Livre Comércio*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2009
- KUNZE, Nádia C. *A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941)*. Cuiabá: CEFETMT, 2006.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. Ferrovias e Mercado de Trabalho no Brasil do século XIX. São Paulo: Ed. EDUSP, 2012.
- LAURINDO, Arnaldo. 50 anos de Ensino Profissional: Estado de São Paulo: 1911-1961 (Vols. I e II), São Paulo: Ed. Gráfica Irmãos Andrioli S/A.
- LIMA BARRETO, A. H. Os Bruzundangas. 2ªed., Ed. Brasiliense, São Paulo: 1961
- LIMA BARRETO, A. H. *Vida urbana*. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000161.pdf > Acesso em 09/08/2015
- LIMA BARRETO, A. H. *Contos completos* (org. e intr. Lilia Moritz Schwarcz). São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2010.

- LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República do Catete*. Petrópolis: Vozes/Fund. Casa de Rui Barbosa, 1989 (Acervo da Biblioteca Wellington Paes)
- LUZ, Nícia V. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930.* 2ªed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975
- LYNCH, C.E.C. O Establishment Republicano: Notas sobre suas ideologias políticas (1889-1930) in: CÔRTE, Andréa T. de *Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no Cenário da Federação*. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2010.
- MACHADO, Lucilia R. de Souza Educação e Divisão Social do Trabalho (contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro). 2ªed. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1989.
- MICELI, Paulo C. Além da fábrica: o projeto industrialista em São Paulo, 1928-1948. São Paulo: FIESP, 1992.
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988
- MILANEZ, Felipe (org.) *Memórias Sertanistas: Cem anos de indigenismo no Brasil.* São Paulo: Edições SESC, 2015.
- MOACYR, Primitivo *A Instrução e a República* (6° volume). Rio de Janeiro: MÊS/INEP/Imprensa Nacional, 1942.
- MORAES, Carmen S. V. Instrução "Popular" e Ensino Profissional: Uma perspectiva histórica. In: VIDAL, D.G., HILSDORF, M.L.S. *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. EDUSP. P.169-197.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 3ªed. São Paulo: EDUSP, 2009.
- NASCIMENTO, Benedicto H. *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945.* São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP/IEB, 2002.
- NASCIMENTO, B.H. do. Intervencionismo & Desenvolvimento: o Papel da Ação do Estado no Processo de Desenvolvimento Econômico das Nações Pobres. São Paulo: IEB/USP, 2004.

- NEUHAUS, Paulo (coord.) *Economia brasileira. Uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980
- NORTH, Douglas *Custos de Transação*, *Instituições e Desempenho Econômico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal/Instituto Millenium, 2006.
- OLIVEIRA, Lúcia L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.
- PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*, 3ª ed. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1989.
- PEÇANHA, Nilo. *Impressões da Europa (Suissa, Itália e Hespanha)*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Garnier (Acervo Biblioteca Wellington Paes).
- PEREIRA, L. M. L., FARIA, M.A. de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República: o arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- PESAVENTO, Sandra J. A Burguesia Gaúcha: Dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PINTO, Maria Inez M.B. *Cotidiano e sobrevivência: A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1919.* São Paulo: Edusp/Fapesp, 1994.
- PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- QUELUZ, Gilson L. Concepções de Ensino Técnico na República Velha (1909-1930). Curitiba: Ed. PPGTE/CEFET-PR, 2000.
- RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- RODRIGUES, Cândido M. e PAULA, Christiane J. de (orgs.) *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuibá: Ed. UFMT, 2012.
- RODRIGUES, João L. *Um Retrospecto: Alguns Subsídios para a História Pragmática do Ensino Público em São Paulo*. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930.

- ROSA, Lílian R. de O. *A Santa Sé e o Estado Brasileiro: Estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial: 2015.
- SANTIAGO, Sindulfo. *Nilo Peçanha: Uma época política*. Niterói: Livraria e Edit. Sete 1962. (Acervo Biblioteca Wellington Paes.).
- SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4ª ed., Campinas: Autores Associados, 2013
- SCHWARCZ, L. M. Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos no final do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- SCHWARTZMAN, S. Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000.
- SEVCENKO, N. A Revolta da Vacina: mentes insanas e corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SILVA, Sérgio *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 5ª ed., São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1981
- SOUZA, Jessé (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. Univ. Brasília, 2001.
- TEIXEIRA, A. Educação no Brasil. 2ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- VARGAS, João T. O trabalho na ordem liberal: O movimento operário e a construção do Estado na Primeira República. Campinas: Unicamp/CMU-Publicações, 2004.
- VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira*, 1889-1945. Rio de Janeiro: IPES, 1973.
- VISCARDI, Cláudia M.R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do "café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- VITA, Luis W. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.
- WEINSTEIN, Barbara. (Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964). São Paulo: Cortez / CDAPH-IFAN / Universidade São Francisco, 2000.

- ZANETTI, A., VARGAS, J.T. Taylorismo e fordismo na indústria paulista: o empresariado e os projetos de organização racional do trabalho. 1920-1940. São Paulo: Ass. Ed. Humanitas, 2007.

II - Periódicos e artigos

- BHERING, M.J.; MAIO, M.C. Ciência, Positivismo e Agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Primeira República. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, Vol.27, N°46, jul./dez. 2011 (p.689-709).
- CARDOSO, Tereza F.L., Uma Escola Normal, uma "Escola de Trabalho" in *Revista Contemporânea de Educação*, vol.8, n.15, jan./jul. 2013 (p.56-70).
- CARVALHO FILHO, I. de e COLISTETE, R.P. Desempenho Educacional: Foi tudo determinado 100 anos atrás? *INFORMAÇÕES FIPE*, nº 361, p.10-14, out. 2010.
- COLISTETE, Renato P. Contando o Atraso Educacional: Despesas e Matrículas na Educação Primária de São Paulo, 1880-1920. Department of Economics, FEA-USP Working Paper, n°2016-14.
- GOMES, Luiz C.G. As Escolas de Aprendizes Artífices e o Ensino Profissional na Velha República. In: *Vértices*, Ano 5, n.3, set/dez, Campos dos Goytacazes (RJ): CEFET Campos, 2003 (p.53-80).
- LEITE, Fábio Carvalho. O laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil in *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 31(1): p.32-60, 2011.
- LIMA, Raquel R. *Liceu Parobé: um instituto das artes e ofícios*. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_0/0_%20Raquel.pdf Acesso em 15/11/2015.
- MARSON, Michel D. *A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo*, 1900-1920. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612015000400753#t01> Acesso em 01/10/2016.

- MORAES, C.S.V. de A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a confirmação da cidadania in SOUZA, Cynthia P. de (org.) *História da educação popular, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.
- QUELUZ, Gilson L. *Método Intuitivo e o Serviço de Remodelação do Ensino Técnico-Profissional.*Disponível em: http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1036 Acesso em 10/01/2015.
- RAMOS A.G., GARCIA E.S., SILVA, G.B. O Problema da Escola de Aprendizagem Industrial no Brasil. *Estudos Econômicos (Rio de Janeiro)* Ano IV, N°s 11/12, Set. a Dez. 1953 (p.133-153).
- SILVA, Eliane Moura. "Maçonaria, Anticlericalismo e Livre Pensamento no Brasil (1901-1909)." Apresentação na Mesa Redonda "Maçonaria e Cidadania do XIX". Simpósio Nacional de História da ANPUH. S/Ano.
- SOARES, Manoel de Jesus A.- As Escolas de Aprendizes Artífices e suas fontes inspiradoras *Fórum Educ.*, Rio de Janeiro, 5(4): 69-77, out./dez. 1981.
- SOARES, Manoel de Jesus A.- As Escolas de Aprendizes Artífices estrutura e evolução. *Fórum Educ.*, Rio de Janeiro, 6(2): 58-92, jul./set. 1982.
- VERSIANI, Flávio R.. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. *Revista de Economia Política*, Vol. 13, Nº 4(52), out./dez. 1993 (p.77-96).

III – DISSERTAÇÕES E TESES

- ARAÚJO, Márcia L.P. *A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940).* 2013. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação-USP, São Paulo, 2013.

- D'ANGELO, Márcia. *Caminhos para o advento da escola de aprendizes artífices de São Paulo (1910-1930):* Um projeto das elites para uma sociedade assalariada., 2000. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, São Paulo, 2000.
- GOMES, Luiz Claudio G.G. *Imagens não cotidianas: Escola de Aprendizes Artífices de Campos (1910-1942)*, 2004. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, UFF, Niterói, 2004.
- KANG, Thomas H. *Instituições, voz política e atraso educacional no Brasil (1930-1964).* 2010. Dissertação (Mestrado) FEA-USP, São. Paulo, 2010.
- MORAES, Carmen S. V. A Relação Trabalho e Educação em Perspectiva Histórica
 e Sociológica. 2005. Tese (Livre-docência) Faculdade de Educação -USP. São
 Paulo, 2005.
- NOGUEIRA, Fausto H. G. Os espíritos assombram a Metrópole: Sociabilidades espiritualistas (Espírita e Esotérica) em São Paulo na Primeira República.. Tese (Doutorado) FFLCH-USP. São Paulo, 2016.
- PEREIRA. Bernadeth M. Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET-MG, na voz de seus alunos pioneiros (1910-1942). 2008. Tese (doutorado) Faculdade de Educação UNICAMP, Campinas, 2008.

IV - DOCUMENTOS

- Arquivo Público do Estado de São Paulo Coleção IHGSP Caixa 06: Jornal do Aprendiz: Publicação Official da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo. Ano I, Nº IV, São Paulo, 31/07/1911
- A Notícia de 23/04/1903. Disponível em:
- http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotecaRuiBarbosa&pasta =&pesq=Nilo%20Pecanha> Acesso em 07/05/2015.
- *A Ordem Maçônica*. Rio de Janeiro: Ano III, janeiro a março de 1976, N°13 (p.5). Acervo biblioteca de Wellington Paes

- BONFIM, João Bosco Bezerra Bonfim *Palavra de Presidente: Os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula.* Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/91988> Acesso em 25/10/2015.
- -BRASIL *Constituição Federal de 1891*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao91.htm Acesso em 05/2014
- Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. *Projeto N.28 de 1920*. Exposição dos Motivos.
- Carta do Diretor do Liceu de Artes e Ofícios de Campos ao Presidente do Estado do Rio de Janeiro. *APERJ, Fundo: Pres. da Província do RJ*, 1871-1900, CÓD. REF. BR.RJAPERJ, PP-OP-0456.
- CALOGERAS, Pandiá. Problemas da Administração: Relatório confidencial apresentado em 1918 ao Conselheiro Rodrigues Alves sobre a situação orçamentária e administrativa do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- Câmara Municipal de Campos dos Goitacazes. *Documentário: Nilo Procópio Peçanha (1867-1924)*. Campos dos Goitacazes: CD-ROM (vídeo), 2015.
- *Coleção de Leis do Brasil 1892*, Página 22 Vol. 1 pt II. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-722-30-janeiro-1892-522196-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 30/04/2015.

Coleção *O Malho: Semanário Humorístico, Artístico e literário.* Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pesq= Acesso em 01/2016.

Coleção *Careta: Revista ilustrada Semanal.* Disponível em: <01/2016http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083712&pesq=> Acesso em 01/2016.

- DO/SP (*Diário Oficial do Estado de São Paulo*): Atos do Poder Executivo: Decreto n. 1845 de 17/03/1910; Decreto n. 2028 de 31/03/1911; Decreto n. 2355 de 28/02/1913; Decreto n. 2467 de 18/02/1914; Decreto n. 2547 de 27/01/1915; Decreto n. 2641 de 24/02/1916; Decreto n. 2903 de 29/01/1918; Decreto n. 3021 de 05/02/1919.

- Documentos do Ministério da Agricultura (1860-1960), Ministério da Educação e Saúde Pública (1932), Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio (1935-1947), Mensagens Presidenciais ao Congresso. Disponível em: <www.crl.edu/content/almanak2.htm e www.crl.edu/brazil/ministerial> Acesso em: agosto de 2015.
- EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: Período Republicano 1889-1920* (Vol II) São Paulo: Secção de Obras d'OESP, 1927.
- Escola Técnica Federal de São Paulo. *Homem & Técnica: A experiência da Escola Técnica Federal de São Paulo*. Exposição Histórico-Retrospectiva 1910-1986. São Paulo. Dezembro de 1986.
- Estado do Rio de Janeiro. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 01/08/1907 pelo Presidente do Estado Dr. Alfredo Backer*, Rio de Janeiro: 1907. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em 10/09/2014.
- Estado do Rio de Janeiro, *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Presidente do Estado Dr. Nilo Peçanha em 01/08/1915*, Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C.,1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720488&pasta=ano%20189 & pesq=grupos%20escolares> Acesso em 23/08/2015.
- Estado do Rio de Janeiro. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 01/08/1908 pelo Presidente do Estado Dr. Alfredo Backer*, Rio de Janeiro: 1908. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em 10/09/2014.
- Estado do Rio de Janeiro. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 01/08/1916 pelo Presidente do Estado Dr. Nilo Peçanha*, Rio de Janeiro: 1916. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocrRader/docreader.aspx?bib=720488&pasta=ano%20189&pesq=grupos%20escolares> Acesso em 01/09/2014.
- Estado do Rio de Janeiro, *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Presidente do Estado Quintino Bocaiuva*, Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do

- Commercio" de Rodrigues & C.,1903. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro Acesso em 23/08/2015.
- Estado do Rio de Janeiro. *Relatório do Diretor da Instrução Pública do RJ* M. Ribeiro de Almeida (15/10/1889), (p.17). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro Acesso em 03/08/2015.
- Estado do Rio de Janeiro. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 01/08/1904 pelo Presidente do Estado Dr. Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Typ.do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C.
- FIGUEIREDO, Cons. Carlos A. de A.- *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do RJ* na Abertura da 2ª sessão da 27ª Legislatura (15/10/1889) pelo Presidente Conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro Acesso em 03/08/2015.
- Grão Oriente do Brasil. Manifesto aos maçons da Federação pelo Sob. Gr. Mest. Gr. Comm. Dr. Nilo Peçanha Rio de Janeiro: Typ. Pap. Aquiar, 1917.
- HASENBALG, C. *Estatísticas do Século XX: Educação* in Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- IBGE *Séries Estatísticas Retrospectivas* Vol.I Separata do Anuário Estatístico do Brasil Ano V 1939/1940 (Aspectos Culturais), Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988, 2ªed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- Jornal do Commercio sem data –notícia sobre o banquete de apoio político oferecido ao Senador Pinheiro Machado. Disponível em http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotecaRuiBarbosa&pasta=&pesq=Nilo%20Pecanha> Acesso em 07/05/2015.
- LAEMMERT, Almanak. Annuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e Indicador para 1911-1912., 68° anno. Rio de Janeiro, 1911 (p.4.239). Disponível em:

- http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191 &pesq= > Acesso em 06/07/2015.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *A Educação nas mensagens presidenciais* (1890-1986). 1° vol. Brasília: INEP, 1987.
- OESP (1927) Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19270607-17629-nac-0005-999-5-not/ busca/Aprendizes%20Art%C3%ADfices > acessado em 07/06/2015.
- OESP (1912). Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19121031-12372-nac-0002-992-2-not/busca/Aprendizes%20Art%C3%ADfices> e < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19121114-12386-nac-0005-999-5-not/busca/Aprendizes%20Art%C3%ADfices> acessados em 07/06/2015.
- *O Clarim*: Órgão de Propaganda Espírita, Científico, Filosófico e Noticioso. Matão-SP: 01/10/1909, Ano 5, (quinzenal) Nº 4, p.3.
- PEÇANHA, Nilo. *Mensagem apresentada na Abertura ao Congresso Nacional, Rio de Janeiro: Rep. dos Estados Unidos do Brasil, 1910* .Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential> Acesso em 16/03/2014.
- PEÇANHA, Nilo. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1988.
- PEÇANHA, Nilo. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa 01/08/1904* pelo Pres. Do Estado Dr, Nilo Peçanha. Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1904.
- PESSANHA, Luiz. (org.) Annaes do II Congresso Brasileiro de Instrução Primária e Secundária Reunido em Belo Horizonte (28/09 a 04/10/1912). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1913.
- PENNA, Affonso Augusto M. *Mensagem apresentada na Abertura ao Congresso Nacional, Rio de Janeiro: Rep. dos Estados Unidos do Brasil, 1907.* Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential Acesso em 16/03/2014.
- Relatório do Diretor Octavio da Silva Prates apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Damasceno Ferreira, Secretário Geral do Estado do Rio de Janeiro. Escola Profissional de Petrópolis, 1907. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

APERJ, Fundo: Pres. da Província do RJ, 1871-1900, CÓD. REF. BR.RJAPERJ, PP-OP-0456.

- Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Anos 1910/1911,
 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no ano de
 1911. Publicado em 1911. Disponível em:
 http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura> Acesso em 04/05/2014.
- Relatório do Diretor João Francisco Corrêa apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Damasceno Ferreira, Secretário Geral do Estado do Rio de Janeiro. Escola Profissional de Campos, 1907. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. APERJ, Fundo: Pres. da Província do RJ, 1871-1900, CÓD. REF. BR.RJAPERJ, PP-OP-0456.
- República dos Estados Unidos do Brasil. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da 2ª Sessão da 7ª Legislatura pelo Presidente da República Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: 1910 (p.81). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential Acesso em 13/06/2015.
- Revista GÉNESIS. Campos-RJ, ano 4, n.69, 10 jun. 1922 (acervo Biblioteca Wellington Paes).
- Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *Sobre o Estado da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typ.de G. Leuzinger & Filhos, 1877. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb0000000091&m=841 &n=00177> Acesso em: 09/2015.